

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CARMEM MARQUES RODRIGUES

OS MAPAS DAS PEDRAS BRILHANTES:
a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o
Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)

Belo Horizonte
2014

CARMEM MARQUES RODRIGUES

OS MAPAS DAS PEDRAS BRILHANTES:

a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Júnia Ferreira Furtado

Pesquisa realizada com apoio da CAPES

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
15/09/2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PÓSGRADUAÇÃO
historiaufmg

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida pela aluna **Carmem Marques Rodrigues**, intitulada “**Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre a Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)**”, no dia 15 de setembro de 2014 e aprovada, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado - Orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Friedrich Ewald Renger
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Iris Kantor
Universidade de São Paulo

981.51 Rodrigues, Carmem Marques
R696m Os mapas das pedras brilhantes [manuscrito]: a cartografia
2014 dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres
matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio
(1714-1771) / Carmem Marques Rodrigues. - 2014.
171 f.: il.
Orientadora: Júnia Ferreira Furtado.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. História - Teses. 2. Cartografia - Teses. 3. Diamante -
Teses. 4. Minas Gerais – História. 5. Diamantina (Serro Frio,
MG) – História – Teses.. I. Furtado, Júnia Ferreira. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Aos meus pais, Sérgio e Rosa.

AGRADECIMENTOS

Após um longo percurso de pesquisa, que se iniciou ainda durante a graduação, é fundamental fazer um agradecimento especial a todos que fizeram esse caminho possível. Primeiramente agradeço a Universidade Federal de Minas Gerais e seus funcionários, principalmente da biblioteca, que ofereceram o suporte para essa pesquisa e à CAPES pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de mestrado.

Aos professores que ministraram as disciplinas que cursei no Programa de Pós-Graduação em História, especialmente aos professores José Newton Coelho Meneses, Tarcísio Rodrigues Botelho e ao professor visitante Zephyr Frank. Também aos funcionários técnico-administrativos do programa.

Agradeço especialmente a professora Júnia Ferreira Furtado, pela orientação, pela oportunidade, pelas conversas, pelos incentivos e conselhos. O seu papel foi muito além da orientação para a dissertação, foi, principalmente, de inspiração por suas brilhantes aulas e palestras e pelo incansável e meticuloso processo de crítica e pesquisa histórica.

Ao professor Friedrich Renger agradeço muito pelas críticas, sugestões, conselhos, pela incansável disposição em ajudar e por participar do exame de qualificação, juntamente com a professora Maria Eliza Linhares Borges, que foi de vital importância para o desenvolvimento desta dissertação.

Também foram importantes os professores José Flávio Morais Castro, da Pós-graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas, pela troca de experiências e de conhecimento, que me introduziu ao mundo tecnológico da cartografia, e ao Tiago Gil, do departamento de História da Universidade de Brasília, coordenador do projeto Atlas Digital da América Lusa, com o qual tive a oportunidade de fazer um intercâmbio inesquecível.

Agradeço a todos os meus colegas do Programa de Pós-Graduação em História, a Fabiana Léo pela troca de experiências que fizemos durante o estágio docente e especialmente aqueles que participaram comigo da Comissão Organizadora do II EPHIS – Encontro de Pesquisa em História da UFMG, e que contribuíram para fazer desse evento um momento único.

Foi fundamental o apoio de toda a minha família, especialmente dos meus pais, a quem dedico esse trabalho, e do Cláudio Horta companheiro de todas as horas.

RESUMO

Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)

Ricas minas de pedras brilhantes foram descobertas nos sertões do Serro do Frio a partir da década de 1720, sendo a descoberta dos diamantes oficializada em 1729. Então, a Coroa portuguesa começou a sistematizar suas ações no sertão, com o objetivo de racionalizar a administração da mineração. Nesse contexto, os mapas se transformaram em instrumentos necessários e fundamentais, pois, construídos de acordo com os métodos ensinados nas academias militares e seguindo as convenções gráficas sistematizadas ao longo do século XVIII, foram instrumentos essenciais para a materialização das políticas reais para os diamantes. Por outro lado, ainda antes da descoberta oficial das pedras, os sertões do Serro do Frio também foram o objeto principal dos roteiros e mapas sertanistas. Essas representações tinham um caráter pragmático e/ou político. De forma prática, eram roteiros descritivos dos caminhos, rios, ribeirões e córregos do Serro do Frio que levavam às riquezas do ouro e dos diamantes, além de também trazer pistas do caminho para a serra das Esmeraldas. De forma política, eram um recurso utilizado pelos sertanistas para solicitar mercês e concretizar suas ações de descobrimentos. Essas duas formas de representação do Serro do Frio – a oficial e a dos sertanistas -, apesar de aparentemente desconectadas, mantiveram um intenso diálogo, proporcionando a troca de métodos de construção cartográfica e principalmente de informações sobre o território, o que fez com que determinadas entidades geográficas perdurassem ou desaparecessem ao longo da história do Distrito Diamantino.

Palavras-Chaves: Distrito Diamantino, Cartografia, Diamantes.

ABSTRACT

The Glitterstones Maps: the frontiersmen, military engineers and mathematicians priests cartography on the Diamond District of the *Serro Frio* (1714-1771)

Mines rich in diamonds were official discovery in 1729 in the backlands of the *Serro Frio*. Then the Portuguese crown began to organize their actions in the backcountry, with the goal of streamlining the administration of mining. In this context, the maps have become essential tools, built according to the military academies methods and following the graphic conventions systematized throughout the eighteenth century. These maps were essential tools for the politics for diamonds. Even before the official discovery of the stones, the hinterlands of *Serro Frio* were also the principal object of the explorer's scripts and maps. These representations had a pragmatic and/or political nature. Practically, roadmaps were descriptions of roads, rivers, creeks and streams of the *Serro Frio* that led to gold and diamonds, or also bring clues to the way of Esmeraldas Mountains. In a political way, were a feature used by explorers to request favors and realize their discoveries actions. These two ways of representing the *Serro Frio* - the official and the explorers - although apparently unconnected, maintained an intensive dialogue, providing the exchange of cartographic methods, which led to certain entities geographical to persist or disappear throughout the history of the Diamond District.

Key words: Diamond District, Cartography, Diamonds.

LISTA DE MAPAS

- Mapa 1:** *Carta topográfica das terras intermedias entre a Vila de Pitangui e a Vila do Príncipe no Serro do Frio*
- Mapa 1.1:** Detalhe do título da *Carta topográfica das terras intermedias entre a Vila de Pitangui e a Vila do Príncipe no Serro do Frio*
- Mapa 1.2:** Detalhe da *Carta topográfica das terras intermedias entre a Vila de Pitangui e a Vila do Príncipe no Serro do Frio*, com destaque para os signos utilizados na representação da Vila de Pitangui
- Mapa 1.3:** Detalhe da *Carta topográfica das terras intermedias entre a Vila de Pitangui e a Vila do Príncipe no Serro do Frio*, com destaque para a ligação entre os rios Pará e São Francisco
- Mapa 2:** *Mapa de parte de Minas Gerais*
- Mapa 2.1:** Detalhe do *Mapa de parte de Minas Gerais*, com destaque para a descrição do curso do Rio São Francisco.
- Mapa 2.2:** Detalhes do *Mapa de parte de Minas Gerais*, com destaque para o arraial de Sabará e os caminhos que partiam dali em direção ao Serro do Frio
- Mapa 2.3:** Detalhe do *Mapa de parte de Minas Gerais*, com destaque para as modificações que sofreu na localização dos pontos 3 e 4.
- Mapa 2.4:** Detalhe do *Mapa de parte de Minas Gerais*, com destaque para a descrição do arraial de Matias Cardoso.
- Mapa 3:** *Carta da Capitania de Minas Gerais*
- Mapa 3.1:** *Carta da Capitania de Minas Gerais*, com destaque para o tamanho completo do mapa no fundo da Biblioteca Nacional.
- Mapa 3.2:** Detalhe da *Carta da Capitania de Minas Gerais*, com destaque para as modificações nos rios diamantíferos.
- Mapa 3.3:** Detalhe da *Carta da Capitania de Minas Gerais*, com destaque para a inscrição “esmeraldas”.
- Mapa 4:** *Carta topográfica da vila do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito*
- Mapa 4.1:** Detalhe da *Carta topográfica da vila do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito*, com destaque para a Vila do Príncipe.
- Mapa 4.2:** Detalhes da *Carta topográfica da vila do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito*, com destaque as modificações que recebeu.
- Mapa 4.3:** Detalhes da legenda da *Carta topográfica da vila do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito*.
- Mapa 5:** *Borrão para se fazer um mapa da comarca do Serro do Frio*
- Mapa 6:** *Carta topográfica entremeias do sertão e distrito do serro do frio com as novas minas de diamantes*
- Mapa 6.1:** Detalhe da *Carta topográfica entremeias do sertão e distrito do serro do frio com as novas minas de diamantes*, com destaque para as minas de diamantes.
- Mapa 6.2:** Detalhe da *Carta topográfica entremeias do sertão e distrito do serro do frio com as novas minas de diamantes*, com destaque para os “sertões despovoados” e o “descobrimento das esmeraldas”.
- Mapa 7:** *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734*
- Mapa 7.1:** Detalhe da legenda descritiva da *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734*.
- Mapa 7.2:** Detalhe da legenda da *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734*.

Mapa 7.3: Detalhe da *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734*, com destaque para os caminhos que se dividem a partir do “Pé do Morro”.

Mapa 8: *Demarcação das terras que produz diamantes*

Mapa 8.1: Detalhe da legenda descritiva do mapa *Demarcação das terras que produz diamantes*

Mapa 8.2: Detalhe do mapa *Demarcação das terras que produz diamantes*, com destaque para os limites do distrito diamantino em vermelho

Mapa 9: *Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém*

Mapa 9.1: Detalhe da legenda da *Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém*

Mapa 9.2: Detalhe do mapa com destaque para a rede hidrográfica em azul, o arraial do Tejuco, a “estrada para o Tejuco” em cinza, e os pontos verdes e amarelos que indicam minas de diamantes

Mapa 9.3: Detalhe da cartela do mapa, com destaque para o seu título e elementos artísticos

LISTA DE ABREVIATURAS

- AHEx** - Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro)
AHU - Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)
APM - Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte)
CU – Conselho Ultramarino
FBN/RJ - Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
GEAEM - Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (Lisboa)
IEB-USP – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro
SC – Seção Colonial
SG – Secretaria de Governo da Capitania
SIAAMP – Sistema de Acesso Integrado ao Arquivo Público Mineiro
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE I: Os diamantes das minas gerais setecentistas	29
CAPÍTULO 1: Os diamantes do serro do frio: o fausto brilhante de Portugal no século XVIII	29
1.1. DAS PRIMEIRAS NOTÍCIAS À EXPLORAÇÃO CLANDESTINA	29
1.2. A DESCOBERTA OFICIAL	31
1.3. AS PRIMEIRAS MEDIDAS SOBRE A EXPLORAÇÃO DOS DIAMANTES	33
1.4. A DESORDEM INTERNACIONAL: O EXCESSO DA OFERTA DE DIAMANTES	36
2. A administração diamantina: da sua criação até o estabelecimento da real extração de diamantes em 1771	38
2.1. O COMISSÁRIO ESPECIAL: MARTINHO DE MENDONÇA DE PINA E PROENÇA	39
2.2. O PRIMEIRO INTENDENTE: RAFAEL PIRES PARDINHO	41
2.3. A DEMARCAÇÃO DIAMANTINA	43
2.4. OS CONTRATOS DOS DIAMANTES DO SERRO DO FRIO	47
2.5. A HISTORIOGRAFIA SOBRE DISTRITO DIAMANTINO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX.....	59
PARTE II: Os mapas das pedras brilhantes	65
CAPÍTULO 2: A cartografia prática dos sertanistas: roteiros e mapas do sertão dos diamantes	65
2.1. A ABERTURA DOS SERTÕES DA COMARCA DO SERRO DO FRIO	65
2.2. OS SERTANISTAS, SEUS ROTEIROS E MAPAS.	70
2.2.1. <i>Da Vila de Pitangui a Vila do Príncipe</i>	71
2.2.2. <i>Um mapa de viagem</i>	77
2.2.3. <i>Divisão de capitania</i>	83
2.2.4. <i>O roteiro de Lucas de Freitas de Azevedo</i>	87
2.2.5. <i>O borrão do Serro do Frio</i>	94
2.3. DESCONSTRUINDO OS MAPAS SERTANISTAS	97
CAPÍTULO 3: “Um mapa exato deste descobrimento”: os mapas oficiais do distrito diamantino	99
3.1. A CARTOGRAFIA OFICIAL PORTUGUESA DURANTE O SÉCULO XVIII: A RENOVAÇÃO DA ARTE DE FAZER MAPAS	99
3.2. OS ENGENHEIROS MILITARES E OS MAPAS TOPOGRÁFICOS: A RENOVAÇÃO DO ENSINO	104
3.3. A CONTRATAÇÃO DOS PADRES MATEMÁTICOS: O PROJETO DO NOVO ATLAS DA AMÉRICA PORTUGUESA.	106
3.4. A CARTOGRAFIA DOS ENGENHEIROS MILITARES E DOS PADRES MATEMÁTICOS SOBRE A DEMARCAÇÃO DIAMANTINA	111
3.4.1. <i>O capitão dos Dragões e a Companhia dos diamantes</i>	112
3.4.2. <i>O mapa dos padres matemáticos e a Demarcação Diamantina</i>	121
3.4.3. <i>O Distrito Diamantino: o círculo da fronteira</i>	131
3.4.4. <i>Os contratos diamantinos: um vazio cartográfico?</i>	135
3.4.5. <i>Para o marquês de Pombal: o Distrito sem seu contratador</i>	138
3.5. A CONSTRUÇÃO DOS MAPAS OFICIAIS: ESPELHOS DO MUNDO COLONIAL	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
FONTES E REFERÊNCIAS	153

Introdução

A presente dissertação se propôs a trabalhar com um espaço e um campo de pesquisa relevantes e complexos para a História, não só porque ambos têm passado por profundas transformações a partir das produções acadêmicas contemporâneas, mas porque se pretende analisá-los de maneira simbiótica. O espaço em questão é o Distrito Diamantino: região demarcada pela Coroa na Capitania de Minas Gerais em 1734, que compreendia os principais rios e córregos produtores de diamantes, cuja história foi, ao longo do tempo, interpretada de diferentes maneiras pela historiografia.¹ O campo de pesquisa é o que, recentemente, se convencionou denominar História da Cartografia: área transdisciplinar que se ocupa da análise dos mapas históricos, procurando investigar, entre outros, suas condições de produção, de circulação e consumo, seus objetivos, as formas de representação espacial, de apropriação do território e de seus limites políticos e geográficos. Uma área de estudos que está sendo cada vez mais explorada pelos historiadores.²

A mineração dos diamantes em Minas Gerais, ao longo do século XVIII, foi um processo conturbado e marcado pela heterogeneidade. Sua descoberta e primeiras explorações atraíram uma série de indivíduos, cujo palco de suas ações foi o território que veio a ser denominado Distrito Diamantino do Serro do Frio. Dessa forma, essa pesquisa procurou identificar como a região da mineração dos diamantes, na Capitania de Minas Gerais, foi representada pela cartografia entre os anos de 1714 a 1771, quando esse território se formou e se transformou. Esse período abarca as primeiras notícias sobre os achados diamantinos nessa

¹ A obra clássica sobre a região é de SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. A primeira revisão historiográfica foi realizada por FURTADO, Júnia F. *O Livro da Capa Verde: a vida no Distrito Diamantino no período Real Extração*. São Paulo: Annablume, 2008. Ver ainda FERREIRA, Rodrigo. *O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos (1740-1771)*. Belo Horizonte: Fumarc, 2009.

² Para alguns dos principais estudos sobre a metodologia inerente à História da Cartografia ver: BUENO, Beatriz Piccolotto. Decifrando mapas: sobre o conceito de *território* e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*, v.12, p.193-236, jan/dez 2004; FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p.352-461; OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)*. São Paulo: USP, 2012 (Tese, Doutorado em História); FURTADO, Júnia F. *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Odebrecht/ Versal, 2013. WOODWARD, David. The study of history of Cartography: a suggested framework. *American Cartographer*, v.1, p.101-115, 1974; JACOB, Christian. *L'empire des cartes: approche théorique de la cartographie à travers l'histoire*. Paris: Editions Albin Michel, 1992. BLAKEMORE, M. J.; HARLEY, J.B. Concepts in the history of cartography: a review and perspective. *Cartographica* 17, Monograph 26, p.1-120, 1980; AGUILLAR, José. *Historia de la cartografía: la tierra de papel*. Buenos Aires: Codex, 1968; HARLEY, John. The map and the development of the History of Cartography. In: HARLEY, John & WOODWARD, David. (org.) *History of Cartography: Cartography in Pre-historic, Ancient, and Medieval Europe and Mediterranean*. Chicago: Chicago University Press, 1987, v.1, p.1-42; HARLEY, John Brian. *La nueva naturaleza de los mapas. Ensayos sobre la historia de la cartografía*. México: FCE, 2005.

área (1729), a criação do Distrito Diamantino e a instauração da Administração Diamantina (1734), quando se deu a livre exploração das pedras; passando pelo período de fechamento das lavras (1734-1739), ao qual se seguiu a exploração das pedras sob o regime dos contratos (1739-1771), terminando com a data de criação da Real Extração dos Diamantes (1771/2).³

Esses anos representaram o ápice da extração dos diamantes, o que provocou uma corrida populacional em direção aos sertões do Serro do Frio, e que transformou o pequeno arraial do Tejuco, por exemplo, em um dos mais opulentos centros urbanos do Brasil no século XVIII.⁴ Nessa perspectiva, a mineração dessas pedras preciosas provocou mudanças profundas nos sertões do Serro do Frio.

O recorte espacial dessa pesquisa é o território que integrou a região que veio a ser denominada Distrito Diamantino do Serro do Frio, entre os anos de 1714 a 1771. Localizado na região centro-norte da Capitania de Minas Gerais, o Distrito era parte integrante da Comarca do Serro do Frio e passou a ter como sua sede o arraial do Tejuco (atual cidade de Diamantina). Sua principal bacia hidrográfica era constituída pelo rio Jequitinhonha e afluentes. Nas suas proximidades estavam situadas as fronteiras despovoadas dos sertões do leste da Capitania, estes banhados pela bacia do rio Doce. Inicialmente, entre os anos de 1714 a 1733, o território de exploração dos diamantes não teve suas fronteiras definidas. A mineração na região restringiu-se inicialmente à exploração aurífera e, a partir de meados de 1720, a esta se agregaram os achados diamantíferos. A ocupação inicial do território foi um processo dinâmico e aberto, constituindo-se como um espaço em expansão (do sul para o norte da Capitania de Minas Gerais; e do centro, constituído pela Vila do Príncipe, para suas periferias leste e oeste), o qual vinha sendo desbravado pelos sertanistas e onde a presença dos elementos naturais dava forma às representações do território que ia sendo explorado à medida que novos descobertos, de ouro e depois, de diamantes, eram realizados. A área de mineração dos diamantes passou a ter suas fronteiras delimitadas a partir de 1734, quando o Distrito Diamantino foi instituído como território demarcado pela Coroa. A partir desse

³ Sobre a história da exploração dos diamantes em Minas Gerais ver: SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1945; FURTADO, Júnia Ferreira. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. In: RESENDE, Maria Efigênia e VILLALTA, Luís Carlos. (orgs.) *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v.1, p.303-320. FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*. O outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, especialmente p. 73-102 e p.207-224; FURTADO, Júnia F. Nobilitação dos homens de negócio no ultramar português: Pombal e os contratadores dos diamantes. IN: ANTUNES, Álvaro de Araújo e SILVEIRA, Marco Antônio. (orgs.) *Dimensões do poder em Minas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p.109-137. FURTADO, Júnia F. *O Livro da Capa Verde: a vida no Distrito Diamantino no período Real Extração*.

⁴ Sobre o arraial do Tejuco e sua opulência ver: VASCONCELOS, Silvio de. A formação urbana do arraial do Tejuco. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v.14, 1959, p.121-34; FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*. O outro lado do mito, p.37-46.

momento, o território dos diamantes passou a ter seus limites estabelecidos de acordo com as áreas de extração das pedras, com a exaustão ou a descoberta de novas minas.⁵

Espaço e tempo são duas categorias fundamentais para a compreensão dessa dinâmica, o que exige do historiador a mobilização de metodologias e conceitos transdisciplinares. A utilização dos fundamentos da História e da Geografia, principalmente na interpretação das fontes escritas e cartográficas, cria a possibilidade da construção de um saber histórico conjugado ao conhecimento geográfico.

Dessa forma, procuramos privilegiar a produção cartográfica que representa a região do Distrito Diamantino como fonte principal e articuladora das demais. Ao olharmos para os mapas como fontes tínhamos a expectativa de evidenciar características sobre os seus produtores e consumidores, o que poderia contribuir para desvelar os aspectos culturais que envolviam as ações régias e cotidianas sobre o território dos diamantes. Assim, era interessante promover uma aproximação dos mapas com os relatos produzidos pelos sertanistas, negociantes, viajantes e funcionários régios sobre o Distrito Diamantino.

Quanto ao recorte temporal, foram as fontes cartográficas que o definiram. Durante o processo de levantamento dos mapas nos deparamos com dois tipos principais de representações cartográficas, produzidas ao longo do século XVIII, sobre o território do Distrito Diamantino. De um lado, encontramos vários mapas chamados de “mapas sertanistas”, que são datados, aproximadamente, entre os anos de 1714 a 1730.⁶ Foram Sérgio Buarque de Holanda e Jaime Cortesão quem, quase concomitantemente, consideraram esses mapas oriundos das expedições paulistas de desbravamento do interior e os intitularam “mapas sertanistas”.⁷ Por essa razão, os mapas dessa natureza depositados na Biblioteca

⁵ Por exemplo, durante o contrato de Felisberto Caldeira Brant, a área de mineração diamantífera do Rio de Pilões, explorada por esse mesmo contratador, passou a fazer, formalmente, parte do Distrito Diamantino, e, por isso, submetido às mesmas regras, leis e autoridades. Ver FURTADO, Júnia F. Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso. *Varia Historia*, Belo Horizonte, UFMG, v.21, p.295-306, 2000.

⁶ Alguns mapas tiveram suas datas aproximadas de feitura estabelecida nesta pesquisa, já o *Borrão para se fazer um mapa do Serro do Frio* teve sua data estabelecida por RENGER, Friedrich E.; MACHADO, Maria Márcia M. e SANTOS, Márcia Maria D. Os mapas do achamento dos diamantes no Serro Frio. *Anais do IV Simpósio Brasileiro de Geologia do Diamante*. Diamantina, 2005, p.143-147.

⁷ Sobre a classificação dos mapas como sertanistas ver: HOLANDA, Sérgio Buarque. Índios e mamelucos na expansão paulista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n.13, 1949. CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco. 1965-1971, especialmente p.231-232. COSTA, Antônio Gilberto (org.); RENGER, Friedrich E. FURTADO, Júnia F. e SANTOS, Márcia Maria D. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa, 2004, p.15-19; COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p.83-224. Mais recentemente essa denominação foi problematizada por OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações*, p.20-59 e 90-139; OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Cartografias do “sertão”: os mapas sertanistas no discurso histórico de Jaime Cortesão e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Território & Fronteiras*, Cuiabá, v.6, n.2, jul-dez.2013, p.188-210.

Nacional, no Rio de Janeiro, acabaram sendo agrupados em um fundo que recebeu exatamente essa denominação. De outro lado, encontramos alguns mapas produzidos por engenheiros militares ou pelos chamados padres matemáticos, de quem se falará a seguir, que podem ser agrupados numa categoria que chamei de “mapas oficiais”, porque foram realizados por indivíduos que dominavam as novas metodologias, com seus códigos mais eruditos de representação cartográfica, muitos deles sob encomenda da Coroa, ou produzidos por funcionários a seu serviço. O primeiro documento cartográfico dessa natureza data de 1731 e o último está datado de 1771.

Para Sérgio Buarque de Holanda e Jaime Cortesão, o que caracterizaria e uniformizaria o primeiro grupo, que agrega os denominados “mapas sertanistas”, seria a influência do traçado e das concepções do espaço e da geografia indígena na sua confecção, distante da linguagem cartográfica europeia, esta sim presente nos mapas do segundo grupo, que intitulei de “mapas oficiais”. Mais recentemente, Tiago Kramer de Oliveira discordou da interpretação desses dois historiadores e defendeu que, ainda que os autores dos “mapas sertanistas” não dominassem os códigos eruditos europeus, “parece insustentável a interpretação de que os mapas sertanistas teriam suas técnicas de confecção advindas de práticas ameríndias de representação do espaço”. Para ele, seus autores compartilharam e utilizaram, nessa produção cartográfica, das concepções europeias de representação do território e, por isso, propôs intitulá-los “mapas de sertanistas”.⁸ De fato, no que diz respeito ao traçado, o que parece distanciar o primeiro do segundo grupo é o domínio das técnicas eruditas de produção cartográfica europeia pelos do segundo grupo,⁹ mas todos os mapas escolhidos para a análise nesse trabalho utilizam os símbolos culturais europeus e suas formas de representação do espaço.

Para os sertanistas, homens errantes que percorriam periodicamente o sertão, a criação de meios materiais de orientação era uma necessidade vital para seu deslocamento.¹⁰ Foi a partir dessa necessidade que produziram uma grande quantidade de mapas e roteiros, que tinham como base as estruturas geográficas reais encontradas durante seus deslocamentos

⁸ OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações*, p.120-121.

⁹ FERREIRA, Mario C. “Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII”. *Anais do II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Lisboa, 2007, p.3.

¹⁰ Sobre os sertanistas e seus mecanismos de orientação nos sertões ver: CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958; ABREU, J. Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998; ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais*. Empresa, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica e PUC Minas, 2008; COSTA, Antônio Gilberto. (org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*; BRÜCKNER, Martin (ed.) *Early American Cartographies*. Virginia: University of North Carolina Press, 2011.

pelo território e o imaginário que esses homens tinham e compartilhavam sobre o sertão.¹¹ Seus mapas, ainda que desenhados muitas vezes de forma o mais simples possível, de traços aparentemente rústicos, refletem essa necessidade imperativa de orientação, todavia seus códigos de representação do espaço – os signos que indicavam as serras, os rios, os caminhos, os núcleos de povoamento, etc. – eram oriundos das práticas de representação do espaço dos europeus e que foi por eles universalizado na cartografia. Essas mapas também foram utilizados como fontes legitimadoras da conquista por aqueles que a empreenderam e que buscavam assegurar seus direitos de conquistadores. Segundo Francisco Eduardo de Andrade, os sertanistas utilizavam o “roteiro da entrada ou um mapa descritivo do lugar dos achados minerais” como peças fundamentais nos “esquemas legítimos de ação para instituir um descobrimento”.¹² Dessa forma, a construção de meios materiais de orientação no sertão era uma preocupação real, uma questão de sobrevivência, mas também uma questão política, que garantia uma memória das conquistas empreendidas.¹³ Dessa forma, percebemos que esses cartógrafos sertanistas compartilhavam dos códigos de representação cartográfica oriundos da Europa, o que nos leva a corroborar a tese de Thiago Kramer de Oliveira, e a chamar esse grupo de cartas de “mapas de sertanistas”. Nessa categoria, foram selecionados cinco documentos cartográficos para essa pesquisa.

Os quatro primeiros mapas dessa seleção não possuem datação certa, por isso buscou-se atribuir datas aproximadas para eles, relacionando-os com as mudanças ocorridas no contexto da exploração dos diamantes no Serro do Frio ao longo do século XVIII. Dessa forma, seguindo uma ordem cronológica aproximada, a primeira carta analisada é a *Carta topográfica das terras intermedias entre a Vila de Pitangui e a Vila do Príncipe no Serro do Frio*, que data de cerca de 1714.¹⁴ O mapa, orientado na direção norte-sul, com o norte para cima, descreve, como um esboço cartográfico, parte do curso do Rio São Francisco, com

¹¹ Como exemplos de mapas que refletem esse mistura de concepções reais e imaginárias do sertão ver Arquivo do IEB-USP. Número 55 do Catálogo de Iconografia da Coleção Lamego. *Roteiro Ilustrado de Terras Mineraias do Brasil/ o Capp^m*. Mor Manuel Francisco dos Santos Soledade, Lisboa Ocidental, 1729. Ms. Manuscrita; 29,9 X 21 cm. COSTA, Antônio Gilberto (org.), RENGGER, Friedrich E. FURTADO, Júnia F. SANTOS, Márcia M.D. *Cartografia da conquista do território de Minas Gerais*, p.17-18, DELVAUX, Marcelo Motta. *As Minas imaginárias: o maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América Portuguesa – séculos XVI a XIX*. Dissertação - Mestrado em História. Belo Horizonte: UFMG, 2009; FURTADO, Júnia F. José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária emboaba da conquista do ouro. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (Orgs.) *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português (séc. XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p.277-295.

¹² ANDRADE, Francisco E. *A invenção das Minas Gerais*. Empresa, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa, p.89.

¹³ Mais recentemente, essa questão foi aprofundada em PAIVA, Adriano Toledo. *“Aranzéis da tradição”*: conquistadores nos sertões do ouro (1760-1800). Tese – Doutorado em História. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

¹⁴ FBN/RJ. ARC.030, 01, 011. *Carta topográfica das terras intermedias entre a Vila de Pitangui e a Vila do Príncipe no Serro do Frio*. [17--]. Desenho a tinta ferrogálica, 55 x 66 cm. *BNDigital*. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525833.jpg>

alguns de seus afluentes da margem direita, evidenciando a ligação fluvial entre as Vilas de Pitangui e do Príncipe, na direção leste-oeste.

O segundo é o *Mapa de parte de Minas Gerais* que abrange a região central e parte do noroeste de Minas Gerais, com a identificação dos limites com as Capitânicas da Bahia e de Pernambuco.¹⁵ No documento estão representados os curso dos rios São Francisco, do Rio das Velhas e do Jequitinhonha, além de seus principais afluentes, muitos deles diamantíferos. Este mapa, orientado na direção norte-sul, com o norte para cima, foi aproximadamente construído entre os anos de 1715 a 1720.

O terceiro mapa analisado faz parte da coleção de oito cartas denominadas de *Cartas da Capitania de Minas Gerais* que pertencem ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional, tendo sido catalogada com o nº 30.02.20.¹⁶ Nele encontramos representada parte da geografia da região do Distrito Diamantino, como as serras de Itacambira e de Itamarandiba, além da Serra das Esmeraldas, à leste da Capitania de Minas Gerais. Pela identificação dos topônimos do mapa acreditamos que ele tenha sido desenhado por volta de 1720.

O quarto mapa é a *Carta topográfica da Vila do príncipe no Serro Frio e do seu distrito*.¹⁷ Neste esboço encontram-se representados alguns dos principais caminhos da e para a região do Serro do Frio: o Caminho do Sabará, Caminho do Mato Dentro e o Caminho da Garça. Na legenda do mapa há uma relação de distâncias em léguas entre várias localidades, uma evidência da vasta rede de caminhos que interligavam as áreas de mineração do ouro e dos diamantes com os sertões da Bahia. Acredita-se que esta carta foi construída depois de 1720, baseada nas expedições realizadas pelo sertanista Lucas de Freitas de Azevedo, que estava há muito tempo estabelecido na região.¹⁸

O quinto e último é o *Borrão para fazer um mapa da comarca do Serro do Frio* que segundo Friedrich E. Renger foi um dos primeiros mapas produzidos especificamente sobre a região de exploração dos diamantes no Serro do Frio, com data aproximada de 1724.¹⁹ O

¹⁵ FBN/RJ. ARC.030, 03, 019. *Mapa de parte de Minas Gerais*. [17--]. Desenho a tinta e nanquim, 43 x 60,5 cm. *BNDigital*. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart514099.jpg>

¹⁶ FBN/RJ. ARC.030,02,018/025. *Cartas da Capitania de Minas Gerais*. [17--]. Desenho a tinta e a lápis, 54 x 67 cm. *BNDigital*. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart542644.pdf>

¹⁷ FBN/RJ. ARC.030, 01, 013. *Carta topográfica da Vila do príncipe no Serro Frio e do seu distrito*. [17--]. Desenho a tinta ferrogálica, 56 x 65,5 cm. *BNDigital*. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525842.jpg>; (Todos os arquivos acessados em 10 mar.12).

¹⁸ PAIVA, Adriano Toledo. “*Aranzés da tradição*”: conquistadores nos sertões do ouro (1760-1800), p.46.

¹⁹ Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional (FBN/RJ). ARC. 004.06.020. CEHB 3192. *Borrão para fazer um mapa da comarca do Serro do Frio*. 1724, rascunho à pena, 30 x 41,5 cm.

mapa, orientado na direção sul-norte, com o sul para cima, é um típico borrão de sertanista feito á pena, que tem como ponto central a representação da Vila do Príncipe.²⁰

Estes mapas nos fornecem informações sobre como os sertanistas construíram suas representações espaciais sobre o território dos diamantes. Por um lado, é possível observar que as experiências vividas no sertão interferiram em suas representações cartográficas. Por outro lado, estes homens não viviam isolados e, na medida em que continuavam em busca de novas descobertas ou buscavam legitimar as ações de seus antepassados, as trocas de informações, roteiros e mapas, se intensificaram. Como afirmou Adriano Toledo Paiva, em pesquisa recente: “mesmo sendo associados aos paulistas no intuito de cancelar uma ‘tradição’ no sertanismo, os mapas eram discutidos e transmitidos oralmente, sendo moldados pelas constantes comunicações entre os coloniais”.²¹ Era por meio dessas cartas ou de relatos geográficos que os outros familiares ou demais sertanistas poderiam percorrer os mesmos caminhos das expedições anteriores, refazendo-lhes os passos:

No caso do movimento de abertura das minas de ouro no Brasil, por exemplo, **documentos cartográficos circulavam entre os bandeirantes paulistas** na forma de relatos orais ou escritos, que formavam roteiros de viagem, verdadeiros **mapas mentais** que permitiram que as sucessivas gerações de sertanistas encontrassem seu caminho sertão adentro.²²

Quanto aos que intitulei “mapas oficiais”, esses foram produzidos sob o desígnio da Coroa portuguesa. Foram desenhados tanto por engenheiros militares, quanto pelos chamados padres matemáticos. A cartografia desses agentes seguia as regras oficiais da produção cartográfica do século XVIII, e servia às ações do Estado nos seus negócios.²³ Para servir a essas funções,

a progressiva especialização e modernização da geografia, o que incluía a engenharia militar, se acentuou ao longo do século XVIII. Aulas régias de geografia, voltadas principalmente para as atividades militares, sob o primado da matemática, da trigonometria e da geometria, foram criadas em várias cortes europeias nessa época,²⁴

²⁰ Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional (FBN/RJ). ARC. 004.06.020. CEHB 3192. *Borrão para fazer um mapa da comarca do Serro do Frio*. 1724, rascunho à pena, 30 x 41,5 cm.

²¹ PAIVA, Adriano Toledo. “*Aranzés da tradição*”: conquistadores nos sertões do ouro (1760-1800), p.36

²² FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012, p.26. (grifo meu)

²³ Sobre essa relação ver: ANDERSON, Benedict. Censo, mapa, museu. In: *Comunidades Imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.226-255; CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*, p.165-210; FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil, p.239-300 e 467-504.

²⁴ FURTADO, Júnia F. *História da Engenharia*, p.31.

e, entre as inúmeras atividades desempenhadas pelos engenheiros militares esteve a produção de mapas, tanto para efeitos militares, quanto civis.²⁵

A cartografia resultante dessa empreitada se caracteriza por sua função oficial. Esse grupo é constituído, essencialmente, de exemplares manuscritos, pois a produção oficial de mapas em Portugal não visava à comercialização desses itens como, por exemplo, se fazia na Inglaterra e na França. Além disso, a Coroa seguia uma política de segredo sobre seus territórios do ultramar, o que inibia a reprodução impressa desses mapas. Estes eram direcionados a autoridades específicas ou diretamente feitos sob a inspeção da Coroa, logo, para sua confecção, era preciso seguir determinadas regras e normas que garantiam a legitimidade e a uniformização de suas informações.²⁶

Durante o século XVIII, principalmente a partir dos desdobramentos da Guerra da Sucessão Espanhola, dom João V iniciou um processo de revitalização da formação dos engenheiros militares em Portugal.²⁷ Com a instituição das Aulas Régias de Engenharia, tanto no Reino como no Brasil, a cartografia terrestre passou a ser dominada pelos engenheiros militares, formados de acordo com as mais novas instrumentações cartográficas da época.²⁸ Foi dentro desse contexto que os mapas oficiais do Distrito Diamantino foram produzidos.

Mas não foram somente os engenheiros militares os responsáveis por essa produção cartográfica. A partir de 1720, dom João V foi buscar na Itália dois jesuítas – João Baptista Carbone²⁹ e Domingos Capassi³⁰ –, com vistas ao levantamento cartográfico do império,

²⁵ Sobre os engenheiros militares e a cartografia ver: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp, 2011; BUENO, Beatriz P. S. O Engenheiro Artista: As Aquarelas e as Tintas nos Mapas do Novo Mundo. In: FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) *Sons, formas, cores e movimentos na Modernidade Atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, 2008, p.375-383; FURTADO, Júnia F. História da Engenharia. In: STARLING, Heloísa Maria Murguel e GERMANO, Lígia Beatriz de Paula. (orgs.) *Engenharia: História em construção*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2012, p.21-69.

²⁶ GODLEWSKA, Anne. *Geography unbound: French geographic science from Cassini to Humboldt*, Chicago: University of Chicago Press, 1999, p.19-86; FURTADO, Júnia F. História da Engenharia, p.21-70.

²⁷ Sobre o renascimento da cartografia em Portugal ver: ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.73-110; CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*, p.160-210; BUENO, Beatriz P. S. *Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*, p.101-137.

²⁸ FURTADO, Júnia F. História da Engenharia, p.21-70.

²⁹ João Baptista Carbone (1694-1750). Entrou para a Companhia de Jesus em 1709 onde teve sólida formação letrada. Natural da Itália veio para Portugal em 1722, onde permaneceu até sua morte. Realizou diversos trabalhos de observação, foi nomeado matemático régio, reitor do Colégio de Santo Antão e conselheiro de dom João V.

³⁰ Domingos Capassi (1694-1736). Entrou para a companhia de Jesus em 1710, atuou como professor em Nápoles, sua terra natal, e veio para Portugal junto com Carbone. Foi enviado para a missão no Brasil em 1729, ao lado do padre português Diogo Soares.

especialmente de Portugal e do Brasil, cujas fronteiras estavam em litígio com os espanhóis.³¹ Seu objetivo era que eles trabalhassem, em conjunto com jesuítas portugueses, no projeto do *Novo Atlas da América portuguesa*.³² Em 1729, Domingos Capassi e o jesuíta português, Diogo Soares, seguiram para o Brasil com o objetivo de estabelecer o meridiano do Rio de Janeiro e, a partir dele, fazer o levantamento cartográfico do Brasil, enquanto João Carbone permaneceu em Lisboa para realizar trabalhos matemáticos e astronômicos.

O primeiro mapa desse conjunto oficial é a *Carta topográfica das terras entremeias do sertão e distrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes*.³³ De autoria do Capitão de Dragões José Rodrigues de Oliveira foi feita em 1731 especialmente para o Cardeal da Mota, por essa época o mais importante conselheiro de dom João V. Esta carta, desenhada nos anos iniciais da mineração dos diamantes, estava diretamente relacionada com o turbilhão de propostas com vistas a melhorar a arrecadação e o controle sobre a extração das gemas, o que ocupava, à época, grande parte dos ministros e conselheiros do Rei.

A segunda é a *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734*, cuja autoria é atribuída aos padres matemáticos, Diogo Soares e Domingos Capassi.³⁴ Datada de 1734, seria a única carta temática feita pelos padres matemáticos em sua passagem por Minas Gerais,³⁵ ano em que a exploração dos diamantes foi proibida e o intendente dos diamantes Rafael Pires Pardini e o comissário especial Martinho de Mendonça de Pina e Proença estudavam a demarcação das fronteiras do Distrito Diamantino e a melhor forma de extração das pedras. A passagem dos padres pelas Minas justamente neste momento foi, com certeza, de grande valia para as discussões e as decisões que foram tomadas a seguir.

³¹ FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*; FURTADO, Júnia F. *O mapa que inventou o Brasil*.

³² Sobre o projeto do novo atlas ver: ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*. BORGES, Maria Eliza Linhares. *Padres matemáticos*. In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.227-229. BUENO, Beatriz P. S. *Desenho e Designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*, p.311-17; ALMEIDA, André Ferrand. *Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748)*. *Oceanos*, Lisboa, n.º. 40, p.79-92, 1999. COSTA, Antônio G. (org.), RENGER, Friedrich E. FURTADO, Júnia F. SANTOS, Márcia M D. *Cartografia das Minas Gerais: da capitania a província*, p.139-45.

³³ Rio de Janeiro. Arquivo Histórico do Exército (AHEx). N.º 06.01.1135; CEHB 3193. OLIVEIRA, José Rodrigues de. *Carta topográfica das terras entremeias do sertão e distrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes*. 1731, aquarela, 48,1 x 59,5 cm.

³⁴ Lisboa. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (GEAEM). N.º 4637. *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734*. c.1734/5, aquarela, 35 x 41 cm. (Cópia digital gentilmente cedida pelo Prof. Friedrich Renger, a quem agradeço).

³⁵ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.130.

Provavelmente construído poucos anos depois, ou concomitantemente à demarcação do Distrito, foi o mapa chamado de *Demarcação das terras que produz diamantes*.³⁶ Atribuído pela historiografia a Martinho de Mendonça de Pina e Proença, o mapa representa a linha divisória do Distrito, e possui uma legenda que descreve a fundação dos principais arraiais da região e da Vila do Príncipe.³⁷

O último mapa analisado representa o momento derradeiro da vigência dos contratos no Distrito Diamantino, e se intitula *Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém*.³⁸ De autoria desconhecida foi desenhado por volta de 1771 e dedicado ao marquês de Pombal, provavelmente, lhe foi muito útil durante os preparativos para a instalação da Real Extração de Diamantes. O mapa possui um detalhado levantamento sobre as posições geográficas das minas de diamantes já exploradas ou em exploração, informação importante e estratégica. Com ele, encerra-se temporalmente a pesquisa.

Optar pela continuação da investigação, incluindo os anos da Real Extração, implicaria em um dispendioso trabalho, que teríamos dificuldade em encaixar dentro dos limites temporais de uma pesquisa de mestrado, pois teríamos que incluir a análise das mudanças administrativas, políticas e sociais promovidas pela Real Extração com impacto nas representações cartográficas sobre o Distrito.

Ao eleger os mapas como as fontes principais era essencial estar atento para as especificidades dessa fonte, por isso torna-se necessário apresentar e discutir perspectivas metodológicas da História da Cartografia que foram adotadas nesse trabalho.

A História da Cartografia se mostra particularmente interessante por sua interdisciplinaridade intrínseca. Pela singularidade de seu objeto – os mapas – este campo de saber articula uma grande diversidade de temas, teorias e métodos. Afinal, nos mapas conflui uma série de saberes que sintetizam diferentes técnicas e conceitos.³⁹

Ressalta-se que não se parte de um pressuposto cientificista da cartografia, ao contrário, os mapas são construídos por uma linguagem cartográfica eminentemente histórica, o que

³⁶ Arquivo Histórico Ultramarino. (AHU). Nº 247/1153. *Demarcação das terras que produz diamantes*. c.1734, aquarela, 26 x 33 cm.

³⁷ LIMA Jr., Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1945.

³⁸ AHEx. Nº 06.01.1132, CEHB 3189. *Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém*. c.1770, aquarela, 48,1 x 64,7 cm.

³⁹ BLAKEMORE, M. J.; HARLEY, J.B. Concepts in the history of cartography: a review and perspective, *Cartographica* 17, Monograph 26, p.1-120, 1980; WOODWARD, David. The study of history of Cartography: a suggested framework. *American Cartographer*. v.1, p.101-115, 1974. Em português, ver FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p.19-28.

torna seu entendimento um processo complexo. Como afirmou John Brian Harley no ensaio *Deconstructing the map*:

Para os historiadores da cartografia, acredito que o principal obstáculo para a compreensão é que nós ainda aceitamos acriticamente e com amplo consenso, com relativamente poucas vozes discordantes, sobre o que os cartógrafos nos dizem que os mapas supostamente são. Em particular, muitas vezes tendemos a trabalhar a partir da premissa de que os desenhistas de mapas se envolvem em uma forma, sem dúvida, 'científica' ou 'objetiva' de criação de conhecimento. **Claro, os cartógrafos acreditam que eles devem dizer isso para manter a credibilidade, mas os historiadores não têm essa obrigação. É melhor para nós começar a partir da premissa de que a cartografia raramente é o que os cartógrafos dizem que ela é.**⁴⁰

Dessa forma, partimos da premissa de que os mapas são produtos culturais, sendo entendidos por nós como textos, ou seja, representações físicas da comunicação.⁴¹ Como artefatos historicamente produzidos, no tempo e no espaço, os mapas são imagens capazes de transmitir um saber,⁴² mas esse conhecimento não é objetivo e desinteressado, por isso, sendo códigos culturais, os mapas só podem ser compreendidos e decodificados por meio dos elementos históricos que os constituíram. O entendimento da linguagem cartográfica acontece apenas durante o processo de compreensão e análise dos mapas de acordo com suas especificidades.

Um caminho demonstrado, por exemplo, por Matthew Edney:⁴³

⁴⁰ HARLEY, John B. "Deconstructing the map". *Cartographica*. V.26, n° 2, 1989, pp. 1-20, p. 1. (Grifo meu) Tradução livre de: "For historians of cartography, I believe a major roadblock to understanding is that we still accept uncritically the broad consensus, with relatively few dissenting voices, of what cartographers tell us maps are supposed to be. In particular, we often tend to work from the premise that mappers engage in an unquestionably 'scientific' or 'objective' form of knowledge creation. Of course, cartographers believe they have to say this to remain credible but historians do not have that obligation. It is better for us to begin from the premise that cartography is seldom what cartographers say it is."

⁴¹ Como afirma Harley: "Texto es una metáfora mejor para los mapas que la del reflejo de la naturaleza. Los mapas son textos culturales. Al aceptar su textualidad podemos abarcar diversas posibilidades interpretativas". HARLEY, John Brian. *La nueva naturaleza de los mapas*. Ensayos sobre la historia de la cartografía, México: FCE, 2005, p.59-77 e 196; JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography throughout history*. Chicago: The University of Chicago Press. 2006, p.11-102 e 189-268.

⁴² BORD, Jean-Paul. La carte et la construction des savoir en géographie et dans les sciences sociales. In: BORD, Jean-Paul e BADUEL, Pierre R. (dir.) *Les cartes de la connaissance*. Paris: Éditions Karthala, 2004, p.17.

⁴³ Vários historiadores lusobrasileiros também desenvolveram trabalhos nesse mesmo sentido como: ALMEIDA, André Ferrand Almeida. "Entre a Guerra e a Diplomacia": os conflitos luso-espanhóis e a cartografia da América do Sul (1702-1807). In: GARCIA, João Carlos (coord). *A Nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001; FERREIRA, Mario Clemente. "O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia". *Varia História*, v. 37, 2007, p. 51-69; KANTOR, Iris e outros. Mapas em Trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). *Araucaria* (Madrid), v. 12, 2010, p. 110-123; FURTADO, Júnia Ferreira. "Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais". *Anais do Museu Paulista*. v. 17, n. 2, 2009, pp. 155-187 e BUENO, Beatriz P. S.

Em particular, nós devemos organizar nossas narrativas históricas e cartobibliográficas não sobre as regiões e os lugares mapeados, mas no contexto em que os mapas foram produzidos e utilizados. Afinal, o objetivo da “nova História da Cartografia”, defendida por Brian Harley e David Woodward, entre outros, é situar os mapas dentro de seus contextos apropriados de fabricação e uso. (...) E podemos também ver com precisão como mapas eram utilizados como ferramentas de autoridade do Estado, ou como instrumentos de resistência. Mais importante, dessa forma, os mapas deixam de ser reflexos da sociedade e da cultura que os produziu, mas podem ser vistos claramente como contribuindo à constituição dessas sociedades e dessas culturas.⁴⁴

Apesar de na modernidade a cartografia ter construído uma linguagem cada vez mais esquemática e universal, os mapas continuam sendo produtos únicos. Assim, devemos entender a produção dos mapas como um processo, o qual deve ser decodificado pelo historiador, pois é a partir da História e da própria História da Cartografia que se desvelam os signos utilizados pelos cartógrafos.⁴⁵

Nessa dissertação as especificidades dos mapas do século XVIII representaram um desafio à parte. Por um lado, os “mapas de sertanistas” exigem que se reflita sobre uma série de aspectos que conformaram a sua produção, tais como a própria categoria de sertanista, os instrumentos de orientação utilizados em sua feitura, a relação desses homens com os indígenas, indispensáveis para seu deslocamento nesse espaço, a necessidade de orientação pelos pontos naturais do terreno e o recurso a diferentes códigos gráficos no ato de desenho dos mapas. Do outro lado, os mapas dos engenheiros militares e dos padres matemáticos apresentam outras especificidades como: o processo uniformizador de formação desses profissionais, o grau de domínio que detinham das técnicas cartográficas que se universalizavam, o uso de instrumentos e cálculos matemáticos os mais modernos no levantamento de campo e o emprego de uma equipe auxiliar técnica na construção cartográfica.

Dessa forma, várias questões surgiram ao longo da pesquisa. Em quais circunstâncias aquelas representações foram construídas? Existiam interesses por trás dessas representações?

“Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.17. n. 2. jul.-dez., 2009, pp. 111-153.

⁴⁴ EDNEY, Matthew. “A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755”. *Varia Historia*, v. 23, nº 37, 2007. pp.30-50, p. 49-50.

⁴⁵ HARLEY, John Brian. *La nueva naturaleza de los mapas*. Ensayos sobre la historia de la cartografía, p.185-208. FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p.23; BUENO, Beatriz P. S. *Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*, p.297-326.

Quais eram? Quem eram as pessoas que elaboraram esses mapas? Que influências sofriam? Os mapas podem ser pensados como instrumentos de poder? De domínio?

Na busca pelas respostas, além dos mapas, recorreu-se à pesquisa em diferentes arquivos. No *Arquivo Histórico Ultramarino* buscamos as cartas e pareceres de funcionários régios sobre a exploração dos diamantes.⁴⁶ No *Arquivo Público Mineiro* também recorreu-se as cartas e petições dos mineiros, além de bandos e correspondências régias sobre a mineração das gemas.⁴⁷ Outra importante fonte foi a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, que possui uma vasta compilação de cartas, pareceres, petições e memórias sobre os diamantes e os *Anais da Biblioteca Nacional*, que publicou documentação coeva referente aos documentos do acervo dessa instituição.⁴⁸ Além disso, também foi importante a consulta aos textos de memorialistas do período colonial e do século XIX, a livros, artigos, dissertações e teses, listados na bibliografia final.

Dessa forma, ao longo da dissertação a preocupação principal foi estabelecer um diálogo de forma articulada entre a cartografia, as demais fontes pesquisadas, e a bibliografia pertinente.

É importante frisar que os mapas, assim como outras fontes históricas, são produtos de uma determinada realidade, e que por isso carregam traços significativos daquele momento em que foram produzidos. Além disso, são elementos que comportam diversos usos, podendo atender aos objetivos mais variados, o que aumenta a complexidade de empregá-los como fontes.⁴⁹

Todavia, os mapas são essencialmente representações do real, são formas de compreensão do espaço transmitidas materialmente. Nesse sentido, é importante refletir um pouco sobre o conceito de representação.⁵⁰

⁴⁶ Acervo disponível para consulta em: <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> e <<http://siarq.iict.pt/>>

⁴⁷ Acervo disponível para consulta em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>

⁴⁸ Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Divisão de Publicações e Divulgação, vol.80, p.9-251, 1960.

⁴⁹ BORGES, Maria Eliza Linhares. Cartografia, poder e imaginário: cartográfica portuguesa e terras de além-mar. In: SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. (ORG.). *Inaugurando a História e construindo a nação; discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001 p.128.

⁵⁰ Para a discussão sobre o conceito de representação aplicado a cartografia, recorremos, principalmente, à análise de Roger Chartier. Ver CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In. *À Beira da Falésia. A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002, pp. 61- 77. Conferir também LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liana. A Imagem, a Idéia, o Símbolo e O Imaginário, a Ideologia e a Ilusão. In: *O que é Imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1996, pp. 10-34. (Coleção Primeiros Passos, v.309); CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, BERTRAND, 1990. FALCON, Francisco J. Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papiрус, 2000, pp. 41-79; FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p.22-23.

Diante do pressuposto de que é impossível compreender o real, pois toda a realidade é constituída de representações, afirmamos que

A cultura compartilhada por uma dada sociedade é entendida aqui como universo mental comum que possibilita a sociabilidade e confere inteligibilidade entre seus membros. Assim, tanto **as ações sociais quanto as representações sobre o social tornam-se passíveis de ser desvendadas pelo historiador, porque são vistas como textos culturalmente apreensíveis**. O mundo se tornou um mundo marcado por códigos de representações – símbolos a ser decifrados pelos historiadores do social e da cultura.⁵¹

Dessa forma, o mundo real somente se mostra acessível à compreensão através das representações. Relacionando o conceito de representação à análise cartográfica entende-se que os mapas são a forma material de determinada representação. Essa relação se dá mediante um processo de construção, que muitas vezes é caracterizado por uma dinâmica de confronto de representações. Dessa maneira, o real não é um dado objetivo, pois é constituído de múltiplos sentidos que são construídos por diferentes interesses de grupos ou indivíduos. Os mapas, embora pressuponham uma realidade, são sempre construções mentais, baseadas em códigos e valores dos seus produtores.

Todo mapa é uma **expressão simbólica de uma área** (...). Um mapa é, pois, sempre uma representação do real, uma forma de saber espacial e, ainda que ele mantenha uma íntima relação com o espaço que delimita, não é o próprio espaço, só podendo ser compreendido em sua dimensão simbólica.⁵²

Os cartógrafos são os responsáveis pela seleção, nomeação, classificação, omissão e construção dos elementos dos mapas, portanto quando o historiador da cartografia se debruça sobre as fontes cartográficas, ele não está diante de simples ilustrações, mas de elementos passíveis de interpretações, que contém informações sobre aquele momento vivido.

Todos esses elementos discutidos balizaram a análise dos mapas elegidos e, portanto, nortearam a escrita dos capítulos dessa dissertação. Para proporcionar o desenvolvimento dos argumentos e a análise dos objetos da pesquisa, o texto se estrutura em duas partes, contendo três capítulos.

Na primeira, intitulada *Os diamantes das Minas Gerais setecentistas*, propõe-se uma revisão do histórico da mineração dos diamantes na Capitania de Minas Gerais, desde as primeiras notícias sobre as pedras até o ano de 1771, quando a Real Extração de Diamantes foi instituída. Contendo o primeiro capítulo, procuramos nessa parte, revisitar a vasta

⁵¹ FURTADO, Júnia F. *Oráculos da Geografia Iluminista*, p.22. (grifo meu)

⁵² FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p.22. (grifo meu)

documentação sobre os primeiros anos da exploração das pedras, procura-se evidenciar as dificuldades e dúvidas da administração régia, o impacto dos diamantes no cotidiano dos moradores do Serro do Frio, das Minas Gerais e até mesmo no comércio internacional das pedras. Também se volta para os anos da Administração Diamantina, sua primeira fase de implantação até o período de vigência dos contratos, dando ênfase especial aos conflitos de interesses entre intendentess, contratadores, comerciantes e moradores. Finalmente, encerramos com o último contrato que marcou o início da extração das pedras sob inspeção direta da Coroa. O objetivo é estabelecer um diálogo entre a documentação e a historiografia sobre Distrito Diamantino, dentro dos marcos temporais dessa pesquisa.

Na segunda, intitulada *Os mapas das pedras brilhantes*, propõe-se uma análise dos mapas selecionados para a pesquisa sob a ótica de seus produtores, razão pela qual dividimos esta parte em dois capítulos de acordo com os grupos cartográficos identificados. No segundo capítulo são analisados os mapas de sertanistas com o objetivo de desvelar e discutir suas características internas e externas, seus interesses práticos e políticos e seus fins específicos. No terceiro capítulo analisamos os mapas oficiais a fim de problematizar os seus objetivos, suas técnicas de construção e sua circulação. A partir dessa análise procura-se entender as relações que se estabeleceram entre os indivíduos e as representações cartográficas que foram construídas sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio, evidenciando suas características dicotômicas, mas também seus elos de interação. O objetivo geral da segunda parte é perceber como a região foi representada entre os anos de 1714 a 1771 e, assim, discutir e evidenciar as relações entre os sertanistas, os engenheiros militares e os padres matemáticos com a cartografia. Pressupõe-se que os mapas eram instrumentos de ordenação do espaço e, sobretudo, importantes ferramentas para o conhecimento da região. Dessa forma, propõe-se a problematização do processo de construção dos mapas, levando-se em consideração as transformações por que passou a arte da cartografia e seu ensino na Europa e, em particular, em Portugal e no Brasil.

Encerramos com as *Considerações Finais* em que se apresenta um resumo das reflexões abordadas ao longo da dissertação, revisando as discussões realizadas nos capítulos anteriores sobre as formas de representação utilizadas nesses mapas, seus métodos de construção e, quando possível, seus usos. A partir das formas de representação do espaço dos sertanistas e dos cartógrafos oficiais procura-se perceber os elos de ligação e de distanciamento entre os mapas que constituem cada um desses dois grupos. De um lado, com funções práticas e também políticas, as representações espaciais do Distrito Diamantino do Serro do Frio foram influenciadas pelas visões sertanistas que procuraram dar ênfase especial aos percursos

percorridos, especialmente àqueles que levavam a riquezas inimagináveis como a serra das Esmeraldas. Por outro lado, a visão dos engenheiros militares e dos padres matemáticos perpetuou algumas entidades geográficas sertanistas, como a própria Serra das Esmeraldas, mas também se distanciou dessas representações ao assentar seu levantamento e feitura cartográfica em métodos científicos.

PARTE I: Os diamantes das Minas Gerais setecentistas

Capítulo 1: Os diamantes do Serro do Frio: o fausto brilhante de Portugal no século XVIII

O descobrimento de diamantes em Minas Gerais, na década de 1720, transformou parte dos sertões da comarca do Serro do Frio em uma das regiões produtoras das maiores riquezas do Império português, por isso mesmo foi o palco de ações e de disputas entre os mais diversos grupos e indivíduos. De um lado, a farta documentação administrativa relativa aos primeiros anos da exploração das pedras fornece importantes pistas sobre as dificuldades e as dúvidas que a Coroa enfrentou para promover, organizar e controlar a produção.⁵³ De outro, relatos e memórias de época informam sobre o impacto que a exploração dos diamantes teve no cotidiano dos moradores do Serro do Frio, no das Minas Gerais e, até mesmo, no comércio internacional das pedras, o que provocou o fechamento da mineração em 1734.⁵⁴ Quando as lavras foram reabertas em 1739, a Administração Diamantina foi instituída e limites foram estabelecidos para o Distrito Diamantino, abarcando a área de exploração dos diamantes. Nesse momento, a exploração das pedras foi concedida a particulares por meio do estabelecimento de contratos que não suprimiram os conflitos na região, que refletiam os interesses muitas vezes divergentes da Coroa, de intendentess, contratadores, comerciantes e moradores. O regime de contratos foi suspenso em 1771, quando a Coroa passou a monopolizar a mineração por meio da Real Extração dos Diamantes. Para que se possa analisar a produção cartográfica que se produziu sobre essa região, que representa uma parte da Comarca do Serro do Frio, na primeira metade do século XVIII, é necessário conhecer como se desdobrou a história da exploração dos diamantes nessa época, os meandros da organização administrativa para a área e, por fim, como se constituiu e estruturou esse território. Eis então os temas que se articulam neste capítulo.

1.1. Das primeiras notícias à exploração clandestina

⁵³ Essa documentação faz parte, principalmente, mas não só, dos acervos do Arquivo Público Mineiro, Fundação Biblioteca Nacional e Arquivo Histórico Ultramarino.

⁵⁴ Destacam-se, no século XVIII, as memórias de José Vieira Couto e, no XIX, de Joaquim Felício dos Santos. COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais, seu território, clima e produções metálicas* [1799]. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994 (Organização de Júnia Ferreira Furtado); SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro do Frio (Província de Minas Gerais)*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868.

Até o início do século XVIII os diamantes eram encontrados apenas nas Índias, todavia a pedra já estava presente no imaginário relativo ao Brasil desde o século XVI.⁵⁵ Dessa forma, entre as riquezas que povoavam a imaginação dos sertanistas que se aventuravam pelo interior certamente encontravam-se os diamantes, tanto que, em 1618, quando Ambrósio Brandão publicou o *Diálogos das Grandezas do Brasil*, as gemas já foram enumeradas por ele como uma das riquezas da colônia.⁵⁶

No entanto, ao longo do século XVII e mesmo nos primeiros anos do século XVIII, foram esparsas as notícias sobre pedras preciosas na América portuguesa. Enquanto alguns contavam sobre os diamantes a partir de informações dos índios, como fez o padre Simão de Vasconcelos, outros como frei Antônio do Rosário, já afirmavam que as pedras eram enviadas com frequência para o Reino.⁵⁷ Os diamantes transformaram-se em assunto frequente a partir da década de 1720, quando a descoberta das pedras preciosas tornou-se notória nos sertões do Serro do Frio.

Esta região, no entanto, já havia começado a ser povoada, nos primórdios do século XVIII, no contexto da exploração do ouro nas Minas Gerais. Segundo Augusto de Lima Jr:

O distrito do Serro do Frio, onde ocorreram os descobrimentos dos diamantes, foi dos de mais antigo e intenso povoamento. Ponto localizado **no caminho da grande Bandeira de Fernão Dias em busca das esmeraldas, Lucas de Freitas tendo ali descoberto ricas lavras de ouro** nas fragosas paragens do Ivituruí ou “serro do frio”, logo acorreram outro moradores, desenvolvendo-se rapidamente esse povoado que em 29 de Janeiro de 1714 teria a categoria de Vila com a denominação de Vila do Príncipe.⁵⁸

O momento da descoberta e os anos iniciais de exploração dos diamantes estão encobertos por lendas, mistérios e mal entendidos. Por isso, como afirmou Joaquim Felício dos Santos, “não se sabe ao certo qual o lugar em que fora achado o primeiro diamante, atenta a variedade de tradições que há a respeito.”⁵⁹ Grande parte dessa dificuldade recaiu sobre os

⁵⁵ FURTADO, Júnia F. Chuva de Estrelas na Terra: o Paraíso e a busca dos Diamantes nas Minas Setecentistas In: *História e Meio Ambiente. O Impacto da Extensão Européia*. Funchal: Ed. CEHA Centro de Estudos de História do Atlântico, n.26, p.445-457, 1999. Coleção Memórias

⁵⁶ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977, p.40-41. Disponível em:

<http://www.educacional.com.br/classicos/obras/dialogos_das_grandezas_do_brasil.pdf> Acesso em 01 ago. 10.

⁵⁷ VASCONCELOS, Pe. Simão de. *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia de João Inácio da Silva, 1864, p19 e 120. ROSÁRIO, Fr. Antônio do. *Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia*. Lisboa: s.n, 1702, p.111. *Apud* FURTADO, Júnia F. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. In: RESENDE, Maria Efigênia e VILLALTA, Luís Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v.1, p.304

⁵⁸ LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, p.15. (grifo meu)

⁵⁹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da Comarca do Serro do Frio*. 4ªed. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP, 1976, p.49.

próprios participantes daquele momento, afinal eram vários os interessados em encobrir a descoberta para continuarem com a mineração clandestina.

De acordo com Augusto de Lima Jr. as pedras começaram a ser encontradas pelos mineradores por volta de 1714, mas poucos reconheceriam seu real valor. Logo, as pedras começaram a circular entre os moradores do Tejuco e do Serro do Frio, que ora as usavam como enfeites em chapéus, ou, às vezes, como tentos em jogos de cartas. Todavia, tal descoberta chegou aos ouvidos das autoridades, principalmente aos do ouvidor da Comarca do Serro do Frio, Antônio Rodrigues Banha, que prontamente reconheceu as pedras como diamantes, mas preferiu calar-se diante da descoberta, iniciando assim um intenso contrabando das ditas pedras preciosas.⁶⁰

Ainda segundo Joaquim Felício dos Santos:

Não é menos difícil dizer quem fora o primeiro descobridor, ou antes o primeiro conhecedor dos diamantes entre nós. Uns querem que fora Bernardo da Fonseca Lobo, quem os descobrira e manifestara à Coroa. Outra tradição diz que um frade, cujo nome não se declara, tendo vindo ao Tijuco depois de ter estado em Golconda, onde já se minerava o diamante, vendo os tentos de que se serviam os tijuquenses para marcar o jogo, conheceu que eram diamantes.⁶¹

Outra versão foi elaborada por Martinho de Mendonça de Pina e Proença, que averiguou informações sobre a descoberta dos diamantes enquanto estava no Tejuco como comissário especial, no primeiro quartel de 1730, encarregado dos negócios dos diamantes e de estabelecer os limites da demarcação diamantina. Segundo seu relato, as primeiras notícias que considerou como verídicas sobre os diamantes, segundo pôde apurar entre os moradores, datam sua descoberta no ano de 1721, quando Bernardo da Fonseca Lobo encontrou as pedras nas suas lavras no rio Morrinhos. Apesar das tentativas do descobridor de comunicar os fatos às autoridades competentes, os interesses do ouvidor do Serro do Frio, Antônio Rodrigues Banha, e do próprio governador, dom Lourenço de Almeida, na exploração clandestina das pedras o levaram a adiar o comunicado oficial até 1729, quando se dirigiu ao reino com este fim.⁶²

1.2. A descoberta oficial

⁶⁰ LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, p.15-18.

⁶¹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da Comarca do Serro do Frio*, p.49.

⁶² SOBRE o descobrimento dos diamantes na Comarca do Serro do Frio. Primeiras administrações. *RAPM*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, vol.7, jan./jun, p.251-355, 1902, p.251-263.

Como relatou o comerciante Francisco da Cruz, o êxodo populacional em direção aos sertões do Serro do Frio, por causa das notícias sobre os diamantes, já era notável desde 1726.⁶³ Logo, as pedras começaram a aparecer na praça de Lisboa e em 1729, aparentemente pressionado pela notoriedade da descoberta, dom Lourenço de Almeida não teve outra saída a não ser comunicar oficialmente a descoberta ao Rei.⁶⁴

A notícia e mesmo o comércio das pedras das Minas Gerais já era de conhecimento público na Europa, por isso dom João V repreendeu este governador pela demora em relatar a descoberta.

Foi-me presente a vossa carta de 22 de julho passado em que me dais conta do descobrimento que se fez na Comarca do Serro do Frio, de umas pedras brancas de que remeteis amostras, referindo a opinião que corre de serem diamantes, e as razões, porque até agora, não me participastes esta notícia, e **porque sou informado, que ela se divulgou nessas minas há alguns anos e que há já dois, que nas frotas se remetem várias pedras semelhantes com a certeza de serem diamantes vos estranho muito a indesculpável omissão que tivestes em não averiguar logo no seu princípio uma novidade de tanta importância.**⁶⁵

A despeito da demora inicial, a notícia sobre os diamantes no Brasil, quando chegou, foi recebida com grande fausto e júbilo na Corte. Afinal, a principal colônia portuguesa, além de proporcionar as riquezas do ouro, também se transformava na fonte das pedras mais preciosas, tornando-se mais importante que as próprias Índias.

O descobrimento do diamante, topázio e pedras preciosas, que começou a efetuar-se em 1727 e 1728, acrescentou o júbilo da Corte de D. João V, e deu motivo a festas esplendidas, que em Lisboa e no reino todo se celebraram e a *te deums* e procissões inumeráveis que extasiaram o povo português, por quadrarem a sua religiosidade. Para Roma remeteu o governo as primeiras amostras, que lhe foram enviadas. Ações de graças solenes se deram ao Todo-Poderoso na capital do mundo católico. O santo Papa e os cardeais felicitaram ao Rei de Portugal. Cumprimentaram-no todos os monarcas da Europa. Não se ocuparam os povos da terra com outro objetivo ou notícia. Dir-se-ia que se descobrira coisa que devia regenerar e felicitar o universo.⁶⁶

Se por um lado, a descoberta dos diamantes no Brasil aumentava a fonte de riquezas de Portugal, por outro era mais um motivo de preocupação da administração que precisava não

⁶³ HSJ. TFP. Carta 166. Maço 29. Fl.258-259. LISANTI, F., Luís. Negócios coloniais, uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, v.1, p.300-301. *Apud* FURTADO, Júnia F. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas, p.305.

⁶⁴ CARTA de d. Lourenço de Almeida comunicando S.M. sobre o descobrimento dos diamantes. *RAPM*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v.1. a.7. v.1-2. Jan./jul. 1902, p.263-264.

⁶⁵ DOCUMENTOS históricos: Descobrimento de diamantes na comarca do Serro do Frio. *RAPM*. Belo Horizonte. v.6. n.1. p. 141-142. Jan./mar. 1901. (grifo meu)

⁶⁶ SANTOS, Joaquim F. *Memórias do distrito diamantino da comarca do Serro do Frio*, p.50.

só reforçar a proteção dos seus territórios, mas também fazer valer a prerrogativa real sobre os quintos.⁶⁷

Os diamantes do Serro do Frio foram extraídos, inicialmente, no aluvião ou leito dos rios utilizando técnicas rudimentares, basicamente o uso das bateias durante a estação das secas. Dessa forma, a facilidade de encontrar diamantes a partir de técnicas simples de mineração foi fator que incentivou o aumento do fluxo migratório para a região nos períodos iniciais, logo após a descoberta das pedras. Por um lado, a febre dos diamantes transformou o pequeno arraial do Tejuco, rapidamente, em um florescente centro comercial e urbano.⁶⁸ Por outro lado, representou uma dificuldade a mais para a Coroa na sua política de cobrar os quintos e de, para isso, controlar a mineração.⁶⁹

Depois dos aluviões passou-se à exploração das margens dos rios, as grupiaras. Nesta etapa, os custos eram mais elevados, pois se exigia o emprego de técnicas mais sofisticadas, como a remoção dos entulhos e a lavagem dos cascalhos. Nesse processo o controle sobre as águas e o uso de mão-de-obra escrava era fundamental.⁷⁰

1.3. As primeiras medidas sobre a exploração dos diamantes

Apesar das suspeitas que surgiram sobre o envolvimento do governador dom Lourenço de Almeida com a mineração clandestina, o estabelecimento das diretrizes iniciais para a extração dos diamantes ficou sob sua responsabilidade.⁷¹ Os portugueses tinham larga experiência no comércio dos diamantes das Índias, mas a administração direta da exploração era uma novidade, por isso as primeiras medidas tomadas pelo governador foram inspiradas nas experiências com a administração do ouro e tomadas em conjunto com os demais funcionários régios nas Minas. Em suas próprias palavras:

⁶⁷ FERREIRA, Rodrigo Almeida. *O descaminho de diamantes*. Relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos (1740-1771). Belo Horizonte: Fumarc. São Paulo: Letra&Voz, 2009

⁶⁸ FURTADO, Júnia. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.37-46; VASCONCELOS, Silvio de. A formação urbana do arraial do Tejuco. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v.14, 1959, p.121-34.

⁶⁹ A extensa legislação com o intuito de controlar a produção pode ser vista em: Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Divisão de Publicações e Divulgação, vol.80, p.9-251, 1960.

⁷⁰ FURTADO, Júnia F. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas, p.308-9.

⁷¹ Membro da alta nobreza de Portugal, dom Lourenço de Almeida servira na Índia, de 1697 a 1704, sendo posteriormente governador de Pernambuco e, depois, das Minas Gerais. Tinha, portanto, vasta experiência na administração colonial, e acima de tudo, de conhecimento sobre os diamantes. “Dom Lourenço retornou à Corte com cerca de 18 milhões de cruzados, valor considerado uma fortuna na época, riqueza auferida em diversos negócios em que se envolvera na colônia, entre eles os diamantes.” FURTADO, Júnia F. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas, p.306.

E como, outrossim, me ordenou, que **sobre esta matéria ouvisse as pessoa, de que eu fizesse mais confiança, e que tivessem conhecimento da forma, com que se tiravam estes diamantes**; chamou aos Doutores Ouvidores Gerais destas Comarcas, e mais algumas pessoas, que pudessem informar toda a verdade neste matéria, e com todos eles assentei por um termo assinado por todos, que se acha registrado no livro da secretaria; que toda a pessoa de qualquer qualidade ou condição, que fosse, que trabalhasse em qualquer parte dos rios, ou ribeiros, ou terras minerais de diamantes, pagasse cada ano a El Rei Nosso Senhor **cinco mil réis por cada Escravo**, que trouxesse a minerar nos tais rios, ainda que não trabalhasse o ano inteiro, e sem que lhe possa servir de desculpa o dizer que vai minerar ouro, e não diamantes.⁷²

Logo, um regimento interino sobre os diamantes definiu as primeiras regras da mineração. A concorrência pelas lavras era livre, cuja arrematação e distribuição ficava sob a responsabilidade do Intendente do ouro da Vila do Príncipe.⁷³ Mas, rapidamente, “o regimento de 27 de julho de 1730, feito por D. Lourenço de Almeida, já não era suficiente para regular os negócios relativos aos diamantes.”⁷⁴

Enquanto, localmente, o governador regulava interinamente a mineração, no Reino, os ministros e conselheiros discutiam sobre as melhores formas de administrar a região. Um dos principais ministros do Rei que se ocupou dessa tarefa foi o Cardeal da Mota.⁷⁵ Enquanto trabalhava em seus pareceres, o Cardeal recebeu do Capitão de Dragões José Rodrigues de Oliveira um mapa sobre a região de exploração das pedras, com a indicação da localização de algumas minas de diamantes.⁷⁶ Este foi o primeiro mapa oficial produzido sobre as pedras preciosas.

Resultante desses estudos, em 1731, dom João V encaminhou novas diretrizes para a exploração das pedras, acabando com o sistema de capitação e instituindo o arrendamento de terras com o objetivo de elevar a arrecadação da Coroa e definir os limites territoriais da mineração:

⁷² Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Practicado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Divisão de Publicações e Divulgação, vol.80, p.9-251, 1960, p.91-93. (grifo meu)

⁷³ SOBRE o descobrimento dos diamantes na Comarca do Serro do Frio. Primeiras administrações. *Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)*. Belo Horizonte, vol.7, jan./jun. 1902, p.251-355; FURTADO, Júnia Ferreira. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas, p.308-10.

⁷⁴ SANTOS, Joaquim F. *Memórias do distrito diamantino da comarca do Serro do Frio*, p.56

⁷⁵ Dom João da Mota e Silva (1685-1747), eleito cardeal por Bento XIII, foi arcebispo de Braga e secretário de Estado de dom João V. AHU_CU_011, Cx.18, D.1433. CARTA do Cardeal da Mota, na qual discorre dentre vários assuntos sobre a arrecadação dos direitos reais das novas minas de diamantes de Minas Gerais. 1731, Fevereiro 3, Lisboa. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 mar. 12.

⁷⁶ AHEX. Nº 06.01.1135; CEHB 3193. OLIVEIRA, José Rodrigues de. *Carta topográfica das terras entremeias do sertão e distrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes*. 1731, aquarela, 48,1 x 59,5 cm; AHU_CU_011, Cx.19, D.1538. CARTA de José Rodrigues de Oliveira, dirigida a um destinatário não identificado, informando das medidas consideradas pertinentes no sentido de controlar e regularizar a Extração e comercialização de Diamantes no Brasil. 1731. Dezembro 19 *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 jan. 12.

Porque do teor se mostra que o dito arbítrio, além de ser sujeito aos mesmos inconvenientes, que já experimentaram nas minas do Ouro, em quanto nela se praticou semelhante Capitação, é também de gravíssimo prejuízo para a minha Fazenda, não só em razão das fraudes, que se cometeram, mas **por ser muito diminuta, e totalmente improporcionada a cota arbitrada nos cinco mil reis por cada escravo, a respeito do grande rendimento das ditas minas, o qual se tem feito notório em toda a Europa pelas muito, e grande partidas de diamantes, que nas últimas frotas se remeteram a este Reino;** em cujos termos não pode reputar-se a dita imposição por equivalente dos quintos, que dessas minas me são devidos, sem diminuição, igualmente que das do Ouro, e mais metais: Fui servido resolver, que se não continue a dita Capitação, e vos ordeno, que logo que findar o ano, por que a estabelecestes, a mandeis suspender: Em lugar dela hei por bem se execute o outro arbítrio, de que concedereis de se darem de **arrendamento as terras das ditas minas,** recebendo-se por equivalente do quinto o preço do dito arrendamento, **como se pratica nas Índias Ocidentais, e nos de Golconda da Oriental;** para cujo efeito **escolhereis entre os ribeiros descobertos dois, ou três, que mostrarem ser mais abundantes de diamantes, e proibindo com graves penas minerar-se nos mais.**⁷⁷

A mudança gerou grande revolta entre os mineradores que fizeram várias petições, tanto dirigidas ao governador, quanto ao ouvidor do Serro do Frio. Nelas questionavam os valores pedidos pela Coroa e reclamavam o direito à livre exploração das pedras, propondo a volta ao sistema de capitação, mesmo se a taxa fosse elevada ao valor de quinze mil réis.⁷⁸

Esse momento foi visto pela historiografia tradicional como um dos primeiros movimentos tirânicos da Coroa que incidiu sobre a exploração das riquezas das Minas Gerais:

A ordem violenta e desumana aterrorizou os moradores da vasta região que se compreendia na Carta Régia, ficando eles subitamente privados de suas roças e serviços, lançados inopinadamente na mais tremenda das misérias por **uma resolução tomada à distância, sem exame das possibilidades da sua execução,** sem o menor vislumbre de caridade cristã num rei que se intitulava ‘Fidelíssimo’.⁷⁹

Todavia, diante da falta de interessados capazes de oferecer o devido valor por esses arrendamentos, dom Lourenço de Almeida optou pela reabertura da livre mineração nos mesmos moldes até então vigentes, de forma temporária, até que uma decisão final sobre o assunto viesse do Reino.⁸⁰ A partir de então, mesmo com a chegada do novo governador,

⁷⁷ Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*, p.97 e Arquivo Público Mineiro (APM), SC-27, fls. 93-94. CARTA de D. João V para D. Lourenço de Almeida, governador de Minas Gerais, informando sobre as diversas sugestões sobre a melhor forma de exploração das minas de diamantes. Lisboa, 16 mar.1731. *APM-SIAAPM-Seção Colonial*, Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2012. (grifo meu)

⁷⁸ SOBRE o descobrimento dos diamantes. *RAPM*, p.306-308 e 310-316.

⁷⁹ LIMA Jr., Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, p.33. (grifo meu)

⁸⁰ Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*, p.102-105.

André de Mello e Castro, o Conde das Galvêas, o valor das taxas de capitação sofreu seguidos aumentos, em uma vã tentativa da Coroa de controlar e inibir a expansão da mineração.⁸¹

1.4. A desordem internacional: o excesso da oferta de diamantes

De acordo com Martinho de Mendonça de Pina e Proença, “o ano de 1733 foi aquele em que melhores diamantes se tiraram e em maior cópia que nos dois anos mais abundantes”.⁸² Essa excessiva produção desencadeou graves consequências em relação aos diamantes do Brasil no comércio europeu. A facilidade na extração das pedras, a grande quantidade de escravos na mineração e o intenso contrabando acabaram por produzir uma oferta vertiginosa de diamantes no mercado. Já que seu valor elevado é resultante da sua raridade, o excesso da produção provocou uma queda expressiva no valor do quilate, o que colocava a própria mineração dos diamantes no Brasil em uma encruzilhada.

Como afirmou John Mawe,⁸³ esse acontecimento deixou marcas no comércio dos diamantes do Brasil.

Cerca de um século atrás, uma parte do Brasil chamada Serro do Frio foi explorado para o ouro; e na busca deste metal precioso encontraram um número considerável de pedras brilhantes que foram enviadas para Lisboa. A partir do Reino, as pedras foram encaminhadas para a Holanda a fim de serem examinadas, o que foi feito pelos lapidários mais eminentes do país, que determinaram que as pedras eram diamantes reais iguais em qualidade aos de Golconda ou de qualquer outra parte da Índia. Em consequência deste relatório favorável, os diamantes do Brasil foram importados de forma considerável, o que provocou uma apreensão geral entre os comerciantes que estavam preocupados com uma grande deterioração no preço das pedras. Para contornar essa situação, um relatório foi cuidadosamente divulgado, onde se afirmava que os diamantes brasileiros eram decididamente inferiores aos orientais. Algumas pessoas até chegaram a afirmar que não existiam diamantes nativos da América, e que a importação dessas pedras do Brasil era originária apenas do refugio do mercado indiano enviado de Hindoostan para Goa, a partir do qual eles passaram para a América em seu caminho para Lisboa. Estas informações provocaram um prejuízo tão geral contra os diamantes brasileiros que os Portugueses, encontrando-se incapazes de detê-lo, recorreram a um método engenhoso de iludir os seus efeitos. Secretamente começaram a enviar os diamantes das minas brasileiras para Goa, e daí para a Bengala. Ali eles eram vendidos por altos preços, e, sendo incluídos nas negociações dos comerciantes indianos em

⁸¹ Para as oscilações na política de exploração e a legislação exageradas ver: SOBRE o descobrimento dos diamantes. *RAPM*, p.251-355; SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da comarca do Serro do Frio*; LIMA Jr., Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*; FURTADO, Júnia F. *O Livro da Capa Verde: a vida no Distrito Diamantino no período Real Extração*, p.25-27; FURTADO, Júnia F. *O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas*, p.303-320.

⁸² SOBRE o descobrimento dos diamantes. *RAPM*, p.261.

⁸³ John Mawe (1764-1829) foi um mineralogista inglês que realizou várias viagens pelo globo, recolhendo material de estudo geológico. Com aprovação do príncipe regente, esteve em Minas Gerais entre os anos de 1809-10.

Bolsas, eram enviados para a Inglaterra e para outras partes da Europa, onde foram recebidos pelos joalheiros como verdadeiras pedras orientais.⁸⁴

Essa situação dos diamantes do Serro do Frio, como advertiu Mawe no século seguinte, repercutiu pela Europa, particularmente na Inglaterra, onde eram comercializados pelos judeus portugueses emigrados. Assim, quando o joalheiro inglês David Jeffries publicou em 1751 a segunda edição de *A Treatise on Diamonds and Pearls*, reservou um capítulo especialmente aos diamantes do Brasil, no qual escreveu sobre a desvalorização das pedras brasileiras.

No ano de 1733, os diamantes brutos não valiam nem vinte *shillings* por quilate; no ano de 1735, não valiam trinta *shillings*; no ano de 1742, não valiam mais de trinta *shillings* por quilate; toda essa desvalorização foi claramente provocada pelas grandes quantidades de vendas públicas de diamantes feitas nos anos mencionados. (...) Mesmo a maioria dos comerciantes em Londres foi levada a acreditar que aqueles diamantes eram susceptíveis, diante de sua abundância no mercado, a perder o seu valor, e diante dessa possibilidade a maioria deles se recusou a comprar diamantes em quaisquer condições. (...) tanto o público, como os comerciantes em geral, estavam tão apreensivos com a alta produção das minas brasileiras que julgavam ser difícil encontrar diamantes de valor, especialmente quando joalheiros tinham pedras tão desvalorizadas.⁸⁵

⁸⁴ Tradução livre do original: “About a century ago that part of Brazil called Serro do Frio (the cold ridge) was explored for gold; and in the search after this precious metal a considerable number of shining pebbles were picked up and transmitted to Lisbon. From this place they were sent to Holland for examination, and being placed in the hands of the most eminent lapidaries of that country, were pronounced by them to be real Diamonds, equal in quality to those from Golconda, or from any other part of India. In consequence of this favorable report, **an importation of the article from Brazil took place so considerable, as in a few years to excite general apprehensions among the merchants, of a great deterioration in its price. To counteract this, a report was studiously circulated, that the Brazilian Diamonds were decidedly and essentially inferior to the oriental ones.** By some persons it was even denied that the Diamonds was really a native of America, and the notorious fact of the importation of these gems from Brazil was accounted for by saying, that they were only the refuse of the Indian market sent from Hindoostan to Goa, from which place they passed into America on their road to Lisbon. These representations occasioned such a general prejudice against Brazilian Diamonds, that the Portuguese, finding themselves unable to stem it, had recourse to an ingenious method of eluding its effects, by secretly transmitting the produce of the Brazilian mines to Goa, and thence to Bengal. Here they were sold at a very high prices, and, being made up by the Indian merchants into *bolsas*, were sent to England and to other parts of Europe, where they were received by the jewelers as genuine oriental stones.” MAWE, John. *A treatise on Diamonds and precious stones, including their history – natural and commercial to which is added, some account of the best methods of cutting and polishing them*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown Paternoster-Row, 1813, p.36-38. [Cópia do texto gentilmente cedida pelo Prof. Friedrich Renger] (grifo meu).

⁸⁵ Tradução livre do original: “In the year 1733, rough Diamonds were not worth twenty shillings per carat; in the year 1735, not worth thirty shillings; in the year 1742, not worth more than thirty shillings per carat; **all which may clearly be made appear from public sales in the before mentioned years.** (...) Even of the most capital traders in London, to believe, that Diamonds were likely to become as plenty as transparent pebbles; and they were so far influenced by this opinion, that **most of them refused to buy Diamonds on any terms.** (...) **as the public, and likewise the traders in them, were so apprehensive of the Brazil mines producing an inexhaustible store; judging from thence, the world would scarcely think Diamonds worth any consideration, especially as jewelers so undervalued them.**” JEFFRIES, David. *A treatise on diamonds and pearls in which their importance is considered: and plain rules are exhibited for ascertaining the value of both: and the true method of manufacturing diamonds*. London: C. and J. Ackers in Sr. John’s Street. Second Edition, with large improvements, 1751, p.65-86 (grifo meu).

Diante da gravidade da situação, a Coroa percebeu que precisava encontrar uma saída para controlar a extração das pedras e assim recuperar o valor dos diamantes do Brasil.⁸⁶

2. A Administração Diamantina: da sua criação até o estabelecimento da Real Extração de Diamantes em 1771.

Em julho de 1734 chegaram do Reino as novas diretrizes para a administração dos diamantes no Serro do Frio:

Tendo a alta providência de Sua Majestade prevenindo os meios com que **os diamantes possam recuperar a sua estimação, que tanto têm envilecido com a grande abundância deles**, que se tem extraído da comarca do Serro do Frio, foi servido mandar-me expedir novas ordens, com que totalmente se derogava a Capitação (...). Mando, que todos os mineiros, que tem serviços naquele rio, não possam extrair cascalho deles, mais que até o ultimo de agosto, que vem; e que fora dos rios, em que atualmente estão os serviços, não possam pessoas, ou escravo algum minerar, ou faiscar diamantes, e consequentemente, que **dentro do distrito, que se há de demarcar nas terras diamantinas**, possam fazer descobrimentos novos de diamantes (...) e outro sim mando, que nenhum dos moradores do dito distrito pelas roças dele possam ter bateias, almocafres, labancas, ou outro qualquer instrumento de minerar.⁸⁷

As medidas instituíram um novo e exclusivo responsável pela regulação da extração das pedras: o Intendente dos Diamantes. Então, para ocupar o cargo pela primeira vez foi escolhido o desembargador Rafael Pires Pardinho, que passou a residir no arraial do Tejuco a partir do ano de 1734.

Concomitante à sua chegada, a mineração dos diamantes e do ouro nos rios e córregos diamantíferos foi totalmente proibida. Os mineiros residentes no Serro do Frio, sentindo-se prejudicados pelas ordens régias, se uniram apresentando petições ao governador e ao ouvidor

⁸⁶ Para A.J.R.Russell-Wood, por exemplo, as descobertas do ouro e dos diamantes são fatos preponderantes para a compreensão das mudanças governativas adotadas pela Coroa portuguesa, principalmente em relação às colônias. Para ele, além de polarizar a opinião pública e propiciar transformações na economia e na sociedade, o ouro brasileiro levou ao endurecimento da política da Coroa e provocou efeitos não só em Portugal, mas em toda a Europa. RUSSELL-WOOD, A. J. R. Precondições e precipitantes do movimento de independências da América portuguesa. In: FURTADO, Júnia F. *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: UFMG 2001, p.426; ver também RUSSELL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro, 1690-1750. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. v.2. São Paulo: Edusp, 1999, p.471-526. Essas mudanças também foram apontadas por Holanda, que lembrou como a mineração do ouro e dos diamantes foi um fato singular para Portugal. HOLANDA. Sergio B. de. Metais e pedras preciosas, p.289-345.

⁸⁷ Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*, p.111. (grifo meu)

do Serro do Frio, solicitando a reabertura das minas.⁸⁸ Todavia, a Coroa já havia enviado um comissário especial, que possuía instruções específicas sobre os diamantes, para trabalhar junto ao novo intendente no estabelecimento da Administração Diamantina.

2.1. O comissário especial: Martinho de Mendonça de Pina e Proença

O enviado especial de dom João V para Minas Gerais foi Martinho de Mendonça de Pina e Proença. Sua ascensão na Corte esteve diretamente ligada ao seu preparo intelectual que foi utilizado em favor da administração régia no ultramar.⁸⁹ Fidalgo da Casa Real, foi companheiro na Universidade de Coimbra de vários membros da alta fidalguia do período, como André de Melo e Castro e Gomes Freire de Andrade, mas acabou optando pela carreira militar.⁹⁰ Nos campos de batalha contra os turcos conheceu o Infante dom Manuel, com quem fez uma extensa viagem pela Europa, o périplo ideal na formação dos eruditos da época.⁹¹

A partir de 1720, participou ativamente dos trabalhos na Academia Real da História Portuguesa e da formação e organização da Biblioteca Real.⁹² Também participou de missões diplomáticas, primeiramente como integrante da comitiva para as negociações matrimoniais

⁸⁸ AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG-Projeto Resgate, cx. 32, doc.23, cd-rom 10. REPRESENTAÇÃO dos oficiais da Câmara da Vila do Príncipe, apresentando as súplicas dos ministros e moradores do distrito sobre a proibição das suas lavras de ouro. Vila do Príncipe, 28 jul. 1736.

⁸⁹ “A ascensão do papel dos letrados nas cortes ibéricas modernas se explica ao se aproximarem as novas necessidades administrativas provenientes do movimento da Reconquista, da expansão ultramarina e da crescente atividade diplomática, ao emprego de muitos indivíduos detentores de habilidades próprias da cultura escrita, os quais estavam aptos a desenvolver missões visando alcançar um diligente controle sobre os assuntos da Coroa e do Estado.” CAVALCANTI, Irenilda. *O comissário real Martinho de Mendonça: práticas administrativas portuguesas na primeira metade do século XVIII*. Tese – Doutorado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010, p.48. Por outro lado, como afirma Nuno Monteiro, houve uma tendência maior para a elitização dos escolhidos pelo Rei, aumentando o poder das grandes famílias da corte, mas os nobres também passaram a educar seus filhos nas universidades, como aconteceu com André de Melo e Castro e Gomes Freire de Andrade. MONTEIRO, Nuno. O ‘ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense: Revista Eletrônica*. São Paulo: IEB-USP, n.2, p.4-20, nov. 2005. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_1.pdf> (Acesso 10 mar. 2010). Sobre a atividade desses ilustrados na política cultural joanina, inclusive Martinho de Mendonça, ver FURTADO, Júnia F. *Oráculos da Geografia iluminista*, p.81-84 e 115-145; GOMES, Joaquim Ferreira. *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1964.

⁹⁰ CAVALCANTI, Irenilda. *O comissário real Martinho de Mendonça*, p.156. Outras obras sobre a vida de Martinho de Mendonça ver: CARVALHO, Joaquim de. Um pedagogo do século XVIII. *Arquivos Pedagógicos*, Coimbra, v. 1, n. 4, dez. 1927; SALGADO JR., Antonio. Martinho de Mendonça de Pina e Proença e a educação da nobreza no século XVIII. *Labor*, Aveiro, v. 17, n. 125, nov.1952; ANDRADE, Antonio A. de. Filósofos portugueses do século XVIII: Martinho de Mendonça de Pina e Proença Homem. *Filosofia*, Lisboa, v. 4, n. 14, jul./set., 1957; SILVA, Inocêncio F. da. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa, 1894. v. XVII, p. 7; SOUZA, Antonio C. de. *História genealógica da casa Real Portuguesa*. Coimbra, 1946. v.1, p. xcix.

⁹¹ FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p.77-86.

⁹² CAVALCANTI, Irenilda. *O comissário real Martinho de Mendonça*, p.162-170; ALMEIDA, Luis Ferrand de. Dom João V e a Biblioteca Real. In: *Páginas dispersas: estudos de História moderna de Portugal*. Coimbra: Instituto de História Econômica e Social/ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, p. 210-15 e FURTADO, Júnia F. Colecionismo e Gosto. In: *Oráculos da geografia iluminista*, p.211-238 e FURTADO, Júnia F. Bosque de Minerva. In: *O mapa que inventou o Brasil*, p.94-130.

entre os herdeiros de Portugal e Espanha, e posteriormente como membro do grupo de Pedro Álvares Cabral para as negociações sobre as fronteiras portuguesa e espanhola no sul da América.⁹³

Os vastos conhecimentos de Martinho de Mendonça foram, então, requisitados para refletir sobre os negócios da mineração no Brasil, para a qual redigiu um extenso parecer sobre o projeto de implementação do sistema de capitação para tributar o ouro na Capitania.⁹⁴ Assim que dom João V decidiu pela adoção desse novo sistema, ele foi enviado para as Minas Gerais a fim de auxiliar o governador na sua implantação.

As instruções reais que recebeu eram extensas e pormenorizadas, e o encarregavam não só dos cuidados com a mineração do ouro e dos diamantes, mas também de realizar uma extensa pesquisa sobre os principais pontos estratégicos da colônia.⁹⁵

Martinho de Mendonça de Pina e Proença chegou ao Rio de Janeiro no início de 1734, de onde seguiu, pouco tempo depois, para a Capitania de Minas Gerais.⁹⁶ Em Vila Rica participou de reuniões e da primeira Junta que discutiu as mudanças no sistema fiscal da mineração do ouro, mas concluir as instruções reais não foi uma tarefa fácil, já que muitos se posicionaram contra as mudanças que seriam implantadas.⁹⁷ Ainda em 1734, o comissário seguiu viagem para o arraial do Tejuco para promover as ordens régias sobre os diamantes, juntamente com Rafael Pires Pardino, que ia ocupar o cargo de Intendente.

No ano seguinte, Martinho de Mendonça voltou a Vila Rica onde iniciou os trabalhos de organização e treinamento dos funcionários para a implantação do sistema de capitação. Em 1736, com a eclosão dos conflitos na Colônia do Sacramento, foi alçado ao cargo de governador interino de Minas Gerais, cargo no qual permaneceu até dezembro de 1737, quando o governador Gomes Freire de Andrade retornou do Sul.

Após o longo e cansativo período de trabalhos na América portuguesa voltou ao Reino para ocupar o cargo de conselheiro do Conselho Ultramarino. Naquela época

⁹³ CAVALCANTI, Irenilda. *O comissário real Martinho de Mendonça*, p.173-174.

⁹⁴ PARECER de Martinho de Mendonça citado por CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid: introdução, 1695-1735*. Brasília: Senado Federal, 2001. pt. 1, t. 1, p. 370.

⁹⁵ REGIMENTO ou instrução que trouxe o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Lisboa, 30 out. 1733. *RAPM*, Ouro Preto: Arquivo Público Mineiro, v. 3, p. 88, 1898.

⁹⁶ LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda. *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora, 1732-34*. Lisboa: Colibri: Universidade de Évora, 2005. v. 2, p. 298.

⁹⁷ Tanto o Governador, o Conde das Galvêas, como o Intendente da Casa da Moeda, Eugênio Freire de Andrade eram contra a implantação do sistema de capitação, além disso muitos comerciantes também eram contra a mudança que aumentaria a base tributária dos negócios. CAVALCANTI, Irenilda. *O comissário real Martinho de Mendonça*, p.181.

ser nomeado para o Conselho Ultramarino representava uma grande honraria e trazia para o Conselheiro muitos benefícios e vantagens, além de coloca-lo em posição de poder influenciar na administração colonial através de Consultas e Pareceres, pois tinha acesso a todos os assuntos e segredos de Estado, relativos às colônias. **Apesar de ser uma atividade desenvolvida longe dos centros nervosos das conquistas, a análise de suas especificidades e problemáticas exigia profundo conhecimento do ultramar, quer por experiência pessoal, quer por constante contato com antigos funcionários, ministros e governadores das longínquas terras.**⁹⁸

Já na condição de conselheiro foi o responsável por acompanhar a implantação do primeiro contrato dos diamantes, estabelecido no ano de 1739. Em 1742 foi nomeado para o cargo de Guarda-Mor da Torre do Tombo,⁹⁹ falecendo um ano depois, em 1743, com 50 anos de idade.

2.2. O primeiro intendente: Rafael Pires Pardinho

Poucas são as informações biográficas sobre Rafael Pires Pardinho. Formado na Universidade de Coimbra, em 1717, foi nomeado para o cargo de ouvidor geral para as Capitanias do Sul. “Contaria então à volta de quarenta anos de idade, já homem feito destarte, de meia idade ou a dela aproximar-se”.¹⁰⁰ Sua atuação foi decisiva no desenvolvimento urbano de quatro vilas da região, Paranaguá, São Francisco do Sul, Curitiba e Laguna, para as quais chegou a encomendar projetos para os paços do concelho e a cadeia, além de ordenar a construção de casas e das ruas.¹⁰¹

Ao longo de seu trabalho na parte sul do Brasil, Pardinho se deparou com o avanço espanhol pela região, sendo uma testemunha dos conflitos sobre as posses das terras dos sertões incógnitos entre paulistas e espanhóis.

Em dezembro de 1717 o ouvidor-geral da Capitania de São Paulo, Rafael Pires Pardinho, enviava ao Conselho Ultramarino um relato onde denunciava o avanço dos jesuítas espanhóis no povoamento dos sertões que considerava pertencerem àquela capitania, uma vez que os seus moradores sempre os tinham frequentado como sendo da demarcação da coroa de Portugal. **É difícil determinar com segurança a que “sertões” se referia o ouvidor**, uma vez que em termos práticos, para os paulistas, os domínios das duas coroas confinavam um com o outro ao longo de quase todo o curso do rio Paraguai, abrangendo uma área imensa que se estendia do atual Uruguai até o Mato Grosso. (...) **Com o relato de Rafael Pires Pardinho vinha também um mapa**, ao que parece obtido pelos vizinhos da vila de Itú dos padres jesuítas espanhóis. Ali se assinalava a forma como os sertões da capitania de

⁹⁸ CAVALCANTI, Irenilda. *O comissário real Martinho de Mendonça*, p.183. (grifo meu)

⁹⁹ *GAZETA de Lisboa*, n. 36, 04 set. 1742, p. 432. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>.

¹⁰⁰ LACERDA, Arthur Virmond de. *As ouvidorias do Brasil Colônia*. Curitiba: Juruá Editora, 2000, p.55.

¹⁰¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Unesp, 2009, p.150-156. VASCONCELOS, Celciane Alves e SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Contribuição da filologia e a crítica textual para o estudo de documentos manuscritos de Paranaguá. *SIGNUM: Estudos Linguísticos*, Londrina, n. 15/1, p. 335-356, jun. 2012, p.348-349.

S. Paulo confinavam com territórios pertencentes à Espanha e os locais onde os padres começavam a estabelecer novas povoações.¹⁰²

Por essa época, alguns paulistas percorriam os sertões do Mato Grosso onde, além do gentio, também encontraram ouro. Quando se depararam com jazidas mais consistentes, foi necessária a intervenção real para assegurar a posse das terras e administrar o aparato fiscal da mineração. Estando ciente dos acontecimentos, Rafael Pires Pardini foi um dos primeiros a comunicar o descoberto ao governador dom Pedro de Almeida, que sabendo que a mina estava

próxima a zona aurífera das terras espanholas do Paraguai onde assistiam os castelhanos, ordenou a Pardini remover os paulistas daquela paragem, sob pena de rigoroso castigo e confisco dos bens aos recalcitrantes, para o efeito devendo enviar ‘alguma pessoa de grande satisfação’, a quem tocava mais **averiguar a dimensão da presença espanhola nas vizinhanças**, porquanto não se tratando de vila ou cidade populosa, apropriado seria estabelecer-se uma aldeia com roça a um dia ou dois de distância a fim de premunir-se a progressão dos espanhóis sobre terras portuguesas.¹⁰³

O ouvidor, após inteirar-se sobre a área, informou ao governador e a dom João V tratar-se de um pequeno aldeamento jesuíta e que aquelas terras eram há muito tempo frequentadas pelos paulistas. Dessa forma, o Rei ordenou, em 1720, que ali fosse fundada uma povoação com o objetivo de “embaraçar aos castelhanos a ocupar aquele distrito.”¹⁰⁴ Ao mesmo tempo, ordenou que Pardini fosse até as novas minas de Cuiabá a fim de auxiliar no seu estabelecimento. Por volta dessa época, o Conselho emitiu um parecer favorável para que Pardini ocupasse o lugar de desembargador na Casa de Suplicação em Lisboa, mas mesmo com o fim de seu mandato na ouvidoria permaneceu no Brasil, desempenhando atividades em comissões especiais, só ocupando o cargo de desembargador, em 1733.¹⁰⁵

No final desse último ano, foi escolhido para exercer a função de Intendente dos Diamantes, onde, além de trabalhar na definição dos limites de ação da Intendência ou Administração Diamantina, também deveria organizar todo o seu processo de funcionamento. “O intendente dos diamantes era figura central no estabelecimento da política metropolitana

¹⁰² ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projeto do novo Atlas da América portuguesa*, p.75-76. (grifo meu)

¹⁰³ LACERDA, Arthur Virmond de. *As ouvidorias do Brasil Colônia*, p.69. (grifo meu)

¹⁰⁴ TUNAY, Affonso d’Escragnolle. *História geral das bandeiras paulistas*. Vol. VI, São Paulo, 1933, p. 575-586.

¹⁰⁵ LACERDA, Arthur Virmond de. *As ouvidorias do Brasil Colônia*, p.72-146.

para o Distrito Diamantino, por isso o cargo conferia prestígio e dignificava seus integrantes para postos mais importantes”.¹⁰⁶

O desembargador gozava de grande prestígio junto ao Rei, que não só reconheceu seu papel na colônia como funcionário régio, mas também lhe confiou a importante tarefa de ser o suplente no trabalho que Martinho de Mendonça de Pina e Proença realizava no Brasil. No caso de impedimento ou morte desse último, o desembargador deveria continuar a tarefa.¹⁰⁷

Pardinho só voltou para Portugal em 1743, quando também foi nomeado para o Conselho Ultramarino. Em 1754 recebeu o título de Conselheiro de Sua Majestade, importante distinção e que mostrava a sua alta capacidade intelectual e a confiança que o monarca depositava nele, morrendo, em Lisboa, alguns anos mais tarde, em 1761.

2.3. A Demarcação Diamantina

Nas instruções de dom João V para Martinho de Mendonça de Pina e Proença constavam as seguintes informações sobre a exploração dos diamantes:

Referireis ao Governador das Minas os diferentes arbítrios, e pareceres que têm havido sobre a arrecadação dos Quintos, e **sobre os meios de conservar a reputação dos Diamantes**, e conferirão com todos os mais que se descobrirem para que se escolha algum, que sendo justo, e conforme as regras da equidade, possa utilizar a minha real fazenda, e facilitar a sua cobrança, de sorte que se faça com a menor vexação que for possível. (...) **Quanto aos Diamantes se executará o que vai determinado por ordem**, que para isso mando ao Conde das Galvêas, e pelo regimento que se manda para a execução da Matrícula, senão ocorrem **tão urgentes causas para se suspender a execução**, que pareça indispensável antes dela dar-se-me conta, e neste caso se tomarão os arbítrios mais convenientes ao bem do comércio daquele gênero, e a minha fazenda, e **no caso não esperado de se temer algum tumulto, ou princípio de sedição**, se poderá proceder contra os culpados, pela verdade sabida, sem figura alguma de juízo, e com a execução militar, e havendo indícios contra alguma pessoa eclesiástica, se remeterá em custódia ao seu Prelado. (...) **Assistireis à demarcação das terras minerais dos diamantes do Serro do Frio, não sendo a vossa presença mais necessária em outra parte**. Tomareis informação exata, dos sítios em que há notícias, ou indícios de se poderem descobrir novas minas de ouro ou pedras preciosas, e se com alguma máquina, ou artifício, se podem facilitar as suas lavras.¹⁰⁸

A partir destas instruções percebe-se que a viagem de Rafael Pires Pardinho e de Martinho de Mendonça para o Distrito Diamantino tinha o objetivo de conhecer a região,

¹⁰⁶ FURTADO, Júnia F. O Distrito dos Diamantes, p.309.

¹⁰⁷ “Em caso de vosso falecimento ou total impedimento, ficará esta instrução e os mais papéis do meu serviço, que vos houverem sido encarregados ao Desembargador Raphael Pires Pardinho.” REGIMENTO ou instrução que trouxe o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Lisboa, 30 out. 1733. *RAPM*, p. 88.

¹⁰⁸ REGIMENTO ou instrução que trouxe o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Lisboa, 30 out. 1733. *RAPM*, p. 85-88. (grifo meu)

estabelecer os seus limites, implantar a Intendência e conservar a proibição da mineração das pedras e do ouro dentro do território demarcado.¹⁰⁹

Os dois funcionários régios não perderam tempo e, logo que chegaram ao Tejuco, começaram os trabalhos para o reconhecimento das terras, rios e córregos onde se mineravam os diamantes, para, dessa maneira, estabelecer os limites da Intendência ou Administração Diamantina.

Havendo-me encarregado El Rei Nosso Senhor, que **demarcasse as terras minerais dos diamantes na comarca do Serro do Frio, assinalando os limites certos dos distritos**, em que se havia de executar o novo regimento, procurei tomar as informações necessárias, e **vi a maior parte do dito distrito**; e assim procurando que ocupasse o menor âmbito possível, de sorte que incluindo o sítio aonde se tem descoberto diamantes, se não estendesse a outros.¹¹⁰

A tarefa de delimitar o distrito de jurisdição da Intendência Diamantina era de extrema urgência, por isso Martinho de Mendonça recebeu papéis em branco, previamente assinados pelo Conde das Galvêas, que o ajudaram a agilizar a tomada de decisões:

Lhe remeto **duas folhas de papel assinadas com o meu nome** para que em uma delas faça o bando que se há de lançar, no qual meterá v. mercê todas aquelas **expressões de forças e penas que julgar correspondentes ao que se intenta proibir** (...) como para se **vedar inteiramente a extração dos diamantes**, quando pareça a v. mercê mais acertado seguir este caminho.¹¹¹

Ao mesmo tempo, o trabalho de conhecimento da região tinha que ser cuidadoso e detalhado. O objetivo era estabelecer uma demarcação a partir de marcos facilmente reconhecíveis, ou seja, não se tratava de estabelecer os contornos do Distrito a partir de linhas retas totalmente abstratas, mas de assentar os limites baseando-se nos marcos naturais.

¹⁰⁹ APM-MG, SC-02, fls. 153-54. INSTRUÇÃO ou declaração sobre as terras minerais e diamantinas. Tejuco, 18 ago. 1734. *APM-SIAAPM-Seção Colonial* Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2012; o mesmo documento está também em ANTT, Mss. do Brasil, L. 26, fls. 46v e 47. RELATO de Martinho de Mendonça sobre a demarcação do distrito diamantino. Tejuco, 18 ago. 1734. *Direção Geral de Arquivos, Torre do Tombo on-line*. Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/ODdisplay.aspx?DigitalObjectID=154987&FileID=DirID1>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

¹¹⁰ ANTT – Mss do Brasil, vol.32, f.12/12v. Demarcação do distrito das terras dos diamantes feita por Martinho de Mendonça de Pina e Proença. [Anotações gentilmente cedidas pelo Prof. Friedrich E. Renger]. O mesmo documento também está em *Do Descobrimto dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extração. Anais da Biblioteca Nacional*, p.113. (grifo meu)

¹¹¹ ANTT, Mss. do Brasil, L. 15, fl.10v-11. CARTA do conde das Galvêas a Martinho de Mendonça, remetendo-lhe folhas de papel assinadas e em branco para que se redijam os bandos que proíbe a extração de diamantes em Serro do Frio. Vila Rica, 19 jul. 1734 Apud: CAVALCANTI, Irenilda. *O comissário real Martinho de Mendonça*, p.236. (grifo meu)

Segundo Joaquim Felício dos Santos, a primeira demarcação feita por Martinho de Mendonça e Rafael Pires Pardino foi a seguinte:

colocaram-se seis marcos: o 1º na barra do Rio Inhaí, e subindo o Jequitinhonha, foi assentado o 2º no Córrego das Lajes, uma légua acima de sua barra; o 3º foi assentado em uns penhascos da Serra do O; o 4º junto ao Morro das Bandeirinhas; o 5º em uma penha alta, chamada Tromba-d'Anta, fronteira ao córrego das Bandeirinhas; e, seguindo as serras que rodeiam a Chapada, foi o 6º marco assentado na cabeceira do Rio Pardo e descendo o Inhaí até a barra, onde começou, aí terminava a demarcação.¹¹²

A partir da definição dos limites da Demarcação Diamantina, também conhecida como Distrito Diamantino, foram estabelecidas rigorosas leis que, por um lado proibiam a exploração diamantina e revogavam todas as concessões de lavras já realizadas, e de outro, buscavam, a todo o custo, controlar a circulação de pessoas, impedindo a entrada de novos moradores, com o intuito principal de manter a proibição de extração das pedras. Dessa forma, essas fronteiras foram criadas a partir de pressupostos fiscais e econômicos, visavam impedir a mineração para tentar reverter a desvalorização das pedras no mercado mundial e, para tanto, era necessário controlar a população local, que seria impedida de explorar a principal riqueza disponível.

Como afirmou Joaquim Felício dos Santos, esse foi um momento sombrio para os habitantes e, principalmente, para os moradores da região:

No dia 5 de Agosto de 1734 publicou-se em Tejuco, ao som de caixa, o bando de 19 de julho, em que o conde das Galvêas mandava **proibir toda a mineração no distrito ultimamente demarcado**. Nesse sentido haviam chegado as ordens régias, tanto esperadas, e os mineiros não se enganavam, quando previam que elas seriam funestas à única indústria, já tão onerosa, de que tinham a subsistência.¹¹³

Mas não só as lavras diamantinas que haviam sido concedidas foram revogadas, como também as de ouro, visto que, frequentemente, ambos os depósitos apareciam nos mesmos rios. Todavia lavras auríferas poderiam ser posteriormente concedidas onde se verificasse que isso não ocorria. Outros bandos determinaram que as lojas do Tejuco tivessem seus impostos aumentados; que os diamantes já extraídos deveriam ser registrados e recolhidos junto ao

¹¹² SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da Comarca do Serro do Frio*, p.57.

¹¹³ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da Comarca do Serro do Frio*, p.37. (grifo meu)

cofre da Intendência e que os negros cativos ou forros encontrados fuscando deveriam ser punidos, confiscados e até mesmo degredados para fora dos limites da demarcação.¹¹⁴

Entre os anos de 1734 a 1739, a exploração dos diamantes permaneceu proibida. Mas, apesar da vigilância da Companhia dos Dragões e do próprio intendente, os mineiros ainda conseguiam extrair as pedras clandestinamente, como comprovou o próprio comissário, em carta para Antônio Guedes, Secretário de Estado, em 1737, quando encontraram instrumentos de mineração em uma região quase inacessível.¹¹⁵

Esses também foram anos marcados por intensos conflitos, como lembrou Martinho de Mendonça de Pina e Proença:

A proibição dos diamantes, para que concorreram muito as instâncias que fiz ao Conde das Galvêas, **concorreram não só para aumentar o ódio contra a minha pessoa, mas de me avaliar o vulgo ignorante por homem de péssimas intenções**, pois pretendia que ficasse sepultado um tesouro, sem se aproveitarem dele, nem os vassalos, nem a Fazenda Real; tão grosseiros são os discursos das Minas.¹¹⁶

A presença e a ação dos funcionários régios no Distrito afetou as relações socioeconômicas que haviam se formado em torno dos diamantes, que passaram a se atrelar de forma clandestina, o que fez com que tanto o intendente, como o comissário adquirissem mais inimigos do que amigos. Inclusive, uma das atribuições de Martinho de Mendonça foi justamente a de pesquisar junto aos naturais da terra quais eram as formas de contrabando das pedras. A Coroa suspeitava que tanto os diamantes do Serro do Frio, como o ouro em pó, chegavam à Europa por meio do comércio com a costa africana, intermediado pelos holandeses.¹¹⁷ Durante o levantamento de informações sobre a região, Martinho de Mendonça de Pina e Proença conseguiu averiguar a veracidade da suspeita:

No Serro do Frio o procurador Antônio do Valle (...) com esta maliciosa sinceridade chegou a dizer-me, que **ele pela costa da Mina e Holanda tinha via para acusar**

¹¹⁴ Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*, p.111-119.

¹¹⁵ CARTA de Martinho de Mendonça para Antônio Guedes Pereira, Secretário de Estado, comentando sobre a formação da companhia para explorar o contrato dos diamantes e sobre a descoberta de escravos minerando diamantes clandestinamente. Vila Rica, 28 maio 1737. *RAPM*, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v. 16, n. 2, p. 431-3, 1911. p.432.

¹¹⁶ CARTA de Martinho de Mendonça para Antônio Guedes Pereira, Secretário de Estado, fazendo um relato completo de seu governo. Vila Rica, 23 dez. 1737. *RAPM*, Ouro Preto: Arquivo Público Mineiro, v. 1, n. 4, p. 663-672, 1896. p. 664. (grifo meu)

¹¹⁷ Cf. AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG Projeto Resgate, cx. 14, doc. 73, cd-rom 05. CARTA de dom Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, participando o grande descaminho do ouro para o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e para a Costa da Mina, a fim de, no Castelo da Mina, ser vendido aos holandeses. Vila Rica, 28 jul. 1729.

em Portugal; isto é o que desejava saber, porque andava atrás das correspondências de diamantes pela Mina, e avisei ao senhor Vice-Rei que as vigiasse por lá.¹¹⁸

Mas foi também durante esse período que os principais homens da Capitania de Minas Gerais e do Reino refletiram sobre as melhores opções fiscais e econômicas para os diamantes. “Em abril de 1735 veio o Governador a Tijuco por ordem da Corte para conferenciar com o Intendente Rafael Pires Pardiniho, e assentarem no melhor método de tributar a mineração dos diamantes, ou se seria mais conveniente aos interesses da Coroa que ela se fizesse por meio de contrato com alguma companhia.”¹¹⁹

Era uma prática costumeira da Coroa conceder o privilégio para a arrecadação de riquezas a particulares através de contratos, como se fazia com os dízimos e as entradas. Esse sistema era vantajoso para a Coroa, pois além de receber os valores dos contratos adiantados ou parcelados, a preocupação com a execução das cobranças e a vigilâncias sobre as rendas era de responsabilidade do contratante.¹²⁰

2.4. Os contratos dos diamantes do Serro do Frio

Dom João V buscou as mais diversas sugestões sobre os negócios dos diamantes, por isso ouviu os membros da Corte, funcionários régios, clérigos e comerciantes portugueses e estrangeiros.

A maioria sugeria a criação de uma companhia que ficasse responsável pela aquisição dos escravos necessários para o trabalho e pela extração das pedras preciosas, comprometendo-se a vendê-las unicamente ao Rei, que as ofereceria paulatinamente ao mercado, de forma a preservar o seu valor. **Os contratantes pagariam um montante pelo direito de exploração e se obrigariam a trabalhar com um número reduzido de escravos, de maneira que a mineração se prolongasse por mais tempo, não esgotando as minas de imediato.**¹²¹

Segundo Jaime Cortesão, o desembargador Rafael Pires Pardiniho, em carta de 1735 para Martinho de Mendonça de Pina e Proença, sugere que a melhor opção para a mineração dos diamantes seria o estabelecimento de uma companhia. A sugestão foi muito bem recebida

¹¹⁸ CARTA de Martinho de Mendonça para Gomes Freire de Andrada, com várias referências a Alexandre de Gusmão e ao regime de capitação. Vila Rica, 19 out. 1734. In: CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1952. Pt. 2, t. 2, p. 136. (grifo meu)

¹¹⁹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da Comarca do Serro do Frio*, p.61.

¹²⁰ Sobre os principais mecanismos de funcionamento dos contratos ver FURTADO, Júnia F. Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso.

¹²¹ CAVALCANTI, Irenilda. *O comissário real Martinho de Mendonça*, p.183. (grifo meu)

por Alexandre de Gusmão, então secretário do Rei, que, por correspondência de 24 de março de 1736, concorda com a criação da companhia.

Pelo que toca às futuras providências que a respeito dessas Minas se hão de tomar, acha-se feita consulta para que a **extração dos diamantes se faça por companhia, limitando o número de escravos (que poderá ser até 400) e assinalando sítios certos para minerar, os quais se não poderão exceder**. A companhia se propõe por duas formas: ou recebendo El-Rei todos os anos, em forma de matrícula, um preço alto por cada um dos ditos escravos, ou tendo a quinta parte nos ganhos da Companhia.¹²²

Assim, logo que os valores dos diamantes voltaram a se estabilizar no mercado, as ordens para agilizar as diligências sobre a companhia tomaram fôlego. Em 1737, Martinho de Mendonça tomou as primeiras providências para a sua organização: “Mande formar um projeto de companhia (...); depois **chamei a conversação trinta pessoas das mais capazes** com as quais se trata desta importante matéria”.¹²³ Mas, o comissário enfrentou várias dificuldades para convencer os ricos homens das Minas Gerais de participarem dos negócios. Como afirmou em carta a Gomes Freire de Andrade, “a pós-escrita de Alexandre de Gusmão me deu ocasião de falar na companhia dos Diamantes, **matéria que se recebeu com sumo alvoroço por todos os homens de negócios, e ainda pelo mesmo Povo das Minas**”.¹²⁴

Os aspectos jurídicos da companhia de diamantes foram elaborados em Lisboa por Alexandre de Gusmão, enquanto isso, os aspectos operacionais foram estabelecidos por Martinho de Mendonça de Pina e Proença. A expectativa era que tanto os comerciantes reinóis, quanto os naturais da terra se interessassem pela arrematação do contrato, formando, preferencialmente, uma proposta conjunta, mas as desavenças entre os dois grupos estabelecidos na capitania de Minas Gerais eram profundas e problemáticas.¹²⁵ A união entre eles, entretanto, seria vantajosa e interessante para ambos os lados, pois dessa forma seriam

¹²² CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid: 1695-1735*. Pt. 2, t. 2, p.384-385. (grifo meu)

¹²³ CARTA de Martinho de Mendonça para o Conde das Galvêas, Vice-rei do Estado do Brasil, comentando sobre a formação da companhia para explorar o contrato dos diamantes. Vila Rica, 28 abr. 1737. *RAPM*, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v. 16, n. 2, p. 421, 1911. p.421. (grifo meu)

¹²⁴ CARTA de Martinho de Mendonça para Gomes Freire de Andrada, Governador de Minas Gerais e Rio de Janeiro, comentando sobre a formação da companhia para explorar o contrato dos diamantes. Vila Rica, 04 abr. 1737. *RAPM*, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v. 16, n. 2, p. 405, 1911. p. 405. (grifo meu)

¹²⁵ Grande parte dessas desavenças era tributária do conflito dos emboabas. Cf. ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

capazes de criar negócios com capital vultoso, e que movimentaria uma longa rede de interações comerciais, contribuindo para formar uma nova elite mercantil.¹²⁶

Uma reunião com os interessados em fundar a companhia foi marcada para a discussão do projeto vindo de Lisboa, entretanto, os participantes não concordaram com as condições estabelecidas afirmando que “ainda que a companhia poderia ter grandes lucros, **não haveria nas Minas quem se arriscasse a fazer a despesa certa com esperança duvidosa**”.¹²⁷ Martinho de Mendonça achava que a criação da companhia a partir das Minas Gerais daria maior credibilidade ao negócio, mas suspeitava que os verdadeiros interessados nos diamantes já estavam planejando a arrematação a partir de Lisboa. Por isso, pouco tempo depois, parou de se envolver nessas negociações, deixando-as a cargo dos Ministros em Lisboa.¹²⁸

No início de 1739, o governador comunicou que as minas de diamantes seriam mesmo reabertas. O seu bando especificava que:

[El Rei] é servido mandar-me passe ao arraial do Tejuco, e na forma de suas Reais Ordens dê **permissão para poderem entrar os mineiros de diamantes na lavra deles**, e me consta que muitos do que ao tempo da proibição mineravam, se acham fora da comarca do Serro do Frio, para que venha a notícia de todos, declaro, **que no fim do mês de abril, tempo próprio para a abertura daquela mina, me hei de achar em o arraial do Tejuco**, e que posto antes do dito tempo me seja preciso passar alguma parte dos governos, de que me acho encarregado, sem dúvida alguma estarei, e cumprirei ao dito tempo o que Sua Majestade me determina. E para que venha à notícia de todos mandei fixar este edital com as comarcas desta Capitania.¹²⁹

Gomes Freire de Andrade deu início à convocação de comerciantes locais interessados na arrematação dos diamantes e espalhou os editais por toda a Capitania e também no Rio de Janeiro, onde as negociações começaram. Dois homens de negócios, o sargento-mor João

¹²⁶ Esse tema foi melhor desenvolvido pelo Prof. João Fragoso. Ver: FRAGOSO, João. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português, séculos XVII e XIX. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba: Associação Paranaense de História/UFPR, n. 36, p. 99-127, 2002.

¹²⁷ CARTA de Martinho de Mendonça para Gomes Freire de Andrada, Governador de Minas Gerais e Rio de Janeiro, comentando sobre a formação da companhia para explorar o contrato dos diamantes. Vila Rica, 26 abr. 1737. *RAPM*, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v. 16, n. 2, p. 418-9, 1911. p.418. (grifo meu)

¹²⁸ CARTA de Martinho de Mendonça para o Conde das Galvêas, Vice-rei do Estado do Brasil, comentando sobre a formação da companhia para explorar o contrato dos diamantes. Vila Rica, 28 abr. 1737. *RAPM*, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v. 16, n. 2, p. 421, 1911. p.421.

¹²⁹ Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*, p.119. (grifo meu)

Fernandes de Oliveira¹³⁰ e Francisco Ferreira da Silva, se juntaram à comitiva do governador que partiu em direção ao Serro do Frio.¹³¹

Em abril, esta comitiva chegou ao arraial do Tejuco. Logo as negociações começaram entre os homens de negócios do Rio de Janeiro, de Vila Rica e do Tejuco, que discutiam e apresentavam suas propostas e contrapropostas. As negociações foram tão custosas que o governador permaneceu no arraial até agosto daquele ano. Por fim, o lance mais vantajoso foi o do sargento-mor João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva, que consistia na arrematação da exploração por quatro anos, concordava com o uso de apenas seiscentos escravos na mineração e aceitava a extração das pedras somente nos rios demarcados.¹³²

João Fernandes de Oliveira tornou-se o operador do negócio e mudou-se para ao Tejuco em 1740, quando o contrato começou a vigorar. Francisco Ferreira que era cristão-novo e conhecido homem de negócio, era o principal financiador da arrematação, e participou do contrato a partir de Lisboa.

O sargento-mor João Fernandes de Oliveira era português da região do Minho e assim como muitos de seus conterrâneos partiu na primeira década do século XVIII para o Brasil. Rapidamente, estabeleceu-se nas Minas Gerais fixando residência na Vila do Ribeirão do Carmo (atual cidade de Mariana).¹³³

João Fernandes de Oliveira investiu em vários setores, e essa diversificação permitiu que acumulasse riquezas e que em meados do século fosse considerado um *homem de negócio*. Essa expressão designava os donos de grandes capitais que se dedicavam ao setor atacadista, o comércio *por grosso*, emprestavam dinheiro a juros e arrematavam da Coroa a cobrança de diversos impostos, entre outras atividades que exigiam investimentos de monta.¹³⁴

De acordo com Júnia Ferreira Furtado, a participação de João Fernandes de Oliveira nos negócios dos diamantes foi influenciada pela ação do governador Gomes Freire de Andrade, de quem era grande amigo. O governador procurou o apoio do homem de negócio para

¹³⁰ A utilização do título de sargento-mor serve para distinguir pai e filho que eram homônimos, tendo o segundo recebido o título de Desembargador. É este que ficou conhecido por seu relacionamento com Chica da Silva. FURTADO, Júnia F. Velho sargento-mor. In: *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p. 34.

¹³¹ FURTADO, Júnia F. Nobilitação dos homens de negócio no ultramar português: Pombal e os contratadores dos diamantes. IN: ANTUNES, Álvaro de Araújo e SILVEIRA, Marco Antônio. (orgs.) *Dimensões do poder em Minas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p.109-137; FURTADO, Júnia F. Honrados e úteis vassalos: os contratadores dos diamantes e a burguesia pombalina. In: MENEZES, Lená Medeiros, et alli. (org.) *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.147-173; FURTADO, Júnia F. Velho sargento-mor. In: *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.33-34, 79-81.

¹³² FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.79-80.

¹³³ Sobre ele ver: FURTADO, Júnia F. Velho sargento-mor. In: *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.73-87.

¹³⁴ FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.75.

incentivar outros comerciantes a participarem da arrematação, mas como não houve nenhuma proposta mais interessante que o lance apresentado por João Fernandes, o contrato acabou caindo em suas mãos. O “envolvimento de Gomes Freire não parece ser infundado, visto que em inúmeras ocasiões o governador expressou sua amizade com João Fernandes, e chegou a ajuda-lo quando enfrentou dificuldades financeiras, impedindo a ruína econômica do contrato.”¹³⁵ Por outro lado, alguns indícios apontam que o verdadeiro interessado na arrematação era o próprio governador, que teria usado o comerciante como o seu testa-de-ferro.¹³⁶

O primeiro contrato vigorou de 1º de janeiro de 1740 a 31 de dezembro de 1743. Os dois homens de negócios arremataram novamente o segundo contrato, que durou de 1º de janeiro de 1744 a 31 de dezembro de 1747. Logo no início dos trabalhos, João Fernandes percebeu que quanto maior o uso da mão-de-obra escrava maiores seriam os lucros da mineração. Por isso, “Pouco mais de dois meses passados de sua instalação no Tejuco, João Fernandes de Oliveira verificou, ou alegou tal, que com seiscentos escravos no trabalho seria impossível não só pagar as despesas de extração, que eram imensas, como qualquer reembolso dos fundos abonados pela Real Fazenda.”¹³⁷ Para aumentar o número de escravos na exploração, os contratadores recorreram a algumas brechas nas cláusulas dos contratos. Às vezes, solicitavam mais cativos alegando que faltavam homens nos trabalhos acessórios a mineração, como o corte de madeiras, outras vezes, recorriam a reposição permitida nas *falhas* do contrato, supervalorizando o número de escravos que estavam doentes, fugidos ou mortos, e assim aumentando a força de trabalho nas minas.

O segundo contrato acabou cheio de dívidas e os contratadores desistiram da renovação. A situação de João Fernandes era tão problemática que Gomes Freire de Andrade teve que socorrer o amigo. Além de ajudá-lo a honrar as letras emitidas em Lisboa, ainda lhe conseguiu um casamento de interesses, “arrumando uma esposa rica para o contratador viúvo e endividado.”¹³⁸

“Um dos episódios mais conhecidos da história dos diamantes em Minas Gerais é o caso ocorrido com o Contratador Felisberto Caldeira Brant”¹³⁹ O Contratador Brant

¹³⁵ FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.80-81.

¹³⁶ FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.80 e FURTADO, Júnia F. Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso. *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, vol.21, p.295-306, 2000, p.302.

¹³⁷ LIMA Jr., Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, p.84.

¹³⁸ FURTADO, Júnia F. Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso, p.303.

¹³⁹ Para uma visão tradicional dos fatos ver LIMA Jr., Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, p.177. Para a revisão historiográfica ver FURTADO, Júnia Ferreira. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores. In: SCHWARTZ, Stuart e MYRUP, Eric. (orgs.) *O Brasil no império marítimo*

arrematou o terceiro contrato junto com Conrado Caldeira Brant e Alberto Luís Pereira, com duração inicial de 1º de janeiro de 1748 até 31 de dezembro de 1752, foi prorrogado até agosto de 1753.

Felisberto Caldeira Brant era filho de português, nasceu em São João Del Rei onde se casou com Branca de Almeida Lara, de família paulista. Com longa experiência no trato da mineração conseguiu aumentar a área de abrangência do seu contrato, incluindo as regiões dos Pilões e Rio Claro, em Goiás, onde tinha enriquecido junto aos três irmãos.¹⁴⁰ Logo no início de seu trabalho, os Brant procuraram uma aproximação com as principais autoridades do Distrito e das Minas Gerais, buscando estabelecer relações de proteção, de interesse e de amizade. O governador Gomes Freire de Andrade foi o padrinho tanto das filhas de Alberto, como da de Felisberto, o que estreitou ainda mais os laços entre eles.¹⁴¹

Os primeiros anos do contrato foram de prosperidade, tanto para os Brant, como para a população do Tejuco. As boas relações com as autoridades serviam para acobertar as atividades ilegais, exercidas não só pelo contratador, mas também pela população. Eram vários os membros da elite tejudana que forneciam escravos para o contrato, lucrando com os alugueis dos cativos empregados, muitas vezes, nas extrações ilegais.¹⁴² Inicialmente, as normas do contrato dividiram os seiscentos escravos permitidos na mineração, sendo duzentos nos trabalhos de Goiás e quatrocentos nos serviços do Distrito do Serro do Frio.¹⁴³ Mas para Brant, esse número de cativos lhe rendia pouco ou quase nenhum lucro, especialmente em Goiás, onde as dificuldades da mineração eram maiores.¹⁴⁴ O contratador recorreu ao mecanismo das *falhas* dos escravos para aumentar o seu poder de trabalho nas minas. Além disso, conseguiu com que Gomes Freire de Andrade autorizasse que as *falhas* ocorridas em Goiás fossem repostas no Distrito, o que dificultava ainda mais a fiscalização.¹⁴⁵

português. Bauru: Edusc, 2009, p.217-262; e FURTADO, Júnia Ferreira. O Labirinto da Fortuna; ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes. In: *História: Fronteiras*. Vol. II. Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, p.309-319, 1999.

¹⁴⁰ Felisberto era o irmão mais velho de quatro homens: Joaquim, Sebastião e Conrado Caldeira Brant. FURTADO, Júnia F. *Terra de Estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores*, p.229-230.

¹⁴¹ FURTADO, Júnia F. Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso, p.304; FURTADO, Júnia F. *Terra de Estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores*, p.231.

¹⁴² FURTADO, Júnia F. *Terra de Estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores*, p.231.

¹⁴³ Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*, p.153.

¹⁴⁴ Segundo Brant, os serviços goianos não podiam ser trabalhados na época das águas porque os rios eram caudalosos e de corrente, além disso, em 1750, a lavagem diária de 50 canoas não lhe rendia mais do que 3 quilates. FERREIRA, Rodrigo Almeida. *O descaminho de diamantes*. Relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos (1740-1771). Belo Horizonte: Fumarc. São Paulo: Letra&Voz, 2009, p.170.

¹⁴⁵ AHU_CU_011, Cx.56, D.4677. PARECER (minuta) do Conselho Ultramarino sobre uns requerimentos de Felisberto Caldeira Brant, contratador dos Diamantes, nos quais solicitava a incorporação e matrícula dos duzentos escravos que possuía no rio Claro com os quatrocentos que se achavam no Serro do Frio, em virtude da

O descontrolo quanto à fiscalização do contrato foi tão grande que muitos diziam que os escravos nos serviços “passavam mais de três mil”.¹⁴⁶ Além disso, o contrato não respeitou os rios e córregos demarcados e também minerou nas áreas proibidas.¹⁴⁷

A sorte dos Brant começou a mudar quando o novo intendente, Sancho de Andrade Castro e Lanções chegou ao Tejuco, em 1751. Assim que o intendente deu início ao seu trabalho percebeu que o contrato estava completamente fora dos limites e começou a cobrar o contratador especialmente quanto à reposição das *falhas*.¹⁴⁸

Em 1752 a situação se agravou. Enquanto o intendente cobrava Felisberto sobre o controle das *falhas*, o contratador se esquivava das cobranças buscando auxílio na proteção de Gomes Freire de Andrade. Mas, nesse mesmo ano, o governador foi enviado para o Sul, ocupando-se da missão de demarcação das fronteiras. Vendo-se em uma situação cada vez mais tensa, Brant arquitetou uma saída arriscada. O contratador acusou o intendente de roubar diamantes do cofre da Intendência, denunciando-o à Coroa. Apesar da quantidade roubada ter sido praticamente insignificante, apenas vinte e duas oitavas, se comparada a produção anual que chegava a mais de nove mil oitavas, o grande escândalo estava em ser o intendente o principal suspeito. A maior autoridade local estava sendo acusada de usar sua posição pública em favor próprio, desestabilizando um dos principais negócios da Coroa.¹⁴⁹

Segundo a minuciosa denúncia narrada por Brant, o cofre dos diamantes ficava na casa do contrato, que era a residência do intendente, guardado sob um sistema de três chaves: uma ficava sob a guarda do contratador, outra com o intendente e a última em posse do tesoureiro. O cofre ainda ficava guardado dentro de um outro maior que só possuía uma chave, que ficava com o intendente. Uma vez por semana, os três se reuniam para pesar e guardar o montante auferindo na mineração. Segundo Brant, por volta de abril de 1752, começou a desconfiar que estava sendo roubado, e assim, tentou deixar marcas nos sacos que recolhiam

esterilidade do dito rio Claro. 1750, Outubro 9, Lisboa. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 23 mar. 12. FURTADO, Júnia F. Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso.

¹⁴⁶ LIMA Jr, Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, p.190.

¹⁴⁷ FURTADO, Júnia F. Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso, p.305.

¹⁴⁸ A descrição desse episódio nos parágrafos seguintes segue FURTADO, Júnia F. O Labirinto da Fortuna; ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes. In: *História: Fronteiras*. Vol. II. Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, p.309-319, 1999; FURTADO, Júnia F. Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso e FURTADO, Júnia Ferreira. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores, p.229-243.

¹⁴⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores, 232-233. Ver AHU_CU_011, Cx.60, D.5044. OFÍCIO do Governador de Minas, José Antônio Freire de Andrada para [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, no qual dá conta da queixa apresentada pelo contratador dos diamantes, Capitão Felisberto Caldeira Brant, sobre o desaparecimento de diamantes do cofre. Mais, informa que o Intendente Sancho de Andrade Castro deu conta de contratadores terem feito uma assuada à porta da Intendência. 1752, setembro 8, Vila Rica. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 24 mar. 12.

os diamantes, a fim de verificar se estavam sendo mexidos. Após ter certeza que estava sendo prejudicado, exigiu que os diamantes fossem repesados.¹⁵⁰

Cada vez mais desconfiado do intendente, Brant resolveu colocar sentinelas seus junto à casa do contrato, a fim de resguardar o cofre. Na verdade, o contratador estava desafiando frontalmente a autoridade do intendente e do poder régio que detinha, colocando os seus poderes e armas como as que realmente tinham legitimidade.

Felisberto Caldeira Brant começava a traçar um caminho perigoso: colocara homens de sua própria confiança vigiando a maior autoridade local, representante direto do poder real. **Comportava-se como os régulos paulistas que, durante a Guerra dos Emboabas, desafiaram os governadores enviados para apaziguar a região.** Dessa forma, inscrevia-se na tradição de rebeldia que marcara os primeiros momentos da ocupação das Minas, onde os limites entre as esferas pública e privada frequentemente se chocavam.¹⁵¹

Sancho Castro e Lanções percebeu a grave insubordinação de Brant e descrevia em sua correspondência à Corte as ações intimidadoras do contratador.¹⁵² A situação se agravou ainda mais quando Alberto Luís, armado, ameaçou o intendente. A partir daí, Castro e Lanções iniciou uma extensa devassa com o objetivo de apurar todas as denúncias e acusações feitas até então. O governador interino José Antônio Freire de Andrade foi para o Tejuco onde convocou o ouvidor do Serro do Frio, José Pinto de Moraes Bacellar, para fazer uma devassa sobre o roubo.¹⁵³

As conclusões do ouvidor inocentavam o intendente e acusavam o contratador. Procurando mudar a situação, Brant buscou ajuda em seu compadre Gomes Freire de Andrade que tentou interceder de várias formas a favor do amigo. Porém, quando em março de 1753 descobriu-se uma partida de três mil quilates de diamantes na frota para Lisboa, os avisos que Castro e Lanções havia dado contra o contrato foram finalmente ouvidos. Logo em agosto

¹⁵⁰ FURTADO, Júnia Ferreira. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores, 233-234.

¹⁵¹ FURTADO, Júnia F. *Terra de Estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores*, p.16. (grifo meu)

¹⁵² FURTADO, Júnia Ferreira. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores, p.235-236. Ver AHU_CU_011, Cx. 60, D. 5017 CARTA de Sancho de Andrade Castro e Lanções, intendente dos diamantes da Comarca do Serro do Frio, expondo ao rei D. José I os fundamentos da queixa de que formulava contra o contratador Felisberto Caldeira Brant. 1752, Agosto, 5, Tejuco. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 24 mar. 12.

¹⁵³ FURTADO, Júnia Ferreira. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores, p.237-238. Ver AHU_CU_011, Cx. 63, D. 5263 e AHU. MAMG. Cx. 60. Doc. 29. CARTA do governador de Minas, José Antônio Freire de Andrade informando a Diogo de Mendonça Corte-Real sobre o desfalque havido no cofre dos diamantes da Vila do Tejuco.1753, setembro 5, Vila Rica. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 24 mar. 12.

daquele ano chegaram as ordens secretas para a prisão dos contratadores e a realização de uma devassa.¹⁵⁴

Júnia Ferreira Furtado, ao examinar esse episódio, conclui que no desfecho final todos saíram perdendo. Pelos cálculos do ouvidor Bacellar os contratadores sonegaram cerca de trinta vezes mais o valor que legalmente informaram.¹⁵⁵ Brant morreu na prisão apesar de ter conseguido a ordem de soltura devido ao seu estado de saúde. Sancho Castro e Lanções foi inocentado, mas acusado de inépcia administrativa, voltou ao Reino desacreditado.¹⁵⁶

Com a falência do terceiro contrato as letras emitidas não tinham mais garantia de pagamento, o que fez com que os mercados tanto de Lisboa, como de Amsterdam e Londres ficassem descontrolados. Para tranquilizar a situação, o Erário Régio se comprometeu a pagá-las.¹⁵⁷

O quarto contrato dos diamantes foi novamente arrematado por João Fernandes de Oliveira, em sociedade com Antônio dos Santos Pires e Domingos de Basto Viana, em 1753 e durou até o final do ano de 1758. De acordo com Júnia Ferreira Furtado: “O novo contrato começaria a vigorar em 1º de janeiro de 1752, porém durante todo esse ano foi Caldeira Brant quem administrou as explorações no Tejuco. João Fernandes só assumiu o quarto contrato em janeiro de 1753, por meio de José Álvares Maciel, seu representante local.”¹⁵⁸

Dessa vez, o sargento João Fernandes de Oliveira, gozando da condição de grande homem de negócio, optou por cuidar a partir do Lisboa do contrato. Por isso, enviou seu filho homônimo, o jovem desembargador João Fernandes de Oliveira, como seu representante no Tejuco. O jovem partiu para o Brasil na mesma frota que levava a ordem de prisão de Felisberto Caldeira Brant e seus sócios.¹⁵⁹

O desembargador chegou ao Tejuco na mesma época em que o novo intendente, Tomás Robi de Barros Barreto, era empossado. Procurando estabelecer relações mais amistosas, em

¹⁵⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores, p.238-239. Ver AHU_CU_011, Cx. 63, D. 5298. CARTA do ouvidor e intendente da Comarca do Serro do Frio, José Pinto de Moraes Bacelar, informando o secretário de Estado acerca das diligências que tem dado no caso do descaminho dos diamantes. 1753, Outubro, 21, Tejuco. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 24 mar. 12.

¹⁵⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores, p.239-243. Ver AHU_CU_011, Cx. 63, D. 5291. CARTA do ouvidor da Comarca do Serro do Frio, José Pinto de Moraes Bacelar, informando D. José I sobre o desvio do ouro praticado por Felisberto Caldeira Brant, assim como das medidas tomadas contra o mesmo. 1753, Outubro, 18, Tejuco. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 24 mar. 12. Também em LIMA Jr, Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, p.188-193.

¹⁵⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores, p.239-241.

¹⁵⁷ Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*, p.163-172.

¹⁵⁸ FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.86.

¹⁵⁹ FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.99.

vista dos conflitos que anteriormente tinham colocado a mineração sob dúvida, o intendente buscou aproximar-se de João Fernandes, a fim de discutir a situação dos diamantes.¹⁶⁰

Ainda em 1753, a Coroa decidiu tomar para si o monopólio do comércio dos diamantes, ficando os contratadores responsáveis apenas pela extração direta das pedras. Era uma tentativa de Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, que havia ascendido a Secretário Real, de contornar a

iminente ruína a que se acham expostos o Contrato e o comércio dos diamantes do Brasil, não só pelas desordens que até agora se cometerem na administração e no manejo deles, **preferindo-se os interesses particulares ao bem público** que se segue da reputação deste gênero, mas também **pelos consideráveis contrabandos** que dele se fizeram com grave prejuízo¹⁶¹

Por meio desse alvará, a Coroa tentou enrijecer as penalidades contra os extraviadores, instaurando medidas mais severas e reafirmando as que já haviam sido tomadas antes. Como afirma Júnia Ferreira Furtado, essa foi “a primeira tentativa de Pombal de organizar o caos em que se encontrava a exploração do diamante e consolidar a extensa legislação dispersa em inúmeros bandos.”¹⁶²

O contrato seguinte, o quinto, também foi arrematado pela sociedade, e durou de 1759 até o final do ano de 1761. Já experiente no trato com os diamantes, o desembargador João Fernandes de Oliveira arrematou o sexto contrato em sociedade com seu pai, que durou de 1762 até 1771.¹⁶³

Os dezessete anos de permanência do desembargador João Fernandes à frente dos contratos foram bastante prósperos. Logo na sua chegada já conseguiu obter lucros dos serviços, principalmente no rio Jequitinhonha.¹⁶⁴ Dessa forma, os seus contratos reorganizaram a mineração e garantiram o aumento dos lucros, não só para si, mas também

¹⁶⁰ FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.100-101.

¹⁶¹ APM, SG, Cx.05, Doc.34. ALVARÁ de lei, porque sua Majestade há por bem tomar debaixo da sua real proteção o contrato dos diamantes do Brasil, e fazer exclusivo o comércio das referidas pedras na forma que nele se declara. 11 ago.1753. *APM-SIAAPM-Secretaria de Governo*, Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2012. (grifo meu)

¹⁶² FURTADO, Júnia F. *O Livro da Capa Verde: a vida no Distrito Diamantino no período Real Extração*. 2ªed. São Paulo: Annablume, 2008, p.69-70.

¹⁶³ FURTADO, Júnia Ferreira. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores, p.243-261.

¹⁶⁴ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da Comarca do Serro do Frio*, p.149.

para o Rei.¹⁶⁵ “O Desembargador João Fernandes de Oliveira foi o mais feliz dos Contratadores. Nenhum outro extraiu diamantes em tanta abundância.”¹⁶⁶

Nascido nas Minas Gerais, o desembargador João Fernandes de Oliveira teve sua ascensão social cuidadosamente planejada por seu pai. Formado em direito e cânones na Universidade de Coimbra, era cavaleiro da Ordem de Cristo. Em 1752, ainda jovem, foi nomeado como desembargador para o Tribunal da Relação do Porto.¹⁶⁷ “O poderio do seu pai, o contratador, e o apoio das altas autoridades locais, tecidas desde as Minas Gerais, foram fundamentais para a rápida concretização do processo de nobilitação que o sargento-mor buscara para o filho.”¹⁶⁸

Com o desembargador no comando dos contratos o Distrito Diamantino viveu seus anos mais prósperos e famosos, com o auge da atividade mineradora e com o mítico caso de concubinato entre João Fernandes de Oliveira e a forra Chica da Silva.¹⁶⁹

Durante mais de trinta anos, os contratadores foram as figuras principais no Distrito Diamantino. “Por meio de inúmeras alianças políticas e econômicas, buscavam a complacência das autoridades locais e mesmo dos governadores da Capitania e, dessa forma, tornaram-se poderosos na região.”¹⁷⁰

Os Fernandes de Oliveira, responsáveis por cinco contratos, alcançaram enorme prestígio dentro e fora do Distrito. O sargento-mor João Fernandes de Oliveira obteve grande sucesso como homem de negócio em Minas Gerais, diversificando suas atividades comerciais e construindo uma importante rede de relacionamentos, da qual usufruiu mais tarde quando voltou ao Reino¹⁷¹.

Como aponta Júnia Ferreira Furtado:

Das Minas Gerais, o desembargador enviava anualmente os ricos rendimentos oriundos da exploração diamantina, permitindo que o pai vivesse folgadoamente no Reino, como um nobre, e **ali estabelecesse as conexões de amizade necessárias ao**

¹⁶⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores, p.243-245.

¹⁶⁶ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da Comarca do Serro do Frio*, p.119. Ver também FURTADO, Júnia Ferreira. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores.

¹⁶⁷ Para sua trajetória ver FURTADO, Júnia F. O jovem desembargador. In: *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.87-102.

¹⁶⁸ FURTADO, Júnia F. Nobilitação dos homens de negócio no ultramar português: Pombal e os contratadores de diamantes. In: ANTUNES, Álvaro de Araújo. SILVEIRA, Marco Antonio. (Orgs.) *Dimensões do poder em Minas* (séculos XVIII e XIX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2012c, p.121.

¹⁶⁹ “Tudo indica que o relacionamento entre Chica da Silva e João Fernandes só não foi totalmente convencional porque a sociedade hierárquica daquele período impedia a legalização de matrimônio entre pessoas de origens e condições tão desiguais.” FURTADO, J. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.244.

¹⁷⁰ FURTADO, Júnia. O Distrito dos Diamantes, p.310-311.

¹⁷¹ FURTADO, Júnia Ferreira. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores, p.243-261.

bom desempenho de seus negócios coloniais. (...) Como as relações de poder tinham caráter privado, para a efetivação e o sucesso dos empreendimentos, era preciso **manter um relacionamento cotidiano e íntimo com os poderosos**, acima de tudo com o próprio monarca, o que era vital para a concretização dos interesses financeiros dos contratadores. Assim, o sargento-mor João Fernandes tratou de estabelecer conexões importantes na corte lisboeta, e vários indícios demonstram que, a partir da ascensão do marquês de Pombal, as relações entre os dois foram estreitas.¹⁷²

A partir de 1750, Portugal assistiu a mudanças na política imperial que repercutiram, diretamente, no desenvolvimento da Demarcação Diamantina. A partir da coroação de dom José I, ascendeu como seu principal secretário Sebastião de José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, que passou a organizar uma política econômica concentrada no fortalecimento de uma classe mercantil diretamente associada aos interesses do Estado. Sua política buscava reconhecer o valor do comércio para o enriquecimento de Portugal.¹⁷³

A importância, cada vez maior, de fortalecer a presença portuguesa no comércio imperial, que ligava o Reino a suas conquistas, prescindia de uma estrutura e de capitais de vulto. Somente os grandes comerciantes possuíam cabedais suficientes para esses negócios, por isso, Pombal buscava nesses homens o fortalecimento econômico de Portugal.¹⁷⁴

Na política pombalina, constantemente, os assuntos econômicos e a exploração de riquezas estratégicas para a coroa eram postos nas mãos de figuras da confiança e do círculo de amizade do ministro Pombal, consubstanciando os interesses do Estado com os da classe mercantil. Em contrapartida, essa elite mercantil enriquecia-se e enobrecia-se (...), **os dois João Fernandes de Oliveira foram exemplos paradigmáticos dessa política pombalina dirigida aos grandes homens de comércio.**¹⁷⁵

Em meados de 1770, o desembargador João Fernandes teve que organizar às pressas sua volta ao Reino, seu pai havia falecido e, ainda pouco antes de sua morte, modificara seu testamento, concedendo a sua viúva a meação de seus bens. A fim de defender seus interesses e os bens da família, o desembargador embarcou em uma viagem sem volta ao Reino.¹⁷⁶

Como **o marquês não podia mais contar com seu homem de confiança no arraial**, prevaleceu a tendência, já manifestada em outras áreas, de o Estado retomar

¹⁷² FURTADO, Júnia F. Nobilitação dos homens de negócio no ultramar português, p.123-124. (grifo meu)

¹⁷³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p.166-186; FURTADO, Júnia F. Nobilitação dos homens de negócio no ultramar português e FURTADO, J. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.207-210; FURTADO, Júnia Ferreira. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores, p.243-244.

¹⁷⁴ Cf. MAXWELL, Kenneth. Colaboradores e conspiradores. In: *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.69-94.

¹⁷⁵ FURTADO, Júnia F. Nobilitação dos homens de negócio no ultramar português, p.129. (grifo meu)

¹⁷⁶ Ver FURTADO, J. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.216-220.

o controle sobre as riquezas do Império, e **foi em face disso que se decretou o monopólio régio sobre a produção de diamantes.**¹⁷⁷

O sistema de contratos terminou com a criação da Real Extração de diamantes, em meados 1771, quando a exploração das minas tornou-se monopólio régio.¹⁷⁸

Numa perspectiva de análise tradicional, para Augusto de Lima Jr. o fim do sistema de contratos era inevitável, por ter sido um período tumultuoso e desastroso.

O **contrabando** por outro lado, alimentado pelo próprio João Fernandes, **inundava o mercado europeu com as melhores pedras do Brasil**, tornando difíceis ou inúteis os esforços, aliás inteligentes e enérgicos, que fazia a Coroa Portuguesa para obter uma regularidade no negócio dos diamantes. **O regime drástico ou mesmo cruel, sob o aspecto sentimental, adotado para o Distrito Diamantino**, torna-se lógico e compreensível quando se atenta no que temos exposto.¹⁷⁹

A exploração dos diamantes no Serro do Frio, desde seu início até o final do período dos contratos, foi descrita pela historiografia do século XIX e até a década de 1970, como um momento conturbado, marcado pelo contrabando realizado não só pela população, mas também pelos contratadores. As tentativas de interferência da Coroa na mineração eram vistas como despóticas, tendo como exemplo máximo a demarcação do Distrito Diamantino.¹⁸⁰

2.5. A historiografia sobre Distrito Diamantino entre os séculos XIX e XX

Durante o século XIX os vários viajantes que percorreram o Brasil deixaram suas descrições sobre Distrito Diamantino.¹⁸¹ Um dos viajantes mais famosos, que esteve no Distrito foi o inglês John Mawe. Sobre a região, afirmou:

Existem regulamentos muito severos para todos os viajantes. Com exceção daqueles que aí tem negócios, o que deve ser atestado por documentos autênticos, não se deixa passar ninguém antes de se fazer notificação oficial ao governador do distrito. As leis são tão severas que, quem quer que seja encontrado fora da grande estrada, estará sujeito a ser detido.¹⁸²

¹⁷⁷ FURTADO, Júnia F. Nobilitação dos homens de negócio no ultramar português, p.130. (grifo meu)

¹⁷⁸ APM, CC, Cx.106, 20563. ALVARÁ determinando que a extração e venda dos diamantes do Brasil passem para a administração da Real Fazenda, sob a inspeção do marquês de Pombal. 02 ago.1771. *APM-SIAAPM-Seção Colonial* Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2012; Sobre esse período ver FURTADO, Júnia F. *O Livro da Capa Verde*.

¹⁷⁹ LIMA Jr, Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, p.130. (grifo meu)

¹⁸⁰ Ver principalmente SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da Comarca do Serro do Frio*, p.83-130; LIMA Jr, Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, p.101-109, 178-200; BOXER, C. *A idade de ouro do Brasil, 1695-1750: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p.227-246

¹⁸¹ FURTADO, Júnia F. *O Livro da Capa Verde*, p.39-41.

¹⁸² MAWE, John. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p.151.

A demarcação do Distrito foi descrita pelo inglês Richard Burton¹⁸³ como uma barreira, muito bem delimitada, que controlava a população que ali vivia:

Portugal imediatamente declarou o diamante bem da coroa e **estabeleceu a célebre Demarcação Diamantina, quarenta e duas léguas em circunferência, com um diâmetro de quatorze a quinze léguas. (...) Os campos de exploração foram demarcados e ninguém podia ali penetrar sem licença.**¹⁸⁴

A situação singular do Distrito dentro da Capitania de Minas Gerais era algo que chamava a atenção dos estrangeiros que afirmavam, em suas memórias de viagem, a sua particularidade. Este foi um dos aspectos levantado por Saint-Hilaire:¹⁸⁵ “Submetido a uma administração particular, fechado não somente aos estrangeiros, mas ainda aos nacionais, **o Distrito dos Diamantes forma como que um estado à parte, no meio do vasto Império do Brasil.**”¹⁸⁶ O rigor do traçado de suas fronteiras teria ficado ainda mais evidente com a criação da Real Extração dos Diamantes:

O Distrito Diamantino ficou como que isolado do resto do universo; situado em um país governado por **um poder absoluto**, esse distrito foi submetido a um despotismo ainda mais absoluto; os laços sociais foram rompidos ou pelo menos enfraquecidos; tudo foi sacrificado ao desejo de assegurar à coroa a propriedade exclusiva dos diamantes.¹⁸⁷

Wilhelm von Eschwege¹⁸⁸ foi um mineralogista alemão que viajou e trabalhou no Brasil durante o século XIX. Ao longo do seu trabalho de levantamento das técnicas e da história das riquezas minerais do país, Eschwege estudou a situação dos diamantes e confirmou a rigidez da demarcação: “Foram fixadas **fronteiras** ao Distrito Diamantino e vedadas fora delas a exploração de diamantes”¹⁸⁹.

¹⁸³ Sir Richard F. Burton (1821-1890) foi geógrafo, explorador, cartógrafo e diplomata inglês. Transferido como diplomata para o Brasil em 1865, aproveitou a oportunidade para conhecer as os sertões brasileiros.

¹⁸⁴ BURTON, Richard. *Viagens aos planaltos do Brasil*. Tomo II: Minas e os mineiros. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p.290. Disponível em <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-aos-planaltos-do-brasil-tomo-ii-minas-e-os-mineiros>> Acesso em 15 ago.13. (grifo meu)

¹⁸⁵ Auguste Saint-Hilaire (1779-1853) foi um dos mais famosos viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil no século XIX. O naturalista francês conheceu as regiões do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, além de Minas Gerais onde esteve por três vezes.

¹⁸⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p.1. Disponível em <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelo-distrito-dos-diamantes-e-pelo-litoral-do-brasil/preambulo/6/texto>> Acesso em 20 ago.13. (grifo meu)

¹⁸⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*, p.4. (grifo meu)

¹⁸⁸ Wilhelm L. von Eschwege (1777-1855) foi um metalurgista, geólogo e geógrafo alemão. Foi contratado pela Coroa portuguesa para investigar o potencial mineral do Brasil e foi o responsável pelas primeiras explorações geológicas do país.

¹⁸⁹ ESCHWEGE, W. *Pluto Brasiliensis*. v.2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p.119. Disponível em <<http://www.brasiliana.com.br/obras/pluto-brasiliensis-memorias-sobre-as-riquezas-do-brasil-em-ouro-diamantes-e-outros-minerais-v-2>> Acesso em 16 ago.13. (grifo meu)

A obra *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro do Frio*, de autoria de Joaquim Felício dos Santos, foi o primeiro texto do século XIX que reuniu a história da exploração dos diamantes.¹⁹⁰ Segundo Júnia Furtado, nesse texto, a mineração das pedras foi retratada como um grande romance, onde heróis e vilões se digladiavam no palco da dominação metropolitana. A história da Demarcação Diamantina tornou-se o símbolo do despotismo português, que por um lado, teve como grandes aliados os dois João Fernandes de Oliveira (pai e filho), e do outro, fez sua maior vítima em Felisberto Caldeira Brant.¹⁹¹

Os historiadores do início do século XX reforçaram esta mesma visão já estabelecida sobre o Distrito. Augusto de Lima Jr. em sua *História dos Diamantes nas Minas Gerais* (século XVIII) incluiu várias transcrições de documentos sobre o período, mas convergiu para uma visão depreciativa do período dos contratos, principalmente da família Fernandes de Oliveira. Também identificou na Demarcação Diamantina o exercício da opressão metropolitana.¹⁹²

Para Sérgio Buarque de Holanda: “No capítulo dos diamantes (...) os precedentes da política fiscal são mais breves e mais rudes. Reclamados, de começo, os direitos da Coroa à exclusiva exploração”.¹⁹³

A perspectiva econômica foi reforçada pelos estudos de Caio Prado Júnior que, embora tenha identificado a ação da Coroa portuguesa como caótica e irracional, ponderou que a especificidade dos diamantes fez com que o Distrito Diamantino fosse o local mais propício para a presença efetiva do Estado metropolitano.¹⁹⁴ Já para Celso Furtado, o período da

¹⁹⁰ Joaquim Felício dos Santos (1822-1895) formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, foi deputado geral durante o Império e senador nos períodos iniciais da República. Fundou o jornal “O Jequitinhonha” em Diamantina, onde escrevia ativamente, inclusive o livro *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro do Frio* foi criado a partir de uma série de artigos jornalísticos publicadas em 1868. Para compreender seu trabalho historiograficamente ver: FURTADO, Júnia F. Distrito Diamantino: o avesso da memória. *Varia Historia*, Belo Horizonte/UFMG, v.12, p.80-94, 1993.

¹⁹¹ “Prevaleceu esta opinião, e em 1739 concluiu o Governador o primeiro contrato dos diamantes com João Fernandes de Oliveira de sociedade com Francisco Ferreira da Silva. O sistema admitido de preferência, para a arrecadação dos impostos, era o da arrematação: o sistema imperfeito, opressivo, vexatório para os contribuintes, pela ambição e ganância dos arrematadores (...)” SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da comarca do Serro do Frio*, p.69. Noutra direção: FURTADO, Júnia F. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores. In: SCHWARTZ, Stuart e MYRUP, Eric. (Orgs.) *O Brasil no império marítimo português*. Bauru: Edusc, 2009, p.217-262. Sobre as características do discurso histórico de Joaquim Felício dos Santos e sua herança historiográfica ver também FURTADO, Júnia F. Distrito Diamantino: o avesso da memória. *Varia Historia*, Belo Horizonte/UFMG, v.12, p.80-94, 1993.

¹⁹² LIMA Jr, Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, p.101-109, 178-200.

¹⁹³ HOLANDA, Sérgio Buarque. Metais e pedras preciosas. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, v.2, 1960, p.364.

¹⁹⁴ PRADO JR., Caio. Mineração. In: *Formação do Brasil contemporâneo*, 20ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p.169-185.

mineração representou o ciclo áureo de Minas Gerais, caracterizado pela expansão econômica e da vida urbana.¹⁹⁵

Charles Boxer foi um dos historiadores que melhor representou a ideia do Distrito como lugar cercado e controlado pela metrópole, o exemplo ideal para o exercício do Pacto Colonial.

O efeito dessas medidas foi acentuar ainda mais o **isolamento do Distrito Diamantino**. Ele era, virtualmente, **uma colônia dentro de outra colônia**, desligado do resto do Brasil por uma barreira legal e administrativa, mais eficaz naquela sua forma do que as pedras e tijolos da Grande Muralha da China.¹⁹⁶

Mesmo durante a década de 1970, quando as bases do Sistema Colonial começaram a ser repensadas e as temáticas da História do Brasil mudaram, caminhando para uma interpretação cultural e social, o Distrito Diamantino continuou carregado por uma áurea pesada e opressiva. Segundo Laura de Mello e Souza,

disseminado por toda a colônia e especialmente dirigido, no século XVIII, para as Minas, foi entretanto **no Distrito Diamantino que o Fisco mostrou sua face mais cruel e violenta**. Demarcado e cercado a partir de 1734, o território diamantífero foi o exemplo mais vivo da violência alcançada pela máquina administrativa colonial, da iniquidade da sua Justiça, da arbitrariedade de suas medidas.¹⁹⁷

Foi somente a partir da década de 1980, que o Distrito Diamantino foi estudado por uma perspectiva diferente. Trabalho pioneiro foi o de Júnia Ferreira Furtado que analisou, pelo viés da História Social, a vida cotidiana no Distrito Diamantino durante o período da Real Extração. Segundo a autora,

o Regimento, como as demais leis coloniais, não era perfeitamente executado. **Ao reafirmar o despotismo, mostrava a dificuldade das autoridades de controlar a região**. Neste sentido, o estudo da Real Extração não pode se limitar à sua análise. A história local não se limita à execução de uma legislação perversa, formulada por impiedosos legisladores e aplicada pelo autoritarismo dos administradores. Os espaços da diversidade e do conflito estiveram sempre presentes.¹⁹⁸

A visão do controle e da opressão metropolitana começou, então, a ser questionada e identificada com determinadas interpretações e objetivos que queriam construir uma imagem específica para o Distrito.

¹⁹⁵ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, p.172-244.

¹⁹⁶ BOXER, C. *A idade de ouro do Brasil, 1695-1750: dores de crescimento de uma sociedade colonial*, p.240.

¹⁹⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2004, p.191. (grifo meu)

¹⁹⁸ FURTADO, Júnia F. *O Livro da Capa Verde*, p.175. (grifo meu)

No decorrer do século XVIII, **o Tejuco foi sendo envolvido por uma espécie de mitologia depreciativa, tecida sobretudo pelos que ficavam fora da Demarcação Diamantina.** O mandonismo de Chica da Silva e a submissão “conjugal” do contratador são a face erótico-afetiva de uma desordem maior, que impregnava o cotidiano, subvertia a norma e criava um território em que tudo andava às avessas.¹⁹⁹

Júnia Ferreira Furtado aponta que, à princípio, no Distrito Diamantino, demarcado para a criação do sistema de contratos, ficavam em lados opostos os interesses dos contratadores e da população local, afinal, o acesso às lavras era exclusivo dos primeiros. Os demais viam-se privados das riquezas dos diamantes. Por outro lado, ainda lhes restavam algumas opções. Podiam pedir, por exemplo, a obtenção do direito de exploração dos rios exclusivamente auríferos, o que foi prontamente atendido pela Coroa em vários casos, inclusive era alto e regular os montantes de ouro apresentados à administração para serem quintados. Também podiam alugar os seus escravos aos contratadores, um recurso que foi bastante utilizado em todos os contratos, e o que fez Felisberto Caldeira Brant obter largo apoio da população. Outra opção era se aventurar na extração ilegal das pedras, o que apesar dos inúmeros esforços da Coroa, era uma prática bastante possível devido às vastidões dos sertões dos diamantes.²⁰⁰

De fato, apesar dos discursos sobre a opressão e a privação de riquezas dos mineiros do Distrito Diamantino, durante o século XVIII o Tejuco, arraial sede da demarcação, foi um núcleo urbano dinâmico e florescente.

O Tejuco não era uma aglomeração pequena para os padrões da época. Em 1732, dom Lourenço de Almeida reconheceu que a população do arraial já ultrapassara em muito a da Vila do Príncipe (...). No terceiro quartel do século XVIII, havia quase 510 casas no arraial, dispostas em dezenove ruas e sete becos, habitadas por um total de 884 moradores livres. No início do século seguinte, quando por ali passou o viajante francês Saint-Hilare, o núcleo urbano possuía por volta de 6 mil habitantes, e cerca de oitocentas casas. O viajante se deslumbrou não só com o ambiente de luxo e abundância que ali reinava, mas também com a pujança do comércio local, cujas lojas estavam repletas de objetos importados, como louças, inglesas e da Índia, tudo transportado em lombo de burros.²⁰¹

A mineração dos diamantes na Capitania de Minas Gerais, desde as primeiras notícias sobre as pedras até o ano de 1771, quando a Real Extração de Diamantes foi instituída, foi um

¹⁹⁹ SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.139. (grifo meu)

²⁰⁰ FURTADO, Júnia Ferreira. *Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores*, p.246-249.

²⁰¹ FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.41. (grifo meu)

processo dinâmico que movimentou os interesses de diferentes grupos. Como se tratava da exploração de uma grande riqueza mineral acorreram para os sertões do Serro do Frio indivíduos que representavam os mais variados interesses econômicos e políticos, os quais construía suas próprias representações sobre o espaço de onde brotavam os diamantes.

Nesse sentido, ao rever a vasta documentação e a historiografia sobre a extração dos diamantes nos seus primeiros anos, ainda que algumas vezes explorados clandestinamente, até o encerramento do sistema de contratos, nesse capítulo, buscou-se perceber as dificuldades e as dúvidas enfrentados pela administração régia; o impacto dos diamantes no cotidiano dos moradores do Serro do Frio, das Minas Gerais e até mesmo no comércio internacional; além dos vários interesses por trás da construção da companhia de arrematação dos diamantes e os conflitos e êxitos de cada contratador.

Indivíduos que estiveram diretamente ou indiretamente relacionados a esses fatos produziram alguns mapas sobre a região do Distrito Diamantino do Serro do Frio, os quais se apresentam nessa pesquisa como chaves de interpretação sobre como os locais de exploração das pedras foram representados cartograficamente. Dessa forma, procura-se compreender quais foram as articulações e as interações entre as representações cartográficas, o Distrito Diamantino e os indivíduos. O que se analisa na segunda parte do texto.

PARTE II: Os mapas das pedras brilhantes

Capítulo 2: A cartografia prática dos sertanistas: roteiros e mapas do sertão dos diamantes

A segunda parte da dissertação refere-se a análise dos mapas produzidos sobre a região do Distrito Diamantino do Serro do Frio entre os anos de 1714 a 1771. Esse conjunto de mapas foi dividido em duas seções. Nesse capítulo, o objetivo é analisar o conjunto de mapas que definimos como *mapas de sertanistas*, por isso discutimos sobre a conceitualização desse conjunto e analisamos individualmente os cinco mapas selecionados, buscando contextualizar sua fabricação e recepção na busca por indícios sobre os seus autores, quais as técnicas que utilizavam e quais eram os usos preferenciais dessas cartas.

2.1. A abertura dos sertões da Comarca do Serro do Frio

A colonização da região que veio a ser denominada Comarca do Serro do Frio se iniciou no alvorecer do século XVIII, como um desdobramento do processo de expansão geográfica resultante da busca por ouro e esmeraldas, desde então, foi o local de passagem de algumas das grandes bandeiras paulistas.²⁰² Esse território é banhado por vários rios, sendo o mais importante o Jequitinhonha com sua bacia hidrográfica. Muitos desses rios cedo se revelaram auríferos, e, por isso, vários aventureiros se estabeleceram nas suas margens, onde rapidamente floresceram alguns núcleos urbanos.

Lucas de Freitas foi um dos primeiros povoadores da área e, nas proximidades das chamadas “velhas lavras de Lucas de Freitas” formou-se um pequeno arraial que se expandiu de forma rápida. A 29 de janeiro 1714 foi elevado a Vila do Príncipe, por dom Brás Baltazar da Silveira, que

atendendo a que nos distritos de Caeté e Serro do Frio havia capacidade para se levantar uma Vila em cada um deles; e tendo outrossim consideração ao muito que convém ao serviço de Sua Majestade, e ao bom governo e conservações dos povos daqueles Distritos que neles se fizessem vilas, e se lhes introduzisse as justiças para o seu bom regimento (...); e que **a do Serro do Frio tivesse a denominação de – Vila do Príncipe** (...) e que os novos officias sejam os mais capazes para que principiem com acerto o governo da nova vila”.²⁰³

²⁰² LIMA Jr, Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, p.15.

²⁰³ CREAÇÃO de Vilas no período colonial. *RAPM*, Ouro Preto: Arquivo Público Mineiro, v.2. n.1, p.89-90, 1897. Apud: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p.151-152. (Grifo meu)

Em 1720 foi criada a Comarca do Serro do Frio, sendo instituída a Vila do Príncipe como sua sede. A mineração de ouro era, àquela época, a principal atividade da região, concomitante ao comércio do gado e à agricultura de gêneros alimentícios. Enquanto isso, nos sertões do Serro do Frio, um outro arraial também crescia, o Tejuco.

O arraial surgira antes mesmo da descoberta das pedras preciosas, com a exploração do ouro nos rios Piruruca e Grande, ambos exclusivamente auríferos. No encontro dos dois rios e subindo o morro de Santa Antônio, iniciou-se a construção de um ajuntamento de casas que, desajeitadamente, constituíram a primeira rua do arraial, conhecida como Burgalhau.²⁰⁴

Nos anos finais da década de 1720 as notícias sobre o aparecimento de diamantes nas bateias dos mineiros começou a se espalhar e o arraial do Tejuco passou a receber uma incrível leva de aventureiros de toda a sorte.²⁰⁵

Todavia a Comarca do Serro do Frio possuía vastas extensões de terras desconhecidas, habitadas quase exclusivamente por diversas nações indígenas, que tinham seus territórios comumente identificados pelos colonizadores como vastos sertões incógnitos.²⁰⁶ Era nesses dilatados sertões, cujos limites geográficos ainda eram incertos e duvidosos, que, desde os primeiros tempos, os sertanistas faziam suas incursões.

O sertão, como afirmou Saint-Hilare,

não designa uma divisão política de território; não indica senão uma espécie de **divisão vaga** e convencional determinada pela natureza particular do território e, principalmente, pela **escassez de população**. O Sertão compreende, nas Minas, a bacia do S. Francisco e dos seus afluentes, e se estende desde a cadeia que continua a Serra da Mantiqueira ou, pelo menos quase a partir dessa cadeia até os limites ocidentais da província. Abarca, ao sul, uma pequena parte da comarca do Rio das Mortes, a leste, **uma imensa porção das comarcas de Sabará e do Serro do Frio**, e finalmente, a oeste, toda a comarca de Paracatu situada ao ocidente do São Francisco. Essa imensa região constitui assim cerca de metade da Província de Minas Gerais, e se estende aproximadamente, desde os 13° até os 21° de latitude; mas não se deve pensar que o sertão se restrinja à Província de Minas Gerais; prolonga-se pelas da Bahia e Pernambuco, e a Província de Goiás.²⁰⁷

²⁰⁴ FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.37.

²⁰⁵ FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio*, p.188-191

²⁰⁶ Na época, sertão significava “região apartada do mar, & por todas as partes metida entre terras”, como era o caso dos vastos territórios interiores que configuravam as Minas Gerais. Ver BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes, 1712, v.4, p.613.

²⁰⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1975. p.307. *Apud* MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p.34. (grifo meu)

Diante de uma área de abrangência tão grande como esses homens se orientavam nesse espaço interior? Os marcos naturais do terreno eram, evidentemente, importantes pontos de referência para a interiorização dos sertanistas pelo território. Os irmãos Nunes, comerciantes que rodaram constantemente pelo Caminho da Bahia entre Vila Rica e Salvador, advertiam os viajantes que, “a partir da ‘barra da Bahia’, era necessário buscar e seguir uma serra que ali nasce, ‘que vai tomando o nome das partes por onde passa’” e que, por sua extensão, servia de referência ao caminhante por cerca de “setecentas léguas do caminho”.²⁰⁸ Esses pontos geográficos – rios, serras, caminhos – eram então transpostos para os roteiros produzidos por esses sertanistas que podiam adquirir a forma cartográfica, como é o caso do conjunto de “mapas sertanistas” que sobreviveram, guardados na Seção de Cartografia da Fundação Biblioteca Nacional, ou relatos escritos, verdadeiros mapas mentais,²⁰⁹ como era a descrição escrita que os irmãos Nunes deixaram sobre o Caminho da Bahia.²¹⁰

Os homens do sertão também poderiam recorrer os saberes indígenas para se orientarem durante as expedições. “As representações indígenas assumiram significado operacional em um período no qual a escrita era dominada por poucos.”²¹¹ Adriano Toledo Paiva, afirma que, percorrendo espaços completamente singulares e desconhecidos, “os índios não foram somente responsáveis por ensinar as condições de sobrevivência nos sertões e importante força de trabalho nos domicílios, mas também orientaram todas as concepções espaciais da conquista dos sertões.”²¹² Os índios tinham um senso de orientação muito bem desenvolvido, pois essa era uma atividade vital, uma questão de sobrevivência na natureza, conseqüentemente, tinham “uma aguda consciência do espaço geográfico e a capacidade para o representar”.²¹³

Apoiando-se nessas duas características, a representação marcada pelos elementos naturais e a rusticidade dos traços cartográficos, Jaime Cortesão caracterizou esses mapas como mapas sertanistas:

Traçados à pena e a lápis, sobre folhas de papel de grosseiro fabrico; classificáveis em grupos, segundo o estilo do traçado, quase sempre por

²⁰⁸ FURTADO, Júnia F. Trajetórias carto-geográficas de uma família de cristãos-novos dos sertões das Gerais aos cárceres da Inquisição: o caso dos irmãos Nunes, p.224.

²⁰⁹ FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p.25-27.

²¹⁰ FURTADO, Júnia F. Trajetórias carto-geográficas de uma família de cristãos-novos dos sertões das Gerais aos cárceres da Inquisição: o caso dos irmãos Nunes, p.189-238 ou FURTADO, Júnia F. O caso dos irmãos Nunes. In: *O mapa que inventou o Brasil*, p.168-210.

²¹¹ PAIVA, Adriano Toledo. “*Aranzés da tradição*”, p.29.

²¹² PAIVA, Adriano Toledo. “*Aranzés da tradição*”, p.30.

²¹³ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco. 1965-1971, p.26.

demais sumário; e referidos a território recentemente descobertos ou economicamente valorizados.²¹⁴

Antes dos estudos de Cortesão, Joaquim Felício dos Santos, de forma romântica, assegurou que esses homens

não tinham bússola, não possuíam relógio, não conheciam as estrelas: e para que? Olhavam o Itambé, que assoberbava sobranceiro no horizonte, com seu pico sempre coroado de vapores, como o cone gigantesco de um vulcão extinto perfurando as nuvens: era o farol granítico dos viajantes, era o centro de um círculo de sessenta léguas de diâmetro, que podiam revolver sem receio de se extraviarem.²¹⁵

No entanto, isso não passava de suposição pouco crível, pois os sertanistas possuíam meios de se orientarem em suas viagens, para além dos marcos naturais do terreno. Se não é possível ter certeza de que se valiam de instrumentos científicos, o sol e as estrelas eram importantes instrumentos de referência, e para tanto eles tinham conhecimentos de astronomia e faziam observações, mesmo que a olho nu. Mas, não é de todo descabido que fizessem uso do astrolábio para tomada das latitudes, facilmente observadas com esse instrumento a partir da declinação do sol, método já conhecido desde a Antiguidade. Ainda que o médico português José Rodrigues Abreu, que fez várias viagens por Minas Gerais, no primeiro decênio do século XVIII, acompanhando o governador Antônio de Albuquerque, não desse muito valor as observações geográficas dos paulistas, a que chamava de práticos, uma vez na capitania, viu “pilotos”²¹⁶ tomando as latitudes com instrumentos matemáticos.²¹⁷ Outro método comum utilizado pelos paulistas era a transformação de medidas de tempo em distância percorrida,²¹⁸ por esta razão a marcha à paulista²¹⁹ dividia “o trajeto em jornadas

²¹⁴ CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, tomo II, p.217-8.

²¹⁵ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da Comarca do Serro do Frio*, p.41. (grifo meu)

²¹⁶ “O piloto é o que com a carta e agulha de marear governa (...) as coisas concernentes à derrota”. BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino*, v.3, p.507.

²¹⁷ FURTADO, Júnia F. As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro. *Anais de História de Além-mar*, Lisboa, v.4, p.174 (155-212), 2003.

²¹⁸ FURTADO, Júnia F. As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro, p.174

²¹⁹ “Isto é, acordava-se bem cedo e caminhava-se somente até por volta do ‘meio-dia, quando muito, até uma ou duas da tarde, assim para se arrancharem, como para terem tempo de descansar e de buscar alguma caça e peixe”. FURTADO, Júnia F. Trajetórias carto-geográficas de uma família de cristãos-novos dos sertões das Gerais aos cárceres da Inquisição: o caso dos irmãos Nunes. In: FURTADO, Júnia F. e RESENDE, Maria Leônia Chaves de. (orgs.) *Travessias inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI – XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p.224.

médias de cerca de 37 léguas, distância que podia ser transposta em um dia de viagem de caminhada”.²²⁰

Como foi abordado na introdução, hoje também é discutível que os indígenas tenham influenciado diretamente a concepção plástica-cartográfica dos mapas tidos como sertanistas, com certeza foram importantes guias para os sertanistas que penetravam o território, pois tinham o domínio dessa geografia,²²¹ mas, como demonstrado a seguir, o recurso aos códigos cartográfico e instrumentos matemáticos europeus se fez presente nessa produção de “mapas de sertanistas”. Dessa forma, na geografia do desbravamento do sertão, os mapas de sertanistas até poderiam receber a influência dos saberes indígenas, mas a presença da tradição cartográfica europeia se mostra como um traço marcante dessa produção.

No conjunto de mapas de sertanistas podemos identificar dois traços distintivos ligados aos seus usos. De um lado, uma característica evidente desses roteiros era sua utilidade prática, pois serviam diretamente para a orientação das caminhadas. Neles estavam registrados os caminhos percorridos, os principais marcos geográficos naturais do terreno (rios, serras, etc.), assim como os marcos artificiais, quando existentes, (picadas, roças, núcleos urbanos, pontes) além dos descobrimentos minerais realizados. Por outro lado, esses documentos podiam ser poderosos instrumentos políticos quando utilizados durante os processos de solicitação de mercês, servindo de prova documental do serviço régio realizado em prol do achamento de riquezas minerais, pois

Mais do que nos arranjos com os funcionários do governo régio na Colônia, os registros dos roteiros interessavam aos próprios sertanistas-descobridores no programa de suas ações, e no trato com os outros coloniais. Afinal, eram estes que poderiam fornecer **informações fidedignas** sobre qualquer pleito de descobrimento, e era entre os moradores da Colônia que se conferia a verossimilhança dos relatos – orais ou escritos – sobre um descoberto. Por isso, também, **o conhecimento de itinerário não era um assunto particular, ou de uns poucos membros de uma família.**²²²

Nesse sentido, passando de geração em geração, ou destes às mãos dos representantes da Coroa, a cartografia sertanista constituiu-se como um processo coletivo. Como afirma Francisco Eduardo de Andrade, os mapas eram frutos de saberes compartilhados que nasciam

²²⁰ FURTADO, Júnia F. Trajetórias carto-geográficas de uma família de cristãos-novos dos sertões das Gerais aos cárceres da Inquisição: o caso dos irmãos Nunes, p.225.

²²¹ OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações*, p.20-59 e 90-139; OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Cartografias do “sertão”: os mapas sertanistas no discurso histórico de Jaime Cortesão e Sérgio Buarque de Holanda, p.188-210.

²²² ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais*, p.240. (grifo meu)

e eram modificados a partir das experiências vividas nos sertões.²²³ A esse predomínio da experiência vivida no desbravamento do território que se reflete diretamente na produção cartográfica, Adriano Toledo Paiva acrescenta que o repertório movimentado pelos sertanistas na construção dos roteiros e mapas ia além dessas, pois também incorporava a tradição presente em registros escritos, em outros mapas e na própria oralidade.²²⁴ Para a realização completa desses dois usos os mapas deveriam conter elementos carregados de sentido para aqueles que os utilizavam, ou seja, havia um compartilhamento de signos comuns tanto aos cartógrafos como os seus receptores, somente nessa direção que os mapas de sertanistas poderiam completar sua função como instrumentos de comunicação que espacializam as relações sociais.²²⁵ Ao que tudo indica, os signos desse mundo compartilhado estavam mais próximos da tradição europeia do que da tradição indígena.

2.2. Os sertanistas, seus roteiros e mapas.

Sob a guarda da Fundação Biblioteca Nacional encontra-se uma série de documentos cartográficos, arquivados em um Fundo documental denominado *Mapas Sertanistas*. Essas cartas foram divididas e classificadas em grupos, segundo o estilo de seus traços, ou a região que representam. Para fins desse estudo, foram escolhidas cinco cartas desse acervo, que ostentam representações da região dos diamantes. A identificação das mesmas (origem, autoria, datação) é muitas vezes incerta e é dificultada pelo fato de que, no interior da instituição, os documentos cartográficos e os textuais foram depositados em seções diferentes, ocasionando a separação dos mapas dos manuscritos que lhe eram correspondentes ou correlatos. Sabe-se, por exemplo, que frequentemente sertanistas deixavam, em testamento, mapas das regiões por eles descobertas para instruir seus descendentes ou para reivindicar seus direitos sobre elas²²⁶ e essa deve ter sido uma das razões porque tais documentos chegaram à instituição, mas a maneira de organização dos acervos no seu interior torna difícil remontar essas conexões, dificultando o estudo dos mesmos.

Na medida em que não foi possível desvendar com certeza a autoria das cartas selecionadas para serem examinadas nesse capítulo, não se pode ter certeza absoluta se foram produzidas por sertanistas no momento em que penetravam o território (uso pragmático), ou se, posteriormente, por eles ou seus descendentes quando reivindicavam junto à Coroa o

²²³ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais*, p.235-264.

²²⁴ PAIVA, Adriano Toledo. “*Aranzéis da tradição*”, p.33-34.

²²⁵ OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações*, 82.

²²⁶ PAIVA, Adriano Toledo. “*Aranzéis da tradição*”, p.35

domínio sobre esses descobertos (uso político). O que caracteriza esse acervo são os traços mais rústicos do desenho, quase sem acabamento, ausência de cartelas elaboradas, muitas vezes sem ostentar um título ao menos. Muitos apresentam perda significativa de material, indicando um uso intensivo dos mesmos; como também, alguns deles têm anotações com letras e tintas diferentes, o que aponta para o seu compartilhamento ao longo do tempo, por diferentes usuários, que acrescentaram ou corrigiram informações posteriores. Optou-se aqui, a exemplo do que aconselha Thiago Kramer,²²⁷ por utilizar o termo *Mapas de Sertanistas*, ao invés de *Mapas Sertanistas*, por concordar com ele que, apesar da rusticidade desses mapas, os mesmos utilizam os códigos europeus de representação cartográfica, correntes à época. A única exceção evidente a essa regra é o *Borrão para se fazer um mapa da comarca do Serro do Frio*, mas, mesmo nesse caso, não se pode afirmar que se trata do uso de uma simbologia indígena. No entanto, certamente, a influência dos índios nessa cartografia sertanista se faz presente, de forma indireta, pois esses foram os grandes guias dessas expedições.

Dessa seleção de mapas apenas um possui data atribuída, mas com o intuito de conectar esses mapas ao contexto histórico da produção dos diamantes no Serro do Frio, ocorrido nas primeiras décadas do século XVIII, optamos por tentar identificar as datas aproximadas de feitura de cada um deles, assim como também procurou-se, quando possível, atribuir autoria a alguns poucos. Para tanto, recorreremos à análise dos topônimos das cartas, assim como ao confronto de diferentes fontes com os mapas. Dessa forma, organizamos e apresentamos o estudo dos mapas seguindo a ordem cronológica dessas atribuições.

Com o intuito de fazer a apresentação das fontes de forma mais fluída optamos por atualizar sua ortografia, claro que respeitando sua historicidade. Além disso, ao descrevermos os mapas procuramos respeitar o atual consenso cartográfico que identifica o norte para cima e o sul para baixo, pois esses mapas não apresentam indicação de orientação, ou seja, não possuem uma rosa dos ventos, por isso foi necessário partir desse princípio para facilitar o entendimento geográfico dessas fontes. Nesse ponto é importante ressaltar que fizemos aproximações, pois para se obter uma correta identificação dos pontos cardeais seria necessário georreferenciar esses mapas, mas como esse não era o objetivo dessa pesquisa, procuramos focar apenas na análise histórica dessas fontes.

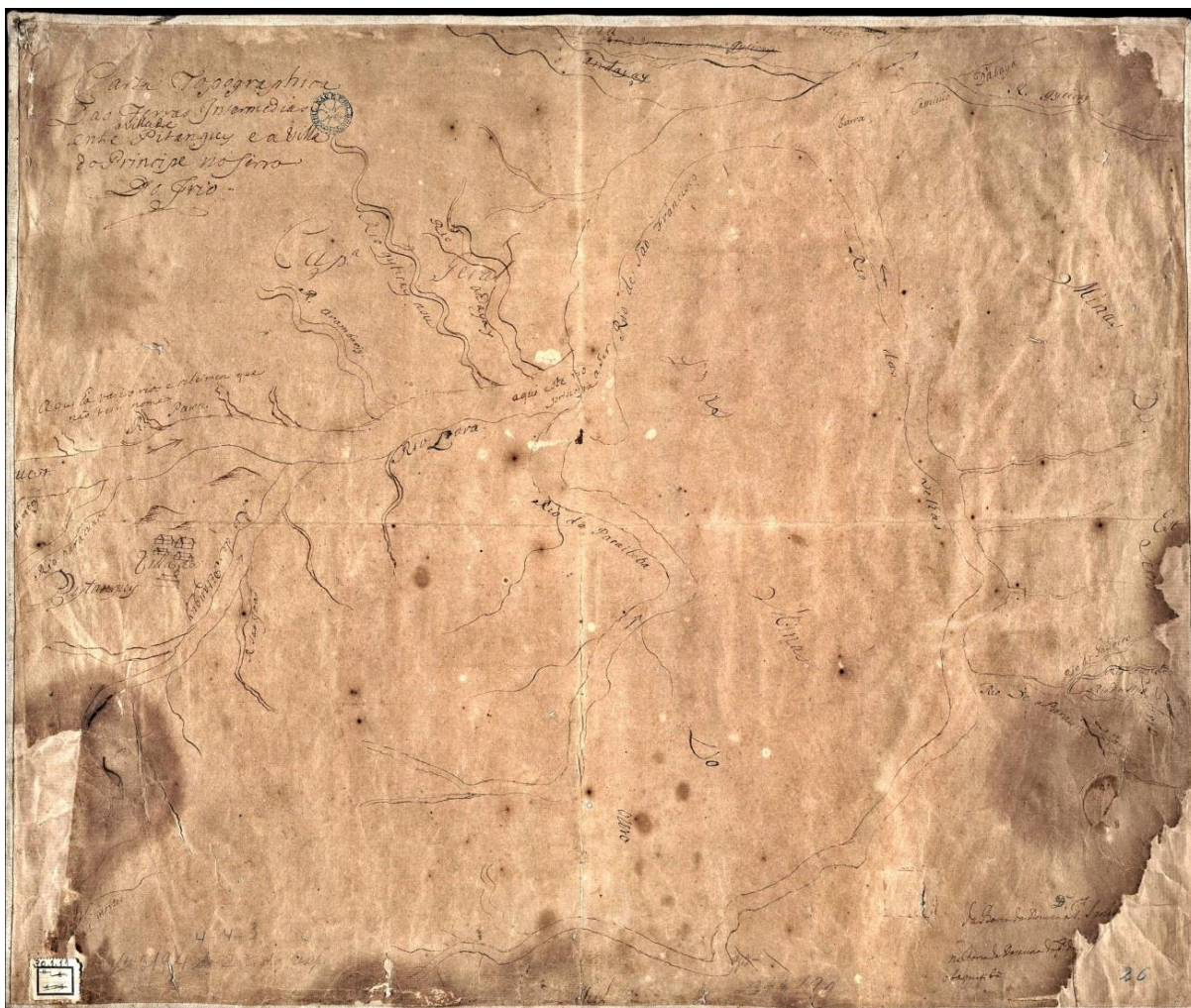
2.2.1. Da Vila de Pitangui a Vila do Príncipe

²²⁷ OLIVEIRA, Thiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações*, p.22 e 120-139.

Um dos primeiros mapas feitos sobre a região onde posteriormente se deu a extração dos diamantes no Serro do Frio foi a *Carta topográfica das terras intermedias entre a Vila de Pitangui e a Vila do Príncipe no Serro do Frio* (Mapa 1).²²⁸ O mapa, orientado na direção norte-sul, é um manuscrito desenhado à tinta ferrogálica, sendo que seu papel está bastante desgastado, o que dificulta a sua leitura, além disso, parte de suas bordas foram danificadas, o que fez com que algumas informações se perdessem.

Mapa 1

Carta topográfica das terras intermedias entre a Vila de Pitangui e a Vila do Príncipe no Serro do Frio



Fonte: FBN/RJ. ARC.030,01,011

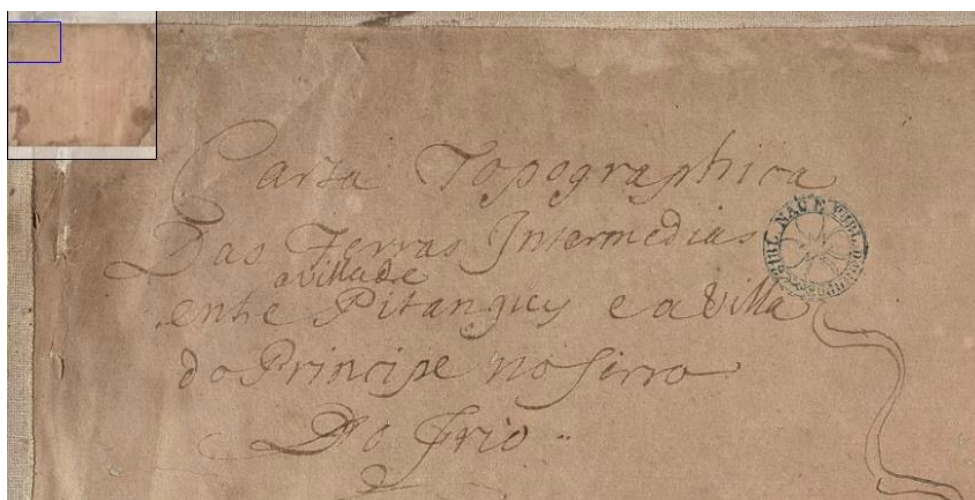
A principal informação que a carta apresenta é a descrição dos rios que ligam a Vila de Pitangui à Vila do Príncipe (que no entanto localiza-se em trecho da carta em que houve perda

²²⁸ FBN/RJ. ARC.030,01,011. *Carta topográfica das terras intermedias entre a Vila de Pitangui e a Vila do Príncipe no Serro do Frio*. [17--]. Desenho a tinta ferrogálica, 55 x 66 cm. *BNDigital*. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525833.jpg> Acesso em 10 mar. 12. Publicado em: COSTA, Antônio Gilberto. (org.). *Os caminhos do Ouro e a Estrada Real*, p.59.

do material). O principal rio representado é o São Francisco que corre na direção leste-oeste, e seus afluentes que desaguam em ambas as margens, cujos sentidos das correntes estão indicados por setas. No título há um detalhe: a atribuição de vila a Pitangui está sobreposta, sendo o título original do mapa “*Carta topográfica das terras intermedias entre Pitangui e a Vila do Príncipe no Serro do Frio*”. Este acréscimo de se referir à Pitangui como Vila, cuja elevação se deu em 1715, permite datar a feitura do mapa como posterior a 1714, ano em que Vila do Príncipe foi criada pela Coroa.

Mapa 1.1

Detalhe do título da *Carta topográfica das terras intermedias entre a Vila de Pitangui e a Vila do Príncipe no Serro do Frio*



Fonte: FBN/RJ. ARC.030,01,011

Além disso, no centro do mapa encontra-se a inscrição “Cap. Geral das Minas do Ouro”, enquanto na direção oeste do mapa está identificada as “Minas do Serro do Frio”. A Capitania de São Paulo e Minas do Ouro foi estabelecida pela Coroa em 1709 e, somente em 1720, foi criada a Capitania das Minas Gerais, o mesmo ano em que se estabeleceu a Comarca do Serro do Frio. Dessa forma, acreditamos que esse mapa foi construído e modificado entre 1714-1715, bem antes de 1720, pois adota a denominação que a Capitania tinha quando ainda pertencia a São Paulo e não se refere à Comarca, mas às Minas do Serro do Frio. Tão pouco encontram-se referências diretas às atividades de mineração do ouro, muito menos à descoberta dos diamantes.

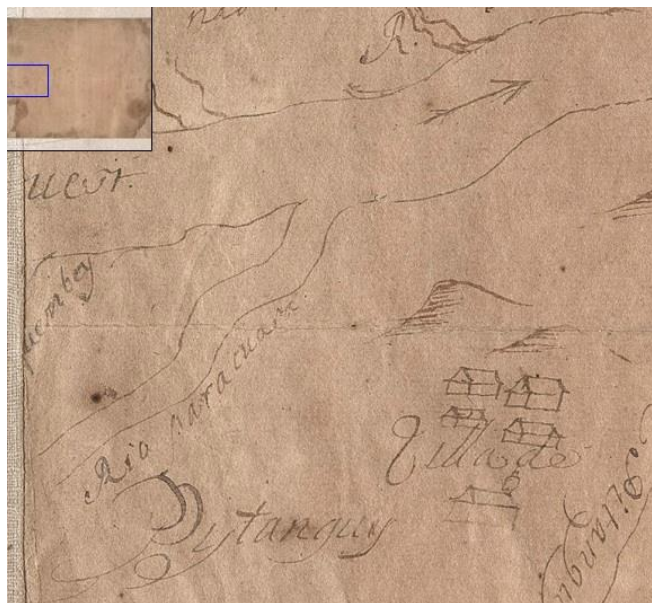
A região de Pitangui foi colonizada por paulistas por volta de 1710, quando ali descobriram ricas jazidas de ouro. Com os desdobramentos dos conflitos da Guerra dos Emboabas, a região se tornou um forte reduto paulista. Em 1715 o arraial foi elevado a Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, mas a presença das autoridades régias, responsáveis

pelas cobranças dos quintos, foi recebida com resistência pelos moradores.²²⁹ A situação só foi parcialmente controlada em 1720 quando a companhia dos Dragões, comandada pelo capitão José Rodrigues de Oliveira, interviu e vários sediciosos foram expulsos da vila. A maioria dos amotinados seguiu para os sertões da Bahia ou para as novas minas de Goiás. Como afirma Vagner da Cunha Silva “com o declínio da mineração aurífera da localidade – principal atrativo da região, sobretudo nesses anos iniciais – nas décadas subseqüentes a Vila caíria em relativo ostracismo, restando-lhe, porém, sua condição de ponto comercial estratégico junto às demais regiões do centro-oeste de Minas”.²³⁰

A região de Pitangui foi identificada no mapa primeiramente com a inscrição “Pitangui”, e provavelmente recebeu a inscrição “Vila de” posteriormente, acompanhada do desenho de pequenas casas, que simbolizavam o status de Vila. Banhada pelo Rio Pitangui, a rota entre as duas vilas começava por esse rio, que desaguava no Rio Pará, que ao se juntar ao Rio Paraopeba, passava a ser o Rio São Francisco, que próximo do caminho para a Bahia recebia as águas do Rio das Velhas, de onde saíam afluentes que banhavam a Vila do Príncipe, como o Rio Paraúna.

Mapa 1.2

Detalhe da Carta topográfica das terras intermedias entre a Vila de Pitangui e a Vila do Príncipe no Serro do Frio, com destaque para os signos utilizados na representação da Vila de Pitangui



Fonte: FBN/RJ. ARC.030,01,011

²²⁹ CREAÇÃO de Villas do período colonial. *RAPM*, v.02, fasc.01, 1897, p.90-92.

²³⁰ SILVA, Vagner da Cunha. A Câmara da Vila de Pitangui: “a que sempre foi a mais rebelde e a mais renitente (...)”. In: PAIVA, Adriano Toledo e OLIVEIRA, Pablo Menezes (orgs.). *As minas e o Império: dinâmicas locais e projetos coloniais portugueses*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p.182.

Os caminhos não estão traçados e a indicação do sentido das correntes dos rios sugere que os mesmos seriam o principal meio de transporte entre as duas vilas. A partir de Pitangui, o sentido da viagem é à vazante até a barra do rio das Velhas, quando então o sentido inverte, e o viajante deve subir esse rio, sempre à montante, até o rio Paraúna e seus afluentes, já na região do Serro do Frio. Esse é um exemplo em que a rede fluvial parece ter sido um eficaz meio de transporte, ao contrário do que afirmava Sérgio Buarque de Holanda,²³¹ pois para ele “no que diz respeito à capitania das Minas Gerais, diferentemente de muitos outros locais da América, os cursos d’água constituíram-se mais como entraves, do que como vias de transporte para os colonizadores que penetravam em seu território”.²³²

Somente na barra do rio Jequitaiá há um escrito que indica o “caminho d’Bahia”, única ligação terrestre mencionada, mas o mesmo não está tracejado. Pitangui está situada às margens do rio Pitangui, um afluente do rio Pará. Na barra do Pará com o rio Paraíba, o autor da carta, cuidadosamente indica que, somente a partir de “aqui, este rio principia a ser o de São Francisco”. Há portanto aqui um equívoco ao denominar o alto São Francisco de rio Pará, quando, na verdade, tratam-se de dois rios distintos, o segundo afluente do primeiro. Nas proximidades de Pitangui, na margem esquerda do Pará, há um escrito que diz: “Aqui há vários rios e ribeiros que não têm nomes”, um deles trata-se do que hoje se considera o alto São Francisco. Tal afirmação é elucidativa também do conhecimento ainda incipiente que esses homens tinham do território, pois “dar nomes aos acidentes geográficos era ato simbólico de posse, continuamente encetado pelos que se consideravam descobridores desses mundos novos”.²³³

Mapa 1.3

²³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.19-21.

²³² FURTADO, Júnia F. Útil água, águas milagrosas de la capitania de Minas Gerais (seg. XVIII). *Revista Agua y Territorio*, n.3, jan-jun.2014 (no prelo).

²³³ FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p.432.

Detalhe da Carta topográfica das terras intermediárias entre a Vila de Pitangui e a Vila do Príncipe no Serro do Frio, com destaque para a ligação entre os rios Pará e São Francisco



Fonte: FBN/RJ. ARC.030,01,011

Nem todos os rios e córregos da região estão representados, o que deixou uma grande área em branco no meio do mapa. Nenhum afluente da margem esquerda do rio das Velhas, por exemplo, está representado. De um lado, essa omissão pode revelar que o conhecimento sobre os rios da região ainda não era completo; de outro, que essa parte da hidrografia não foi representada propositalmente visto que o interesse primeiro do autor era, conforme indica o título da carta, apenas demonstrar a possível ligação fluvial entre as duas vilas, utilizando a ligação entre os rios Pará – São Francisco – Velhas – Paraíba – Galheiro. Observa-se assim que, “muito frequentemente, ao contrário do que se poderia esperar, o mapa pode nos informar muito mais sobre o universo cultural de seu autor e de seu público consumidor do que sobre a área representada”.²³⁴

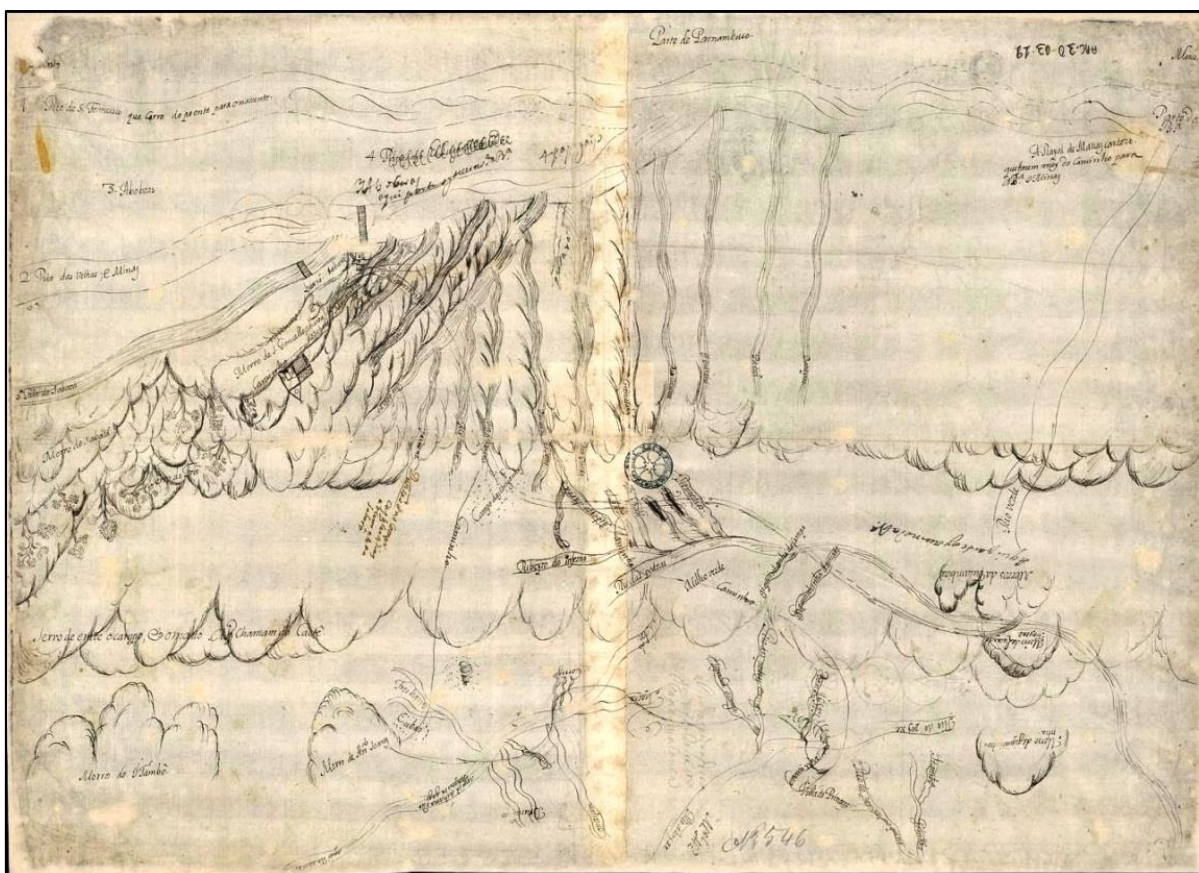
²³⁴ FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p.24. Ver EDNEY, Mathew. A história da publicação do *Mapa da América do Norte*, de John Mitchell, de 1755. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.23, n.37, p.31-52, jan./jun. 2007.

2.2.2. Um mapa de viagem

O *Mapa de parte de Minas Gerais* (Mapa 2) é um manuscrito, feito à tinta e nanquim, que mede 43 x 60,5 cm, constituindo-se, aparentemente, num típico roteiro de viagem.²³⁵ Orientado na direção norte-sul, o mapa compreende a região central e nordeste de Minas Gerais, identificando os limites ao norte, com a Capitania de Pernambuco, e a nordeste, com a da Bahia.²³⁶

Mapa 2

Mapa de parte de Minas Gerais



Fonte: FBN/RJ. ARC.030,03,019

O Rio São Francisco situado na parte superior da carta estabelece esses limites correndo do sudoeste para o nordeste, ou “do poente para o nascente”, nas palavras do autor. A partir da barra do rio das Velhas, a margem esquerda do rio São Francisco aparece apenas tracejada e, na barra do rio Verde há uma indicação de que ali se situa o “arraial de Matias Cardoso, que fazem [sic] meio do caminho para a Bahia e Minas”, mas esse caminho não está representado.

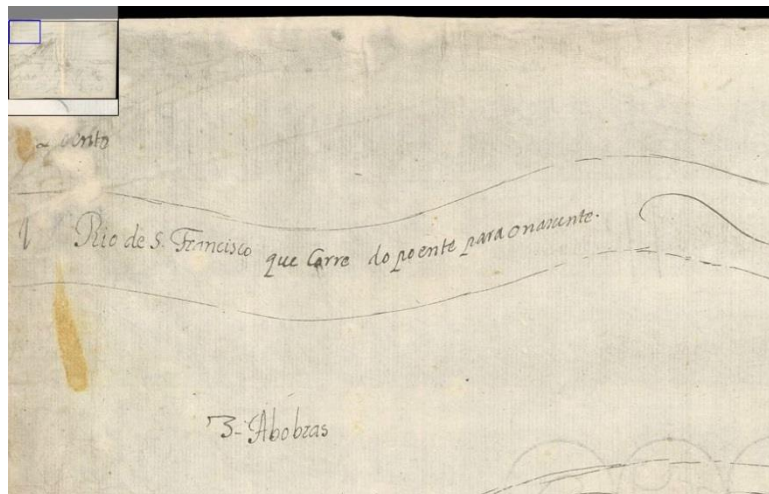
²³⁵ FBN/RJ. ARC.030,03,019. *Mapa de parte de Minas Gerais*. [17--]. Desenho a tinta e nanquim, 43 x 60,5 cm. *BNDigital*. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart514099.jpg> Acesso em 10 mar. 12. Publicado em COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Os caminhos do Ouro e a Estrada Real*, p.60.

²³⁶ COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Os caminhos do Ouro e a Estrada Real*, p.60

No que se refere ao Serro do Frio, a carta representa os sertões dessa Comarca e os caminhos que ligam essa região à de Sabará, assim como os principais rios e córregos que cortam a área.

Mapa 2.1

Detalhe do Mapa de parte de Minas Gerais, com destaque para a descrição do curso do Rio São Francisco.

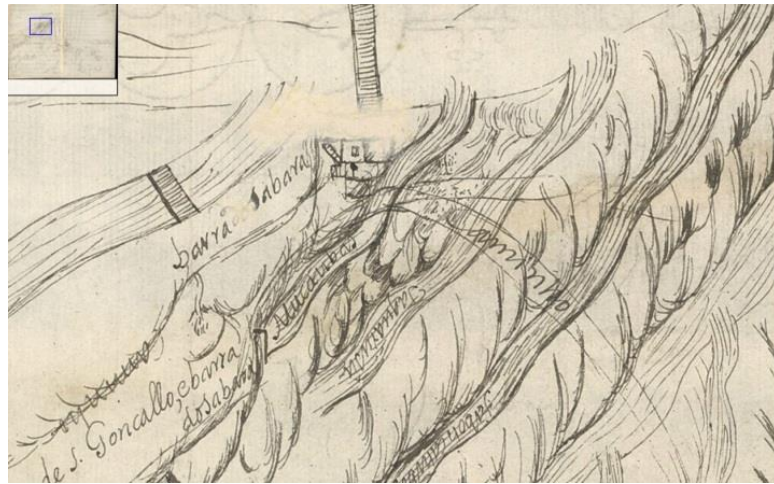


Fonte: FBN/RJ. ARC.030,03,019

Um caminho principal, com suas ramificações, está desenhado no mapa, sendo seu ponto de partida/ou chegada a barra do Rio Sabará, junto ao Rio das Velhas. Duas pontes distintas cortam, cada uma, o leito desses dois rios nas proximidades da barra do Sabará, onde também está representado o Morro de São Gonçalo, onde a seus pés foi desenhada uma Igreja, que provavelmente indica a existência de um núcleo de povoamento – Sabará –, por sinal o único signo urbano do mapa. Partindo dessa área, o caminho toma a direção sul, quando então corta um grande maciço – o Espinhaço –, de onde vertem inúmeros rios. Logo depois de ultrapassar esses morros, chega-se a uma área plana, o Campo das Congonhas. Nesse ponto, uma trilha secundária, intitulada apenas como “caminho”, parte para o sul, até o Morro de Antônio Soares. O ramo principal inflexiona-se, então, para leste, cortando sete ribeirões, entre eles o da Areia e o dos Remédios, sendo que dois deles tiveram seus topônimos rasurados. O caminho continua para sudeste cortando os rios Jequitinhonha do Campo e Jequitinhonha do Mato, indo em direção ao Morro de Lucas de Freitas, até chegar ao Morro da Tucambira (Itacambira).

Mapa 2.2

Detalhes do Mapa de parte de Minas Gerais, com destaque para o arraial de Sabará e os caminhos que partiam dali em direção ao Serro do Frio



Fonte: FBN/RJ. ARC.030,03,019

Além do Rio São Francisco, dois grandes rios percorrem o mapa: o Rio das Velhas, que recebe como tributário o rio do Sabará, e o rio Verde, que corre no sentido sul-norte até verter suas águas do São Francisco, onde se situa o arraial de Matias Cardoso. O maciço do Espinhaço, a principal cadeia de montanhas do mapa, é nomeado num trecho como Morro do Sabará, e noutro recebe a denominação de Serro do Frio.

O mapa possui várias observações, descrições e rasuras, que aparentemente foram acrescentadas posteriormente, pois foram feitas em caligrafia e tintas diferentes da que prevalece na carta. Dois caminhos, que partem da estrada principal já descrita, representados por traços contínuos, foram incluídos no mapa, um deles, já referido, em sentido sul, começa perto do Campo das Congonhas, passa por Cubas e termina no Morro de Antônio Soares. O outro começa no ribeiro da Areia, em sentido sudeste, passa por Milho Verde até chegar à Vila do Príncipe; de lá, tomando um sentido oeste, continua até atingir também o Morro de Antônio Soares. A inclusão de novas rotas de caminhos terrestre pode ser uma evidência da abertura constante de picadas e estradas que os sertanistas faziam durante suas incursões no sertão.

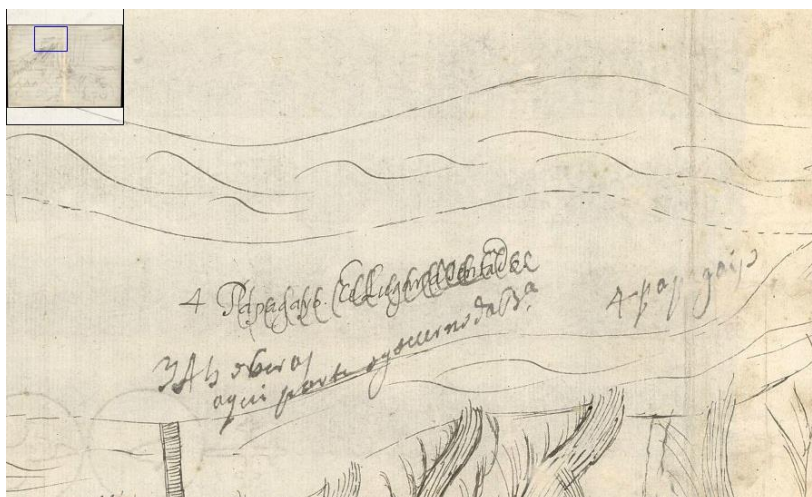
A carta localiza os limites que as Minas Gerais faziam, ao norte, com as Capitanias de Pernambuco e da Bahia, mas a identificação das divisões internas, ou seja, dos limites entre as comarcas dentro da Capitania das Minas, não foi uma preocupação do cartógrafo. Apenas uma pequena descrição que foi, posteriormente, incluída no mapa, marca a área de divisão das comarcas do Sabará e do Serro do Frio, mesmo assim, de forma muito imprecisa. Percebe-se que a identificação de pontos naturais ou de fazendas, arraiais e pousos que existiam pelo Serro do Frio e parte de Sabará eram marcos geográficos de grande importâncias para os sertanistas, pois além de pontos de referência cartográfica eram também importantes postos que serviam para o descanso e o abastecimento dos grupos sertanistas durante as excursões.

Cinco pontos foram numerados no mapa, são eles: “1. Rio de São Francisco que corre do poente para o nascente”; “2. Rio das Velhas, e Minas”; “3. Abóboras”; “4. Papagaio” e “5. Rio do Sabará”. Alguns deles sofreram alterações, o que nos fornece indícios sobre os vários usos que o mapa teve ao longo do tempo. O terceiro ponto, Abóboras, por exemplo, foi reposicionado. Inicialmente, estava situado a meio caminho no trecho de terra que separa o rio São Francisco do das Velhas, situado no noroeste da carta. A nova posição, mais a leste, fica junto à ponte que corta o rio das Velhas, na

barra do Sabará. Isso pode ter acontecido não devido a um erro do cartógrafo, mas ao reposicionamento do registro das Abóboras, com a construção da ponte. Era nos registros que se cobrava o imposto de passagem. O quarto ponto, Papagaio, também foi rasurado e reposicionado perto do encontro entre os rios São Francisco e das Velhas, o que mais uma vez pode ter sido reflexo da mudança desse posto de registro para um ponto mais estratégico, qual seja o ponto de ligação desses dois grandes rios. De forma geral, a preocupação principal do cartógrafo parece ter sido representar os caminhos dispostos ao longo desse território e, dessa forma, facilitar a orientação do viajante, a partir das referências geográficas naturais – rios, morros, serras. Não é improvável que seu(s) destinatário(s) fosse(m) comerciantes, pois para transportarem suas mercadorias, por exemplo, precisavam saber a localização exata dos registros, que poderiam mudar de posição ao longo do tempo.

Mapa 2.3

Detalhe do Mapa de parte de Minas Gerais, com destaque para as modificações que sofreu na localização dos pontos 3 e 4.



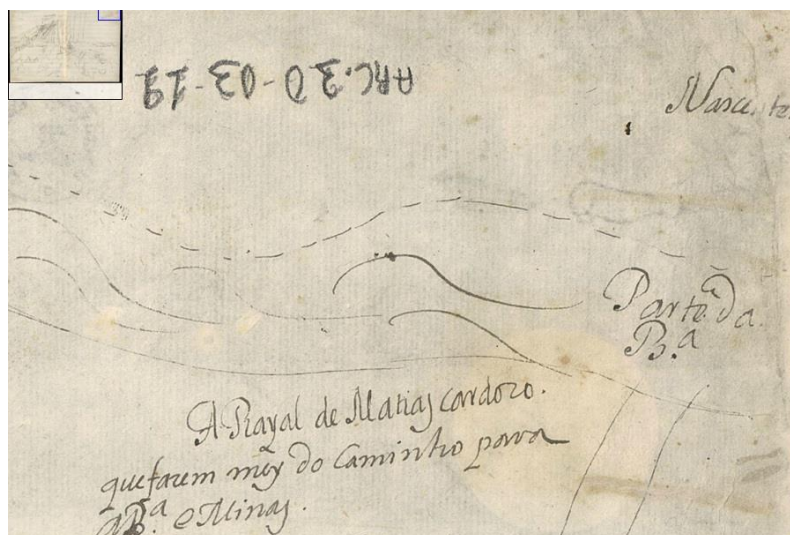
Fonte: FBN/RJ. ARC.030,03,019

A anotação sobre o arraial de Matias Cardoso foi um acréscimo ao mapa original, e é uma indicação da importância do arraial para os que passavam por essas terras. O arraial de Matias Cardoso foi fundado ainda no século XVII, quando Mathias Cardoso de Almeida, que comandou e participou de várias bandeiras de apresamento de índios e de combate a quilombolas, se estabeleceu na área de junção do Rio São Francisco com o Rio Verde Grande. Por sua posição no sertão, o arraial se desenvolveu a partir da criação de gado e da agricultura, que, inicialmente, era comercializada na Cidade de Salvador. Esse comércio foi tão próspero e intenso que possibilitou o desenvolvimento do arraial e a construção de um caminho de ligação entre o arraial e a cidade, que fazia

parte dos chamados caminhos da Bahia. Com o desenvolvimento da atividade mineradora em Minas Gerais, o arraial de Matias Cardoso transformou-se em um importante posto de comércio e de ligação com a Bahia.²³⁷

Mapa 2.4

Detalhe do Mapa de parte de Minas Gerais, com destaque para a descrição do arraial de Matias Cardoso.



Fonte: FBN/RJ. ARC.030,03,019

O *Mapa de parte de Minas Gerais* foi desenhado para guiar aquele que o consultasse. A toponímia contida no mapa não segue uma única orientação, podendo assim ser lida de acordo com a posição do consulente do mapa, à medida que se desloca entre os marcos naturais do terreno. Os morros e serras foram desenhados em alto relevo, de forma artística, acentuando suas dimensões e altura, e destacando-os como pontos geográficos importantes para a localização do viajante. Provavelmente a carta foi feita e modificada entre os anos de 1715 a 1720, pois foi durante essa época que a Vila do Príncipe e a comarca do Serro do Frio foram criadas, sendo que a divisão entre as mesmas não foi representada, ao contrário das entre as capitânicas vizinhas. Todavia, como esses mapas eram instrumentos compartilhados de saber, o seu tempo de uso pode ter se prolongado por muito mais. O objetivo do mapa era mostrar o caminho de Sabará até o Serro do Frio, com destaque também para a rede hidrográfica. Todavia, como os caminhos foram se proliferando ao longo do tempo, o mapa foi sofrendo alterações, à medida que era manuseado por seus possuidores.

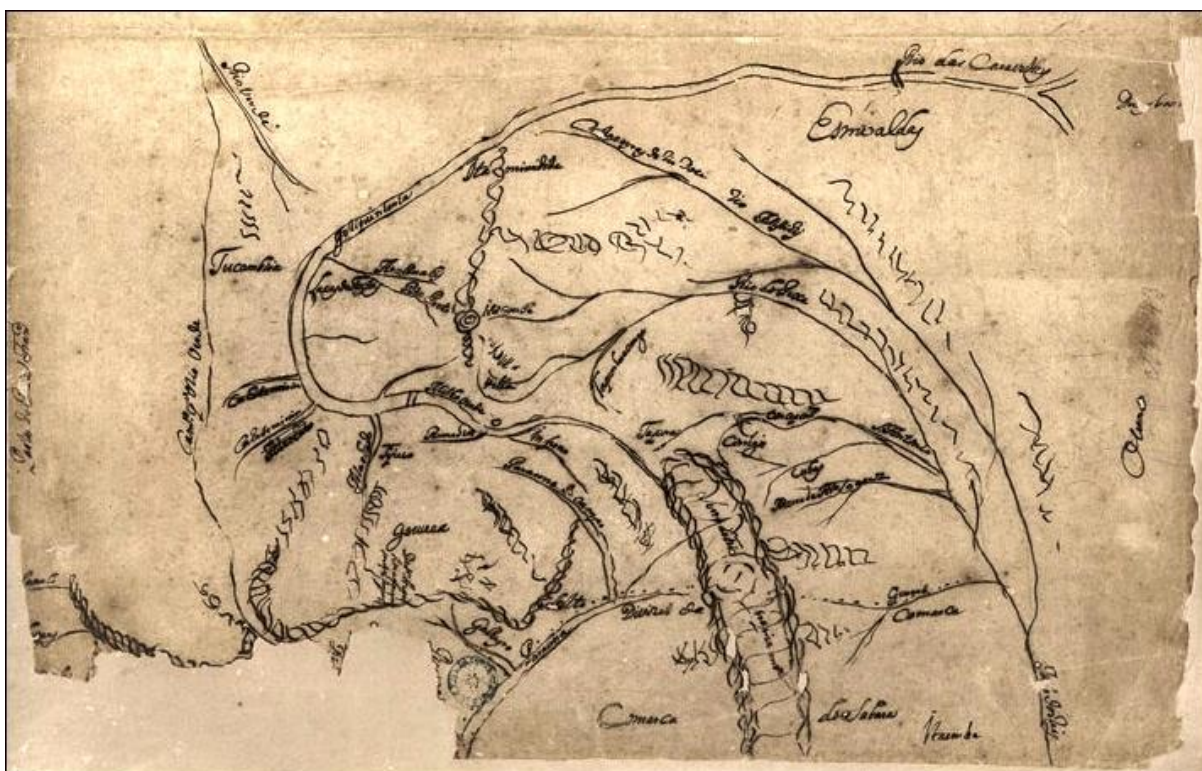
²³⁷ CARRARA, Ângelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.23, nº38, p.574-596, Jul/Dez 2007, p.587-594.

2.2.3. Divisão de capitania

No fundo *Mapas Sertanistas* da Fundação Biblioteca Nacional, existe um grupo de mapas intitulado *Cartas da Capitania de Minas Gerais* (Mapa 3), composto de oito exemplares, “manuscritos a tinta e lápis e com dimensões aproximadas de 54 x 67 cm”.²³⁸ Desse grupo, escolhemos uma carta a ser analisada, por se tratar de uma representação da região diamantina.

Mapa 3

Carta da Capitania de Minas Gerais



Fonte: FBN/RJ. ARC.030,02,018/025

Esse mapa, inscrito no fundo com a numeração 030.02.020,²³⁹ possui traços rústicos, mas apresenta informações muito interessantes sobre a região do Distrito Diamantino.²⁴⁰ Trata-se de uma carta manuscrita, desenhada à tinta ferrogálica, em

²³⁸ FBN/RJ. ARC.030,02,018/025. *Cartas da Capitania de Minas Gerais*. [17--]. Desenho a tinta e a lápis, 54 x 67 cm. BNDigital. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart542644.pdf> Acesso em 10 mar. 12. Ver COSTA, Antônio G. (org.). *Os caminhos do Ouro e a Estrada Real*, p.63.

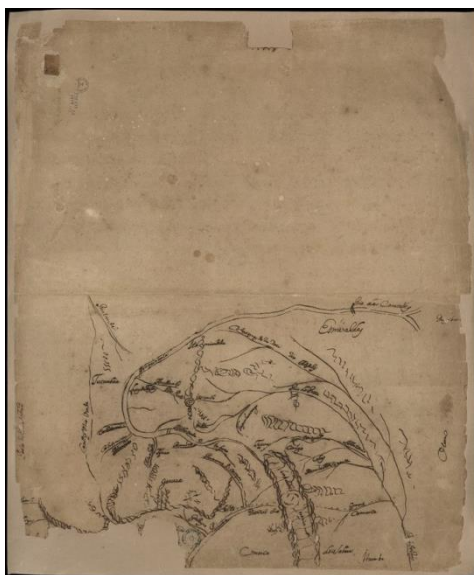
²³⁹ FBN/RJ. ARC.030,02,020. *Cartas da Capitania de Minas Gerais*. [17--]. Desenho a tinta e a lápis, 54 x 67 cm. BNDigital. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart542644.pdf>

²⁴⁰ Este mapa foi publicado e analisado nas obras: COSTA, Antônio G. (org.). *Roteiro prático de cartografia*, p.229; COSTA, Antônio G. (org.). *Os caminhos do Ouro e a Estrada Real*, p.63.

papel de grosso trato, que apresenta uma pequena perda de material, causada pelo desgaste natural do papel, ou talvez até pelo seu uso intenso. Por conter algumas rasuras, percebe-se que alguns pontos sofreram modificações. Mas, pela tonalidade da tinta e seu estágio de oxidação, as modificações parecem ter sido realizadas quase que concomitante à construção do mapa ou logo em seguida. O mapa só ocupa metade do papel onde ele está desenhado e uma dobradura sugere que o mesmo era parte de um conjunto documental maior, talvez textual, infelizmente separado do mesmo, o que poderia auxiliar na sua interpretação.

Mapa 3.1

Carta da Capitania de Minas Gerais, com destaque para o tamanho completo do mapa no fundo da Biblioteca Nacional.



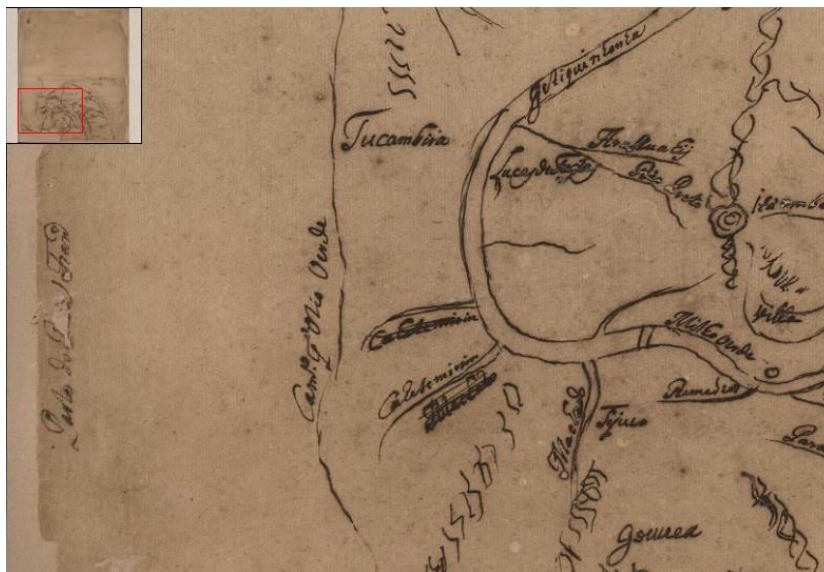
Fonte: FBN/RJ. ARC.030,02,018/025

Orientado no sentido norte-sul, no mapa estão representados os cursos dos rios e córregos, além das serras que cortam a região e a localização de alguns arraiais, sendo nomeados os arraiais de Gouveia, Tejuco, Tapera, Tapanhoacanga, Itacambira, Córregos e Conceição. O principal rio desenhado é o Jequitinhonha, tributário do das Caravelas, que nasce no grande maciço do Serro do Frio, uma grande montanha que corta o centro do mapa, no sentido norte-sul, desde a comarca do Sabará. Os principais afluentes do Jequitinhonha, grande parte deles diamantíferos, estão identificados, tais como os ribeirões do Inferno e dos Remédios. Um círculo desenhado na margem leste do Jequitinhonha, junto à confluência desses dois ribeirões, marca, provavelmente, a posição do arraial de Milho Verde. Pouco abaixo desse trecho, no leito do rio, em direção à vazante, dois traços desenhados sobre o Jequitinhonha apontam para a existência de uma ponte, mas o caminho que leva até ela não foi desenhado. Um pouco

mais a frente, ainda em direção à vazante, aparecem os córregos de Caeté-Mirim e do Machado, sendo que, em uma de suas margens, está situado o arraial do Tejuco. Esses dois córregos, de onde se retirou grande quantidade de diamantes, tiveram seus topônimos rasurados para corrigir a posição invertida dos mesmos, inicialmente escolhida pelo cartógrafo.

Mapa 3.2

Detalhe da Carta da Capitania de Minas Gerais, com destaque para as modificações nos rios diamantíferos.



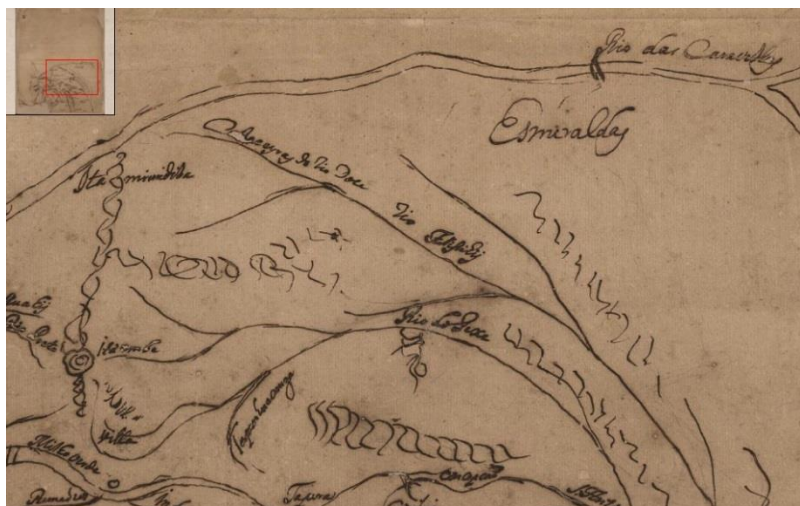
Fonte: FBN/RJ. ARC.030,02,018/025

Uma pequena serra serve de divisor de águas entre o rio Jequitinhonha e o Doce, correndo de norte a sul, onde o primeiro faz uma grande curva a oeste. Nela está representado o pico do Itambé. Próximas a esta serra, do lado oeste, estão às terras de Lucas de Freitas (um de seus primeiros povoadores) e o rio Araçuaí a leste. Ao sul a inscrição “Vila” chama a atenção, podendo ser uma referência à Vila do Príncipe. A localidade de “Tapanhuacanga” também aparece nas proximidades, mais a oeste do Jequitinhonha. Na direção norte, encontram-se a serra de Itamarandiba e as cabeceiras do rio Doce. Logo acima, na direção leste, vê-se a inscrição “Esmeraldas”, “que coincide com a área onde, em 1596, Marcos de Azevedo encontrou as pedras verdes”.²⁴¹

Mapa 3.3

Detalhe da Carta da Capitania de Minas Gerais, com destaque para a inscrição “esmeraldas”.

²⁴¹ COSTA, Antônio G. (org.). *Os caminhos do Ouro e a Estrada Real*, p.63.



Fonte: FBN/RJ. ARC.030,02,018/025

A indicação das esmeraldas no mapa é uma clara evidência do lugar de destaque que essa pedra ocupou no desbravamento dos sertões leste de Minas Gerais. O fascínio em torno das esmeraldas existia desde os tempos das primeiras expedições pelo sertão, o que ajudou a fundar “uma tradição geográfica que situava os locais onde se encontravam essas riquezas.”²⁴² Com a concretização da descoberta do ouro e dos diamantes no século XVIII, a busca pelas esmeraldas ressurgiu. Já “estava consolidada a ideia da existência dessa serra das Esmeraldas, que corria mais para o interior, paralela à costa, entre o Espírito Santo e Porto Seguro, podendo ser mais facilmente alcançada pelo rio Doce, encontrando representação cartográfica em vários mapas”.²⁴³ A localização da mítica serra também era lugar recorrente nos mapas sertanistas, tanto que vários conflitos e rivalidades surgiram em torno da posse de roteiros sobre o descobrimento das esmeraldas.²⁴⁴

Esse mapa data de pelo menos 1720, já que apresenta, por uma linha tracejada, o limite entre as comarcas do Sabará e do Serro do Frio, o que só aconteceu nesse ano. Não se sabe o objetivo principal dessa carta. Talvez tenha sido apresentar os locais em que deveria passar a linha divisória dos limites entre as duas comarcas a serem criadas ou, então, recentemente criadas, que está tracejada correndo no sentido leste-oeste. Se for esse o caso, não se trata de um verdadeiro mapa sertanista, mas sim de um mapa oficial, ainda que talvez traçado por um deles, conhecedores que eram dessa região. A

²⁴² FURTADO, Júnia F. *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Odebrecht/Versal, 2013, p.260.

²⁴³ FURTADO, Júnia F. *O mapa que inventou o Brasil*, p.260.

²⁴⁴ IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa*. Século XVIII. Vitória da conquista: UESB, 2012, p.66-71.

linha proposta segue os marcos naturais do terreno: a leste o rio do Peixe e a oeste o Paraúna. A oeste uma linha contínua representa o caminho para o Rio Verde que se estende até o rio São Francisco, no extremo oeste. Não aparece representada a Vila de N. S. Do Bom Sucesso das Minas Novas, tendo esta sido criada em 1730, o que sugere que o mapa se situa entre cerca de 1720 e 1730, tendo sido desenhado com vistas à definição dos limites da comarca do Serro do Frio. Os aspectos geográficos representados são os principais rios, córregos e serras que cortam a região, além de alguns dos núcleos de povoamento. Não há indicação de distâncias ou caminhos, que por essa época já cortavam a área e serviam de meio de deslocamento, o que põe em dúvida o caráter sertanista da carta.

2.2.4. O roteiro de Lucas de Freitas de Azevedo

Considerado pela tradição como um dos primeiros moradores da região do Serro do Frio, Lucas de Freitas de Azevedo foi integrante das expedições de Fernão Dias Paes e com isso acumulou um vasto conhecimento geográfico sobre a região.

Já se encontrava estabelecido nas terras do Serro do Frio, aproximadamente, desde 1710, como consta da carta de sesmaria que solicitou sobre as terras do seu sítio do Pé do Morro.²⁴⁵ Suas terras, às vezes divididas em lavras velhas ou lavras novas, eram pontos estratégicos nos caminhos do Serro do Frio e constantemente apareciam não só nos mapas e roteiros sertanistas, mas também na cartografia oficial, muitas vezes próximas a possível localização das esmeraldas. Herdeiro da tradição de sertanistas, as ações de descobridor de Lucas de Freitas foram muito bem recebidas e até mesmo incentivadas pela Coroa, como prova a carta patente expedida por dom Braz Baltasar:

Tendo consideração ao grande cuidado e despesa em que Lucas de Freitas de Azevedo se ocupa nos descobrimento das esmeraldas e mais pedras preciosas em cuja diligência tem aproveitado de que poderão seguir grandes utilidades à Sua Majestade, que Deus Guarde, e **para que o dito Lucas de Freitas se não desanime nesta expedição** antes mande com autoridade e respeito as pessoas que nela servirem e com o confiar dele que obrará com o mesmo zelo no dito descobrimento, hei por bem de o nomear e prover no posto de **Mestre de Campo do descobrimento das esmeraldas e mais pedras preciosas.**²⁴⁶

²⁴⁵ MEMORIAIS Municipaes. Archivo da câmara municipal da Villa do Príncipe hoje cidade do Serro. *RAPM*. Ouro Preto: Arquivo Público Mineiro, v.01, fasc.04, p.755-797. 1896, out/dez, p.755-756.

²⁴⁶ MEMORIAIS Municipaes. Archivo da câmara municipal da Villa do Príncipe hoje cidade do Serro, p.758-759. (Grifo meu)

Pouco tempo depois, em 1723, dom Lourenço de Almeida reafirmou a posição de Lucas de Freitas ao incumbi-lo de continuar com os descobrimentos no lugar de Garcia Rodrigues Pais.²⁴⁷ Segundo Sérgio Buarque de Holanda, o fascínio tanto dos sertanistas como dos reinóis pelas esmeraldas foi alimentado pelo descobrimento de algumas jazidas ocorrido nas terras americanas de Castela. Buscando nas informações dos índios fatos que comprovassem a proximidade entre os sertões brasileiros e o serro de Potosí, muitos paulistas partiram para os sertões do rio Doce na crença de encontrar um novo Potosí.²⁴⁸

Segundo Júnia Ferreira Furtado, em estudo recente, os roteiros dos sertanistas foram fundamentais para a perpetuação da representação do mito das esmeraldas na cartografia de viés iluminista ao longo do século XVIII.²⁴⁹ Baseando-se no roteiro dos irmãos Nunes,²⁵⁰ disponibilizado pelo embaixador português dom Luís da Cunha, o geógrafo francês Jean Baptiste Bourguignon D’Anville representou com detalhes a região do rio Doce, localizando o serro das Esmeraldas, na sua *Carte de l’Amérique méridionale*, de 1748. O roteiro descrevia que,

se estando nas Minas, da conquista de Antônio Dias, o viajante deveria passar ao Rio Doce, subindo esse rio, para o norte, [ali] encontraria o Assui, e, em sua montante, na sua margem norte, encontraria o Rio das Esmeraldas, reconhecido por ter em sua barra uma cachoeira e uma corredeira. Subindo o Assui, em sua nascente, está a lagoa, junto do **Serro das esmeraldas, donde já foi povoação e arraial do descobridor delas, Marcos de Azeredo, e na mesma paragem as achou Fernão Dias Paes.**²⁵¹

Segundo os irmãos Nunes, essas informações lhes foram repassadas “por um paulista seu amigo a seguir-lhe nesse empreendimento”.²⁵² Adriano Toledo Paiva, em tese recente, defende que “o roteiro dos irmãos Nunes foi embasado nos conhecimentos do paulista Lucas de Freitas” que, por ser “considerado descobridor das esmeraldas do Serro do Frio, e integrante das diligências da comitiva de Fernando Dias Paes, foi [ou

²⁴⁷ AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.4, Doc. 67. 20/09/1723. CARTA de D. Loureço de Almeida, governador das Minas Gerais, dando conta da diligência que entregou aos paulistas Lucas de Freitas, capitão Alberto Dias e Domingos Dias Ribeiro, para o descobrimento das esmeraldas.

²⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1959, p.158-163.

²⁴⁹ FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p.433-434.

²⁵⁰ Sobre os irmãos Nunes e seu roteiro ver: FURTADO, Júnia F. Trajetórias carto-geográficas de uma família de cristãos-novos dos sertões das Gerais aos cárceres da Inquisição: o caso dos irmãos Nunes. In: FURTADO, Júnia F. e RESENDE, Maria Leônia Chaves de. (orgs.) *Travessias inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI – XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p.189-238

²⁵¹ FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p.446. (Grifo meu)

²⁵² FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p.446.

deve ter sido] o guia mencionado pelos irmãos Nunes”.²⁵³ O trajeto sugerido por Lucas de Freitas para a serra das Esmeraldas foi, mais tarde, seguido por vários sertanistas que ainda alimentavam as esperanças de encontrá-la. Esses roteiros foram representados em uma carta sertanista (Mapa 4) de quem não se sabe a autoria exata.

Mapa 4

Carta topográfica da vila do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito



Fonte: FBN/RJ. ARC.030,01,013

A *Carta topográfica da vila do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito* (Mapa 4),²⁵⁴ orientada na direção norte-sul, apresenta claramente o sítio de Lucas de Freitas e o caminho que dali segue para o leste até o rio Itamarandiba, de onde se atingia os “descobrimientos das esmeraldas”. O mapa apresenta os caminhos para a Vila do

²⁵³ PAIVA, Adriano Toledo. “Aranzéis da tradição”, p.46.

²⁵⁴ FBN/RJ. ARC.030,01,013. *Carta topográfica da Vila do príncipe no Serro Frio e do seu distrito*. [17--]. Desenho a tinta ferrogálica, 56 x 65,5 cm. BNDigital. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525842.jpg> Acesso em 10 mar.12; Publicado em: COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Os caminhos do Ouro e a Estrada Real*, p.61.

Príncipe e, na sua cartela, estão registradas as distâncias entre as principais localidades representadas. Rios e córregos da região também recebem destaque. O principal é o Jequitinhonha, que corre do centro para o nordeste do mapa, no qual foram identificados os seus principais afluentes, quase todos diamantíferos. Nos sertões do leste, os rios principais são o São Mateus, Guanhões e os dois rios do Peixe.

Desenhado à tinta ferrogálica em papel rústico, com as dimensões 56 x 65,5 cm, o mapa possui diversas observações e descrições à lápis, além de rasuras e acréscimos em outra tinta, que podem ser percebidas pela oxidação do papel e da tinta, que são diferentes das usadas originalmente. Além disso, as bordas principalmente as inferiores, estão bastante desgastadas, inclusive alguns pedaços se perderam, talvez devido ao constante uso que pode ter sido feito desse roteiro.

Os núcleos urbanos, como era habitual na cartografia europeia, foram representados pelo desenho de uma ou mais edificações urbanas. A Vila do Príncipe, próxima ao Rio do Peixe mirim, a sudeste do mapa, se destaca das demais porque o cartógrafo desenhou um ajuntamento de casas em torno de uma igreja, como forma de distinguir seu status de vila em relação aos arraiais, representados por uma única edificação. Outro traço cartográfico importante é a presença de linhas horizontais e verticais em todo o mapa, que representam linhas de longitude e latitude, mais uma grande indicação da presença dos conhecimentos cartográficos europeus nos mapas dos práticos do sertão, com o intuito de criar um mapa que passasse informações verificáveis por instrumentos como a bússola e que também siga a proporcionalidade da escala.

Mapa 4.1

Detalhe da *Carta topográfica da vila do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito*, com destaque para a Vila do Príncipe.



Fonte: FBN/RJ. ARC.030,01,013

No extremo sudeste da carta corre o Rio do Peixe uaçu a baixo, que está próximo a Tapanhuacanga. Da Vila do Príncipe, a oeste, parte uma linha tracejada que, ao inflexionar-se no sentido norte, passa pelos principais rios diamantíferos, tributários do Rio Jequitinhonha Uaçú, são eles: ribeirão do Milho Verde, das Pedras, do Inferno, de Santa Antônio e dos Remédios. Este caminho atinge o arraial do Tejuco, depois segue a nordeste, paralelo ao rio do Machado, atravessa uma ponte até o sítio de Lucas de Freitas, passando a leste pelo Rio Preto, de onde segue até o Rio Itamarandiba.

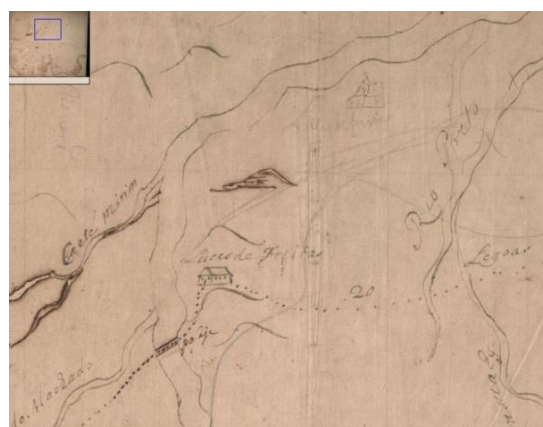
Da região aurífera, situada a sudoeste, vertem vários caminhos como o do Mato Dentro, que se junta ao caminho do Sabará. Após passar por Congonhas, essa rota se bifurca, uma em direção a Pousos Altos e a Vila do Príncipe, a leste, e outra segue para Gouveia e o arraial do Tejuco, rumo ao nordeste. Mais para o oeste segue o caminho da Garça, a partir do arraial de Gouveia.

Nota-se que o mapa sofreu várias alterações e inclusões posteriores. O sítio de Lucas de Freitas, por exemplo, foi representado a tinta por uma casa, depois, foi esboçado a lápis, situado mais ao nordeste da primeira representação, o que evidencia a utilização do mapa como um roteiro ou esboço cartográfico que foi sendo corrigido. Uma nova posição para esse sítio pode ter sido atribuída por outro cartógrafo, que pode ter realizado novas medições ou coletado outras informações sobre esse ponto. Entre os rios Guanhões e Itamarandiba, no nordeste do mapa, foi acrescido à lápis a inscrição:

“descobrimiento das esmeraldas”, outra mostra de que o roteiro foi utilizado durante as excursões dos sertanistas para a busca de riquezas minerais. Outro acréscimo a lápis está na ligação entre o Rio Jequitinhonha Uaçú e o Jequitinhonha Mirim, um círculo com um x aparece no encontro dos rios, como uma marcação de um tesouro. Infelizmente não conseguimos obter mais informações sobre esse ponto, mas seu desenho não deixa dúvidas de que ali se escondia alguma riqueza. À tinta também foi acrescentado ao mapa o caminho de Santo Hipólito até Gouveia, onde está a inscrição: “De Santo Hipólito a Gouveia são 8 léguas”, uma mostra de que alguém utilizou o mapa e percorreu esse caminho, e para auxiliar no uso prático do mapa, decidiu escrever ali a distância entre os dois pontos. Outra marcação relacionada com os percursos no sertão foi a inclusão de um Salto no caminho entre Gouveia e o Tejuco.

Mapa 4.2

Detalhes da Carta topográfica da vila do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito, com destaque as modificações que recebeu.

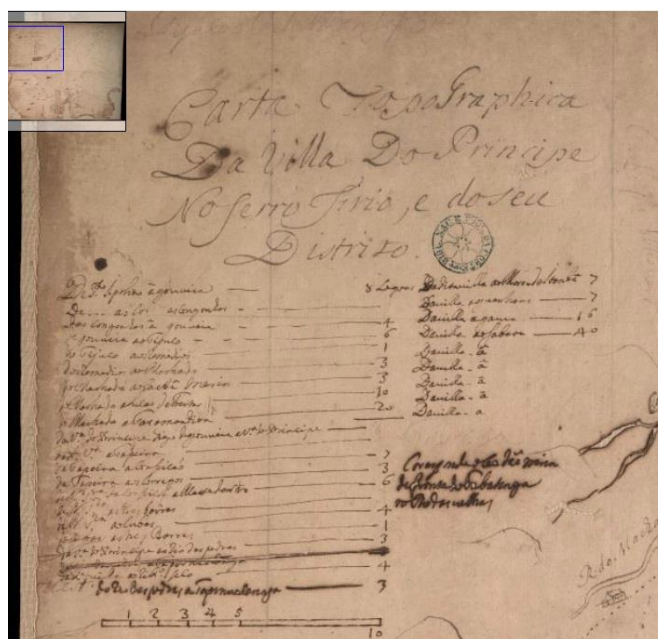


Fonte: FBN/RJ. ARC.030,01,013

Abaixo do título do mapa há uma extensa legenda que representa as distâncias em léguas entre a Vila do Príncipe, os arraiais, os lugarejos e os rios e córregos da região. Este roteiro tinha como objetivo representar os principais percursos do Serro do Frio que passavam pelas ricas minas de ouro, diamantes e até esmeraldas. O conhecimento sobre as distâncias se mostra o objetivo principal, não só por causa da extensa legenda, mas também por causa da escala, que está logo abaixo. A utilização desse recurso é uma evidência de que as distâncias do mapa foram pensadas em proporções, para que pudessem ser medidas a partir do próprio mapa e assim auxiliar os viajantes em seus percursos. Identifica-se, portanto o uso de códigos cartográficos europeus nesse mapa de sertanista, o que mostra que não só o cartógrafo conhecia as convenções e recursos cartográficos comuns na Europa, mas também os receptores do mapa compartilhavam desse conhecimento, pois, se não o tivessem, não saberiam como interpretá-los.

Mapa 4.3

Detalhes da legenda da *Carta topográfica da vila do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito.*



Fonte: FBN/RJ. ARC.030,01,013

De acordo com Júnia Ferreira Furtado, os irmãos Nunes se estabeleceram em Minas Gerais entre os anos 1709 a 1724. Percorreram, principalmente, a rota comercial entre a Capitania e Salvador, mas também conheceram outras rotas comerciais, como a do Rio de Janeiro. Em Minas, mantiveram ligações com os cristãos-novos da região de Pitangui e também conheceram o Serro do Frio, onde as notícias sobre as esmeraldas

eram abundantes.²⁵⁵ O período de permanência dos irmãos nas Minas coincide com o momento de ascensão de Lucas de Freitas, e tudo leva a crer que o conheceram quando este já era “Mestre de Campo do Descobrimento das Esmeraldas”, portanto, esse mapa poder ter sido elaborado próximo a década de 1720.

Não se pode afirmar, com certeza, que além do ouro, estes mapas representavam os descobertos de diamantes, mas pela história da mineração das pedras, em que os descaminhos, extravios, garimpos e contrabandos estavam presentes desde o início é bem provável que poderiam ser exemplares do caminho para essas novas descobertas. Como afirmou dom Lourenço de Almeida em carta para dom João V:

Pela Bahia e Pernambuco ainda é maior a quantidade de ouro, que se tira destas Minas sem se pegar os quintos, porque **são mais dilatados estes sertões**, e muito mais fáceis de vadiar por qualquer parte, sem que seja pelas estradas gerais e além destas se não tem a comodidade de o levarem pelas **Minas Novas do Serro Frio**, que estão unidas com estas, e somente quadro dias de jornada da Vila do Príncipe, e **dizendo que é ouro tirado nestas e chamadas minas o levam para a Bahia com uma carta de guia.**²⁵⁶

2.2.5. O borrão do Serro do Frio

Segundo Friedrich E. Renger, um dos primeiros mapas confeccionados especificamente sobre a região dos diamantes foi o *Borrão para fazer um mapa da comarca do Serro do Frio* (Mapa 5), produzido por volta de 1724.²⁵⁷ Trata-se de um típico esboço cartográfico sertanista, “distorcido e sem orientação ou escala”,²⁵⁸ sendo um manuscrito feito em rascunho à pena, com 30 x 41,5 cm de dimensão.

Mapa 5

Borrão para se fazer um mapa da comarca do Serro do Frio

²⁵⁵ FURTADO, Júnia F. *O mapa que inventou o Brasil*, p.178.

²⁵⁶ AHU_CU_011, Cx.16, D.1252. CARTA de D. Lourenço de Almeida, governador de Minas, para D. João V, dando uma informação detalhada sobre o estado da Capitania, com especial realce para a mineração do ouro e a descoberta de diamantes. 1730, Janeiro 17, Vila Rica. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://suarq.iict.pt/>> Acesso em 22 mar. 12. (Grifo meu)

²⁵⁷ RENGER, Friedrich E.; MACHADO, Maria Márcia M. e SANTOS, Márcia Maria D. Os mapas do achamento dos diamantes no Serro Frio, p.143-147.

²⁵⁸ RENGER, Friedrich E.; MACHADO, Maria Márcia M. e SANTOS, Márcia Maria D. Os mapas do achamento dos diamantes no Serro Frio, p.143.



Fonte: FBN/RJ. ARC. 004.06.020. CEHB 3192.

Este mapa está orientado no sentido sul-norte e consiste numa descrição dos caminhos que ligavam o centro minerador do ouro à região do Serro do Frio, que seria mais tarde reconhecida como diamantífera. Como ressalta Friedrich E. Renger e Maria M. Machado, “é interessante notar que nele estão indicados locais onde, por esta época, apareciam diamantes nas bateias há quase dez anos sem que haja qualquer registro desses fatos, como o Ribeirão do Inferno, os córregos do Machado e dos Morrinhos, em torno do arraial do Tejuco.”²⁵⁹

No centro do mapa está situada a Vila do Príncipe, que foi inclusive destacada, não pelo símbolo usual de uma edificação urbana, mas por um círculo. Aliás, esse mapa, bem rústico quase não utiliza os símbolos gráficos tradicionais empregados na cartografia europeia: as serras e morros, por exemplo, são ajuntamentos de riscos e as localidades apenas nomeadas e mais raramente, como na “Fazenda do C. Lucas de Freitas” um esboço rudimentar de uma casa a representa. Dessa vila, partem três caminhos, representados por riscos pontilhados, que revelam as rotas que a conectam ao

²⁵⁹ FBN/RJ. ARC. 004.06.020. CEHB 3192. *Borrão para fazer um mapa da comarca do Serro do Frio*. 1724, rascunho à pena, 30 x 41,5 cm. Este mapa foi publicado nas obras: COSTA, Antônio G. (org.), RENGER, Friedrich E. FURTADO, Júnia F. SANTOS, Márcia M.D. *Cartografia da conquista do território das Minas*, p.217; COSTA, Antônio G. (org.). *Roteiro prático de cartografia*, p.228. COSTA, Antônio G. (org.). *Os caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: UFMG. Lisboa: Kapa, 2005, p.57.

seu entorno. Um deles segue para leste, passando pelo arraial do Itambé até atingir o pico de mesmo nome, o qual não está grafado no mapa, mas podemos perceber que foi identificado pela expressão “morro maior das Minas”, apontando para a importância do pico como marco de orientação dos viajantes. Um segundo caminho direciona-se para o noroeste, corta o rio do Peixe, de onde se chega ao Milho Verde. Desse arraial o caminho se bifurca, uma seção segue para nordeste por onde passa por outros arraiais e rios, como o ribeirão do Inferno, até alcançar o arraial do Tejuco, onde se encontra com outros caminhos que partem do norte, ligando-os a Fazenda de Lucas de Freitas. A outra seção segue no sentido sudoeste até Congonhas e a Lapa, quando então dirige-se para o leste, entre uma serra tracejada e o rio das Velhas em direção as minas de ouro. A partir da Vila do Príncipe uma terceira rota toma o sentido sudoeste, passa pela localidade da Tapanhuacanga e também se dirige para Congonhas. Todas as localidades apresentam as distâncias relativas em relação ao ponto anterior da jornada.

A carta, como um típico esboço sertanista, contém traços simples dispostos sem nenhuma orientação ou escala. Por outro lado, contém uma série de informações sobre as principais localidades, rios e pontos geográficos que demarcavam o caminho entre o centro minerador e o Serro do Frio.

Os principais rios e córregos diamantíferos estão identificados no mapa: o ribeirão do Inferno, o Rio das Pedras, do Peixe, o Jequitinhonha Mirim, o córrego do Morrinhos, do Machado, o Jequitinhonha Grande e do Mato e Rio Manso. Também estão localizados os arraiais do Milho Verde, Tejuco e Gouveia. Na direção do caminho para a Bahia, no sentido noroeste, estão às terras de Lucas de Freitas, que era um pouso obrigatório para se chegar ao arraial do Tejuco.

O borrão compreende os territórios entre os Rios das Velhas e Jequitinhonha, e imprime ênfase especial aos pontos geográficos mais importantes para a orientação do viajante no sertão, como o Pico do Itambé, as escarpas da Serra do Cipó e a Serra da Piedade.²⁶⁰ Apesar de não apresentar nenhuma referência direta à exploração dos diamantes, este mapa é representativo do nível de conhecimento que os sertanistas já possuíam da região, que seria, pouco tempo mais tarde, reconhecida como diamantífera.

Na carta aparece à localidade do Tapanhuacanga, um mito muito difundido no imaginário sertanistas na Capitania. “A terminologia na língua geral *Tapanhuacanga* ou *Tapiocanga* refere-se à junção dos radicais *tapuia* e *canga*, e designava ‘cabeça de

²⁶⁰ RENGER, Friedrich E.; MACHADO, Maria Márcia M. e SANTOS, Márcia Maria D. Os mapas do achamento dos diamantes no Serro Frio, p.144.

negro’, sendo uma menção ao minério de pobre teor em ferro”.²⁶¹ Nas Minas Gerais, com seus morros cheios de ferro, o aparecimento dessas pedras era um sinal da existência de riquezas. “Um indício seguro de ouro era o aparecimento na terra de blocos de minério de ferro muito duros chamados *tapanhuacanga*. Estes primeiros sinais desafiavam os maiores esforços físicos”.²⁶² Com o avanço dos descobrimentos de ouro na Capitania várias notícias sobre a *Tapanhuacanga* apareceram, inclusive algumas identificavam o lugar como um Potosí do ouro.²⁶³ De fato, a *Tapanhuacanga* do Serro do Frio “continuará nos mapas de exploração dos sertões, nas décadas de setenta e oitenta do século XVIII (...). A crença nas riquezas do *Tapanhuacanga* permaneceu no imaginário das Minas Gerais até as primeiras décadas dos oitocentos”.²⁶⁴

2.3. Desconstruindo os mapas sertanistas

Podemos perceber que o conceito de mapas sertanistas desenvolvido por Jaime Cortesão e Sérgio Buarque de Holanda, presente na nomenclatura dessas fontes na Biblioteca Nacional, não se encaixa perfeitamente nos mapas analisados a cima. A participação do conhecimento indígena nativo na produção desses mapas não se mostra de forma clara, por outro lado o uso das tradições cartográficas europeias se faz presente quando vemos a utilização de signos convencionados tanto na representação dos elementos naturais (como serras, rios e montes) como nos elementos artificiais (arraiais, vilas, pontes, estradas).

Se temos em mente os conceitos de cientificidade da cartografia moderna podemos pensar, como afirma Mario Clemente Ferreira, que

na cartografia sertanista, a preocupação relativa às indicações práticas das distâncias (em léguas ou dias de viagem), da sinalização de acidentes naturais (morros, serras, ilhas) e das informações sobre o povoamento indígena e o traçado de caminhos sobrepõe-se ao rigor científico, o qual, aliás, está quase ausente destes mapas.²⁶⁵

²⁶¹ PAIVA, Adriano Toledo. “*Aranzés da tradição*”, p.55.

²⁶² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Nos sertões do rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento, 1710-1733. In: FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Organização de Júnia F. Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001. v.1, p.67.

²⁶³ BRITO, Francisco Tavares de, *Itinerário Geográfico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoações, lugares, villas, rios, montes, e serras, que há da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro*. Sevilha: Oficina de Antonio da Sylva, 1732, p.18.

²⁶⁴ PAIVA, Adriano Toledo. “*Aranzés da tradição*”, p.56-57.

²⁶⁵ FERREIRA, Mario C. “Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII”. *Anais II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Lisboa, 2007, p. 3.

Não podemos negar que essa cartografia, que denominamos de mapas de sertanistas, não contém alguns dos elementos básicos da cartografia científica moderna, mas está claro a presença de outros elementos que nos indicam a existência de um diálogo com os padrões europeus da cartografia. Essa presença está marcada na atribuição de título para os mapas, nas legendas e no uso de signos nas representações dos elementos artificiais como os arraiais, as vilas e as pontes.

De fato, como afirma Tiago Kramer de Oliveira,

A rústica cartografia das conquistas portuguesas no contexto das explorações sertanistas parece ter sido produzida nos interstícios dos padrões normativos de dominação europeia da América, resultado da intensa circulação entre padrões eruditos e não eruditos europeus, apropriando-se de informações de exploradores dos territórios e de seus contatos com povos ameríndios. Não podemos equivar à cartografia não erudita das conquistas portuguesas a cartografia erudita europeia, embora ambas integrem a lógica da expansão europeia da Época Moderna. Os conhecimentos mobilizados em uma e outra, contudo, não podem ser hierarquizados, uma vez que são resultados de *operações* diversas.²⁶⁶

De fato, os mapas de sertanistas seguem outra lógica, pois não firmam nenhuma compromisso com as negras científicas modernas. O que percebemos é que a cartografia dos mapas de sertanistas mantinha uma relação política e social com os territórios representados por meio de suas rústicas técnicas. Esses mapas definitivamente não tinha a pretensão de serem espelhos da realidade, mas tinham como objetivo mobilizar um conhecimento prático, útil e significativo para proporcionar a exploração econômica dos sertões do Serro do Frio. Essa característica fez com que os mapas de sertanistas circulassem no mundo colonial, ainda, claro, que de modo restrito.

Assim podemos concluir que

A cartografia do sertanismo – relatos e mapas – integravam, portanto, a cartografia da Época Moderna. Expressavam, à sua forma, os desígnios da desterritorialização e reteritorialização de espaços, integrando-os aos jogos das trocas da economia em escala mundial, espacializando práticas de exploração de pessoas e de recursos naturais. Confeccionados com a mobilização de conhecimentos empíricos, convertiam-se em mapas instrumentalizáveis em diversos níveis, que não visavam à exatidão matemática, mas nutriam-se de legitimidade e autoridade nas *operações* que transformavam as *coisas*

²⁶⁶ OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações*, p.128.

vistas em *imagens* identificáveis e verossímeis aos seus utilizadores. Tal característica conferiu-lhe valor e *status* não apenas junto aos exploradores imediatos (paulistas, portugueses, comerciantes, aprisionadores de ameríndios, fazendeiros, mineradores e etc), mas também à coroa portuguesa e aos cartógrafos eruditos.²⁶⁷

Capítulo 3: “Um mapa exato deste descobrimento”: os mapas oficiais do Distrito diamantino

A segunda parte da dissertação, que refere-se a análise dos mapas produzidos sobre a região do Distrito Diamantino do Serro do Frio entre os anos de 1714 a 1771, foi dividida em duas seções. Nesse capítulo veremos a segunda seção que contém os chamados *mapas oficiais*, o objetivo é analisar esse segundo conjunto de mapas a partir de suas características técnicas e conceituais, buscando contextualizar sua fabricação e recepção na busca por indícios sobre os seus autores e suas relações com a Coroa. Os mapas foram organizados em ordem cronológica seguindo as informações que contém sobre a data de sua feitura ou, quando essa informação não está presente, de acordo com a data aproximada que atribuímos. A identificação de autoria também seguiu a mesma lógica. Na leitura geográfica dos mapas também respeitamos as indicações de orientação contidas nas rosas dos ventos, quando estas não estavam presentes seguimos a convenção de identificar o norte para cima e o sul para baixo. Com o objetivo de facilitar a leitura, atualizamos a ortografia dessas fontes, sempre respeitando sua historicidade.

3.1. A cartografia oficial portuguesa durante o século XVIII: a renovação da arte de fazer mapas

Até fins do século XVIII, para grande parte da cartografia portuguesa e europeia, o interior do Brasil era o espaço dos indígenas, do maravilhoso, das lendas e dos mitos. Muitas vezes representado como um grande vazio,²⁶⁸ foi ainda durante o século XVIII que o Brasil se configurou como uma das áreas vitais do Império português. Por isso tornou-se urgente o trabalho de conhecer aquela imensa extensão territorial, com o intuito de garantir sua posse e auxiliar na implantação de uma administração racional e

²⁶⁷ OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações*, p.139.

²⁶⁸ FURTADO, Júnia F. O paraíso e seus mitos. In: *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Odebrecht/Versal, 2013, p.244-285; DELVAUX, Marcelo Motta. *As Minas imaginárias: o maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América Portuguesa – séculos XVI a XIX*, p.71-132.

eficaz nas áreas já povoadas. “Ou seja, era necessário organizar espacialmente o Brasil de uma forma lógica, o que não era possível fazer-se sem possuir mapas detalhados”.²⁶⁹

Como afirma André Ferrand de Almeida, a partir do último quartel do século XVII a ideia de estabelecer os limites da América portuguesa ao norte no Amazonas e ao sul no rio da Prata foi revigorada. Todavia, foi somente no século XVIII que a Coroa sistematizou uma política para o imenso sertão.²⁷⁰

A descoberta do ouro nos anos finais do século XVII provocou uma corrida populacional para os sertões do Brasil. Esse primeiro momento foi conturbado, marcado pela fome e por conflitos armados.²⁷¹ A riqueza do ouro era vista com desconfiança, tanto pelos perigos internos que causava, como pela cobiça externa que alimentava.

Para muitos, o ouro era tão-somente uma promessa, a alucinação desesperada de funcionários régios e paulistas em busca de recompensas exageradas. E mesmo que não o fosse, **pairavam sérias dúvidas sobre a utilidade do ouro naquela conjuntura**, sobretudo em face dos riscos e ameaças que implicava para a agricultura.²⁷²

Como afirma Friedrich Renger: “O grande afluxo populacional e a falta de estrutura administrativa nas minas reforçaram a demanda por mapas”.²⁷³ À medida que as minas de ouro se mostravam cada vez mais ricas, tornou-se latente a necessidade de organizar a justiça e a cobrança de impostos, mas para isso, o imenso sertão das minas do ouro precisava ser conhecido e organizado. Para a concretização desse processo os mapas foram ferramentas essenciais, inclusive “parece que foram produzidos muitos, porém poucos se conservaram. Correspondências dos governadores e outros oficiais da administração colonial se referem frequentemente a mapas inclusos ou anexos que hoje não se encontram nos arquivos.”²⁷⁴

A descoberta do ouro e, posteriormente, dos diamantes também representou o alargamento da presença portuguesa no continente sul-americano. Os novos descobertos

²⁶⁹ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América portuguesa*, p.80.

²⁷⁰ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América portuguesa*, p.42-44.

²⁷¹ Sobre os conflitos que assolaram as minas durante os primeiros anos da mineração ver: ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

²⁷² ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas*, p.111. (Grifo meu)

²⁷³ RENGER, F. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia L. e VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais*. As minas setecentistas. v.1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.114.

²⁷⁴ RENGER, F. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos, p.111.

de Goiás, por exemplo, estavam claramente em terras para além do Tratado de Tordesilhas. Nesse sentido, além da organização administrativa, judicial e fiscal das novas áreas, também se tornou crucial redesenhar o mapa das posses portuguesas na América para legitimar os seus domínios para além da linha de Tordesilhas. O contexto europeu ainda era perigoso para Portugal, pois os conflitos do velho mundo acabavam refletindo no novo mundo, tornando a ameaça de invasões um perigo eminente.

A Guerra da Sucessão Espanhola marcou o início do século XVIII (1702-1714) ao envolver a maioria das nações europeias na disputa pela sucessão da Coroa de Castela entre os Bourbons e os Habsburgos. Uma série de conflitos armados se espalhou pelo continente e também pelas possessões ultramarinas europeias. Carlos II, de saúde muito frágil, não conseguiu deixar um herdeiro direto ao trono espanhol, por isso decidiu deixar, via testamento, a coroa para Filipe de Bourbon, que também poderia ser herdeiro do trono francês. Em 1701, as cortes espanholas reconheceram seu novo Rei como Filipe V, mas algumas nações europeias, capitaneadas pela Inglaterra e preocupadas com uma possível união franco-espanhola, firmaram uma grande aliança por meio do Tratado de Haia contra Filipe V. A guerra foi deflagrada no norte da Itália de onde se espalhou por várias regiões do continente. Portugal tendeu a permanecer neutro no conflito, chegou inicialmente em 1701 a reconhecer Filipe V, mas acabou não resistindo à pressão inglesa, que por meio de seu embaixador John Methuen conseguiu a adesão dos portugueses à grande aliança, em troca de acordos comerciais e de guerra que estreitavam a dependência de Portugal em relação à ilha britânica. A união com a Inglaterra acabou criando uma cisão dentro da elite portuguesa e levando a guerra para os domínios lusos no ultramar.²⁷⁵

O conflito europeu se desdobrou na América principalmente nas bandas setentrional e austral do Brasil.²⁷⁶ Assim que os portugueses abandonaram a neutralidade no conflito os espanhóis atacaram a Colônia do Sacramento, no que foram vitoriosos em 1705. Do outro lado, os franceses também acirraram as disputas por terras portuguesas na América. “Além das duas invasões de piratas franceses no Rio de Janeiro, a França passou a questionar os limites das suas possessões na região amazônica, nas fronteiras entre o Brasil e a Guiana.”²⁷⁷

²⁷⁵ FURTADO, Júnia F. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola e a América portuguesa na cartografia de D’Anville. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.12, n.23, p.66-83, jul-dez. 2011.

²⁷⁶ GUEDES, Max Justo. Os limites territoriais do Brasil a norte e nordeste. In: ALBUQUERQUE, Luis de (org). *Portugal no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, v.5, p.202-22.

²⁷⁷ FURTADO, Júnia F. *O mapa que inventou o Brasil*, p.307.

Com o fim dos conflitos começaram as negociações diplomáticas para solucionar, principalmente, as questões territoriais. O contexto das negociações de Utrecht ficou marcado pela utilização dos mapas, aliados a documentos e memórias, como peças fundamentais nas discussões diplomáticas. O primeiro caso emblemático aconteceu em 1712 durante as negociações entre ingleses e franceses por terras na América do Norte. Ao contrário dos franceses que chegaram às negociações munidos de poucos documentos, os ingleses estavam carregados não só de documentos e relatos, mas de mapas que representavam a região, inclusive, com as linhas demarcatórias entre as posses dos dois países.²⁷⁸

Uma segunda rodada de negociações deu-se entre os franceses e portugueses pelas possessões da região amazônica. Os portugueses queria assegurar sua soberania na região com a exclusividade de navegação do rio Amazonas, enquanto os franceses contestavam a posição portuguesa, afirmando que não havia definição quanto à posição dos pontos geográficos divisórios, como a bacia do rio de Vicente Pizon. Já escaldados por causa das negociações com os ingleses, os franceses foram preparados para as discussões, munidos de mapas sobre a região amazônica. Foi a vez então de os portugueses ficarem espantados com a tática francesa. Dom Luís da Cunha, principal diplomata português se viu numa posição delicada, pois era claro que Portugal não possuía documentos e muito menos mapas sobre a região com as quais poderia, com justiça, reclamar sua posse.²⁷⁹

Essa primeira batalha com os representantes da França foi lição que dom Luís da Cunha levou por toda a vida. A partir de então, passou a advogar incessantemente o uso de mapas como indispensáveis para guiar as negociações diplomáticas que se seguiam às guerras e os conflitos, insistindo na importância dos mesmos como instrumentos diplomáticos e **reiterando sempre a necessidade de Portugal produzir uma cartografia precisa da América para municiar e justificar seus pleitos.** (...) Sua queixa da falta de mapas confiáveis que pudessem embasar a diplomacia fez com que não só defendesse a intensificação da produção cartográfica portuguesa, notadamente das regiões vitais ou fronteiriças na América – Centro-oeste, Minas Gerais, rio da Prata e bacia Amazônica –, mas também se tornou um colecionador de mapas e informações que pudessem ajudar na construção de uma cartografia portuguesa cada vez mais precisa. Em suas missivas às autoridades no reino insistia na necessidade de se construir **uma base cartográfica sólida acerca dos territórios ocupados pelos portugueses na**

²⁷⁸ FURTADO, Júnia F. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.12, n.23, p.66-83, jul-dez. 2011 e FURTADO, Júnia F. *O mapa que inventou o Brasil*, p.286-328.

²⁷⁹ FURTADO, Júnia F. Os bens que a velha tem: As Minas Gerais, o Cabo Norte e a Colônia do Sacramento. In: *O mapa que inventou o Brasil*, p.286-328. FURTADO, Júnia F. A visão geopolítica de um *Imperium*. In: *Oráculos da geografia iluminista*, p.239-300.

América e foi, em grande parte sob sua influência, que desde o segundo quartel do século XVIII, Portugal deu início a uma verdadeira febre cartográfica do Brasil²⁸⁰

As negociações luso-espanholas em Utrecht foram difíceis e demoradas. Ao final, a Espanha aceitou devolver a Colônia do Sacramento aos portugueses, mas as discussões em torno do tamanho do território português circunscrito à Colônia perduraram. Como afirmou André Ferrand de Almeida:

No entanto, Utreque não representou nas relações entre Portugal e Espanha mais do que uma trégua temporária, adiando para mais tarde a resolução do conflito sobre a posse da Colônia do Sacramento. A desistência da Coroa espanhola dos seus direitos quanto à posse da Colônia do Sacramento era ambígua e não representou o abandono, por parte do Estado espanhol, da sua estratégia de controlar as duas margens do Rio da Prata. **O avanço científico no cálculo da longitude, durante a primeira metade do século XVIII, viria a dar novos argumentos aos diplomatas espanhóis para sustentar a legitimidade de suas pretensões.**²⁸¹

As posses portuguesas na América que estavam além do limite de Tordesilhas foram novamente questionadas a partir do trabalho de Guillaume Delisle apresentado na Academia Real das Ciências de Paris.²⁸² Delisle utilizou as recentes medidas de longitudes, a partir dos eclipses dos satélites de Júpiter, para contestar a posição da linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas.²⁸³ De acordo com a sua *Détermination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la Terre*,²⁸⁴ as áreas de pretensão francesa no Cabo Norte situavam-se foram da linha de Tordesilhas, portanto estavam indevidamente em posse dos portugueses. A mesma situação ocorria ao sul, em relação à Colônia do Sacramento. O trabalho do geógrafo francês assentava-se na sistematização científica da cartografia e “seu impacto foi muito além das paredes da instituição, transformando, a partir de então, toda a arte da cartografia, pois provocou

²⁸⁰ FURTADO, Júnia F. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola e a América portuguesa na cartografia de D’Anville, p.78. (Grifo meu)

²⁸¹ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.50. (Grifo meu)

²⁸² Guillaume Delisle (1675-1726) foi um renomado cartógrafo francês, além de membro da Academia Real de Ciências de Paris, foi escolhido como Primeiro Geógrafo do Rei em 1718. Era um típico geógrafo de gabinete que contava com o mecenato real para a produção de seus mapas. DAWSON, Nelson Martin. *L'atelier Delisle: l'Amérique du nord sur la table à dessin*. Sillery, Quèbec: Editions du Septentrion, 2000; PELLETIER, Monique. *Cartographie de la France et du monde de la Renaissance au siècle des lumières*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2001.

²⁸³ Ver FURTADO, J. *Oráculos da geografia iluminista*, p.304-311.

²⁸⁴ DELISLE, M. *Determination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la terre*. *Des Sciences*. Paris: Academie des Sciences de Paris, 1722. p.365-384.

uma reorientação das terras pelo globo.”²⁸⁵ Diante dos fatos, dom Luís da Cunha, o principal diplomata português, ressaltou a importância de concentrar esforços no desenvolvimento científico da cartografia em Portugal e no levantamento da geografia do Brasil, e defendeu que era essencial fazer “observações astronômicas recentes, uma vez que sem elas não era possível contestar a opinião de um geógrafo consagrado como Delisle.”²⁸⁶

Como afirma Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno:

O resultado dos levantamentos franceses – com latitudes e longitudes mais precisas – foram assim o **sinal de alerta quanto aos futuros problemas de soberania**, obrigando o rei, seus ministros e altos funcionários a despertarem para a necessidade do estudo da Geografia, o que deflagrou todo o processo de intercâmbio de homens, tratados, atlas e instrumentos entre Portugal e os centros divulgadores de modelos daquele momento.²⁸⁷

3.2. Os engenheiros militares e os mapas topográficos: a renovação do ensino

Foi nesse contexto que dom João V deu início a uma verdadeira revolução cartográfica em Portugal, ao tornar uma prioridade para a manutenção do Império a produção de mapas.²⁸⁸ Em sintonia com o processo de sistematização científica da cartografia, os engenheiros militares transformaram-se os principais responsáveis pela arte de fazer mapas. Para formar os profissionais necessários aos levantamentos cartográficos, tanto do Reino como das Colônias, foi necessário processar uma reforma no ensino da engenharia militar. Manoel de Azevedo Fortes, engenheiro-mor, foi o grande responsável por reformar e incentivar o ensino da engenharia militar em Portugal.²⁸⁹

²⁸⁵ FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p.304.

²⁸⁶ ALMEIDA, L.F. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América portuguesa*, p.68.

²⁸⁷ BUENO, Beatriz Piccolotto S. *Desenho e Desígnio*, p.203. (grifo meu)

²⁸⁸ BUENO, Beatriz Piccolotto. S. *Desenho e Desígnio*, p.101-37.

²⁸⁹ Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749) teve sólida formação letrada e entrou em contato com os tratados de matemática e engenharia que circulavam pela Europa, levou esse conhecimento para Portugal onde teve importante atuação. Publicou os manuais: *Tratado do modo o mais fácil e o mais exacto de fazer as cartas geográficas assim na terra como no mar, e tirar as plantas das praças* (1722) e o *Engenheiro português* (1729) e iniciou o projeto de construção da grande carta topográfica de Portugal. Ver BUENO, Beatriz P. S. *Desenho e Desígnio*, p.101-37; RIBEIRO, Dulcyene Maria. *A formação dos engenheiros militares: Azevedo Fortes, Matemática e ensino da Engenharia Militar no século XVIII em Portugal e no Brasil*. Tese – Doutorado em Educação. São Paulo: USP, 2009.

Ao convocá-lo, D. João V pretendia prioritariamente promover o mapeamento do território brasileiro, de forma a fundamentar futuras negociações com Castela, já que o mapa-múndi e a dissertação apresentados por Guillaume Delisle na Academia Real de Ciência de Paris – *Determination Géographique de la Situation et l'entendu des différentes parties de la Terre* –, em 1720, apontavam que a Colônia do Sacramento, ao contrário do que se pensava, não fazia parte do território da América Portuguesa.²⁹⁰

Primeiro, o engenheiro-mor precisava sistematizar e organizar o modo de se fazer mapas para formar homens capazes, que produzissem mapas de acordo com as convenções da época, dando fidedignidade a suas informações. Assim, publicou os dois principais tratados sobre cartografia em Portugal durante o setecentos: *O Tratado do modo o mais fácil e o mais exato de fazer as cartas geográficas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças* (1722) e *O Engenheiro Português* (1728). Foram os primeiros trabalhos que se debruçaram sobre a questão da representação gráfica, suas normas, convenções e padronização de feitura.²⁹¹

Os tratados publicados por Azevedo Fortes foram o resultado concreto do impulso de renascimento da ciência do desenho geográfico promovido por D. João V e basicamente são uma síntese dos congêneres (...). A novidade dos seus tratados residiu na didática com que expôs o método mais prático de proceder aos levantamentos de campo e à maneira de transpô-los para o papel, fruto da sua experiência pessoais e da síntese dos manuais franceses.²⁹²

Além disso, foi o primeiro regente da Aula Régia de Fortificação Militar em Lisboa. A Aula de Fortificação e Artilharia também foi ministrada no ultramar, sendo, em 1710 instalada em Salvador e em 1738 no Rio de Janeiro, nesse último caso foi seu primeiro lente José Fernandes Pinto Alpoim.

Como afirma Júnia Ferreira Furtado:

Diferentemente da França e da Inglaterra, no século XVIII, em Portugal, a partir do reinado de Dom João V, a Cartografia terrestre era produzida principalmente por aqueles que frequentavam as Aulas Régias e que recebiam a patente de engenheiros militares. Por essa razão, **a produção cartográfica era, então, parte importante do ofício dos engenheiros militares** que recebiam formação adequada para tal e, com base no levantamento geográfico de territórios específicos, utilizando as técnicas e os instrumentos modernos e aperfeiçoados, produziam seus mapas.²⁹³

²⁹⁰ BUENO, Beatriz Piccolotto S. *Desenho e Designio*, p.203.

²⁹¹ BUENO, Beatriz Piccolotto S. *Desenho e Designio*, p.101-102.

²⁹² BUENO, Beatriz Piccolotto S. Decifrando mapas: sobre o conceito de *território* e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*, v.12, p.193-236, jan/dez 2004, p.207.

²⁹³ FURTADO, Júnia F. História da Engenharia. In: STARLING, Heloisa M. M. e GERMANO, Lígia B. P. (org.). *Engenharia: História em construção*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p.35. (Grifo meu)

A partir do século XVIII os mapas tornaram-se um saber instrumental e científico, ficando reservados a homens que dominavam um conhecimento específico necessário a sua produção. Ocorreu uma migração do saber cartográfico, dos cosmógrafos para os engenheiros. A cosmografia foi um saber bastante difundido a partir da Idade Média e do Renascimento, era o estudo do universo em geral, onde a Terra tinha lugar central. Em Portugal esse foi o saber dominante durante o desenvolvimento das grandes navegações, o cosmógrafo-mor era o responsável por “fazer observações astronômicas, produzir cartas e portulanos, desenvolver instrumentos astronômicos e marítimos, ensinar e preparar os cosmógrafos.”²⁹⁴ Seus mapas “manifestavam o estilo pessoal de cada cosmógrafo, já que se caracterizavam pelo predomínio das figurações livres e dos topônimos, visando a preencher lacunas que atestassem o desconhecimento efetivo da região ou suprir a carência de códigos capazes de substituir palavras e imagens”.²⁹⁵

Como afirmou Jaime Cortesão:

A cultura portuguesa foi, no período áureo dos séculos de Quatrocentos e Quinhentos, **uma cultura de latitudes**. (...). Os portugueses foram os criadores e os mestres da ciência náutica do renascimento, que presidiu a Era dos Grandes Descobrimientos Geográficos, que se caracterizou pelos métodos da navegação por alturas, a altura do Sol, da Estrela do Norte, ou do Cruzeiro do Sul, que lhes permitiu traçar latitudes observadas e debuxar e situar os continentes nas suas posições em relação ao equador. (...) Mas à cultura de latitude e superfície seguiu-se a de **fixação e topografia, de expansão continental, por consequência, de longitude e profundidade**.²⁹⁶

Ao longo da Idade Moderna os saberes relacionados com a Terra foram se desmembrando da Cosmografia e se transformando em campos de saber especializados, e assim surgiu a figura do geógrafo que tratava, por exemplo, da descrição dos elementos naturais da Terra. Em Portugal, a especialização da cartografia foi capitaneada pelos engenheiros militares que dominavam a matemática e a geometria, que se transformaram nos métodos principais para a compreensão cartográfica do mundo.

3.3. A contratação dos padres matemáticos: o projeto do novo Atlas da América portuguesa

²⁹⁴ FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p.149.

²⁹⁵ BUENO, Beatriz Piccolotto S. *Desenho e Desígnio*, p.307.

²⁹⁶ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*, p.187-188. (Grifo meu)

Com os avanços territoriais dos portugueses na América e o acirramento da disputa pela Colônia do Sacramento, a necessidade de enviar ou contratar homens capazes de fazer levantamentos cartográficos e militares no Brasil tornou-se uma questão urgente e estratégica.

Como afirma André Ferrand de Almeida:

Devido à dificuldade de encontrar no Reino quem se pudesse incumbir da tarefa, recomendava o Conselho que o rei solicitasse ao Geral da Companhia de Jesus que enviasse para Portugal “dous religiosos mathematicos alemães ou italianos, por serem duas nações menos suspeitosas a esta Coroa” para que, mandando-os o rei ao Brasil “um pela banda de São Paulo, e outra pela do Maranhão” percorressem “aquelles sertões” e fizessem “mapas mui individuais”. É importante ter em atenção que, de acordo com esta consulta, **o objetivo era que os dois jesuítas fizessem o levantamento cartográfico completo do Brasil** partindo um do Norte e outro do Sul devendo depois encontrar-se no interior do continente sul-americano. É certo que este projecto **não tinha em conta a verdadeira extensão do espaço sul-americano** mas, nesta altura, a Coroa estava longe de poder supor que para o realizar necessitaria não só de mais cartógrafos como de muitos meios técnicos e humanos de que ainda não dispunha.²⁹⁷

Os jesuítas eram reconhecidamente grandes eruditos e também cartógrafos. Seus colégios eram famosos pelo ensino da matemática e da astronomia, e como era a ordem religiosa mais importante do Império português possuíam ramificações em todas as colônias, especialmente no Brasil.

Mesmo com os esforços iniciais de dom João V, por meio do trabalho de Manuel de Azevedo Fortes, para formar um corpo técnico capaz de auxiliar a Coroa nos seus projetos políticos e econômicos, Portugal não dispunha, no início do século XVIII, de pessoas suficientes para levar a diante o exaustivo projeto de mapeamento do Brasil. Por isso, a colaboração e a contratação de estrangeiros foi um recurso essencial para os planos do Rei.

Assim, por meio de seus representantes diplomáticos em Roma, dom João V contratou dois padres jesuítas italianos, que tinham vastos conhecimentos de matemática, mas pouca experiência prática com os mapas. João Baptista Carbone²⁹⁸ e

²⁹⁷ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.78. (Grifo meu)

²⁹⁸ João Baptista Carbone (1694-1750). Entrou para a Companhia de Jesus em 1709 onde teve sólida formação letrada. Natural da Itália veio para Portugal em 1722, onde permaneceu até sua morte. Realizou diversos trabalhos de observação, foi nomeado matemático régio, reitor do Colégio de Santo Antão e conselheiro de dom João V.

Domingos Capassi²⁹⁹ chegaram a Lisboa em setembro 1722, onde rapidamente desenvolveram estudos astronômicos, principalmente relacionados à longitude, que eram essenciais para a realização dos trabalhos cartográficos de campo. Para dar o suporte instrumental que os padres precisavam dom João V mandou instalar um observatório astronômico em Lisboa, e por meio de seus embaixadores mandou adquirir instrumentos, mapas, atlas e livros nos principais centros científicos da Europa.³⁰⁰

Alimentado pelas riquezas minerais do Brasil dom João V construiu, ao longo de seu reinado, uma vasta coleção de estampas, livros, gravuras e mapas em sua Biblioteca Real com o intuito de demonstrar a importância que “dedicava ao conhecimento e à cultura das Luzes, bem como para equipar a elite pensante portuguesa”.³⁰¹

Segundo Júnia Ferreira Furtado:

O início da organização do levantamento cartográfico do reino e especialmente do Brasil, para servir às negociações diplomáticas com a Espanha, intensificaram a aquisição do que pudesse servir à astronomia e à cartografia, desde livros e mapas a instrumentos matemáticos, astronômicos e geodésicos. Nesse sentido, a Biblioteca Real não se limitou a ser um espaço de colecionismo, mas **como uma Academia de Ciências desempenhou ativo papel na produção de conhecimento científico, especialmente no campo da astronomia e da cartografia.**³⁰²

Por isso, o colecionismo joanino, que ocupava muito o tempo dos diplomatas, não representava um gasto excêntrico ou pessoal do Rei, a Biblioteca Real representava muito mais.³⁰³

Ela se constituiu como um espaço irradiador do programa científico joanino, aberto às Luzes, caracterizado pela renovação e abertura do conhecimento. (...) Desse ponto de vista, pode-se dizer que a livraria régia era a consolidação de um projeto científico mais amplo, de viés enciclopédico e iluminista.³⁰⁴

Sob o mecenato régio, os padres italianos fizeram várias observações astronômicas, tanto em Lisboa, como no Reino. Inclusive, publicaram alguns resultados

²⁹⁹ Domingos Capassi (1694-1736). Entrou para a companhia de Jesus em 1710, atuou como professor em Nápoles, sua terra natal, e veio para Portugal junto com Carbone. Foi enviado para a missão no Brasil em 1729, ao lado do padre português Diogo Soares.

³⁰⁰ FURTADO, Júnia F. Bosque de Minerva: o embaixador, o cartógrafo e a biblioteca régia. In: *O mapa que inventou o Brasil*, p.94-129.

³⁰¹ FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p. 211.

³⁰² FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p. 215. (Grifo meu)

³⁰³ Cf. ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.93

³⁰⁴ FURTADO, Júnia F. *O mapa que inventou o Brasil*, p.96.

em revistas de academias ilustradas da época, com o objetivo claro de afirmar o desenvolvimento científico que realizavam em Portugal.³⁰⁵

Dom João V se aproximou, especialmente, de João Baptista Carbone, que passou a ter papel influente na Corte. Foi escolhido como o responsável pelo observatório do Colégio de Santo Antão e, posteriormente, em 1749, foi nomeado como seu reitor. Antes, em 1724, foi nomeado Matemático Régio, e assim responsável pela realização de várias observações astronômicas. Participou da educação dos filhos do Rei, das obras do Convento de Mafra e em 1745 foi nomeado secretário particular, tendo importante papel nos assuntos relacionados com o Papa. Faleceu em 1750 gozando de grande prestígio na Corte.³⁰⁶

Diante de novas descobertas minerais, feitas no Brasil no final da década de 1720, dom João V decidiu enviar para a colônia os padres jesuítas, que ficaram conhecidos como os padres matemáticos. Como Carbone estava ocupado com outras diligências no Reino, para acompanhar Capassi foi escolhido o padre jesuíta português, Diogo Soares.³⁰⁷ Segundo as instruções reais, os dois padres deveriam começar o trabalho

pelo Rio de Janeiro, caminhando para a parte que vos parecer mais útil para o meu serviço, porque convém muito que **se façam mapas o mais breve que for possível nos vastos sertões do mesmo Estado, especialmente nos das Minas, que novamente se descobriram para a parte da Capitania do Espírito Santo.**³⁰⁸

As minas de ouro e diamantes, tanto da Capitania de Minas Gerais, como em Goiás, transformaram-se no principal centro econômico do Império, e assegurar a posse sobre esses territórios, além do recolhimento dos quintos e o bom rendimento das minas, eram os objetivos que a Coroa pretendia garantir com o auxílio da missão dos padres. Para isso, seus mapas tinham que seguir os passos da geografia iluminista do

³⁰⁵ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.97.

³⁰⁶ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.99-100.

³⁰⁷ Diogo Soares (1684-1748), jesuíta, foi professor de Humanidades e Filosofia na Universidade de Évora e de matemática no Colégio de Santo Antão.

³⁰⁸ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*, tomo II, p.215. Também em Provisão Régia de 18 de novembro de 1729. AHU, Cons. Ultram. Códice nº248, fl.250. *Apud* ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.105, nota 89. (Grifo meu)

século XVIII, transformando-se em espelhos da realidade colonial.³⁰⁹ Por isso, o Rei frisou em sua instrução que

Os mapas que fizeres devem ser graduados pela latitude e longitude geográfica assim na marinha como no sertão, assinalando as cidades, vilas, lugares e povoações dos portugueses, e dos índios, e **as catas do ouro em sua verdadeira latitude e longitude geográfica**, praticando o mesmo nos portos, rios, enseadas e abras, tendo entendido que não basta representar todas as coisas por linhas e pontos em mapas, mas que estes devem ser historiados expondo-se neles por escrito a clareza que for possível, e em livro à parte por extenso tudo o que houver mais digno de notar em cada uma das capitanias assinaladas nos ditos mapas.³¹⁰

A missão dos padres não só tinha uma função geopolítica, de localizar de acordo com as novas medições de latitude e longitude, os territórios de Portugal na América, mas também tinha uma função prática, de permitir o conhecimento dos recursos naturais e humanos da colônia para sua melhor exploração e administração. Foi uma missão totalmente inédita, como afirmou Jaime Cortesão:

A missão dos Padres Matemáticos Diogo Soares e Domingos Capacci, prolongada durante dezoito anos, foi a primeira expedição geográfica e cartográfica, enviada a qualquer das Américas por uma nação europeia, **com fins sistemáticos de Estado**, como estudo preparatório para delimitar a soberania política entre os domínios de nações conflitantes.³¹¹

Essa postura só foi possível por causa da nova “política de representação do espaço brasileiro” que

não seria pensável sem o “rush” do ouro que, entre os últimos anos do século XVII e as primeiras décadas do século XVIII, foi o principal responsável pela definição do “universo geográfico da colônia” ao atrair para o interior um fluxo populacional apreciável, que viria a estar na origem de novos núcleos urbanos.³¹²

Os padres chegaram ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1730, onde iniciaram seus trabalhos fazendo desenhos da Baía de Guanabara e montando um observatório no colégio jesuíta do Morro do Castelo. O primeiro objetivo seria determinar o meridiano

³⁰⁹ Cf. FURTADO, Júnia F. Espelho do Mundo. In: *Oráculos da geografia iluminista*, p.147-210.

³¹⁰ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*, tomo II, p.215. Também em Provisão Régia de 18 de novembro de 1729. AHU, Cons. Ultram. Códice nº248, fl.250. *Apud* ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.105, nota 90.

³¹¹ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*, p.210. (Grifo meu)

³¹² ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.109.

do Rio de Janeiro, para construir todas as cartas do Brasil a partir dele, uma estratégia sigilosa para impedir que a localização das minas de ouro e diamantes fosse feita pelas outras nações europeias.

No final de 1730, depois de insistentes pedidos dos governadores do Rio de Janeiro e da Colônia do Sacramento, os padres se dirigiram para o sul onde fizeram vários mapas, principalmente com fins militares, para auxiliar na proteção da Colônia das incursões espanholas.

Aparentemente, em 1732, os padres se dirigiram à Capitania de Minas Gerais, onde realizaram um trabalho monumental representado “em um conjunto de quatro mapas que cobrem o território das Minas desde a Zona da Mata, passando pela serra da Mantiqueira, pela região das Minas, hoje chamado Quadrilátero Ferrífero, pela serra do Espinhaço até as Minas Novas e o rio Jequitinhonha”.³¹³ Seguindo à risca as instruções régias, os padres cartografaram grande parte dos arraiais e vilas da região, assinalando os lugares mais notáveis e algumas minas de ouro. Os caminhos, bem como os registros também estão assinalados. A rede hidrográfica foi o grande destaque dos mapas, com enfoque nos principais rios e seus afluentes, de onde se extraía o aluvião do ouro e diamantes. Os padres ainda fizeram outros mapas mais detalhados de alguns pontos das Minas Gerais, sendo um dos principais deles o mapa que fizeram sobre a região de extração dos diamantes no Serro do Frio.

No final de 1734, o padre Capassi seguiu para São Paulo, onde acabou morrendo de “febres malignas”, em fevereiro de 1736. O padre Soares também visitou São Paulo, no início de 1735, onde realizou alguns trabalhos cartográficos. Além disso, percorreu a região do Rio Grande e as minas de Goiás, onde morreu em janeiro de 1748.

Como afirma Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno:

Ainda que o resultado do projeto do “Novo Atlas do Brasil” tenha ficado aquém das expectativas, esse trabalho forneceu aos portugueses dados concretos sobre a situação dos confins da *conquista*, os quais, somados a outras fontes cartográficas (...) permitiram a feitura do *Mappa das Cortes*, que fundamentou e ratificou as negociações celebradas em Madri.³¹⁴

3.4. A cartografia dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre a Demarcação Diamantina

³¹³ RENGER, F. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos, p.119.

³¹⁴ BUENO, Beatriz Piccolotto S. *Desenho e Desígnio*, p.318.

A cartografia oficial portuguesa foi produzida por um corpo técnico que se diversificou ao longo dos anos, começando pelos cosmógrafos, e mais tarde pelos engenheiros militares, ainda contou também com o auxílio dos chamados padres matemáticos.³¹⁵ A preocupação da Coroa em manter, formar ou contratar esses profissionais tinha como objetivo promover o conhecimento sobre as conquistas e legitimá-las, pois com o auxílio dos mapas, o Rei exercia, mesmo de longe, o seu poder.

Como aponta Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno:

Os desenhos e tratados legados pelos engenheiros militares são hoje prova de que a **teoria orientou a prática oficial**; de que houve investimento da Coroa na formação de profissionais habilitados a desenhar e a se adaptar aos mais variados contextos; que, embora dependente da contratação de estrangeiros – sobretudo italianos –, a Coroa, a partir de 1573, passou a **investir na formação dos fidalgos e técnicos destinados a encabeçar os seus desígnios de conquista**. Nesse sentido, o conjunto das ações oficiais contou com a colaboração de quadros técnicos e administrativos bem preparados e foi mediada pelo desenho.³¹⁶

Com a descoberta das minas de ouro e diamantes no início do século XVIII a necessidade de produzir mapas mais detalhados e exatos tornou-se latente. Para isso, a Coroa precisou contar com o trabalho de seus profissionais técnicos, como engenheiros militares e os padres matemáticos. Especialmente nas minas de diamantes do Serro do Frio, o mapeamento tornou-se tarefa essencial, pois era necessário controlar a sua produção, não só para estabilizar os preços internacionais, mas também para dar longevidade à mineração.

Dessa forma, os sertões do Serro do Frio transformaram-se no palco de ação dos cartógrafos que, por meio das representações gráficas desenhadas nos mapas, deram um “testemunho da colonização e da penetração dos portugueses, que interiorizaram o povoamento do sudeste do Brasil para muito além do litoral, não deixando dúvidas sobre a posse indubitável que tinham sobre esse território”.³¹⁷

3.4.1. O capitão dos Dragões e a Companhia dos diamantes

³¹⁵ Também as partidas binacionais para a demarcação do Tratado de Madrid, tanto de Portugal, quanto de Espanha, se valeram de padres jesuítas experimentados na arte da cartografia.

³¹⁶ BUENO, Beatriz Piccolotto S. *Desenho e Desígnio*, p.26. (Grifo meu)

³¹⁷ FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*, p.252.

O primeiro mapa oficial conhecido sobre a região de extração dos diamantes no Serro do Frio foi a *Carta topográfica entremeias do sertão e distrito do serro do frio com as novas minas de diamantes*.³¹⁸ O mapa, orientado no sentido norte-sul, é uma aquarela que possui 48,1 x 59,5 cm de dimensão, e apresenta a geografia da região central do Serro do Frio, descrevendo os caminhos até a Vila do Príncipe e suas conexões com o sertão da Bahia e do Espírito Santo. Foi desenhado pelo capitão dos Dragões José Rodrigues de Oliveira em 1731, e oferecida ao Cardeal da Mota, à época o principal ministro de dom João V.

Mapa 6

Carta topográfica entremeias do sertão e distrito do serro do frio com as novas minas de diamantes



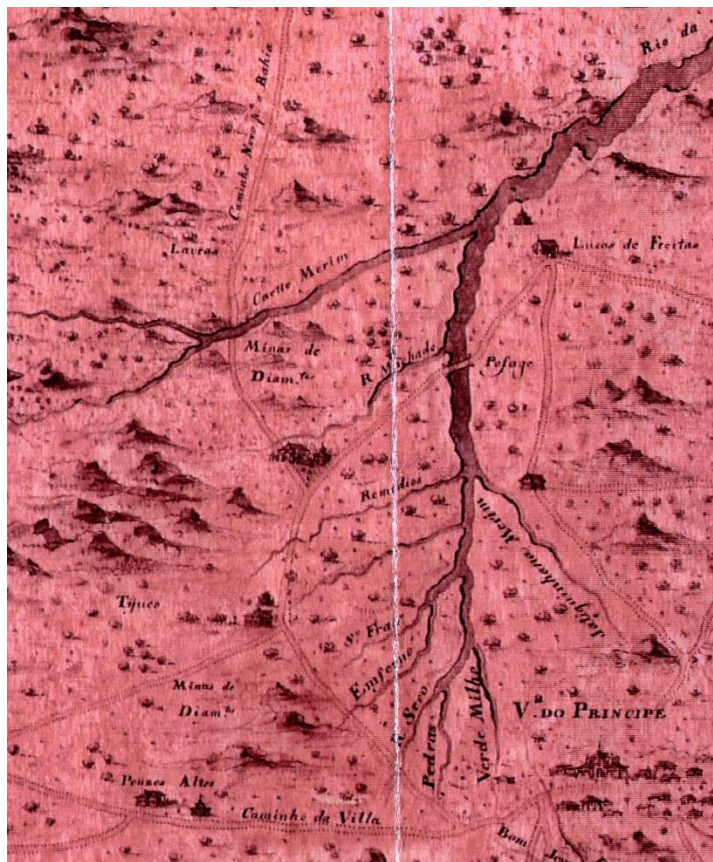
Fonte: AHEx. N° 06.01.1135.

³¹⁸ AHEx. N° 06.01.1135; CEHB 3193. OLIVEIRA, José Rodrigues de. *Carta topográfica das terras entremeias do sertão e distrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes*. 1731, aquarela, 48,1 x 59,5 cm, Publicado em: COSTA, Antônio G. (Org.), RENGER, Friedrich E. FURTADO, Júnia F. SANTOS, Márcia M.D. *Cartografia da conquista do território das Minas*, p.54 e 208. COSTA, Antônio Gilberto. (org.). *Roteiro Prático de Cartografia*, p. 122 e 235.

A Vila do Príncipe foi localizada no centro do mapa pelo desenho de um conjunto de habitações, ou seja, através da utilização de signos convencionados para a representação de centro urbanos. A Vila está situada próxima a um aglomerado de altas montanhas, onde se vê a inscrição “Serro do Frio”, uma referência às grandes serras do maciço do Espinhaço, sendo banhada pelos rios do Peixe Merim e do Peixe, esse último tem como um de seus afluentes o rio Tapanhuacanga. Em direção à Vila confluíam uma série de caminhos. Do centro minerador, no sentido sudoeste, vinha o Caminho de dentro pelas Macaúbas, que seguia paralelo ao Rio das Velhas em direção ao arraial de Gouveia, para onde também convergiam o Caminho de Sabará por fora e o Caminho da Graça, que vinham do oeste. Todos esses caminhos se uniam no Caminho da Vila que seguia em direção ao centro urbano, que era a cabeça da comarca. Também nas proximidades de Vila do Príncipe se situavam as cabeceiras do Rio Jequitinhonha, com seus rios e córregos diamantíferos, tais como o Jequitinhonha Merim, o Verde Milho e Pedras, o ribeirão Seco, o Inferno, o São Francisco e o Remédios, além do ribeirão do Machado e o Caeté Merim. Na margem esquerda do Rio Jequitinhonha aparece a inscrição: “Minas de Diamantes”. Era a primeira vez que se localizavam num mapa as recentes minas de diamantes do Serro do Frio, porém elas não foram representadas em pontos determinados, mas identificadas em duas regiões específicas: uma próxima ao arraial do Tejuco e outra próxima a margem direita do Rio Caeté Mirim.

Mapa 6.1

Detalhe da Carta topográfica entremeias do sertão e distrito do serro do frio com as novas minas de diamantes, com destaque para as minas de diamantes.



Fonte: AHEx. Nº 06.01.1135.

Além disso, próximo às minas passava o Caminho novo para a Bahia, que seguia na direção norte. “Arriscado e penoso, o Caminho da Bahia cortava uma região mais plana, em comparação à geografia mais íngreme com que se defrontavam os viajantes que partiam de São Paulo e do Rio de Janeiro, e que tinham que cruzar as escarpas da serra do Mar e da serra da Mantiqueira”.³¹⁹ Por isso, se transformou, com o florescimento dos centros urbanos mineiros, numa das principais rotas de comércio legal e ilegal da Capitania.

Visando impedir os descaminhos do ouro [e diamantes], a Coroa não demorou a estabelecer instrumentos regulatórios para controlar esse intenso fluxo mercantil que favorecia os descaminhos do ouro, proibindo o comércio entre Bahia e Minas, com exceção do gado *vacum*, dada sua importância no abastecimento alimentar e como força motriz e meio de transporte. Mesmo assim, não só o gado *vacum*, mas outras fazendas e escravos vindos da Bahia continuaram sendo contrabandeados para as Minas, fazendo com que tais caminhos se consolidassem e ainda que outros – na forma de picadas, atalhos e desvios – fossem abertos, fixando populações em inúmeros arraiais

³¹⁹ FURTADO, Júnia F. *O mapa que inventou o Brasil*, p.196.

nascentes. A proibição desse caminho perdeu o sentido com a instauração do regime de captação na década de 1730. Por outro lado, quando extinto esse regime, em meados do século, ganharam importância os registros situados no interior da capitania, o que só fez avançar a rede clandestina de rotas mercantis.³²⁰

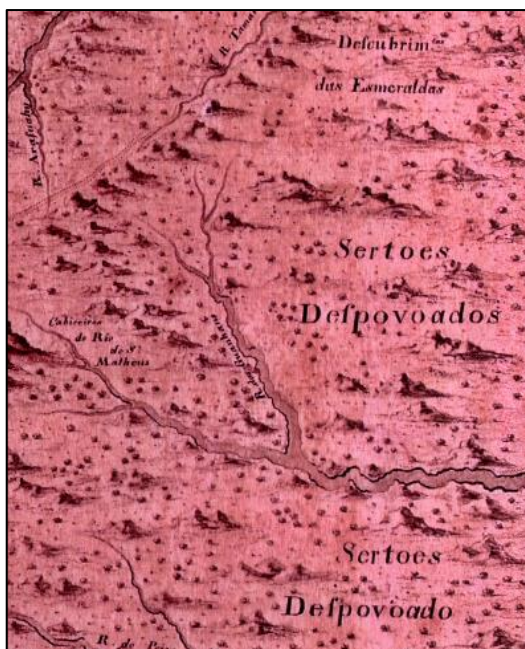
O mapa de José Rodrigues de Oliveira abrangia boa parte da serra do Espinhaço meridional e mostrava, claramente, o sentido da ocupação da área, do sudoeste em direção ao nordeste. No seu limite oeste, ao longo do curso do Rio das Velhas, está representada uma vasta rede de caminhos que vinham do centro minerador do ouro para a nova fronteira do ouro e dos diamantes no Serro do Frio. São vários os desenhos de pequenas habitações que fazem referência às fazendas, sítios, lugarejos e arraiais dispersos pela região. No outro limite, a leste, a inscrição “Sertões Despovoados” aparece duas vezes, informando que aquelas paragens ainda eram desconhecidas do colonizador.³²¹ Esses sertões se localizavam no entorno da bacia do Rio Doce, que desaguava na Capitania do Espírito Santo. Historicamente os sertões do leste eram identificados como o local da serra das Esmeraldas e a representação desse mítico lugar no mapa alimentava as esperanças tanto dos reinóis, como dos paulistas de descobrir as pedras verdes. Do sítio de Lucas de Freitas, nomeado por Brás Baltazar como Mestre de Campo dos descobrimentos das esmeraldas, partia o caminho em direção ao “Descobrimento das Esmeraldas”, que passava pelos rios Preto e Araçuaí, até atingir as cabeceiras do rio Tamarandiba, na direção leste da Comarca do Serro do Frio.

³²⁰ MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vila e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia L. e VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais*. As minas setecentistas. v.1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.69-70.

³²¹ A noção de sertões despovoados foi muito bem trabalhada por ESPÍNDOLA, Haruf S. *Sertão do Rio Doce*. Governador Valadares: Univale, 2005 e MOLINARI, Luis Gustavo. *De José Joaquim da Rocha a Frederich Wagner: civilização, nativos e colonos nas representações cartográficas dos sertões leste de Minas Gerais (1778-1855)*. Dissertação – Mestrado em História. Belo Horizonte, UFMG, 2009.

Mapa 6.2

Detalhe da Carta topográfica entremeias do sertão e distrito do serro do frio com as novas minas de diamantes, com destaque para os “sertões despovoados” e o “descobrimento das esmeraldas”.



Fonte: AHEx. N° 06.01.1135.

O mapa foi desenhado pouco tempo depois da descoberta oficial dos diamantes e concomitantemente às acirradas discussões que aconteciam na Corte sobre a melhor maneira de regular a mineração das pedras. O Cardeal da Mota, principal conselheiro de Dom João V à época, a quem o mapa é dedicado, escreveu uma longa carta ao Conselho Ultramarino em 1731, no qual expunha suas opiniões sobre o assunto. Segundo o Cardeal:

Cinco são os arbítrios que se consideram apontam nestes papéis para a boa arrecadação dos dízimos reais daquele novo descobrimento. 1º cobrar-se o quinto rigoroso de todos os diamantes que se descobrirem em casa de registro, **fechando a este fim as Minas em uma só entrada**. 2º cobrar-se o mesmo quinto por capitação imposta sobre os escravos, que minerarem nelas. 3º acrescentar-se além da capitação um dízimo de 5 por 100 sobre o verdadeiro valor dos diamantes. 4º cobrar-se não o quinto, mas o dízimo dos mesmos, ficando na conservação dos mineiros o pagamento; como se pratica nos mais dízimos. 5º repartir-se o distrito das minas em diferentes datas, que se arrendem anualmente; e cobrar-se o preço do arrendamento em lugar do quinto.³²²

³²² AHU_CU_011, Cx.18, D.1433. CARTA do Cardeal da Mota, na qual discorre dentre vários assuntos sobre a arrecadação dos direitos reais das novas minas de diamantes de Minas Gerais. 1731, Fevereiro 3, Lisboa. AHU on-line. Documentação Manuscrita. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 mar. 12. (Grifo meu)

Portanto, várias eram as possibilidades que se discutiam sobre a exploração e a tributação dos diamantes, mas a maior preocupação era em relação aos descaminhos, pois mesmo com as rigorosas proibições que a Coroa impunha ainda assim os mineiros preferiam “este risco do que aquela segurança, inventando tantas mais indústrias, quando mais se multiplicam as proibições, e as penas. E se isso sucede com o ouro, que não é tão fácil de ocultar-se, **que será com os diamantes, em que é tanto mais fácil de descaminhar**”³²³.

O Serro do Frio, especialmente a partir dos anos finais da década de 1720, recebeu uma quantidade enorme de aventureiros que buscavam se enriquecer com as minas de ouro e diamantes, que se espalhavam em vários sítios da região.

Em 1727, uma bandeira, organizada no Serro do Frio, encontrara grandes jazidas auríferas nas margens do Araçuaí (afluente do rio Jequitinhonha), situadas a mais de quarenta léguas ao norte da Vila do Príncipe. A região foi rapidamente invadida por uma multidão de aventureiros, que erigiram diversos arraiais. Poucos anos depois, este fluxo tornar-se-ia ainda mais intenso, devido à descoberta de diamantes na comarca do Serro do Frio. Os descobertos do Araçuaí eram de tal importância que em 1728 as câmaras de Vila Rica e de Ribeirão do Carmo se cotizaram para abrir uma picada direta as Minas Novas. No mesmo ano, temendo uma crise de abastecimento em Minas Gerais, o governador Dom Lourenço de Almeida lançava um bando proibindo o transporte de mantimentos para o novo descoberto e ameaçava os condutores de “milho, farinhas, azeite e mais gêneros comestíveis” de prisão em Vila Rica, além do confisco dos mantimentos e animais. Um caminho ligando a Vila do Príncipe a Minas Novas foi aberto na mesma época, e Sua Majestade logo mandou o governador ali instalar registros.³²⁴

O capitão José Rodrigues de Oliveira, autor do mapa, vivia na capitania desde 1720, tendo, provavelmente chegado junto com a Companhia de Dragões que se estabeleceu nas Minas em 1719.³²⁵ As primeiras notícias que se referem ao capitão são de 1720, quando atuou no combate aos sublevados na Vila de Pitangui;³²⁶ pouco tempo depois, em 1724, sua companhia foi enviada ao Rio de Janeiro, a pedido do governador Aires de Saldanha, a fim de auxiliar nos combates em Montevidéu.³²⁷ No Rio de

³²³ AHU_CU_011, Cx.18, D.1433. CARTA do Cardeal da Mota, na qual discorre dentre vários assuntos sobre a arrecadação dos direitos reais das novas minas de diamantes de Minas Gerais. 1731, Fevereiro 3, Lisboa. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 mar. 12. (Grifo meu)

³²⁴ FONSECA, Cláudia D. *Arraiais e vilas d'el rei*, p.169-170.

³²⁵ Cf. COTTA, Francis Albert. *No rastro dos dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas*. Tese – Doutorado em História. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

³²⁶ Sobre a atuação de José Rodrigues de Oliveira em Pitangui ver: FONSECA, Cláudia D. *Arraiais e vilas d'el rei*, p.158-163.

³²⁷ AHU_CU_011, Cx.5, D.429. Carta de D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, a dar conta de que mandou para o Rio de Janeiro o capitão dos Dragões José Rodrigues de Oliveira, atendendo ao pedido do governador Aires de Saldanha. 1724, Agosto 2. Vila Rica. *AHU on-line. Documentação*

Janeiro, o capitão enfrentou problemas dos mais diversos, principalmente os relacionados com o abastecimento e a manutenção de sua tropa.³²⁸ Em 1725, ainda no Rio de Janeiro, o capitão solicitou licença para ir ao Reino, pois precisava resolver a situação de duas sobrinhas donzelas a serem recolhidas a um convento.³²⁹ Sua estada no Reino acabou se prolongando, aparentemente até 1732, pois cometido de graves ataques, o capitão fez reiterados pedidos de renovação de seu cargo e sua licença.³³⁰

O conhecimento que José Rodrigues de Oliveira adquiriu sobre as Minas parece ter sido de grande utilidade na Corte. Em dezembro de 1731, o capitão escreveu, aparentemente para o Cardeal da Mota, dando o seu parecer sobre a mineração dos diamantes do Serro do Frio. Provavelmente o mapa seguiu em anexo. O capitão ainda não tinha retornado a suas funções nas Minas por causa da morte de seu irmão, o que também lhe impediu de entregar pessoalmente a carta, mas “porque sendo oficial daquelas Minas, e estando de caminho por elas” sabia que, “pondo somente os olhos no desprezo dos meus interesses, e nos aumentos da Coroa” seus conhecimentos seriam muito úteis.

O capitão estava em Portugal desde 1726, portanto as informações que possuía sobre os diamantes ou foram colhidas antes da descoberta oficial, datada de 1729, ou foram recebidas por notícias ou correspondências que manteve com seus subordinados ou amigos nas Minas. De fato, ao longo da carta, José Rodrigues de Oliveira falou com muita propriedade sobre as pedras, de acordo com a “experiência daquele país” e sua razão. Segundo ele, eram três os grandes problemas da mineração:

Manuscrita. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 mar. 12. AHU_CU_011, Cx.16, D.1319. CARTA de Antônio Berquó Del Rio, provedor da Fazenda Real de Minas para D. João V, informando estar pronto a pagar a Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro a quantia de 2.431.680 réis, resultando da despesa com a Companhia de José Rodrigues de Oliveira, que fora em socorro de Montevidéu. 1730, Junho 18. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 mar. 12

³²⁸ AHU_CU_011, Cx.5, D.478. Carta de José Rodrigues de Oliveira, comandante dos Dragões da Guarnição de Minas, expondo a D. João V, o mau estado em que estavam as duas Companhias, os problemas havidos com os cavalos, por culpa de D. Lourenço de Almeida e de Antônio Berquió Del Rio, que lhes não davam mantimentos. 1724, Agosto 30. Rio de Janeiro. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 jan. 12.

³²⁹ AHU_CU_011, Cx.7, D.605. Requerimento de José Rodrigues de Oliveira, capitão da 1ª Companhia de Dragões da Guarnição das Minas, solicitando a mercê de lhe conceder licença para vir ao Reino. 1725, Agosto 31. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 jan. 12.

³³⁰ AHU_CU_011, Cx.17, D.1399. Requerimento de José Rodrigues de Oliveira, capitão de uma das Companhias de Dragões, solicitando a D. João V a mercê de prorrogação de sua permanência na Corte, por mais um ano, a fim de se tratar. 1730, Outubro 30. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 jan. 12.

Primeiro que por serem **os Diamantes pedras pequenas, e de grande valor, facilmente se as ocultam sem pagar os quintos** a Vossa Majestade; O segundo que nos quintos do ouro, por falta de lavradores, experimentará a Real Fazenda grande dano com a sua diminuição; E o terceiro, que **os estrangeiros os compram aos particulares, por diminutos preços, para depois de lavrados lhes venderem por muito maior valor**, tirando-lhes com esta indústria muito mais do que por elas receberam.³³¹

Para resolver esses problemas o capitão também propôs três soluções:

O primeiro é mandar Vossa Majestade **proibir a extração dos diamantes no distrito do Serro do Frio**, estabelecendo ao mesmo tempo sua Superintendência geral (...). O segundo é que por serem muitos, e muito distantes uns dos outros aqueles ribeiros, aonde se acham as ditas pedras, é muito dificultoso mandar-lhes lavrar todos o Superintendente por conta de Vossa Majestade; porque sendo lavrados todos aos mesmo tempo, nunca a sua vigilância poderia evitar os seus descaminhos. Pode porém **eleger os ribeiros de melhor reputação aonde há mais e melhores diamantes, para manda-los lavrar por conta de Vossa Majestade**, e com permissão sua, conceder licença a certo número de pessoas, para que possam lavrar nos outros ribeiros (...). O terceiro e finalmente, que apenas das ditas rendas, que se pagarem a Fazenda Real as pessoas a quem se der a dita licença, seja nas mesmas pedras, que se foram descobrindo, pelo preço em que justamente forem avaliadas; porque deste modo ficam os diamantes para Sua Majestade, e os Reais Vassallos satisfeitos (...).³³²

Segundo Jaime Cortesão, ao capitão deve-se um destacado trabalho de feitura de mapas e plantas militares:

José Ruiz [Rodrigues] de Oliveira, que fora Mestre-de-Campo das Companhias de Dragões de Minas, gabava-se numa petição dirigida a D. João V, em que expunha os seus serviços, de haver traçado ‘as plantas para se edificarem os quartéis de Vila Rica e Carmo, assistindo a suas construção’ e de **haver descrito ‘mapas muito exatos de todo aquele Estado’ (do Brasil)**. Fizera parte igualmente das forças que, em 1724, tentaram a ocupação de Montevidéu. Em carta ao Cardeal da Mota, de 12 de outubro de 1731, Ruiz de Oliveira, depois de censurar ‘um chamado mapa do Brasil’, composto pelo Tenente-Coronel Félix de Azevedo, cujos erros e, em particular, de coordenadas, apontava, dizia: **‘como há tanta necessidade em Portugal de um mapa verdadeiro e certo da província do Brasil... me animo a oferecer por esta causa um mapa de Cuiabá e Goiás aos olhos de V. Eminencia’**.³³³

³³¹ AHU_CU_011, Cx.19, D.1538. CARTA de José Rodrigues de Oliveira, dirigida a um destinatário não identificado, informando das medidas consideradas pertinentes no sentido de controlar e regularizar a Extração e comercialização de Diamantes no Brasil. 1731. Dezembro 19, Lisboa. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 jan. 12. (Grifo meu)

³³² AHU_CU_011, Cx.19, D.1538. CARTA de José Rodrigues de Oliveira, dirigida a um destinatário não identificado, informando das medidas consideradas pertinentes no sentido de controlar e regularizar a Extração e comercialização de Diamantes no Brasil. 1731. Dezembro 19, Lisboa. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 jan. 12. (Grifo meu)

³³³ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*, p.202. (Grifo meu)

José Rodrigues de Oliveira produziu o primeiro mapa que se conhece visando representar as minas de diamantes. Seu trabalho como capitão da Companhia de Dragões permitiu que se deslocasse por grande parte do território das Minas, onde conheceu os mais diferentes indivíduos e vivenciou de perto a experiência da mineração, tanto do ouro como dos diamantes. Como militar teve o treinamento específico para desenvolver a habilidade de construção de plantas e de mapas topográficos. Mesmo estando a quilômetros de distância das minas do Serro do Frio, o capitão foi capaz de cartografar a região. O seu mapa foi construído do campo para o gabinete, ou seja, a geografia vivida em campo foi posteriormente transformada em códigos gráficos e convenções simbólicas no trabalho do gabinete, com o objetivo de municiar o Estado nas suas decisões públicas.

3.4.2. O mapa dos padres matemáticos e a Demarcação Diamantina

Em 1734 a Coroa decidiu suspender a mineração dos diamantes e instalar a Intendência Diamantina com área de jurisdição sob o Distrito Diamantino. Enquanto o desembargador Rafael Pires Pardini se ocupou da Intendência Diamantina, Martinho de Mendonça de Pina e Proença foi encarregado, por dom João V, de assistir à demarcação do Distrito. Para realizar a tarefa, Martinho de Mendonça precisava conhecer o território dos diamantes no Serro do Frio, ver os principais rios, ribeirões e córregos e colher notícias sobre as áreas mais produtivas, as menos promissoras e as que ainda poderiam ser exploradas. Portanto, além do levantamento de dados em campo, a construção de um mapa para a visualização destas informações seria de grande importância.

Alguns anos antes, em 1730, chegaram ao Brasil os dois padres jesuítas enviados por dom João V com a missão de construir o Novo Atlas da América portuguesa. Após iniciarem os trabalhos no Rio de Janeiro, os dois padres, Domingos Capassi e Diogo Soares, se dirigiram para a Colônia do Sacramento, onde produziram diversos mapas. Logo após, seguindo as instruções de dom João V, foram para as Minas Gerais. “Parece que os ‘padres matemáticos’ viajaram no final de 1732 para as Minas”,³³⁴ e tinham um imenso trabalho pela frente, já que precisavam cartografar todo o eixo minerador, levantando a localização das principais vilas, arraiais, vendas, aldeias, e as

³³⁴ RENGER, F. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos, p.118.

minas de ouro e diamantes. Precisariam de tempo para levantar informações geográficas com os moradores, comerciantes e mineradores, que verdadeiramente conheciam o território e por isso estabeleceram-se primeiramente em Vila Rica, sede do governo. O padre Soares, por exemplo, “participou ativamente das festividades da inauguração da nova matriz do Pilar, em Vila Rica, em maio de 1733 (...), além de atuar como pregador, idealizou e organizou um grande espetáculo de fogos de artifício na última noite das cerimônias”.³³⁵

Os padres estiveram em Minas Gerais no mesmo período em que o desembargador Rafael Pires Pardini e o comissário real Martinho de Mendonça chegavam ao Tejuco. O comissário mantinha uma ótima relação com os padres, e os três se comunicavam constantemente.

Segundo André Ferrand de Almeida:

O papel central que Martinho de Mendonça desempenhou na missão dos Padres Matemáticos, sobretudo aquando da passagem destes por Minas Gerais, está patente na correspondência que lhe dirigiram os padres. **Principalmente Capassi via em Martinho de Mendonça um verdadeiro amigo**, a quem tratava de uma forma extremamente afectuosa. **Com ele discutia as suas dúvidas a respeito das observações astronómicas que ia fazendo, mantendo-o informado dos progressos do seu trabalho.** (...) O seu envolvimento no trabalho dos Padres Matemáticos estava também ligado à sua missão em Minas Gerais, já que o rei lhe solicitara informações específicas sobre o curso dos rios, a sua navegabilidade, e sobre a distância a que as minas de Cuiabá ficavam das povoações de índios ou de colonos espanhóis.³³⁶

Essa boa relação pode ter sido usada por Martinho de Mendonça para solicitar aos padres a feitura de um mapa sobre a região em que seria demarcado o Distrito Diamantino. Esse mapa, datado de 1734, conforme o próprio título informa, parece ter sido feito por um dos padres ou pelos dois juntos. Esta atribuição foi realizada a partir de estilo bastante parecido com os outros quatro mapas gerais que os padres fizeram sobre a Capitania,³³⁷ especialmente com o da carta geral da região do Serro do Frio. Este mapa é a *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os*

³³⁵ RENGER, F. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos, p.123.

³³⁶ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.113. (Grifo meu)

³³⁷ Atribuição foi feita por ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p, 130.

diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734.³³⁸ Para André Ferrand de Almeida:

É o único mapa [dos padres] que podemos considerar temático, um dos poucos que possui legenda, assinalando não apenas os aglomerados populacionais (vilas e arraiais) mas também os rios e os locais onde se buscava o ouro e os diamantes. Abrange a Comarca do Serro do Frio e a região do Mato Dentro, junto à Vila do Príncipe. Pensamos tratar-se de **um mapa elaborado aquando da demarcação das áreas diamantíferas do Serro do Frio, feita por Martinho de Mendonca de Pina e Proença precisamente em 1734.**³³⁹

Mapa 7

Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734



Fonte: GEAEM. Nº 4637.

³³⁸ GEAEM. Nº 4637. *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734*. c.1734/5, aquarela, 35 x 41 cm. (Cópia digital gentilmente cedida pelo Prof. F. Renger, a quem agradeço). Mapa publicado em COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Os caminhos do Ouro e a Estrada Real*, p.103 e COSTA, Antônio Gilberto. (org.). *Roteiro Prático de Cartografia*, p. 122 e 235.

³³⁹ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p. 130. (Grifo meu)

O mapa é uma aquarela com 35 x 41 cm de dimensões. Orientado no sentido norte-sul. “Há que sublinhar que uma das novidades do trabalho dos Padres Matemáticos é a graduação de vários mapas nas latitudes e longitudes. A utilização de instrumentos astronómicos de precisão fê-los chegar a valores muito próximos dos correctos”,³⁴⁰ e essa carta apresenta graduação em latitudes, situando-se entre as de número 17°30 e 19°, e em longitudes, de 30’. O meridiano de referência é o do Rio de Janeiro, que configura o grau 0. Esse meridiano foi utilizado como o meridiano de origem em todos os mapas dos padres, apesar de nunca aparecer desenhado, sugerindo uma estratégia de segredo, e é um dos elementos utilizado para atribuir esse mapa aos dois padres.³⁴¹

O mapa é acompanhado de uma legenda que apresenta informações sobre os objetivos do mapa e uma breve descrição dos principais rios diamantíferos e seus pontos notáveis:

Rios, e Córregos, em que se descobriram, e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734.

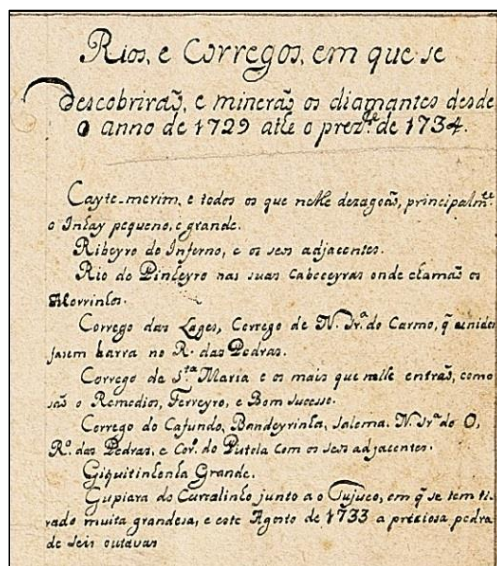
Caeté-merim, e todos os que nele deságuam, principalmente o Inhai pequeno, e grande. Ribeiro do Inferno, e os seus adjacentes. Rio do Pinheiro nas suas cabeceiras onde chamam os Morrinhos. Córrego das Lages, Córrego de Nossa Senhora do Carmo, que unidos fazem barra no Rio das Pedras. Córrego de Santa Maria e os mais que nele estão, como são o Remédios, Ferreiro e Bom Sucesso. Córrego do Cafundó, Bandeirinha, Salema, Nossa Senhora do Ó, Rio das Pedras e Córrego do Pistela com seus adjacentes. Jequitinhonha Grande. Grupiara do Curralinho junto a o Tejuco, em que se tem tirado muito grandeza, e este Agosto de 1733 a preciosa pedra de seis oitavas.

³⁴⁰ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.133

³⁴¹ A importância da medição desse meridiano foi afirmada por ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.100-142. RENGGER, F. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos, p.116-124.

Mapa 7.1

Detalhe da legenda descritiva da *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734.*

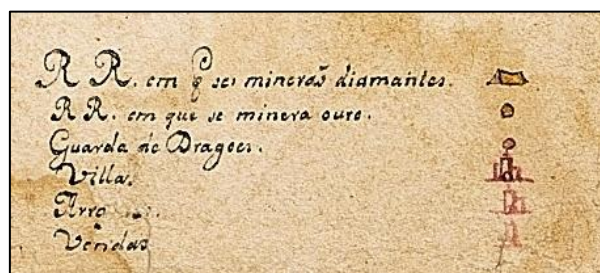


Fonte: GEAEM. Nº 4637.

A legenda também contém a descrição dos itens que foram localizados no mapa junto aos respectivos símbolos gráficos utilizados. Além dos “rios e ribeirões em que se mineram diamantes”, os “rios e ribeirões em que se minera ouro”, os locais da Guarda de Dragões, dos arraiais e das vendas foram pontuados no mapa, assim como a localização da Vila do Príncipe.

Mapa 7.2

Detalhe da legenda da *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734.*



Fonte: GEAEM. Nº 4637.

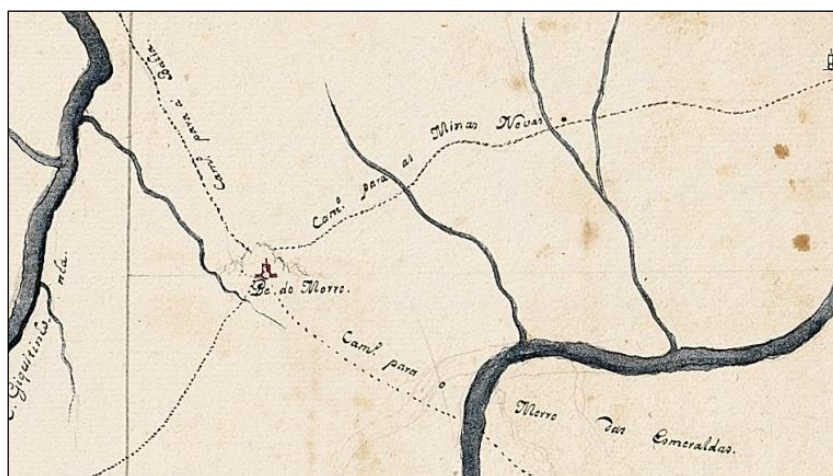
A Vila do Príncipe, que era a cabeça da comarca, foi localizada a sudeste do mapa na região denominada de “Mato Dentro”. Essa Vila é banhada pelo rio do Peixe Pequeno que desaguava no rio do Peixe. Ocupando o lugar central do mapa, um pouco acima da inscrição “Comarca do Serro do Frio”, localiza-se o arraial do Tejuco. O arraial cresceu de forma vertiginosa com a febre dos diamantes, sua localização era

estratégica, pois era a porta de entrada para os rios, ribeirões e córregos diamantíferos, além de ser o ponto de convergência dos principais caminhos do Serro do Frio. No mapa as minas mais próximas do arraial são as do ribeirão de São Francisco, que desaguava no ribeirão do Inferno, na direção leste, de onde também se tiravam diamantes. Também havia minas diamantíferas nos córregos do Cafundó e do Mosquito, que ficavam na margem esquerda do rio Jequitinhonha. Nas cabeceiras do ribeirão dos Machados foram localizadas duas minas, uma no córrego do Brumado e outra no do Pistela. Mais três pontos de extração foram identificados no rio Caeté-Merim, à noroeste, no Inhai Pequeno e Inhai Grande, no sentido norte.

Por meio de linhas tracejadas, como era recorrente na cartografia europeia, o cartógrafo representou uma extensa rede de caminhos que percorriam a região. Saindo do centro minerador do ouro, no sul, havia o caminho para o Distrito Diamantino, que passava pelos arraiais da Tapera e do Tapanhuacanga e seguia paralelo ao Rio do Peixe até a Vila do Príncipe. Da Vila, esse caminho seguia na direção noroeste, passava pelo arraial do Milho Verde, até atingir o Tejuco, na região central. Depois de atravessar o arraial do Tejuco seguia até o arraial do Pé do Morro. Desse ponto, partiam vários caminhos, o da Bahia, a noroeste; para Minas Novas, a nordeste; e para o Morro das Esmeraldas, a sudeste, que cortava o rio Araçuaí na direção dos sertões do Espírito Santo.

Mapa 7.3

Detalhe da Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734, com destaque para os caminhos que se dividem a partir do “Pé do Morro”.



Fonte: GEAEM. Nº 4637.

Diante da gigantesca tarefa de mapear o Brasil, os padres recorreram à coleta de informações, roteiros e mapas para auxiliá-los. Dessa forma, os padres matemáticos encontraram nos roteiros e cartas de sertanistas uma fonte de grande relevância. Ao longo da correspondência do padre Diogo Soares, pode-se encontrar várias menções ao recolhimento e utilização dessas cartas de forma a corrigir dados e informações contidas em mapas estrangeiros.

Tenho já junto uma grande cópia de notícias, **vários Roteiros e Mapas dos melhores sertanistas de São Paulo e Cuiabá**, Rio Grande, e da Prata, e vou procurando outras a fim de dar princípio a alguma carta, porque **as estrangeiras andam erradíssimas, não só no que toca ao Sertão, mas ainda nas alturas e Longitudes de toda esta Costa**, se não falham as nossas observações, as quais determinamos ratificar antes que deixemos este Rio, passando a Cabo Frio.³⁴²

Tecnicamente formados de acordo com a cartografia ilustrada do século XVIII, os padres não renegaram as informações cartográficas produzidas pelos práticos, ao contrário, fizeram grande uso dos mapas e roteiros feitos pelos sertanistas, que lhes podiam fornecer informações de pontos e localidades que não tinham tempo para visitar e tomar as medidas *in loco*. Certamente, foi por meio desses mapas que os padres localizaram, por exemplo, o caminho para a serra das Esmeraldas, que fazia parte das tradições de roteiros sertanistas.

Certamente o mapa foi de grande utilidade na determinação dos limites do distrito. “Para obviar a incerteza e confusão (...), determinar a jurisdição das autoridades que se criavam e executar-se o novo regimento, foi Martinho de Mendonça de Pina e Proença por ordem do Rei encarregado de fazer a demarcação das terras diamantinas.”³⁴³ Em 18 de agosto de 1734 os limites do Distrito foram assim definidos:

Desde a barra do rio Inhai pela margem oriental do rio Jequitinhonha, de sorte que não só compreenda o veio d’água, mas também os tabuleiros, e grupiarias contíguas, segundo o curso do dito, e do chamado rio das Pedras, até a barra do córrego das Lages, aonde começa a haver diamantes até mais acima da dita barra uma légua, onde se deve por um marco; e daqui cortando direto ao alto, onde se une a estrada que vem do arraial do Milho Verde para os Pousos Altos, como a que vai do Tejuco pelo penhasco da Serra do Ó para o mesmo sítio dos Pousos Altos, onde se deve por outro marco; e daqui pelas fragas, e rochedos, que vão pela fralda ocidental da serra do Ó, cortando por uns rochedos altos, e escarpados direito ao morro dos Bateiros, que é uma

³⁴² AHU, Doc Avulsos, Rio de Janeiro, 1730. Carta de 4 de julho de 1730. *Apud.* ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.120. (Grifo meu)

³⁴³ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da Comarca do Serro do Frio*, p.57.

forma de Pão de Açúcar, e de penha viva, do qual irá por uns rochedos, que ficam a mão direita a quem vem do Tejuco para o engenho de Manuel Fernandes na margem de um córrego, que abaixo do dito engenho entra pela parte do Poente no córrego da chapada, que a Gouveia, e daí ao alto do rio das Pedras, aonde se porá um marco junto da estrada, donde cortará direto ao morro da Bandeirinha, que é morro cortado com três cortaduras no rochedo do Oriente ao Ocidente, e cortará pelos rochedos que vão seguindo pela margem ocidental do córrego da Bandeirinha, cujas vertentes entram imediatamente no dito córrego, até defronte de uma penha alta, que chamam Tromba da Anta, da qual penha correrá pelo cumes das serras, que rodeiam ao longe a chapada da capela do Caeté-merim, águas vertentes para o ribeiro de São João, e o rio Pardo até as cabeceiras mais setentrionais do dito rio; e do rio Inhai, seguindo as margens, digo setentrionais do dito rio Pardo, águas vertentes em uma alto para o dito rio, e para o rio Inhai seguindo as margens do rio Inhai pela parte do Norte, até onde faz barra no rio Jequitinhonha, aonde se começou a demarcação (...).³⁴⁴

Com o apoio dos soldados da Companhia de Dragões, sob o comando de José Moraes de Cabral, Martinho de Mendonça de Pina e Proença e Rafael Pires Pardiniho passaram então à demarcação dos limites do Distrito Diamantino.

O Distrito, na definição do dicionário de Raphael Bluteau,

deriva do verbo latino *Disfringere, Apertar*, porque Distrito denota *Jurisdição*, e não há poder de Jurisdição sem aperto da liberdade. (...) Sobre a dita palavra são os pareceres tão vários, que não é fácil acertar com o seu próprio e genuíno significado. **Querem alguns, que Distrito se entenda toda jurisdição do território, que foi acrescentando ao termo, ou aos primeiros limites da jurisdição de uma cidade.** (...) Pretendem alguns, que Distrito se diga propriamente só da jurisdição no mar ou em certo espaço de água, e na opinião de Baldo, o Distrito não só se diz da terra, e da água, mas também do Céu e do ar, e assim há jurisconsulto que chama **Distrito a os limites com que o Papa Alexandre VI decidiu a contenda dos portugueses com os castelhanos sobre a extensão de suas conquistas, distinguindo com uma linha imaginária ou mental.**³⁴⁵

Portanto, naquela época, a ideia de Distrito designava uma certa jurisdição do território que poderia se dar pela marcação de limites imaginários ou não. Martinho de Mendonça, auxiliado por Rafael Pires Pardiniho, teve como missão demarcar os contornos do Distrito fazendo uso dos novos métodos científicos da cartografia, também recorrendo às balizas naturais do terreno, estabelecendo, sempre que possível, uma área

³⁴⁴ ANTT – Mss. do Brasil, vol.32, f.12/12v. Demarcação do distrito das terras dos diamantes feita por Martinho de Mendonça de Pina e Proença. [Anotações gentilmente cedidas pelo Prof. Friedrich Renger]. Mesmo documento em: Do Descobrimto dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Practicado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*, p.113.

³⁴⁵ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. 8v. Coimbra. 1712-1728. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/>> (Acesso em 23 de julho de 2013), p.257-8. (Grifo meu)

com fronteiras naturais. Dessa forma, o auxílio dos padres matemáticos seria de grande utilidade para a criação do território dos diamantes.³⁴⁶

Como afirma Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, o território é uma categoria política:

O território com contornos e limites precisos é uma construção histórica, produto da ação humana. Categoria aparentemente universal, falsamente natural, o território não tem nada de espontâneo. Para além das fronteiras naturais, a fronteira política é sempre uma linha abstrata e convencionalizada por alguns. Tal como os animais se apropriam da natureza definindo territórios, os homens dilatam suas conquistas, apropriam-se do espaço, percorrendo-o, conhecendo-o, nomeando-o e mapeando-o.³⁴⁷

Os contornos do Distrito, estabelecidos por Martinho de Mendonça, podem ser claramente identificados no mapa dos padres matemáticos, apesar de seus limites não estarem desenhados. A grande área do Distrito corresponde, exatamente, à área central do mapa. Todavia, esses contornos começaram a ser modificados logo após a primeira demarcação, em 1734. Assim que notícias sobre novos veios diamantíferos surgiam, os limites do distrito aumentavam com o objetivo de abarcar todas as áreas de descobrimento das pedras para poder controlar sua extração.

Logo em 1735, Rafael Pires Pardiniho aumentou a área do Distrito:

Por haver informação, que fora da demarcação, que dele fez, há alguns córregos, ribeiros, e rios, em que no tempo das capitações passadas se mineraram, e acharam diamantes, como são o córrego de João Gomes Salgado, que deságua no rio das pedras, defronte do Milho Verde, e no córrego, em que Francisco Nunes de Carvalho tem o seu sítio da primeira cachoeira, que faz, por baixo do tal sítio, correndo o veio da água pelo tal córrego, até se meterem no rio Paraúna: e que outrossim no córrego chamado de Nuno de Miranda, do caminho, que vai para Cuiabá, onde está uma ponte dela para baixo, correndo o mesmo córrego até se meter no rio Pardo pequeno, e por este abaixo todo até o despenhadouro grande, onde principia a fazenda chamada do Rebello (...) os hei de incluídos na demarcação do distrito dos diamantes (...).³⁴⁸

³⁴⁶ Cf. “Depois que Martinho de Mendonça se retirou do Distrito Diamantino, chegou às mãos de Rafael Pires Pardiniho o mapa elaborado pelos padres matemáticos que também contou com o auxílio de um alferes para identificação das fronteiras do que seria o distrito.” CARTA de Raphael Pires Pardiniho para Martinho de Mendonça, com referências a Alexandre de Gusmão. Tejuco, de 24 nov. 1934. In: CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1952. pt. 2, t. 2, p. 139.

³⁴⁷ BUENO, Beatriz Piccolotto S. Decifrando mapas: sobre o conceito de *território* e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*, p. 229.

³⁴⁸ Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*, p.117. (Grifo meu)

Em 1737, o Intendente fez novas mudanças, “por ter informação, que no córrego do Gouveia, que fica fora da demarcação deste distrito aparecem alguns diamantes, que por que é conveniente ao serviço de Sua Majestade na forma das suas Reais Ordens (...) hei por incluído no distrito demarcado”.³⁴⁹ Entre os anos de 1734 a 1739, a extração dos diamantes no Serro do Frio foi totalmente proibida, e coube a Rafael Pires Pardiniho e Martinho de Mendonça zelar pela manutenção da proibição. Por tanto, era de grande interesse incluir na área do Distrito todos os rios, córregos, ribeirões e terras adjacentes de onde se extraíam as pedras. O objetivo era o de interromper o envio de diamantes para a Europa, a fim de estabilizar os preços internacionais. Ao incluir novas áreas ao Distrito, durante o período da proibição, os funcionários régios mostraram que conheciam a região e se mantinham constantemente informados sobre novos descobertos, estando também atentos ao controle dos descaminhos.

A missão de Martinho de Mendonça vinha complementar o trabalho dos padres matemáticos, como está claro nas instruções que ele recebeu por dom João V:

Tomareis informação exata, **dos sítios em que há notícias, ou indícios de se poderem descobrir novas minas de ouro ou pedras preciosas**, e se com alguma máquina, ou artifício, se podem facilitar as suas lavras. Informar-vos-eis de todas as paragens em que se **descobrem cristais, calcedônias, ágatas, ou outras pedras de estimação**, que se possam descobrir na América, e das drogas de preço que se possam encontrar naqueles Países, e se convém reservá-los a proveito da Coroa. Procurai alcançar **notícias do curso dos rios, navegáveis que saem das Minas**, da profundidade, e mais circunstâncias dos seus álveos, declividade, cachoeiras, varadouros, e portas em que deságuam; e se nas suas vizinhanças há matos que possam dar madeiras, para embarcações dando providência a que se conservem, e conferindo com o Governador e Ministros para dar-me conta se convém animar alguns moradores ao descobrimento da navegação para as Minas por estes rios, e expondo-me as utilidades, que dai poderão resultar, à minha fazenda, e aos Povos.³⁵⁰

O trabalho do comissário real e dos padres matemáticos esteve alinhado com a crescente preocupação em Portugal de se conhecer de forma mais exata os territórios coloniais. Além dos pareceres e das memórias, que eram relatos escritos sobre a colônia, também interessava ao Rei a feitura de relatos cartográficos, que eram representações visuais do território.

³⁴⁹ Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*, p.117.

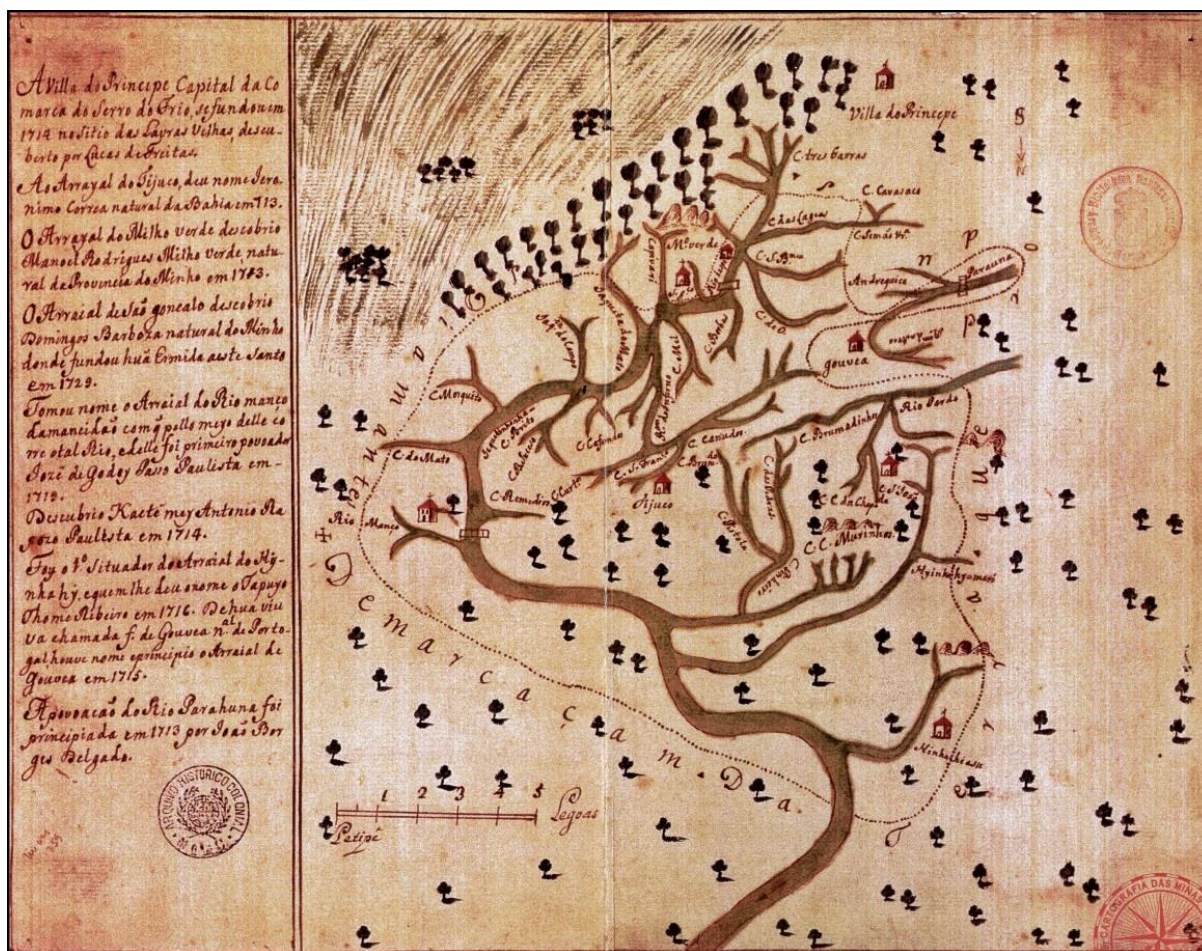
³⁵⁰ REGIMENTO ou instrução que trouxe o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Lisboa, 30 out. 1733. *RAPM*, p.87-88. (Grifo meu)

3.4.3. O Distrito Diamantino: o círculo da fronteira

Um outro mapa sobre os diamantes foi feito, certamente, depois de 1734, já que apresenta os contornos definidos da demarcação diamantina. Esse mapa é conhecido como *Demarcação das terras que produz diamantes*.³⁵¹

Mapa 8:

Demarcação das terras que produz diamantes



Fonte: AHU. Nº 247/1153.

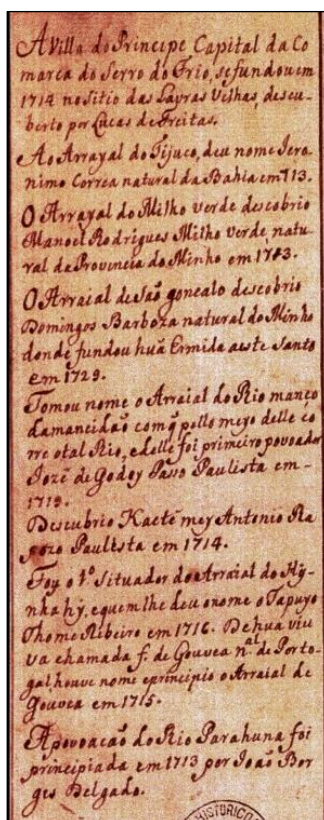
Trata-se de uma aquarela, com 26 x 33 cm de dimensões, que representa parte da bacia do rio Jequitinhonha, com seus ribeirões e córregos diamantíferos. Orientado para o sul-norte, a Vila do Príncipe, representada por uma pequena habitação, está localizada

³⁵¹ AHU. Nº 247/1153. *Demarcação das terras que produz diamantes*. c.1734, aquarela, 26 x 33 cm, Publicado em: COSTA, Antônio G. (Org.), RENGGER, Friedrich E. FURTADO, Júnia F. SANTOS, Márcia M.D. *Cartografia da conquista do território das Minas*, p.214. COSTA, Antônio Gilberto. (org.). *Roteiro Prático de Cartografia*, p.122 e 235 e COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Os caminhos do Ouro e a Estrada Real*, p.103.

no extremo superior da carta fora da demarcação. Os caminhos que cruzam a região não foram desenhados e essa ausência faz parecer que a vila está isolada em relação ao distrito. O arraial do Tejuco ocupa o centro do mapa e também da demarcação, estando bem próximo dos córregos diamantíferos, como o córrego São Francisco, Brumado, Pistela e o ribeirão do Inferno. Os limites do Distrito Diamantino foram representados de forma clara, por meio de uma linha pontilhada em cujo entorno está escrito: “Demarcação da terra que produz diamantes”. Os limites passam pelas cabeceiras dos rios Inhai Asu (Inhaí grande) e Inhai Merim (Inhaí pequeno), seguindo na direção sul para o rio Pardo, contornando o arraial de Gouveia, e indo até o rio Paraúna, passando por Andrequice e o Córrego das Lages. Dalí inflexiona para o leste, até o Jequitinhonha do Mato, passando pelo Jequitinhonha do Campo e os córregos do Mosquito e dos Matos, de onde contorna para o norte em direção ao Rio Manso, até voltar de onde tinha começado no rio Inhai Asu, a oeste. O mapa apresenta um *petipé*, ou escala, que foi marcada em léguas e uma extensa legenda que contém informações sobre a fundação dos principais arraiais da região acompanha o mapa:

Mapa 8.1:

Detalhe da legenda descritiva do mapa *Demarcação das terras que produz diamantes*



Fonte: AHU. Nº 247/1153.

A Vila do Príncipe Capital da Comarca do Serro do Frio, se fundou em 1714 no sítio das Lavras velhas, descoberto por Lucas de Freitas.

Ao Arraial do Tejuco, deu nome Jeronimo Correa natural da Bahia em 1713.

O Arraial do Milho Verde descobriu Manoel Rodrigues Milho Verde, natural da Província do Minho em 1713.

O Arraial de São Gonçalo descobriu Domingos Barboza natural do Minho donde fundou uma Ermida a este Santo em 1729.

Tomou nome o Arraial do Rio Manso da mansidão com que pelo meio dele corre o tal Rio, e dele foi primeiro povoador José de Godoy Passo Paulista em 1719.

Descobriu Caeté Merim Antonio Rapozo Paulista em 1714.

Foi o 1º situador do Arraial do Inhaí e quem lhe deu nome o Tapuia Thome Ribeiro em 1716. De uma viúva chamada Francisca de Gouveia natural de Portugal, houve nome e princípio o Arraial de Gouveia em 1715.

A povoação do Rio Paraúna foi principiada em 1713 por João Borges Delgado.

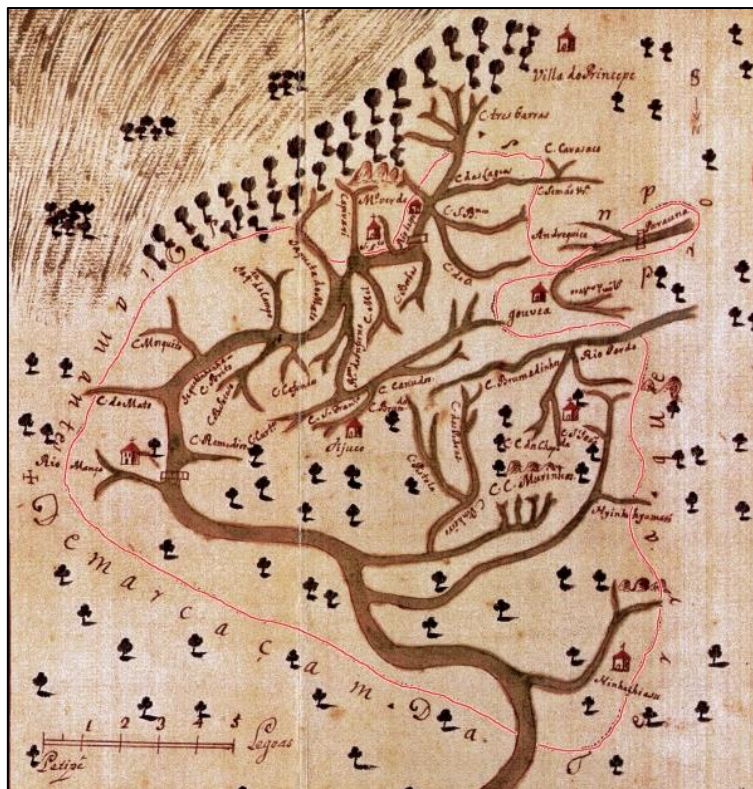
Essas informações foram utilizadas por Augusto de Lima Jr. para evidenciar a larga penetração de paulistas e reinóis no Serro do Frio em busca das lavras de ouro, alguns anos antes da descoberta dos diamantes. Para este historiador, tal mapa seria de autoria de Martinho de Mendonça de Pina e Proença.³⁵²

O Distrito Diamantino é representado como um espaço isolado, sem ligações externas. A linha pontilhada da demarcação evidencia a área de atuação da Intendência dos Diamantes e os locais de interdição de exploração mineral em vigor a partir de então.

³⁵² LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, p.38-74.

Mapa 8.2:

Detalhe do mapa *Demarcação das terras que produzem diamantes*, com destaque para os limites do distrito diamantino em vermelho



Fonte: AHU. Nº 247/1153.

Segundo Joaquim Felício dos Santos, a demarcação

abrangia esta uma área de forma elíptica, cujo maior diâmetro do norte a sul era de doze léguas, e o menor de leste a oeste de sete léguas. Contendo setenta e cinco léguas quadradas mais ou menos, não fazendo conta do leito, margens, e tabuleiros do Jequitinhonha até sua entrada na província da Bahia, que também ficaram compreendidas na demarcação. Estes limites foram posteriormente estendidos; porque quando se descobriam diamantes em terrenos fora da demarcação, eram estes impedidos e compreendidos nela.³⁵³

A demarcação, além do estabelecimento de uma área de jurisdição, também instaurou uma fronteira, que na medida em que a Coroa tentava impedir os descaminhos, foi sendo modificada. As fronteiras geográficas do Distrito Diamantino tinham o objetivo de estabelecer, em seu interior, um território de ordem, seguro e

³⁵³ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da Comarca do Serro do Frio*, p.34. (Grifo meu)

rentável. De um lado, “o círculo da fronteira traz em si a ideia de enclausuramento, que também serve para conter/possuir o indivíduo”,³⁵⁴ daí surgiram as interpretações historiográficas que viram no Distrito a existência de uma rigidez metropolita extremamente opressiva.³⁵⁵ Do outro lado, a fronteira é o que possibilita o exercício do poder em determinado território. Assim, a construção das fronteiras do Distrito tinha o objetivo de garantir os interesses econômicos da Coroa.

3.4.4. Os contratos diamantinos: um vazio cartográfico?

Com o estabelecimento do sistema de contratos, a partir de 1739, o intendente começou a estabelecer áreas exclusivas de mineração dentro da demarcação. Cada contrato tinha uma área de mineração própria, previamente estabelecida, com o intuito de garantir uma mineração de longo prazo e, também, para não inundar o mercado de pedras. Entretanto, os contratadores tinham as suas estratégias para avançar essa fronteira e explorar diamantes onde era mais vantajoso.

Como afirmou Augusto de Lima Jr., o primeiro contratador

João Fernandes de Oliveira fez o que quis. Pôs-se a trabalhar as terras mais rendosas, não respeitando as discriminações de córregos que lhe tinham sido assinadas, procurando sacar as pedras pelo meio mais fácil, entulhando os rios, os córregos, as grupiarias, tudo invadido por uma multidão de negros a seu serviço de quantos com ele se ajustavam.³⁵⁶

No primeiro contrato de João Fernandes de Oliveira, o próprio intendente Rafael Pires Pardinho, apesar de não concordar, sabia que o número de escravos empregados na mineração era bem maior que o número acertado pelo contrato. Por isso, deixou clara sua opinião em carta para Gomes Freire de Andrade.

Que em Lisboa falam até aos cotovelos, e **digam que nesta Companhia dos Diamantes andam de meu consentimento trabalhando setecentos negros**, que hão de lucrar o que se contratou para seiscentos somente, e que andam mais cinquenta alugados por duas mil oitavas de ouro (...). O que todavia não pode soar bem na Corte, onde se não atende tanto ao aumento da Fazenda Real, como a se conservar a estimação dos Diamantes, que **depois de cinco**

³⁵⁴ CAVALCANTI, Irenilda. *O comissário real Martinho de Mendonça*, p.238.

³⁵⁵ Sobre essa historiografia ver: SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da comarca do Serro do Frio*, p.72-120; LIMA Jr., Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, p.36-137; IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. *Revista de História*. São Paulo, vol.50, p.257-273, 1974; PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p.180-191; BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.227-46.

³⁵⁶ LIMA Jr., Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, p.85.

anos de proibição se mandam extrair com limitado número de escravos; e desta distração, que temos, só me pode escusar a determinação de Vossa Excelência.³⁵⁷

No primeiro e no segundo contrato, as áreas de mineração eram o

Rio Jequitinhonha seus tabuleiros, vertentes, veios d'água, e grupiarias; sendo o primeiro serviço na Lavra do Mato; e de lá continuarão os mais alternativamente, como se pratica minerar, pelo mesmo rio, até serem findos os quatro anos da presente arrematação. E se no dito tempo chegarem à barra do ribeirão do Inferno ou do rio das Pedras, poderão continuar os serviços por um deles, o que melhor lhes parecer. Poderá a Companhia trabalhar no tempo da seca, ou das águas nos córregos, que pela extensão dos serviços forem entrando no rio; e quando as águas lhe embaracem o serviço nos ditos córregos, poderão continua-lo de Santa Maria, no do Bom Sucesso, Cafundó, nas grupiarias do ribeirão do Inferno, e no Currealinho e suas vertentes; e se for necessário, por não haver serviços reais bastantes, na terra demarcada para a continuação dos anos, se lhe concede um ou dois no ribeirão do Inferno, onde for justo.³⁵⁸

Os descaminhos deveriam ser fiscalizados tanto pelo intendente, apoiado pela guarda de Dragões, como pelo próprio contratador. Mas, pela própria natureza dos diamantes, que em sua maioria eram pequenas pedras, e pela imensidão dos sertões, cumprir todas as determinações contra o descaminho era praticamente impossível. Além do mais, nem sempre os interesses dos contratadores eram os mesmos dos intendentes ou da Coroa. Por isso, em 1745, com o intuito de coibir principalmente o garimpo, a Coroa começou a impedir o livre acesso ao Distrito. A entrada no Distrito Diamantino acontecia somente por meio dos registros, que foram instalados em Caeté Mirim, Rabelo, Palheiro, Pé do Morro, Inhacica e Paraúna, onde também se cobravam os direitos de entrada sobre o comércio.³⁵⁹

No terceiro contrato, arrematado pelos irmãos Brant, as áreas de mineração sofreram algumas modificações, já que as minas de Goiás foram incluídas no Distrito:

Além das terras que estão demarcadas, nas quais se tem trabalhado em dois contratos sucessivos, se darão a este toda aquela demais (...). No tempo das secas poderá trabalhar pelo rio das Pedras acima, e da Lavra do Mato para baixo, como também sendo necessário, entrar pelo ribeirão do Inferno durante os quatro anos da sua arrematação; e nos córregos, grupiarias, e mais terras vizinhas (...) que nos rios diamantinos de Goiás, reservando a paragem

³⁵⁷ Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*, p.135. (Grifo meu)

³⁵⁸ Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*, p.137-138.

³⁵⁹ FURTADO, Júnia F. *O Livro da Capa Verde*, p.26.

chamada o Funil, depois de examinadas as terras, se lhe demarcarão as necessárias para lavor da dita fábrica durante o tempo do contrato.³⁶⁰

O contrato acabou interrompido por uma grande devassa que culminou na prisão dos contratadores. Felisberto Caldeira Brant e seus sócios não respeitaram as restrições do contrato e além de exceder o número de escravos permitidos, fazendo uso constante dos aluguéis, também mineraram em áreas não permitidas, extraindo uma grande quantidade de diamantes de forma ilegal. O aluguel dos escravos da população do Tejuco e a conivência com os garimpos e os descaminhos, fizeram com que Felisberto Caldeira Brant fosse visto como um herói do povo tejucano, mas foi um grande golpista para o Rei.

A partir do quarto contrato, a exploração dos diamantes foi dirigida pelo desembargador João Fernandes de Oliveira.

Assim que se inteirou da situação da exploração dos diamantes, o desembargador encaminhou petições ao vice-rei conde de Atouguia no Rio de Janeiro solicitando a abertura da exploração dos rios Pardo e Jequitinhonha. **Alegava que as lavras dos rios Caeté-Mirim e Calhambolas, que, segundo o contrato recém-firmado, eram as que deveria explorar, estavam esgotadas,** fato confirmado pelo intendente Robi, que realizou vistoriais no local ao longo do mês de janeiro. A comprovação do estado dos dois ribeiros incriminava ainda mais o antigo contratador Felisberto Caldeira Brant, que não poderia tê-los explorado, uma vez que legalmente, de acordo com as determinações do contrato que firmara, eles estavam vedados à mineração.³⁶¹

Os contratos dirigidos pelo desembargador foram os mais rentáveis para a Coroa. Com um vasto conhecimento sobre as terras diamantinas, João Fernandes de Oliveira soube aumentar a produtividade das suas áreas de mineração e assim conquistar a admiração dos ministros reais, como o marquês de Pombal.

João Fernandes de Oliveira lutou como pôde para que a exploração ilegal das preciosas gemas fosse severamente reprimida. Nos primeiros tempos, contou com o apoio do intendente dos diamantes Tomás Robi de Barros Barreto, que, tão logo assumiu o posto, abriu devassas e tomou providências com vistas a impedir essa prática, em especial contra os negros quilombolas que infestavam a demarcação. Nos anos seguintes, os governadores o auxiliaram ao ordenar o sequestro de bens de devedores do contrato, ao comunicar-lhe a descoberta de novos sítios de mineração, bem como ao garantir a boa observância da exploração, ao cobrir prontamente as necessidades financeiras crescentes e ao enviar soldados para o patrulhamento do continente dos diamantes. **Em troca, o contratador se**

³⁶⁰ Do Descobrimto dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*, p.153-154.

³⁶¹ FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.101. (Grifo meu)

colocava como súdito fiel, capaz de executar os ditames e as vontades do rei.³⁶²

O desembargador também tinha suas táticas e artimanhas para explorar os diamantes de forma mais lucrativa, sem deixar tantos rastros para a fiscalização da intendência. Assim, conseguiu agradar tanto ao Rei como ao seu próprio bolso, enriquecendo ainda mais a família Fernandes de Oliveira.

Apesar do longo período de existência dos contratos dos diamantes não se conhece nenhum mapa desta época. Entretanto a inexistência atual das fontes, não quer dizer que elas não existiram. O Distrito Diamantino não permaneceu como uma entidade estática ao longo do período de extração das pedras, pelo contrário, se modificou ao longo dos anos, alargando sua área de abrangência, tendo suas fronteiras constantemente expandidas. Dessa forma, os mapas devem ter sido importantes instrumentos para os contratadores, principalmente como meio de visualização das terras dos diamantes que lhes cabiam explorar.

3.4.5. Para o marquês de Pombal: o Distrito sem seu contratador

Em 1771, a Coroa precisou encomendar um mapa detalhado e preciso sobre a região de extração dos diamantes no Serro do Frio. Com a morte do sargento-mor João Fernandes de Oliveira, o seu filho, o desembargador João Fernandes de Oliveira, precisou deixar o contrato dos diamantes para resolver pendências sobre o testamento de seu pai em Portugal.³⁶³

Os contratos administrados pelo desembargador foram bastante rentáveis para a Coroa, além disso, sua disposição em auxiliar no combate ao contrabando e o extravio fez com que fosse visto como um vassalo exemplar, e com isso usufruiu da amizade de importantes homens da Corte, como o marquês de Pombal. A ascensão social e econômica dos Fernandes de Oliveira no trato com os negócios coloniais era muito bem vista e inclusive incentivada por Pombal, que esperava que esses homens formassem uma classe mercantil capaz de garantir o fortalecimento do Império. Dessa forma, o ideal pombalino pregava a união entre os interesses públicos do Estado aos interesses

³⁶² FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.210-211. (Grifo meu)

³⁶³ FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.216-221.

particulares dos comerciantes, a fim de promover o desenvolvimento mercantil de Portugal.³⁶⁴

Entretanto, em 1771, a exploração dos diamantes ficou sem o seu principal administrador. Impossibilitado de voltar ao Tejuco, o desembargador João Fernandes de Oliveira permaneceu em Portugal até a sua morte, cuidado dos bens acumulados por sua família.

A ausência de uma peça vital na condução do contrato dos diamantes, como era o caso dos dois João Fernandes de Oliveira, somente podia ser sanada com a decretação do monopólio régio, consoante as pretensões da Coroa de retomar o controle sobre as riquezas luso-brasileiras. Nesse caso, **essa solução não foi a culminância de um projeto pombalino de longo prazo, e sim reação inevitável a uma circunstância específica e de difícil resolução.** Na falta dos valiosos contratadores, era preferível entregar os negócios do reino a administradores públicos, que, afinal, estavam sendo preparados para esse fim.³⁶⁵

Dessa forma, o marques de Pombal precisou visualizar o estado em que se encontrava a mineração dos diamantes para poder dar forma à Real Extração. A ele foi dedicada a *Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém*,³⁶⁶ que certamente cumpriu essa função.

³⁶⁴ FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p.207-224; FURTADO, Júnia F. Nobilitação dos homens de negócio no ultramar português: Pombal e os contratadores de diamantes.

³⁶⁵ FURTADO, Júnia F. Nobilitação dos homens de negócio no ultramar português: Pombal e os contratadores de diamantes, p.130. (Grifo meu)

³⁶⁶ AHEX. Nº 06.01.1132; CEHB 3189. *Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém*. c.1770, aquarela, 48,1 x 64,7 cm. Reproduzidos em: COSTA, Antônio G. (Org.), RENGGER, Friedrich E. FURTADO, Júnia F. SANTOS, Márcia M.D. *Cartografia da conquista do território das Minas*, p.55 e 209. COSTA, Antônio Gilberto. (org.). *Roteiro Prático de Cartografia*, p.122 e 235 e COSTA, Antônio G. (Org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*, p.102.

desagua no Jequitinhonha. A bacia do ribeirão do Inferno possui vários córregos e ribeirões diamantíferos, como o Lages e o Calhambola. De acordo com o cartógrafo, o arraial também abrigava um quartel de soldados. Banhado pelo rio Jequitinhonha, na sua margem esquerda, está o arraial do Rio Manso, junto à confluência com o rio de mesmo no nome, com seu quartel de soldados. Ao longo do curso do rio Caeté-Mirim, mais ao norte, havia mais dois quartéis de soldados, um próximo da sua barra, junto ao rio Jequitinhonha, e nas proximidades de sua cabeceira. A presença de tantos quartéis de soldados na região era resultante da preocupação da Coroa em controlar os contrabandos e descaminhos de diamantes, por isso a importância da localização estratégica desses quartéis, que além de serem construídos perto dos principais rios mineradores, também ficavam próximos aos limites do Distrito Diamantino.

Os arraiais de São Gonçalo e Milho Verde se situam na margem direita do rio das Pedras, em uma área que tinha sido bastante trabalhada do primeiro ao quarto contrato. Próximo às cabeceiras do rio Paraúna a sudoeste estão os arraiais de Gouveia, Andrequicê e do Paraúna. O cartógrafo representou a estrada para o Tejuco, chamado de caminho do Campo que, depois de cruzar a ponte do rio Paraúna, cruzava o Andrequicê e atingia a Gouveia. Por esse caminho, o viajante entrava no Distrito pelo quartel da Bandeirinha, um dos registros da Demarcação, e dali seguia até o Tejuco. Esse foi o único caminho desenhado no mapa, apesar de existirem muitos outros, como o que seguia da Vila do Príncipe, passando por Milho Verde e São Gonçalo, chamado do Mato Dentro, que destinava-se ao Tejuco; ou ainda os caminhos que ligavam entre si os diversos arraiais da Demarcação.

No mapa estão representadas uma série de informações sobre a mineração dos diamantes. Além dos arraiais e dos quartéis de soldados, pequenos pontos coloridos representavam a localização das minas de acordo com cinco classificações: lavras antigas, modernas, em ser, do atual contrato e as trabalhadas nas águas de rios. Os pontos mais notáveis, onde se encontrou grande quantidade de pedras, ou um diamante de grande peso e valor, também foram identificados por meio de letras, que vão de A a F e J, M e N. Ao lado dos principais rios, córregos e lavras foram desenhados números que representam os respectivos contratos que lavraram aquelas terras.

Essas informações foram detalhadas na legenda que acompanha o mapa:

A Arraial
B Barra

Lavras antigas
Lavras modernas

C Córrego	<i>Em ser</i>
P Ponte	<i>Lavras da atual administração</i>
Q Quartel	<i>Lavras em q se trabalha nas Águas de rios</i>
R Rio	<i>O 1º e mais números até 6º Sítios em que trabalham os 6 contratos</i>

A Neste lugar tirou o 4º contrato 5000 oitavas de Diamantes, e 50 mil cruzados em ouro, no Serviço chamado de Barca.

B Neste lugar tirou o dito contrato em 15 dias 1500 oitavas de Diamantes no Ano de 1763.

C Lugar de um Sumidouro que depois de muito trabalho e despesa para se poder tratar, feita grande parte do serviço abateram os montes subterraes, e ficou inacessível, porém antes de se entrar na gruta do sumidouro, tirou o dito contrato, perto de um milhão de Diamantes.

D Lugar aonde apareceu uma pedra que se quebrou e havia de pesar 8 oitavas

E **EE** até **G** vertentes do Rio Caeté-merim foram riquíssimas, principalmente as vertentes de **E** até **H**.

F Foi o Córrego mais rico do Serro do Frio, e a maior pedra, que ali se tirou tinha peso de 6 oitavas e um quarto.

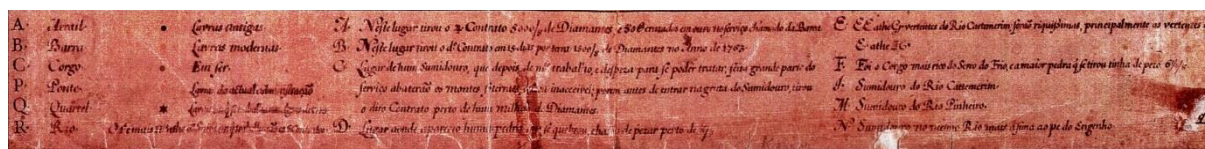
J Sumidouro do Rio Caeté-merim

M Sumidouro do Rio Pinheiro

N Sumidouro no mesmo Rio mais acima ao pé do Engenho.

Mapa 9.1:

Detalhe da legenda da Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém

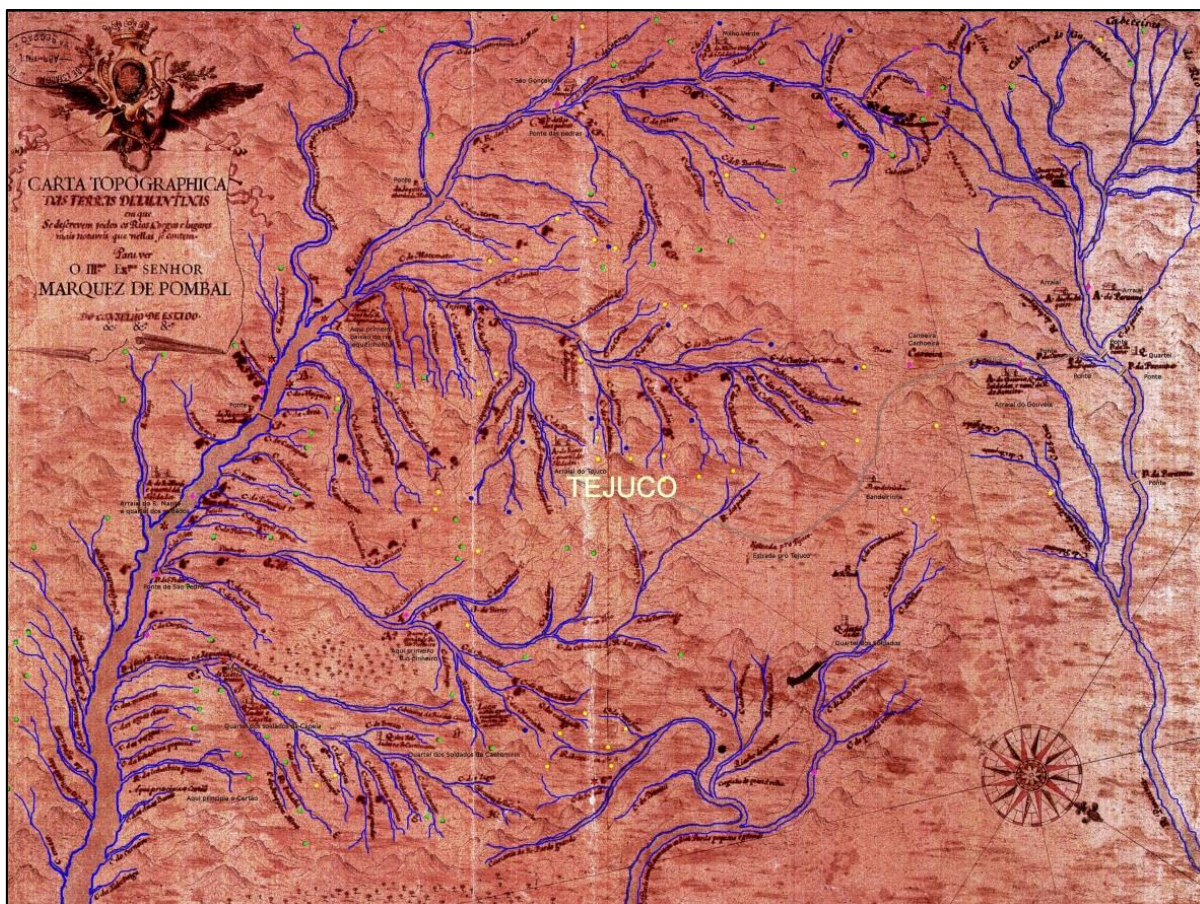


Fonte: AHEx. Nº 06.01.1132; CEHB 3189.

A escala utilizada possibilitou a representação detalhada da região do Distrito Diamantino, compreendida entre os rios Jequitinhonha e Paraúna. O mapa contém informações sobre as áreas mineradas pelo último contrato dos diamantes, portanto, sua feitura, provavelmente, se deu entre os anos 1770 a 1771, quando o desembargador João Fernandes de Oliveira não estava mais no Tejuco. O recolhimento e a visualização dessas informações era de grande importância para o marquês de Pombal, pois sem contar com seu homem de confiança nas minas de diamantes, o monopólio régio sobre a exploração parecia ser a melhor solução a ser adotada. Dessa forma, o mapa contém uma série de informações que eram atuais e também históricas sobre a extração das pedras, o que demonstra o seu objetivo de proporcionar uma visão completa sobre a situação presente e pretérita da mineração dos diamantes, com vistas a instrumentalização das ações futuras.

Mapa 9.2

Detalhe do mapa com destaque para a rede hidrográfica em azul, o arraial do Tejuco, a “estrada para o Tejuco” em cinza, e os pontos verdes e amarelos que indicam minas de diamantes



Fonte: AHEX. N° 06.01.1132; CEHB 3189.

Desenhada na forma de um pergaminho que se desenrola, como um estandarte, a cartela do mapa é sustentada por uma grande ave, que traz a inscrição: *Carta Topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os Rios, Córregos e lugares mais notáveis que nelas se contém. Para ver O Ill.º Ex.º Senhor Marques de Pombal do Conselho de Estado*, evidenciando a quem é dedicado o mapa. Interessante que não se trata apenas de uma dedicatória, mas fica evidenciado no texto o caráter pragmático e instrumental da carta para dar a ver ao ministro a área representada e, dessa forma, auxiliar na conformação da sua política para a área.

O brasão representado na cartela é o brasão da família Carvalho, a qual pertencia o marquês de Pombal. O brasão dos Carvalho era formado por uma estrela de oito raios encerrada numa caderna de crescentes, com uma coroa de ouro de cinco folhas sustentada por um cisne de prata, que segura ramos de carvalho. Dessa forma, a simbologia de poder representada no mapa não estava ligada aos brasões reais, mas ao

brasão de uma família em particular, a família do principal ministro de dom José I, articulador das principais políticas imperiais.

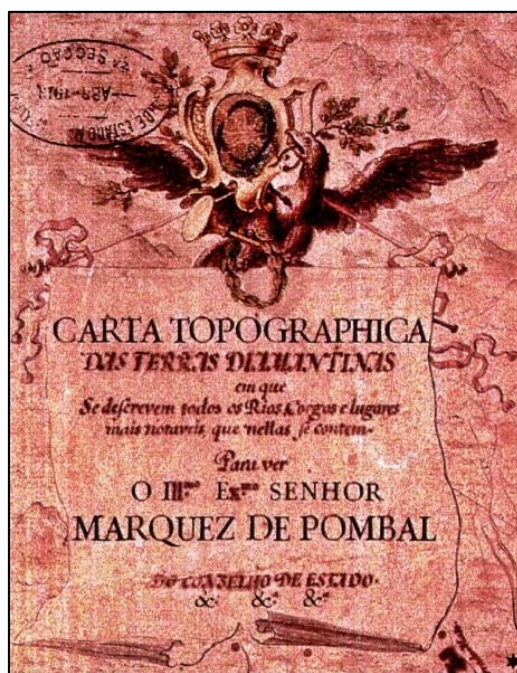
As cartelas desempenham importante papel no desenho dos mapas. Como afirmou John Brian Harley:

As cartelas são a *pintura loquens da cartografia*. Assim como uma capa emblemática ou um frontispício, serve para abstrair ou resumir parte do significado de uma obra. Uma cartela, no entanto, pode ser decorativa, ilustrativa, programática, propagandística, doutrinal ou mesmo controversa.³⁶⁷

Dessa forma, na cartela estava presente a relação direta que se estabelecia entre o mapa e o principal funcionário da Coroa. Por meio dos mapas, o Rei se materializava nos seus domínios ao estabelecer novas leis, ao mandar construir fortalezas e quartéis e instituir vilas e cidades, mas também ocorria o inverso, isto é, seus domínios distantes nunca visitados, se materializavam diante de seus olhos.

Mapa 9.3

Detalhe da cartela do mapa, com destaque para o seu título e elementos artísticos.



Fonte: AHEx. N.º 06.01.1132; CEHB 3189.

³⁶⁷ Tradução livre de: La tarjeta es la pintura loquens de la cartografia. Al igual que la portada emblemática o el frontispicio, sirve para abstraer o resumir parte del significado de la obra en su totalidad. Una tarjeta, por lo tanto, puede ser decorativa, ilustrativa, programática, propagandística, doctrinal o controversial. HARLEY, John B. *La nueva naturaleza de los mapas*, p.172. (Grifo meu)

Pela cartela também se percebe que esse mapa foi construído para ser uma carta topográfica, dessa forma seguiu as regras de produção características dos levantamentos topográficos que foram divulgados nas obras de Manoel de Azevedo Fortes. O método principal era o da triangulação, ideal para tanto, quando uma pequena extensão territorial era representada. Utilizando a “prancheta circular moderna” de latão, uma espécie de ancestral do teodolito, faziam-se as medições das distâncias.

Para tanto, posicionava-se inicialmente num deles, mirando com o óculo fixo o outro; e, com o óculo móvel, iam-se tomando todos os pontos de posição selecionados. Depois, mudava-se para o outro ponto de observação, procedendo-se da mesma forma. Os demais locais eleitos para a tomada de posição deveriam ser facilmente acessíveis, embora altos, para que se colocassem neles bandeiras orientadoras do levantamento e depois eles próprios se convertessem em novos pontos de observação. (...) **Os levantamentos também poderia ser feitos apenas com a bússola**, embora com menos precisão do que com a “prancheta circular moderna”. **De qualquer forma, a bússola era o instrumento indicado para a tomada dos caminhos, rios e ribeiras.**³⁶⁸

A transmissão dos dados levantados em campo para o papel exigia o recurso das representações gráficas composta de símbolos convencionados, que foram, ao longo do século XVIII, cada vez mais universalizados.

Observamos a passagem gradual de um tipo de representação mais naturalista para um tipo de representação cada vez mais abstrato. Uma montanha, no século XVI e XVII, era representada quase naturalisticamente, ao passo que em fins do século XVIII se convencionou um tipo de grafismo para tanto, que no século XX se converteu nas abstratas linhas de cotas. Foram-se convencionando motivos, e a natureza era representada por meio de pictogramas (sinais em que as ideias são expressas por meio de desenhos das coisas ou figuras simbólicas), ideogramas (sinais que não exprimem letras ou som, mas diretamente ideias, como os algarismos) e outros símbolos gráficos (tramas, variações de valor, etc). **Essa esquematização simbólica pressupôs a uniformização das convenções para que os símbolos se tornassem inteligíveis nos diferentes locais culturalmente afins.**³⁶⁹

A utilização de padrões universais se tornou fundamental para a produção de uma cartografia de caráter cada vez mais científico. Quando o marquês de Pombal solicitou um mapa sobre a exploração dos diamantes no Serro do Frio, o seu objetivo

³⁶⁸ BUENO, Beatriz Piccolotto S. *Desenho e Desígnio*, p.302-303. (Grifo meu)

³⁶⁹ BUENO, Beatriz Piccolotto S. *Desenho e Desígnio*, p. 307-308. (Grifo meu)

era encontrar informações fidedignas que lhe proporcionassem uma visualização daqueles territórios, como um verdadeiro espelho do mundo colonial.

3.5. A construção dos mapas oficiais: espelhos do mundo colonial

Os mapas que analisamos acima foram construídos ao longo do século XVIII por funcionários régios com o objetivo de serem espelhos da realidade colonial nas mãos dos governantes. De acordo com Harley e Zandvliet foi a partir desse paradigma, surgido no século XVI, que a cartografia política foi se aproximando da ciência.³⁷⁰ Como nos lembra Carla Lois, não podemos analisar esse processo sem entender a dinâmica da expansão política e econômica da Europa que produziu uma revolução na instrumentação utilizada na cartografia.³⁷¹

Os quatro mapas oficiais analisados sobre o distrito diamantino foram produzidos nesse contexto. A partir da descoberta das minas de ouro e diamantes nos sertões do Brasil, nas regiões de Minas Gerais e de Goiás, teve início um processo mais sistemático de ocupação e expansão da presença luso-brasileira nesses locais. Nesse sentido, a construção de mapas transformou-se em uma necessidade política e econômica, esses artefatos imagéticos eram concebidos e utilizados pela Coroa como espelhos da realidade colonial. Baseando-se em métodos científicos esses mapas eram recebidos como instrumentos científicos capazes de auxiliar o Estado.

No processo de transformação da arte de fazer mapas em uma cartografia científica vimos que foi necessária uma reformulação do ensino técnico e científico em Portugal e nas suas colônias. Como o processo de formação de homens capacitados era de longo prazo, mas as necessidades político-econômicas, principalmente no Brasil, eram imediatas, também foi necessário recorrer ao conhecimento científico estrangeiro. Além de apoiar-se nessas mudanças os cartógrafos dos mapas que analisamos nesse capítulo também recorreram aos chamados mapas de sertanistas. Apesar de não possuírem a mesma áurea científica, esses mapas foram construídos pelos homens práticos do sertão que compartilhavam os mesmos códigos cartográficos da Europa. Foi a partir dessa base de conhecimento compartilhada que os mapas de sertanistas fizeram

³⁷⁰ HARLEY, J, Brian e ZANDVLIET, Kees. “Art, science, and power in sixteenth-century Dutch cartography”. *Cartographica*. v. 29, nº 2, 1992, pp. 10-19,

³⁷¹ LOIS, Carla. *Plus Ultra Equinoctialiem*: El ‘descubrimiento’ del Hemisfério Sur en Mapas y Libros de Ciencia en el renacimiento. Tese de Doutorado. Universidade de Buenos Aires, 2008, p. 84.

sentido para os cartógrafos oficiais e puderam assim, serem utilizados como fontes no processo de construção cartográfica.

Dessa forma, podemos concluir que a pretensão da cartografia oficial sobre o distrito diamantino era produzir espelhos da realidade colonial, que retiravam sua fidedignidade das técnicas e instrumentos científicos. Mas essa ligação era inevitavelmente indireta, esses mapas, como afirma Júnia Ferreira Furtado, eram de fato espelhos ondulados do mundo colonial,³⁷² pois recebiam também as mais diversas influências que agiam sobre o trabalho de representação de cada cartógrafo.

³⁷² FURTADO, Júnia F. Espelhos ondulados. In: *Oráculos da geografia iluminista*, p.425-464.

Considerações finais

O Distrito Diamantino do Serro do Frio foi, ao longo do século XVIII, uma das regiões mais ricas do Brasil. Sua imensa fortuna residia nas pequenas pedras brilhantes – os diamantes – que, inicialmente, foram facilmente encontradas no leito dos rios ou brotando das suas encostas. Por essa razão, essa região tornou-se um verdadeiro poço de riquezas. As bandeiras paulistas foram as primeiras a atingir os sertões do Serro do Frio, sendo seus integrantes os colonizados da área. Ali os sertanistas, como Lucas de Freitas, encontraram a riqueza palpável das ricas lavras de ouro, mas também alimentaram a esperança de encontrar por aquelas paragens a mítica serra das Esmeraldas, que proporcionaria riquezas e mercês inimagináveis.

Nesse contexto, esses homens construíram uma série de roteiros e mapas sobre os sertões do Serro do Frio. Era por meio desses papéis, de toque áspero e aspecto rústico, que eles desenhavam os caminhos que trilhavam pelo sertão em busca dos descobertos minerais. Como representações de um saber compartilhado, os mapas de sertanistas foram construídos com objetivos práticos de deslocamento pelo território, mas também políticos, como o de reivindicar junto às autoridades os descobertos realizados por si próprios ou seus antepassados.

De forma prática, esses mapas descreviam os caminhos, que podiam ser terrestres ou fluviais, em direção aos tesouros. Caminhos que, no entanto, podiam esconder perigos, às vezes, mortais.

Apesar de a geografia desse espaço sertanejo, em geral, facilitar o deslocamento humano, por todo o percurso era constante a ameaça da fome e da sede, de animais selvagens e peçonhentos, de bandos de negros fugidos ou de índios, alguns antropófagos, que atacavam de surpresa, tornando imperativo que a viagem fosse realizada em grupos fortemente armados.³⁷³

Nesses mapas, os sertanistas representaram de forma material a geografia vivida dos sertões, por isso, uma característica desses mapas era a representação das distâncias entre os principais pontos por eles localizados. “O lapso de tempo gasto para percorrer diversos trechos ou a distância entre dois pontos eram informações vitais para os que pretendiam se deslocar por esses caminhos e deveriam ser cuidadosamente medidos e registrados para que o viajante não se perdesse.”³⁷⁴ Da mesma forma, o registros dos

³⁷³ FURTADO, Júnia F. *O mapa que inventou o Brasil*, p.196.

³⁷⁴ FURTADO, Júnia F. *O mapa que inventou o Brasil*, p.202.

pontos naturais mais relevantes também era informação vital que serviam como guias naturais para aqueles que percorriam esses sertões.

Politicamente, os mapas se tornaram instrumentos de afirmação da memória dos feitos dos descobridores paulistas.

Por quase dois séculos, um dos mais importantes itens do rol dos serviços prestados à Coroa pelos paulistas foram os feitos como descobridores de metais preciosos. Imagem diligentemente construída ao longo do tempo, ela acabou por impor-se em definitivo no fim do século XVII, quando se cristalizou e difundiu a crença de que somente eles tinham condições de realizar os descobertos. Tal atributo, cuidadosamente manipulado pelos paulistas em suas negociações com a Coroa, não só lhes rendeu a promessa de recompensas e mercês, como também lhes garantiu uma eficiente moeda de troca em suas reivindicações.³⁷⁵

Os mapas e roteiros foram instrumentos essenciais para os sertanistas já que esses se preocupavam “com a construção de sua representação social na memória dos seus descobrimentos e serviços, dedicando-se com esmero em garantir a titularidade de pioneiros, para que não tivessem seus domínios invadidos por aventureiros”.³⁷⁶ Em busca das mercês, os sertanistas enfrentaram, frequentemente, o ceticismo da Coroa, que considerava seus mapas de pouco valor geográfico, mas que reconhecia que esses homens eram pessoas práticas do sertão que podiam auxiliar a Coroa no conhecimento de seu território. Tal estratégia ficou clara em relação ao desembargador Rafael Pires Pardinho que, enquanto era ouvidor em São Paulo, recomendou ao Conselho Ultramarino,

que, reunidas todas as informações que se pudessem obter sobre a questão, se enviasse àquelas campanhas o engenheiro da capitania, **acompanhado de algumas pessoas práticas, nomeadamente alguns “paulistas sertanejos”**, para averiguarem a extensão do avanço castelhano no sertão.³⁷⁷

Ao mesmo tempo, ainda no século XVIII, Portugal deu início a um processo de renovação de seu corpo técnico, dando incentivo especial ao ensino da engenharia militar. Com a remodelação do ensino nas academias militares, tanto no Reino como na Colônia, e a difusão de manuais práticos, os engenheiros militares se transformaram nos principais cartógrafos do Império. Especializados no levantamento topográfico, foram

³⁷⁵ ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas*, p.110.

³⁷⁶ PAIVA, Adriano Toledo. “*Aranzés da tradição*”, p.290.

³⁷⁷ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.77. (Grifo meu)

responsáveis pela construção de inúmeras cartas, principalmente no Brasil, em que se deu atenção especial para os mapas sobre as regiões de mineração e as fronteiras em disputa com a Espanha.

Nesse sentido, a reafirmação da importância dos mapas, principalmente como instrumentos de domínio, foi concomitante a realização de um projeto científico iluminista em Portugal. Dom João V buscou cercar-se da maior quantidade possível de livros, atlas, estampas, mapas, pinturas, gravuras e instrumentos científicos com o intuito de proporcionar o florescimento da ciência e da razão em Portugal. A contratação dos padres matemáticos também seguiu essa mesma direção. Por meio dos trabalhos desses homens da ciência, Portugal pretendeu levantar, de forma sistemática, a maior quantidade de informações possíveis sobre o Brasil, com o intuito de fortalecer seu domínio sobre aquelas terras. A cartografia transformou-se no principal instrumento visual ao alcance do Rei. Nos mapas, Portugal buscou encontrar espelhos da realidade colonial, construídos a partir de uma geografia iluminista que proporcionava a fidedignidade tanto das informações como do exercício do poder.

Na construção desses mapas foi de grande importância à consulta aos saberes dos homens práticos do sertão. Eles eram detentores de um conhecimento assentado na geografia vivida dos sertões, dessa forma seus mapas e roteiros constituíram importantes fontes de diálogo com a cartografia iluminista oficial. Por um lado, foi por meio da consulta aos mapas de sertanistas que o maravilhoso adentrou nas cartas dos engenheiros militares e dos padres matemáticos. Por outro lado, foi a partir da difusão desse intercâmbio, e com as mercês que davam aos sertanejos as patentes militares, que os mapas sertanistas se tornaram mais elaborados, incorporando elementos da cartografia científica como ocorreu com o uso da escala, por exemplo.

Na tentativa de compreender as formas de representação cartográfica que foram feitas ao longo do século XVIII sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio percebeu-se a criação de um diálogo que parecia impossível. De um lado os sertanistas, formados majoritariamente pelos paulistas e seus descendentes, sem nenhum ou com pouco conhecimento técnico de cartografia, foram os responsáveis pela criação de vários mapas e roteiros que eram evidências de suas conquistas. Do outro lado, os engenheiros militares e os padres matemáticos, formados em escolas cartográficas científicas, construíram mapas com o objetivo de fomentar as decisões reais sobre os diamantes. A troca de informações e técnicas entre esses dois mundos mostra-nos que a produção de mapas, além de seus aspectos técnicos e sua simbologia convencional, sofreu a

influencia das experiências vividas e míticas desses homens. Na tabela abaixo procuramos mostrar essa relação, evidenciando os pontos de ligação e de distanciamento entre essas duas cartografias.

Tabela 01

Itens da cartografia científica nos mapas de sertanistas e nos mapas oficiais

Mapa	Título	Escala	Legenda	Rosa dos Ventos	Linhas de latitude e longitude	Cartela	Autoria	Ano
Mapa 01	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Mapa 02	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Mapa 03	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Mapa 04	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
Mapa 05	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Mapa 06	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Mapa 07	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
Mapa 08	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Mapa 09	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não

Todos os itens contidos na tabela são considerados como informações fundamentais nos mapas científicos, como afirmavam os próprios manuais cartográficos. Todavia, percebemos que mesmo nos mapas oficiais esses elementos não se fazem totalmente presentes, e mais interessante ainda é notar como nos mapas de sertanistas estes elementos aparecem como, por exemplo, no mapa 04 que contém título, escala e legenda da mesma forma que o mapa 08, que está no grupo dos mapas oficiais. Dessa forma, podemos ver por essa análise que a divisão entre mapas de sertanistas e mapas oficiais, que foi nesta dissertação amparada na classificação dos mapas nos arquivos, tem que ser superada. A divisão dos mapas tendo como princípio os aspectos científicos *versus* não-científicos acaba criando um paradoxo, pois não consegue explicar as relações que se estabelecem entre essas duas formas de representação. Certamente, os mapas hoje classificação como sertanistas foram construídos sobre uma lógica diferente da científico-racional, todavia nada impede o estabelecimento do diálogo com a cartografia oficial. Dessa forma, a compreensão desses mapas tem que superar esse paradoxo, deixando de lado a dicotomia na busca por um entendimento relacional.

Na primeira parte da dissertação, que contém o primeiro capítulo, buscou-se perceber em qual território o Distrito Diamantino foi criado, quais eram os indivíduos e os grupos de interesses diversos que viveram naquele espaço. Na segunda parte da dissertação, dividida em dois capítulos, o objetivo foi evidenciar como os mapas sobre o Distrito foram construídos, quem eram os indivíduos envolvidos em sua construção, como aquele território era percebido e qual foi a influência da tradição cartográfica

portuguesa naqueles mapas. A partir disso, acredita-se que os mapas foram fontes claras da correlação e da indissociação, entre o momento histórico vivido e os registros produzidos.

O território dos diamantes foi o palco de intensas disputas entre os interesses da Coroa, que pretendia regular e controlar a mineração, e os interesses dos mineiros que ali residiam, que queria obter o máximo de lucro com a extração e venda das pedras. A partir de 1734, esse território adquiriu a forma do Distrito Diamantino ou Demarcação Diamantina, mas a consolidação de sua forma não colocou fim aos conflitos, pelo contrário. Enquanto a Coroa, apoiada no conhecimento científico da cartografia, buscou controlar as fronteiras do Distrito, incorporando todos os rios, ribeirões, córregos e terras adjacentes onde se encontravam os diamantes, os contratadores buscaram obter o máximo de lucro com a extração não só naquelas terras que foram demarcadas para o seu serviço, mas também naquelas áreas pretensamente proibidas e até mesmo em novas minas ainda não conhecidas. Da mesma forma, a população de garimpeiros e mineiros buscou confirmar a posse das suas minas exclusivamente auríferas, mas também encontrava brechas na fiscalização para poder retirar de forma clandestina os diamantes garimpados ilegalmente.

Nesse processo, os mapas foram importantes instrumentos de conhecimento e de poder. Foram apropriados de forma tanto objetiva como subjetiva, ou seja, objetivamente eram ferramentas práticas sobre os caminhos, rios e arraiais, mas subjetivamente auxiliaram na construção de um imaginário sobre o espaço que consolidava os interesses ora dos sertanistas, ora dos engenheiros militares e padres matemáticos. Assim, como registros indeléveis dos momentos históricos, os mapas se mostram como registros da história do Distrito Diamantino.

FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES TEXTUAIS MANUSCRITAS

1. Documentos manuscritos

1.1. Arquivo Histórico Ultramarino. (Projeto Resgate/UnB)

AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.4, Doc. 67. 20/09/1723. CARTA de D. Loureço de Almeida, governador das Minas Gerais, dando conta da diligência que entregou aos paulistas Lucas de Freitas, capitão Alberto Dias e Domingos Dias Ribeiro, para o descobrimento das esmeraldas.

AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG Projeto Resgate, cx. 14, doc. 73, cd-rom 05. CARTA de dom Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, participando o grande descaminho do ouro para o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e para a Costa da Mina, a fim de, no Castelo da Mina, ser vendido aos holandeses. Vila Rica, 28 jul. 1729.

AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG-Projeto Resgate, cx. 32, doc.23, cd-rom 10. REPRESENTAÇÃO dos oficiais da Câmara da Vila do Príncipe, apresentando as súplicas dos ministros e moradores do distrito sobre a proibição das suas lavras de ouro. Vila do Príncipe, 28 jul. 1736.

1.2. Arquivo Histórico Ultramarino. (AHU on-line)

AHU_CU_011, Cx. 60, D. 5017 CARTA de Sancho de Andrade Castro e Lanções, intendente dos diamantes da Comarca do Serro do Frio, expondo ao rei D. José I os fundamentos da queixa de que formulava contra o contratador Felisberto Caldeira Brant. 1752, Agosto, 5, Tejuco. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 24 mar. 12

AHU_CU_011, Cx. 63, D. 5263. e ahu. Mamg. Cx. 60. Doc. 29. CARTA do governador de Minas, José Antônio Freire de Andrade informando a Diogo de Mendonça Corte-Real sobre o desfalque havido no cofre dos diamantes da Vila do Tejuco.1753, setembro 5, Vila Rica. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 24 mar. 12

AHU_CU_011, Cx. 63, D. 5291. CARTA do ouvidor da Comarca do Serro do Frio, José Pinto de Moraes Bacelar, informando D. José I sobre o desvio do ouro praticado por Felisberto Caldeira Brant, assim como das medidas tomadas contra o mesmo. 1753, Outubro, 18, Tejuco. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 24 mar. 12.

AHU_CU_011, Cx. 63, D. 5298. CARTA do ouvidor e intendente da Comarca do Serro do Frio, José Pinto de Moraes Bacelar, informando o secretário de Estado acerca das diligências que tem dado no caso do descaminho dos diamantes. 1753, Outubro, 21, Tejuco. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 24 mar. 12

AHU_CU_011, Cx.16, D.1252. CARTA de D. Lourenço de Almeida, governador de Minas, para D. João V, dando uma informação detalhada sobre o estado da Capitania, com especial realce para a mineração do ouro e a descoberta de diamantes. 1730, Janeiro 17, Vila Rica. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>> Acesso em 22 mar. 12.

- AHU_CU_011, Cx.16, D.1319. CARTA de Antônio Berquó Del Rio, provedor da Fazenda Real de Minas para D. João V, informando estar pronto a pagar a Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro a quantia de 2.431.680 réis, resultando da despesa com a Companhia de José Rodrigues de Oliveira, que fora em socorro de Montevideu. 1730, Junho 18. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 mar. 12
- AHU_CU_011, Cx.17, D.1399. Requerimento de José Rodrigues de Oliveira, capitão de uma das Companhias de Dragões, solicitando a D. João V a mercê de prorrogação de sua permanência na Corte, por mais um ano, a fim de se tratar. 1730, Outubro 30. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 jan. 12
- AHU_CU_011, Cx.18, D.1433. CARTA do Cardeal da Mota, na qual discorre dentre vários assuntos sobre a arrecadação dos direitos reais das novas minas de diamantes de Minas Gerais. 1731, Fevereiro 3, Lisboa. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 mar. 12.
- AHU_CU_011, Cx.19, D.1538. CARTA de José Rodrigues de Oliveira, dirigida a um destinatário não identificado, informando das medidas consideradas pertinentes no sentido de controlar e regularizar a Extração e comercialização de Diamantes no Brasil. 1731. Dezembro 19, Lisboa. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 jan. 12
- AHU_CU_011, Cx.5, D.429. Carta de D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, a dar conta de que mandou para o Rio de Janeiro o capitão dos Dragões José Rodrigues de Oliveira, atendendo ao pedido do governador Aires de Saldanha. 1724, Agosto 2. Vila Rica. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 mar. 12.
- AHU_CU_011, Cx.5, D.478. Carta de José Rodrigues de Oliveira, comandante dos Dragões da Guarnição de Minas, expondo a D. João V, o mau estado em que estavam as duas Companhias, os problemas havidos com os cavalos, por culpa de D. Lourenço de Almeida e de Antônio Berquió Del Rio, que lhes não davam mantimentos. 1724, Agosto 30. Rio de Janeiro. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 jan. 12
- AHU_CU_011, Cx.56, D.4677. PARECER (minuta) do Conselho Ultramarino sobre uns requerimentos de Felisberto Caldeira Brant, contratador dos Diamantes, nos quais solicitava a incorporação e matrícula dos duzentos escravos que possuía no rio Claro com os quatrocentos que se achavam no Serro do Frio, em virtude da esterilidade do dito rio Claro. 1750, Outubro 9, Lisboa. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 23 mar. 12
- AHU_CU_011, Cx.60, D.5044. OFÍCIO do Governador de Minas, José Antônio Freire de Andrada para [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, no qual dá conta da queixa apresentada pelo contratador dos diamantes, Capitão Felisberto Caldeira Brant, sobre o desaparecimento de diamantes do cofre. Mais, informa que o Intendente Sancho de Andrade Castro deu conta de contratadores terem feito uma assuada à porta da Intendência. 1752, setembro 8, Vila Rica. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 24 mar. 12.
- AHU_CU_011, Cx.7, D.605. Requerimento de José Rodrigues de Oliveira, capitão da 1ª Companhia de Dragões da Guarnição das Minas, solicitando a mercê de lhe

conceder licença para vir ao Reino. 1725, Agosto 31. *AHU on-line. Documentação Manuscrita*. Disponível em: <<http://siarq.iict.pt/>>. Acesso em: 22 jan. 12

1.3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

ANTT – Mss. do Brasil, vol.32, f.12/12v. Demarcação do distrito das terras dos diamantes feita por Martinho de Mendonça de Pina e Proença. [Anotações gentilmente cedidas pelo Prof. Friedrich E. Renger]

ANTT, Mss. do Brasil, L. 26, fls. 46v e 47. RELATO de Martinho de Mendonça sobre a demarcação do distrito diamantino. Tejuco, 18 ago. 1734. Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

1.4. Arquivo Público Mineiro (APM)

APM, CC, Cx.106, 20563. ALVARÁ determinando que a extração e venda dos diamantes do Brasil passem para a administração da Real Fazenda, sob a inspeção do marquês de Pombal. 02 ago.1771. *APM-SIAAPM-Seção Colonial* Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2012

APM, SC-27, fls. 93-94. CARTA de D. João V para D. Lourenço de Almeida, governador de Minas Gerais, informando sobre as diversas sugestões sobre a melhor forma de exploração das minas de diamantes. Lisboa, 16 mar.1731. *APM-SIAAPM-Seção Colonial* Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2012

APM, SC-27, fls.93-94. CARTA de D. João V para D. Lourenço de Almeida, governador de Minas Gerais, informando sobre as diversas sugestões sobre a melhor forma de exploração das minas de diamantes. Lisboa, 16. mar. 1731. *APM-SIAAPM-Seção Colonial* Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2012

APM, SC-35, fl.07-14. CARTA de D. João V para Conde das Galvêas comunicando a viagem e missão de Martinho de Mendonça. Lisboa, 30 out. 1733. *APM-SIAAPM-Seção Colonial* Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2012

APM, SC-35, fl.30-30v. CARTA de Diogo de Mendonça Corte Real para André de Melo e Castro, Conde das Galvêas explicando porque a carta de Alexandre de Gusmão, dando os detalhes do novo método de cobrança do quinto foi endereçada a Martinho de Mendonça e não a ele, Galvêas. Lisboa, 22 mar. 1734. *APM-SIAAPM-Seção Colonial* Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2012

APM, SC-50, fl.5v. CONVOCAÇÃO do governador das Minas, Gomes Freire de Andrada, aos Procuradores das Câmaras da capitania para deliberarem sobre a melhor forma de arrecadar os reais quintos. Vila Rica, 08 jun. 1735. *APM-SIAAPM-Seção Colonial* Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2012

APM, SG, Cx.05, Doc.34. ALVARÁ de lei, porque sua Majestade há por bem tomar debaixo da sua real proteção o contrato dos diamantes do Brasil, e fazer exclusivo o comércio das referidas pedras na forma que nele se declara. 11 ago.1753. *APM-*

SIAAPM-Seção Colonial Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2012

APM-MG, SC-02, fls. 153-54. INSTRUÇÃO ou declaração sobre as terras minerais e diamantinas. Tejuco, 18 ago. 1734. *APM-SIAAPM-Seção Colonial* Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

FONTES CARTOGRÁFICAS MANUSCRITAS

1. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN/RJ)

1.1. Divisão de Cartografia

FBN/RJ. ARC. 004.06.020. CEHB 3192. *Borrão para fazer um mapa da comarca do Serro do Frio*. 1724, rascunho à pena, 30 x 41,5 cm.

FBN/RJ. ARC.030,01,011. *Carta topográfica das terras intermediárias entre a Vila de Pitangui e a Vila do Príncipe no Serro do Frio*. [17--]. Desenho a tinta ferrogálica, 55 x 66 cm. *BNDigital*. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525833.jpg> Acesso 10 mar. 12.

FBN/RJ. ARC.030,01,013. *Carta topográfica da Vila do príncipe no Serro Frio e do seu distrito*. [17--]. Desenho a tinta ferrogálica, 56 x 65,5 cm. *BNDigital*. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525842.jpg> Acesso 10 mar. 12.

FBN/RJ. ARC.030,02,018/025. *Cartas da Capitania de Minas Gerais*. [17--]. Desenho a tinta e a lápis, 54 x 67 cm. *BNDigital*. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart542644.pdf> Acesso em 10 mar. 12.

FBN/RJ. ARC.030,03,019. *Mapa de parte de Minas Gerais*. [17--]. Desenho a tinta e nanquim, 43 x 60,5 cm. *BNDigital*. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart514099.jpg> Acesso 10 mar. 12.

2. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. (AHEx)

AHEx. Nº 06.01.1132; CEHB 3189. *Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém*. c.1770, aquarela, 48,1 x 64,7 cm.

AHEx. Nº 06.01.1135; CEHB 3193. OLIVEIRA, José Rodrigues de. *Carta topográfica das terras entremeias do sertão e distrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes*. 1731, aquarela, 48,1 x 59,5 cm.

3. Arquivo Histórico Ultramarino. (AHU)

AHU. Nº 247/1153. *Demarcação das terras que produz diamantes*. c.1734, aquarela, 26 x 33 cm.

4. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Lisboa. (GEAEM)

GEAEM. Nº 4637. *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734*. c.1734/5, aquarela, 35 x 41 cm. [Cópia digital gentilmente cedida pelo Prof. Friedrich Renger]

FONTES IMPRESSAS

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. 8v. Coimbra. 1712 – 1728. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/1>> Acesso em 23 jul. 2013, p.257-8.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/classicos/obras/dialogos_das_grandezas_do_brasil.pdf> Acesso em 01 ago. 10.

BRITO, Francisco Tavares de, *Itinerario Geografico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoaçoens, lugares, villas, rios, montes, e serras, que há da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro*. Sevilha: Officina de Antonio da Sylva, 1732.

BURTON, Richard. *Viagens aos planaltos do Brasil*. Tomo II: Minas e os mineiros. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-aos-planaltos-do-brasil-tomo-ii-minas-e-os-mineiros>> Acesso em 15 ago. 2013.

DELISLE, M. Determination géographique de la situation et de l'étendue des diferentes parties de la terre. *Des Sciences*. Paris: Academie des Sciences de Paris, 1722. p.365-384.

ESCHWEGE, W. *Pluto Brasiliensis*. v.2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. Disponível em <<http://www.brasiliana.com.br/obras/pluto-brasiliensis-memorias-sobre-as-riquezas-do-brasil-em-ouro-diamantes-e-outros-minerais-v-2>> Acesso em 16 ago. 2013.

FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Veronica. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2 v.

GAZETA de Lisboa, n. 36, 04 set. 1742, p. 432. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>.

JEFFRIES, David. *A treatise on diamonds and pearls in which their importance is considered: and plain rules are exhibited for ascertaining the value of both: and the true method of manufacturing diamonds*. London: C. and J. Ackers in Sr. John's Street. Second Edition, with large improvements, 1751.

MAWE, John. *A treatise on Diamonds and precious stones, including their history – natural and commercial to which is added, some account of the best methods of cutting and polishing them*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown Paternoster-Row, 1813. [Cópia do texto gentilmente cedida pelo Prof. Friedrich Renger]

MAWE, John. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. Disponível em <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelo-distrito-dos-diamantes-e-pelo-litoral-do-brasil/preambulo/6/texto>> Acesso em 20 ago. 2013.

1. Revista do Arquivo Público Mineiro. (RAPM)

CARTA de d. Lourenço de Almeida comunicando S.M. sobre o descobrimento dos diamantes. *RAPM*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v.1. a.7. v.1-2. Jan./jul. 1902, p.263-264.

CARTA de Martinho de Mendonça para António Guedes Pereira, Secretário de Estado, comentando sobre a formação da companhia para explorar o contrato dos diamantes e sobre a descoberta de escravos minerando diamantes clandestinamente. Vila Rica, 28 maio 1737. *RAPM*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v.16, n.2, p.431-3, 1911.

CARTA de Martinho de Mendonça para António Guedes Pereira, Secretário de Estado, fazendo um relato completo de seu governo. Vila Rica, 23 dez. 1737. *RAPM*. Ouro Preto: Arquivo Público Mineiro, v.1, n.4, p. 663-672, 1896.

CARTA de Martinho de Mendonça para Gomes Freire de Andrada, Governador de Minas Gerais e Rio de Janeiro, comentando sobre a formação da companhia para explorar o contrato dos diamantes. Vila Rica, 04 abr. 1737. *RAPM*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v.16, n.2, p. 405, 1911.

CARTA de Martinho de Mendonça para Gomes Freire de Andrada, Governador de Minas Gerais e Rio de Janeiro, comentando sobre a formação da companhia para explorar o contrato dos diamantes. Vila Rica, 31 mar. 1737. *RAPM*, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v.16, n. 2, p. 416-7, 1911.

CARTA de Martinho de Mendonça para Gomes Freire de Andrada, Governador de Minas Gerais e Rio de Janeiro, comentando sobre a formação da companhia para explorar o contrato dos diamantes. Vila Rica, 26 abr. 1737. *RAPM*, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v.16, n. 2, p. 418-9, 1911.

CARTA de Martinho de Mendonça para Gomes Freire de Andrada, Governador de Minas Gerais e Rio de Janeiro, comentando sobre a situação na Colônia do Sacramento, e sobre a necessidade de se conhecer e fortificar a região; aproveita para pedir livros. Vila Rica, 13 set. 1736. *RAPM*, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v. 16, n. 2, p. 363, 1911.

CARTA de Martinho de Mendonça para o Conde das Galvêas, Vice-rei do Estado do Brasil, comentando sobre a formação da companhia para explorar o contrato dos diamantes. Vila Rica, 28 abr. 1737. *RAPM*, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v.16, n.2, p.421, 1911.

CARTA de Martinho de Mendonça para o Conde das Galvêas, Vice-rei do Estado do Brasil, comentando sobre a formação da companhia para explorar o contrato dos diamantes. Vila Rica, 28 abr. 1737. *RAPM*, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v. 16, n. 2, p. 421, 1911. p. 421

CARTAS de sesmaria. *RAPM*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v.4, p.155-214, 1899.

- CREAÇÃO de Vilas no período colonial. *RAPM*, Ouro Preto: Arquivo Público Mineiro, v.2. n.1, p.89-90, Jan./mar. 1897.
- CREAÇÃO de villas no período colonial. Minas novas. *RAPM*. Ouro Preto: Arquivo Público Mineiro, v.2, fasc.1, p.93-94, jan/mar, 1897.
- DESCOBERTA de diamantes em Minas Gerais. *RAPM*. Ouro Preto: Arquivo Público Mineiro, v.2. n.2. abr./jun. 1897, p.271-282.
- DOCUMENTOS históricos: Descobrimento de diamantes na comarca do Serro do Frio. *RAPM*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v.6. n.1. p.141-142. Jan./mar. 1901.
- DOCUMENTOS. Martinho de Mendonça de Pina e Proença. *RAPM*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v.16, fasc.2, p.239-460, jul/dez, 1911.
- MEMORIAIS Municipaes. Archivo da câmara municipal da Villa do Príncipe hoje cidade do Serro. *RAPM*. Ouro Preto: Arquivo Público Mineiro, v.01, fasc.04, p.755-797. 1896, out/dez.
- PEREIRA, Francisco Lobo Leite. Em Busca das esmeraldas: escassas notícias acerca da expedição de Marcos de Azeredo em busca das esmeraldas, achando diamantes, e acerca de outras tentativas posteriormente feitas para aquele fim até o ano de 1660. *RAPM*. Ouro Preto: Arquivo Público Mineiro, v.2, fasc.3, p.519-536, jul/set. 1897.
- REGIMENTO ou instrução que trouxe o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Lisboa, 30 out. 1733. *RAPM*. Ouro Preto: Arquivo Público Mineiro, v. 3, p. 85-88, 1898.
- SOBRE o descobrimento dos diamantes na comarca do Serro do Frio. Primeiras administrações. *RAPM*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, vol.7, fasc.1-2, p.251-355, jan/jul, 1902.
- TERRAS mineraes: relação das ordens sobre terras mineraes, que, por cópia, foi enviada ao Conselho Geral da Província de Minas Geraes. *RAPM*. Ouro Preto: Arquivo Público Mineiro, v.1, fasc.4, p.673-734, out/dez, 1896.
- VÁRIOS documentos: sobre os irmãos Felisberto e Joaquim Caldeira Brant. *RAPM*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, n.4. v.4. p.812, 1899.

2. Revista Monumenta

- PARDINHO, Rafael Pires. Carta do Ouvidor Geral de São Paulo ao Rei dom João V, 30 de agosto de 1721. *Revista Monumenta*. Curitiba, vol.3, n.10, inverno/2000, p.21-26.
- PARDINHO, Rafael Pires. Provimento da Vila de Paranaguá, 1721. *Revista Monumenta*. Curitiba, vol.3, n.10, inverno/2000, p.81-75.
- PARDINHO, Rafael Pires. Provimentos da Vila de Curitiba, 1721. *Revista Monumenta*. Curitiba, vol.3, n.10, inverno/2000, p.27-80.

3. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

- Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem Praticado na sua Extracção. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Divisão de Publicações e Divulgação, vol.80, 1960, p.9-251.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, J. Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.
- ADONIAS, Ida. *Mapa: Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.
- AGUILLAR, José. *Historia de la cartografía: la tierra de papel*. Buenos Aires: Codex, 1968
- ALDER, Ken. *A medida de todas as coisas: a odisséia de sete anos e o erro encoberto que transformaram o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 2001.
- ALMEIDA, André Ferrand de. Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748). *Oceanos*, Lisboa, nº. 40, p.79-92, 1999.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de. A colónia do Sacramento e a formação do sul do Brasil. In: *Páginas dispersas: estudos de História moderna de Portugal*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social/ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, p.163-182.
- ALMEIDA, Luis Ferrand de. *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil: 1493 - 1700*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade, 1957. v.1
- ALMEIDA, Luís Ferrand de. Dom João V e a Biblioteca Real. In: *Páginas dispersas: estudos de História moderna de Portugal*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social/ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, p.209-228.
- ALMEIDA, Luis Ferrand de. O absolutismo de D. João V. In: *Páginas dispersas: estudos de história moderna de Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995. 259 p., cap. 7, p. 183-207.
- ALPERS, Svetlana. *A arte de descrever: a arte holandesa do século XVII*. São Paulo: Edusp, 1999.
- ANASTASIA, Carla M. J. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- ANASTASIA, Carla M. J. *Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*, Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- ANDERSON, Benedict. Censo, mapa, museu. In: *Comunidades Imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.226-255.
- ANDRADE, Antonio A. de. Filósofos portugueses do século XVIII: Martinho de Mendonça de Pina e Proença Homem. *Filosofia*, Lisboa, v. 4, n. 14, jul./set., 1957
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais*. Empresa, descobrimientos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica e PUC Minas, 2008.

- ÁVILA, Cristina; GOMES, Maria do Carmo. A representação espacial das Minas Gerais no século XVIII: relações entre a cartografia e a arte. *Revista Barroco*, arquitetura e artes plásticas, Ouro Preto, v.15, p.441-446, 1990/2.
- BICALHO, Maria F. e FERLINI, Vera Lúcia A. *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português séculos XVI a XIX*. 2ªed. São Paulo: Alameda, 2005.
- BICALHO, Maria Fernanda. Pacto colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, M. Fernanda e GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 88-89.
- BLACK, Jeremy. *Mapas e História*. Construindo imagens do passado. Bauru: Edusc, 2005.
- BLAKEMORE, M. J.; HARLEY, J.B. Concepts in the history of cartography: a review and perspective. *Cartographica* 17, Monograph 26, p.1-120, 1980.
- BORD, Jean-Paul e BADUEL, Pierre R. (dir.) *Les cartes de la connaissance*. Paris: Éditions Karthala, 2004.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. A hermenêutica cartográfica em uma sociedade miscigenada. In: ANASTASIA, Carla M. J. e PAIVA, Eduardo F. (Orgs.). *O Trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séc. XVI a XIX*. São Paulo, 2002, p.105-122.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. Cartografia, poder e imaginário: cartográfica portuguesa e terras de além-mar. In: SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. (orgs.) *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. Imagens do Brasil do século XVII: um estudo sobre o Atlas de Albernás. *Anos 90*. Porto Alegre, n.11, julho de 1999. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6542>> Acesso em 10 set. 11.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. Padres matemáticos. In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.227-229.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 136-61.
- BOXER, Charles R. Distrito Diamantino. In: *A idade de ouro do Brasil, 1695-1750: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 227-46.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- BOXER, Charles R. *Salvador Correa de Sá e a luta por Angola, 1602-1686*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- BRÜCKNER, Martin (ed.). *Early American cartographies*. Virginia: University of North Carolina Press, 2011.

- BUENO, Beatriz Piccolotto S. Decifrando mapas: sobre o conceito de *território* e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*, v.12, p.193-236, jan/dez 2004.
- BUENO, Beatriz Piccolotto S. *Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp, 2011.
- BUENO, Beatriz Piccolotto S. O Engenheiro Artista: As Aquarelas e as Tintas nos Mapas do Novo Mundo. In: FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) *Sons, formas, cores e movimentos na Modernidade Atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, 2008, p.375-383.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BURKER, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1996.
- BURKER, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CANO, Wilson. Economia do ouro em Minas Gerais. *Contexto*. São Paulo, v.3, julho de 1977.
- CARRARA, Ângelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia História*, Belo Horizonte: UFMG, v. 23, n. 38, dez. 2007.
- CARTER, Paul. *The Road to Botany Bay: an exploration of landscape and history*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2010.
- CARVALHO, Joaquim de. Um pedagogo do século XVIII. *Arquivos Pedagógicos*, Coimbra, v. 1, n. 4, dez. 1927
- CASTRO, José Flávio Morais. *História da Cartografia e Cartografia sistemática*. Belo Horizonte: Puc Minas, 2012.
- CAVALCANTI, Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira. *O comissário real Martinho de Mendonça: práticas administrativas portuguesas na primeira metade do século XVIII*. Tese – Doutorado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- COTTA, Francis Albert. *No rastro dos dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas*. Tese – Doutorado em História. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, BERTRAND, 1990.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In. *À Beira da Falésia. A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002, p. 61- 77.
- CLUNY, Isabel. *D. Luis da Cunha e a ideia da diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizontes, 1999.
- CORTESÃO, Armando. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*. Lisboa: Edição da Seara Nova, 1935.
- CORTESÃO, Armando. *Cartografia portuguesa antiga*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1952.
- CORTESÃO, Jaime. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco. 1965-1971.
- CORTESÃO, Jaime. *Introdução a história das bandeiras*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.
- CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- COSTA, Antônio G. (org.). *Os caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: UFMG. Lisboa: Kapa, 2005.
- COSTA, Antônio Gilberto (org.), RENGGER, Friedrich E. FURTADO, Júnia F. SANTOS, Márcia M.D. *Cartografia da conquista do território de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- CURVELO, Alexandra. O poder dos mapas. In: CRISTÓVÃO, Fernando. *O olhar do viajante: dos navegadores aos exploradores*. Coimbra: Almedina, 2003, p.106-119.
- DAWSON, Nelson Martin. *L'atelier Delisle: l'Amérique du nord sur la table à dessin*. Sillery, Québec: Editions du Septentrion, 2000.
- DELVAUX, Marcelo Motta. *As Minas imaginárias: o maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América Portuguesa – séculos XVI a XIX*. Dissertação – Mestrado em História. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- DELVAUX, Marcelo Motta. Cartografia imaginário do sertão. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. v.46, n.2, jul./dez. 2010 p.75-87. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2010D11.pdf> Acesso em 05 mar. 11.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Nos sertões do rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento, 1710-1733. In: FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Organização de Júnia F. Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001. v.1, p.45-105. (Coleção Mineiriana).
- DOMINGUES, Ivan. *Conhecimento e transdisciplinaridade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- DOMINGUES, Ivan. *Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- DUARTE, Paulo Araújo. Geraldo Mercator: um novo Ptolomeu? In: *Fundamentos de cartografia*. Florianópolis: UFSC, 2008, p.36-40.
- DYM, Jordana. “Mais calculado para enganar do que para informar”: os viajantes e o mapeamento da América Central (1821-1945). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.23, n.37, p.81-109, jan/jun 2007.

- EDNEY, Matthew. A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.23, n.37, p.30-50, jan/jun 2007.
- ESPÍNDOLA, Haruf S. *Sertão do Rio Doce*. Governador Valadares: Univale, 2005.
- FALCON, Francisco e RODRIGUES, Antônio E. *A formação do mundo moderno: a construção do ocidente dos séculos XIV ao XVIII*. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
- FALCON, Francisco J. Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p. 41-79.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do patronato político brasileiro. 3ªed. 2001
- FERREIRA, Mario Clemente. Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII. *Anais II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Lisboa, 2007.
- FERREIRA, Mario Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia História*, v. 37, 2007, p. 51-69.
- FERREIRA, Mário Clemente. Uma idéia de Brasil num mapa inédito de 1746. *Oceanos*, Lisboa, v. 43, p.184-195, 2000.
- FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*. Dissertação – Mestrado em História. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009.
- FERREIRA, Rodrigo Almeida. *O descaminho de diamantes*. Relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos (1740-1771). Belo Horizonte: Fumarc. São Paulo: Letra&Voz, 2009.
- FONSECA, Cláudia D. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 153-66.
- FRAGOSO, João. & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto*. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) *Na trama das redes*. Política e negócios no império português, século XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FRAGOSO, João. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português, séculos XVII e XIX. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba: Associação Paranaense de História/UFPR, n. 36, p. 99-127, 2002.
- FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla M. C. de; SAMPAIO, Antônio Carlos J. de (orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos; América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- FRAGOSO, João. Instituto de Investigação Científica Tropical (Portugal). *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: EDUFES; Lisboa: ICT, 2006.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34ªed. São Paulo: Cia. das Letras, 2007
- FURTADO, Júnia e outros. Reavaliando o significado do Regimento Diamantino de 1771. *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, v.1, p.91-98, 1985.
- FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*. O outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- FURTADO, Júnia F. Chuva de Estrelas na Terra: o Paraíso e a busca dos Diamantes nas Minas setecentistas. In: *História e meio-ambiente: o impacto da expansão europeia*. Funchal: CEHA, 1999, p.445-457.
- FURTADO, Júnia F. *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- FURTADO, Júnia F. Distrito Diamantino: o avesso da memória. *Varia Historia*, Belo Horizonte/UFMG, v.12, p.80-94, 1993.
- FURTADO, Júnia F. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.12, n.23, p.66-83, jul.-dez. 2011.
- FURTADO, Júnia F. História da Engenharia. In: STARLING, Heloisa M. M. e GERMANO, Lígia B. P. (org.). *Engenharia: História em construção*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p.21-70.
- FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio*. A interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FURTADO, Júnia F. José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária emboaba da conquista do ouro. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português (séc. XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p.277-295.
- FURTADO, Júnia F. Nobilitação dos homens de negócio no ultramar português: Pombal e os contratadores de diamantes. In: ANTUNES, Álvaro de Araújo. SILVEIRA, Marco Antonio. (Orgs.) *Dimensões do poder em Minas (séculos XVIII e XIX)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012c, p.109-138.
- FURTADO, Júnia F. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. In: RESENDE, Maria Efigênia e VILLALTA, Luís Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v.1, p.303-320.
- FURTADO, Júnia F. *O Livro da Capa Verde: a vida no Distrito Diamantino no período Real Extração*. 2ªed. São Paulo: Annablume, 2008.
- FURTADO, Júnia F. *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Odebrecht/Versal, 2013.
- FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista*. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

- FURTADO, Júnia F. Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso. *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, vol.21, 2000, p.295-306.
- FURTADO, Júnia F. Terra de estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores. In: SCHWARTZ, Stuart e MYRUP, Eric. (orgs.) *O Brasil no império marítimo português*. Bauru: Edusc, 2009, p.217-262.
- FURTADO, Júnia F. *Terra de Estrelas: o distrito dos diamantes e a fortuna dos contratadores*. (Mimeo), 2003
- FURTADO, Júnia F. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, p. 155-187, jul.-dez. 2009.
- FURTADO, Júnia F. Útil agua, aguas milagrosas de la capitania de Minas Gerais (seg. XVIII), (no prelo).
- GARCIA, João Carlos. (org.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia*. Lisboa: CNPCDP, 2002.
- GARCIA, João Carlos. (org.) *A Nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*. Lisboa: CNPCDP, 2001.
- GARCIA, João Carlos. (org.) *O 2º visconde de Santarém e a História da cartografia*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006.
- GARCIA, João Carlos; MAGALHÃES, Joaquim Romero; FLORES, Jorge Manuel. (orgs.) *Tesouros da cartografia portuguesa*. Lisboa: CNPCDP, 1997.
- GARCIA, João Carlos; MOREIRA, Luis Miguel. “El geógrafo trabaja em su casa”: espaços portugueses na produção cartográfica de Tomás López. *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, Porto: Universidade do Porto. Instituto de Estudos Ibéricos, n. 5, p. 103-125, 2008.
- GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. In: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.85-103.
- GODLEWSKA, Anne. *Geography unbound: French geographic science from Cassini to Humboldt*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- GOFFART, Walter A. *Historical atlases: the first three hundred years, 1570-1870*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- GOMES, Joaquim Ferreira. *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1964.
- GOMES, Plínio Freire. O Amazonas e o Prata na mitogeografia da América. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.3, p.41-61, 2001.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. CHAVES, Cláudia Maria das Graças. VENÂNCIO, Renato Pinto. (Orgs.) *Administrando impérios. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- GUEDES, Max Justo. A cartografia holandesa do Brasil. In: HERKENHOFF, Paulo. (org.) *O Brasil e os holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro, GMT Editores, 1999, p.64-85.
- GUEDES, Max Justo. *A cartografia impressa do Brasil. Os 100 mapas mais influentes, 1506-1922*. Rio de Janeiro: Capivara. 2012

- GUEDES, Max Justo. Os limites territoriais do Brasil a norte e nordeste. In: ALBUQUERQUE, Luis de (org). *Portugal no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, v.5, p.202-22.
- HARLEY, J, Brian e ZANDVLIET, Kees. Art, science, and power in sixteenth-century Dutch cartography. *Cartographica*. v. 29, nº 2, 1992, p. 10-19.
- HARLEY, John & WOODWARD, David. (org.) *History of Cartography: Cartography in Pre-historic, Ancient, and Medieval Europe and Mediterranean*. Chicago: Chicago University Press, 1987, v.1-3.
- HARLEY, John B. Deconstructing the map. *Cartographica*. v.26, nº 2, 1989, p. 01-20.
- HARLEY, John Brian. *La nueva naturaleza de los mapas*. Ensayos sobre la historia de la cartografía. Brandão.
- HESPANHA, António M. *As vésperas do Leviatã: instituição e poder político em Portugal – séc. XVIII*. Coimbra: Alameda, 1994.
- HESPANHA, Antonio M. *Imbecillitas: as bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.
- HESPANHA, Antônio Manuel (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- HESPANHA, António Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João. GOUVEIA, Maria de Fátima. *Na trama das redes. Política e negócios no império português, século XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.43-94.
- HOLANDA, Sérgio B. Metais e pedras preciosas. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, v.2, 1960, p.259-310.
- HOLANDA, Sérgio B. Um mito geopolítico: a Ilha Brasil. In: *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Prespectiva, 1979, p.61-84.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1959.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. 3ªed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. *Revista de História*. São Paulo, vol.50, p.257-273, 1974.
- IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da conquista*: UESB, 2012.
- JACOB, Christian. *L'empire des cartes: approche théorique de la cartographie à travers l'histoire*. Paris: Editions Albin Michel, 1992.
- JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography throughout history*. Chicago: The University of Chicago Press. 2006.
- KANTOR, Íris. A Academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madri, 1648-1750. In: BICALHO, M. Fernanda; FERLINI, Vera L. A. (orgs.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 257-276

- KANTOR, Íris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica, 1750-1850. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo: Museu Paulista, v.17, n. 2, p. 39-61, jul./dez. 2009.
- KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da Ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*: Belo Horizonte. v.23. n.37. p.70-80, 2007.
- KANTOR, Iris e outros. Mapas em Trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). *Araucaria*, v. 12, 2010.
- KLINGHOFFER, Arthur. *The Power of Projections: How Maps Reflect Global Politics and History*. Westport: Greenwood Publishing Group, 2006.
- KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. n. sér. V.17. n.2. p.91-109, jul.-dez. 2009.
- LACERDA, Arthur Virmond de. *As ouvidorias do Brasil Colônia*. Curitiba: Juruá Editora, 2000.
- LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liana. *O que é Imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos, v.309)
- LARA, Silvia H. *Fragmentos setecentistas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford, Blackwell, 1991.
- LESTER, Toby. *A quarta parte do mundo*. A corrida aos confins da Terra e a épica história do mapa que deu nome à América. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- LESTRINGANT, Frank. *A oficina do cosmógrafo ou a imagem do mundo no Renascimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- LIMA Jr, Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1945.
- LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda. *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora, 1732-34*. Lisboa: Colibri: Universidade de Évora, 2005. v. 2, p. 298
- LOIS, Carla e GARCIA, João Carlos. Do oceano dos clássicos aos mares dos impérios: transformações cartográficas do Atlântico Sul. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, p. 15-38, jul.-dez. 2009.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Martins, 1972.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. São Paulo: Moderna/Edunesp, 1997;
- MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A cartografia dos descobrimentos*. Lisboa: Elo, 1994.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro. O imperialismo português no Brasil nos séculos XVIII-XIX: o papel dos cartógrafos e dos engenheiros militares na fixação dos limites do Brasil. In: ALBUQUERQUE, Luis de. (org.) *Portugal no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. vol.5, p.180-190.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987.

- MARQUES, Miguel da Silva. *Cartografia antiga: tabela de equivalências de medidas. Cálculo de escalas e conversão de valores de coordenadas geográficas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.
- MARQUES, Oliveira A. H. de e DIAS, João José Alves. *Atlas Histórico de Portugal e do ultramar português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume III. No alvorecer da Modernidade. Lisboa: Lexicultural, 2002.
- MAXWELL, Kenneth. Colaboradores e conspiradores. In: *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.69-94
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- MENEZES, Ulpiano T. B. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. v.23, n.45. São Paulo, p.11-36, Jul.2003.
- MICELI, Paulo. (org.) *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.
- MITCHELL, Timothy. *Rule of Experts: Egypt, Techno-politics, modernity*. Berkeley, University of California Press, 2002.
- MOLINARI, Luis Gustavo. *De José Joaquim da Rocha a Frederich Wagner: civilização, nativos e colonos nas representações cartográficas dos sertões leste de Minas Gerais (1778-1855)*. Dissertação - Mestrado em História. Belo Horizonte, UFMG, 2009.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A Guerra no império. In: RAMOS, Rui (coord.), SOUSA, Bernardo e V. e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. 4ªed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p.316-322.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José: na sobra de Pombal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O início da expansão ultramarina (século XV). In: RAMOS, Rui (coord.), VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. 4ªed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p.172-196.
- MONTEIRO, Nuno. O 'ethos' nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense: Revista Eletrônica*. São Paulo: IEB-USP, n.2, p.4-20, nov. 2005. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_1.pdf> Acesso em 10 mar. 10.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

- OLIVEIRA Jr., Paulo Cavalcante. *Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa, 1700-1750*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2006.
- OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Cartografias do “sertão”: os mapas sertanistas no discurso histórico de Jaime Cortesão e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Território & Fronteiras*, Cuiabá, v.6, n.2, jul-dez.2013, p.188-210.
- OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)*. São Paulo: USP, 2012 (Tese, Doutorado em História).
- PARRELA, Ivana D. *O teatro das desordens: garimpo, extravio, contrabando e violência na ocupação da Serra de Santo Antônio do Itacambiraçu – 1768-1800*. Dissertação - Mestrado em História. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- PAULA, João Antônio de. A mineração do ouro em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia L. e VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais. As minas setecentistas*. V.1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 279-301.
- PEDLEY, Mary Sponberg. O comércio de mapas na França e na Grã Bretanha durante o século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.23, n.37, p.14-30, jan./jun.2007.
- PEDLEY, Mary Sponberg. *The commerce of cartography: making and marketing maps in the eighteenth century France and England*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- PELLETIER, Monique. *Cartographie de la France et du monde de la Renaissance au siècle des lumières*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2001.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- PRESCOTT, J.R; TRIGGS, Gillian G. *International Frontiers and Boundaries: Law, Politics and Geography*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2008.
- RABELLO, David. *Os diamantes do Brasil na regência de dom João (1792-1816): um estudo de dependência externa*. UNIP; Editora Arte&Ciência, 1997.
- RENGER, F. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia L. e VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais. As minas setecentistas*. v.1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 103-126.
- RENGER, Friedrich E. MACHADO, Maria Márcia M. SANTOS, Márcia Maria D. Os mapas do achamento dos diamantes no Serro Frio. *Anais do IV Simpósio Brasileiro de Geologia do Diamante*. Diamantina, 2005, p.143-147.
- RESENDE, M. Efigênia Lage de. Minas dos Cataguases: entre entradas e bandeiras nos sertões de Eldorado. *Varia História*, Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- RESENDE, Maria Teresa. *Cartografia impressa dos séculos XVI e XVII: imagens de Portugal e ilhas atlânticas*. Lisboa: CNPCDP, 1994.
- RIBEIRO, Dulcyene Maria. *A formação dos engenheiros militares: Azevedo Fortes, Matemática e ensino da Engenharia Militar no século XVIII em Portugal e no Brasil*. Tese - Doutorado em Educação São Paulo: USP, 2009.
- RIBEIRO, Maria Eurydice. O sentido da História: tempo e espaço na cartografia medieval (séculos XII-XIII). *Tempo*, v.7, n.14, p.11-26, jun. 2003.

- ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela V. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro, 1690-1750. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. v.2. São Paulo: Edusp, 1999, p.471-526.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Precondições e precipitantes do movimento de independências da América portuguesa. In: FURTADO, Júnia F. *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: UFMG 2001, p.419-426.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1992.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História – USP*, ano25, v.55, p.25-80, 1977.
- SAFIER, Neil. Como era ardiloso o meu francês: Charles Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.29, n.57, p.91-114, jan-jun.2009.
- SAFIER, Neil. *Measuring the new world: enlightenment science and South America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.
- SAFIER, Neil; FURTADO, Junia. O sertão das Minas como espaço vivido: Luis da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia europeia sobre o Brasil. In: PAIVA, Eduardo F. *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português, século XVI-XVIII*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 263-278.
- SAHLINS, Peter. *Boundaries: The Making of France and Spain in the Pyrenees*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos. A Administração no Brasil Colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SALGADO Jr., Antonio. Martinho de Mendonça de Pina e Proença e a educação da nobreza no século XVIII. *Labor, Aveiro*, v. 17, n. 125, nov.1952
- SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço*. Diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Unesp, 2002.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da Comarca do Serro do Frio*. 4ªed. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP, 1976.
- SCHWARCZ, Lilia M.; AZEVEDO, Paulo C; de; COSTA, Ângela M. da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 2002.
- SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik Lars (orgs.). *O Brasil no império marítimo português*. Bauru (SP): EDUSC, 2009
- SCOTT, James. *Seeing Like a State*. New Haven, Yale, 1998.
- SILVA, Inocêncio F. da. *Dicionário bibliographico portuguez*. Lisboa, 1894.

- SILVA, M. Beatriz Nizza da. Ouro e diamantes: as dificuldades da cobrança dos Direitos Reais. *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, v. 8, p. 89-101, 2007.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Unesp, 2009, p.150-156.
- SILVA, Vagner da Cunha. A Câmara da Vila de Pitangui: “a que sempre foi a mais rebelde e a mais renitente (...)”. In: PAIVA, Adriano Toledo e OLIVEIRA, Pablo Menezes (orgs.). *As minas e o Império: dinâmicas locais e projetos coloniais portugueses*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p.165-186.
- SILVEIRA, Marco Antônio. *Universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SOARES, Luiz Carlos. Os descobrimento marítimos ibéricos, Renascimento e a abertura do mundo. In: *Do Novo Mundo ao universo heliocêntrico*. São Paulo: Hucitec, 1999, p.57-130.
- SOUZA, Antonio C. de. *História genealógica da casa Real Portuguesa*. Coimbra, 1946. v.1,
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia F.; BICALHO, M. Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.
- TUNAY, Affonso d’Escragnolle. *História geral das bandeiras paulistas*. Vol.VI, São Paulo, 1933.
- VASCONCELOS, Celciane Alves e SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Contribuição da filologia e a crítica textual para o estudo de documentos manuscritos de Paranaguá. *SIGNUM: Estudos Linguísticos*, Londrina, n. 15/1, p. 335-356, jun. 2012.
- VASCONCELOS, Silvio de. A formação urbana do arraial do Tejuco. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v.14, 1959, p.121-34.
- WOODWARD, David. The study of history of Cartography: a suggested framework. *American Cartographer*. v.1, p.101-115, 1974.